

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MARIA DO SOCORRO SOARES BEZERRA

**ECOS E SILENCIAMENTOS NA LUTA DO PADRE JOSIMO JUNTO AOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO-TO
NA DÉCADA DE 1980**

**JOÃO PESSOA
2013**

MARIA DO SOCORRO SOARES BEZERRA

**ECOS E SILENCIAMENTOS NA LUTA DO PADRE JOSIMO JUNTO AOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO-TO
NA DÉCADA DE 1980**

Texto apresentado ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, por Maria do Socorro Soares Bezerra, sob a orientação do Professor Dr. Orlandil de Lima Moreira em cumprimento às exigências para defesa da Dissertação. Linha de pesquisa: Educação Popular.

JOÃO PESSOA
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

B574e Bezerra, Maria do Socorro Soares.

Ecos e silenciamentos na luta do Padre Josimo junto aos movimentos sociais da região do Bico do Papagaio-TO na década de 1980. / Maria do Socorro Soares Bezerra.- João Pessoa, 2013.

194f. : il.

Orientador: Orlandil de Lima Moreira.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE.

1. Tavares, Josimo Moraes, Pe, 1953-1986. 2. Educação popular. 3. Movimentos sociais. 4. Reforma agrária. 5. Prática educativa. 6. Prática pastoral.

UFPB/BC

CDU: 37.018.8(043)

MARIA DO SOCORRO SOARES BEZERRA

**ECOS E SILENCIAMENTOS NA LUTA DO PADRE JOSIMO JUNTO AOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO-TO
NA DÉCADA DE 1980**

Texto apresentado ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, por Maria do Socorro Soares Bezerra, sob a orientação do Professor Dr. Orlandil de Lima Moreira em cumprimento às exigências para defesa da Dissertação.

Linha de pesquisa a qual se vincula: Educação Popular.

Apresentada em: _____ / _____ / _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orlandil de Lima Moreira (Orientador)

Doutor em Ciências Sociais/Política
Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB

Prof. Severino Bezerra da Silva (Examinador Interno)

Doutor em Ciências Sociais/Sociologia
Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB

Profa. Vilma de Lurdes Barbosa (Examinadora Externa)

Doutora em Educação
Universidade Federal da Paraíba – PPGH/UFPB

Profa. Idalina Maria Freitas Lima Santiago (Suplente)

Doutora em Ciências Sociais
Universidade Estadual da Paraíba – PPGE/UEPB

Dedico este trabalho a minha família que sempre torceu e me apoiou em todos os momentos e, em especial, ao meu filho **Igor Leonardo** e meu esposo **José Carlos Bezerra**, que suportaram a minha ausência por todo este período de estudo para que fosse possível atingir o objetivo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, fonte de inspiração e sabedoria, que me deu forças para superar todos os obstáculos que, durante este percurso, atravessaram meu caminho. Obrigada, Senhor, pela tua Luz Divina.

Em especial ao orientador Dr. Orlandil de Lima Moreira, que foi mais que um orientador, foi um amigo e esteve presente em todos os momentos da minha trajetória no curso, acompanhando e orientando minhas produções.

Agradeço aos professores Dr. Severino Bezerra da Silva e Dra. Vilma de Lurdes Barbosa que gentilmente aceitaram o convite para compor esta banca na perspectiva de contribuir com seus conhecimentos para o enriquecimento deste trabalho e aos demais professores e funcionários do PPGE.

Aos colegas de curso da turma 31 e, em especial, aos da Linha de Pesquisa em Educação Popular, pelo carinho e os bons momentos vivenciados no curso, são eles Lucileide, Marcelo, Tâmara, Andreza e Iranete que juntos conseguimos enfrentar este desafio.

À amiga Lucileide Paz Ferreira de Lima - “amigo é coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito dentro do coração, assim falava a canção da América” - e, é assim que a vejo e considero uma pessoa que apareceu na minha vida, não por acaso, mas enviada por Deus para juntas enfrentarmos esta batalha. Lu foi assim que aprendi a te chamar, obrigada por todos os momentos que passamos juntas, alegres ou tristes, na construção deste trabalho compartilhando nossas angústias, dificuldades e sucesso. Deus te abençoe, obrigada pelas valiosas contribuições.

A Salete Marinho a quem considero como uma irmã do coração que me acolheu na sua casa com muito carinho dando-me o apoio que precisava para enfrentar esta batalha.

Agradeço ainda a uma grande amiga **Rita Forte** - foi assim que a conheci - a quem tenho muito carinho e apreço, pois não mediu esforços para me entregar sua casa em um momento difícil, deixando-nos à vontade para que no silêncio das noites e no transcorrer dos dias eu pudesse com tranquilidade escrever esta dissertação. Não tenho palavras para agradecer esse gesto humano, mas posso pedir que Deus te abençoe, muito obrigada!

Agradeço ainda a minha ex-aluna, mas prefiro dizer minha amiga Fabíola Andrade que muito me incentivou, colaborou e acreditou neste trabalho de pesquisa, orientando os caminhos e contribuindo com seus conhecimentos para que eu pudesse vencer essa etapa com sucesso, muito obrigada!

Agradeço ao professor Flávio Moreira pelas contribuições valiosas antes e durante o processo de construção do projeto de pesquisa que culminou neste trabalho de dissertação.

Agradeço ainda a todos os entrevistados pelo carinho, pelas valiosas informações que resultaram em contribuições significativas para esta dissertação. Deus abençoe cada um! Desejo que continuem colaborando para a construção de um mundo diferente daquele vivenciado por eles na década de 1980 na região do Bico do Papagaio.

Agradeço as pessoas que foram essenciais no período da pesquisa de campo do município de Buriti: Rosa, Dona Noca e Iranildo; em São Sebastião, Odília e Hilda; em Augustinópolis, Elias, Yulki, João Palmeira, Joaquim, Ana Maria e Egberto.

Agradeço ao Padre José Ramildo de Axixá e ao Padre Édimo Lopes que atende a Paróquia de Esperantina, Buriti, e São Sebastião, que foram pessoas extraordinárias neste trabalho, não medindo esforços para me ajudar, acolhendo-me e cedendo a documentação da Paróquia de São Sebastião para análise.

Agradeço aos meus colegas de trabalho da Diretoria Regional de Gestão e Formação (DRGF) de Tocantinópolis/TO, pelo carinho e apoio. Ainda agradeço aos colegas da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que me incentivam nesta jornada.

Ao meu filho **Igor Leonardo**, fonte de inspiração, do meu viver, de tantas coisas boas que o senhor Deus me deu, **ele é tudo**, obrigada Senhor por esta pérola.

Agradeço aos amigos Elizabeth e Edivaldo, pelo carinho e incentivo para esta caminhada.

Ainda agradeço pelo carinho de **Carlos Uailan e Thais Samara**, pois são pessoas especiais a quem aprendi a amar como se fossem meus filhos. Eles são uma bênção que o Senhor colocou na minha vida.

Agradeço ao meu esposo **José Carlos Bezerra**, pelo apoio incondicional que me possibilitou conquistar mais esta vitória ao longo da minha vida acadêmica. Estou diversamente feliz, pois, essa só foi possível pela força e o alicerce da família que tenho: **amor, respeito, compreensão e confiança**.

Agradeço ainda aos meus amigos, aos compadres e comadres que sempre torceram por mim, acreditando e dando-me força para que pudesse obter mais essa conquista.

Enfim, agradeço de coração, aos meus pais Severina Júlia (Inês) e Francisco Soares (Dedé) a quem tanto amo, que me educaram em um ambiente onde tive muito amor e carinho e mostraram o caminho para buscar o conhecimento, através do estudo, e ainda me proporcionaram a felicidade de conviver com 15 irmãos maravilhosos; sou muito feliz por tê-los todos vivos e vivermos em harmonia, só o Senhor permite uma dádiva dessa amplitude.

Agradeço aos cunhados (as), sobrinhos (as), sogro e sogra e a todos meus irmãos (as), em especial, a irmã **Tânia** conhecida por “**Tia Bel**” que é Diretora do Colégio Risco e Rabisco, onde Igor Leonardo estudou estes dois anos e foi diretora, tia e “mãe” do meu filho, não medindo esforços em momento algum para me apoiar em tudo que precisasse. Não vou esquecer nunca, mas quero registrar e dedicar a minha gratidão a ela e a todos os irmãos (as) por esta vitória, que não foi só minha, e sim, nossa, saibam que amo vocês. Obrigada, Senhor, pela minha família!

Ser padre é sentir a vida brotando
Como serviço justo a
Deus e aos pobres, sobretudo!

A justiça de Deus é como o vento
Ora se faz suave como a brisa
Ora explode como a tempestade!

Culto agradável a Deus
É servir aos pobres, aos doentes e
Marginalizados!

Ser padre é procurar
Viver da força do amor comunitário
Da vida do Cristo!

O padre é profeta na justiça e
Pastor na Caminhada e Sacerdote humilde,
Que procura oferecer a Deus
Oferendas justas!

Padre Josimo Morais Tavares
(LE BRETON, 2000, p. 47-48)

RESUMO

A presente dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB/PPGE), vinculada à linha de Pesquisa em Educação Popular, sinaliza como tema Ecos e Silenciamentos na luta de Padre Josimo Moraes Tavares junto aos Movimentos Sociais da Região do Bico do Papagaio/TO. Aponta como objetivo geral analisar a dimensão educativa da prática pastoral do Padre Josimo e sua contribuição para o processo de organização sociopolítica dos movimentos sociais rurais na região do Bico do Papagaio. Percebendo o Silenciamento por parte dos que ali viviam a respeito dos acontecimentos em relação à luta pela Reforma Agrária e os assassinatos no campo, com destaque para o caso do Padre Josimo, neste sentido fui instigada a investigar as contribuições da Igreja, através da Ação Pastoral do Padre Josimo partindo do pressuposto de que o trabalho pastoral realizado por ele nos anos de 1980 teve uma relevância significativa. Neste trabalho faremos uma discussão sobre a Questão Agrária e o Movimento Social no Brasil e no Estado do Tocantins na década de 1980. Em seguida, discorreremos sobre a participação da Igreja Católica nas décadas de 1970 e 1980, a Ação Pastoral no Bico do Papagaio e o protagonismo do Padre Josimo, bem como, fizemos uma reflexão acerca da Dimensão Política e Pedagógica da Ação Pastoral. Neste estudo optamos por trabalhar com uma abordagem qualitativa utilizando como instrumentos a entrevista semiestruturada e a análise documental. Como resultados da ação pastoral do Padre Josimo, identificamos que foram criados novos sindicatos e os sindicatos que já existiam avançaram muito no sentido de se organizar e se fortalecer na luta pela terra. Foram criadas novas associações comunitárias, e, em consequência da ação da Igreja, a partir de 1986 o governo começou a fazer algumas desapropriações, sob pressão dos organismos internacionais com intuito de assentar as famílias que estavam em conflitos e desabrigadas por terem perdido suas casas a mando dos grileiros. Hoje a região conta com um número significativo de assentamentos, tudo em decorrência da ação pastoral do Padre Josimo Moraes Tavares.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Movimentos Sociais. Prática Pastoral. Prática Educativa.

ABSTRACT

The present dissertation developed in the Graduation Programme in Education at Federal University of Paraíba (PPGE/UFPB), connected to the research line in Popular Education, highlights as a theme Echoes and Silences in the fight of Father Josimo Morais Tavares along with the social movements in the Region of Bico do Papagaio-TO. It points as general objective to analyse the educative dimension of pastoral practice of Father Josimo and his contribution to the process of socio political organization of social rural movements in the region of Bico do Papagaio. Realizing the silence of those who dwelled in the region concerning to the happenings around the fight for agrarian reform and the murders in the countryside, highlighting the case of Father Josimo himself. In this sense I was put up to investigate the contributions made by the church, through the pastoral action of Father Josimo, starting from the assumed that his pastoral work developed by him during 1980 was of relevant meaning. In this work we will discuss about the agrarian issue and the social movement in Brazil and in the state of Tocantins in the decade of 1980. Afterwads we will discuss about the participation of the Catholic Church during 1970 and 1980 decades, the Pastoral Action at Bico do Papagaio and the protagonism of Father Josimo, as well as, we will do a reflexion about the political and pedagogical dimension of the pastoral action. In this study our option was to work with a qualitative approach and, as instruments, we used a semi-structured interview and documental analysis. As a result of Father Josimo pastoral action, we identified that new labour unions were created and those which were already in activity improved a lot in the sense of getting organized and got strengthened in the fight for land, also new community associations were created, and, as a consequence of church action, since 1986, the government started to do some land expropriation under the pressure of international organism, in order to settle the families who were displaced by conflicts and have lost their homes at the behest of squatters. Today the region has a significant number of settlements due to the Pastoral action of Father Josimo Morais Tavares.

Key words: Agrarian Reform; Social Movements; Pastoral Practice; Educative Practice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa do Tocantins destacando a região do Bico do Papagaio	24
Figura 2 –	Mapa do Bico do Papagaio com todos os municípios	54
Figura 3 –	Padre Josimo Coordenador da Pastoral da Terra	70
Figura 4 –	Mapa do Estado do Tocantins compartimentado por Zonas	89
Figura 5 –	Padre Josimo com as Freiras: Mada, Bia, Nicole e Lourdinha	104
Figura 6 –	Entrada no Seminário Leão XIII onde o Padre estudou	106
Figura 7 –	Parte interna do Seminário – Alojamentos	106
Figura 8 –	O Padre mostra as balas do primeiro atentado que atingiu a Toyota em 15.04.198	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Descrição dos assassinatos no campo no Estado de Goiás no período 1973-1986	48
Quadro 2 -	Distribuição da área total dos municípios e da área dos imóveis cadastrados	63
Quadro 3 –	Demonstrativo dos dados de Criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Bico do Papagaio antes do Padre Josimo e depois de Padre Josimo	68

LISTA DE SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
AMB – Associação das Mulheres Buriti
ANC - Associação Nacional Constituinte
APA-TO - Alternativa para Pequenos Agricultores no Tocantins
ASMUBIP - Associação das Mulheres do Bico do Papagaio
CEBs - Comunidade Eclesiais de Base
CF - Constituição Federal
CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores
CIMI - Comissão Indigenista Missionária
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CJP – Comissão de Justiça e Paz
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
EFA - Escola Família Agrícola
ETR - Estatuto do Trabalhador Rural
FETAEG - Federação dos Trabalhadores do Estado do Goiás
GETAT - Grupo Executivo das Terras Araguaia-Tocantins
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
JEC - Juventude Estudantil Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MAB - Movimento de Atingidos por Barragem
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEB - Movimento de Educação de Base
MMC - Movimentos das Mulheres Campesinas
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCE - Pastoral Coletiva do Episcopado
PDS - Partido Democrático Social
PE - Padre
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PP - Partido Popular
PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PT - Partido dos trabalhadores
PUA - Pacto de Unidade e Ação
SAB - Sociedade de Amigos do Bairro
SEPLAM – Sistema Estadual de Planejamento e Meio Ambiente
SNA - Sociedade Nacional de Agricultura
SNI – Serviço Nacional de Informação
SRB - Sociedade Ruralista Brasileira
SRB – Sociedade Rural Brasileira
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TDA - Título da Dívida Agrária
UDR - União Democrática Ruralista
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - A CAMINHO DO BICO DO PAPAGAIO	16
1.1 Caminhos da pesquisa	19
CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E NO ESTADO DO TOCANTINS	29
2.1 Retrospectiva histórica da questão agrária no Brasil	29
2.2 Os movimentos sociais no campo e a luta pela terra no Brasil	41
2.3 Os movimentos sociais no Estado do Tocantins e os conflitos sociais no Bico do Papagaio	53
2.4 Os protagonistas na luta pela terra no Bico do Papagaio	62
CAPÍTULO 3 - A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NAS LUTAS E CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO	71
3.1 Breve retrospectiva histórica da Igreja Católica no Brasil nos anos 1960- 1980	71
3.2 A Igreja Católica e a luta pela terra: a ação da CPT nos anos de 1980	83
3.3 Do Papo ao Bico do Papagaio: desafios e perspectivas dos conflitos pela terra no Tocantins	89
3.3.1 Manchetes de jornais da época	97
3.4 O assassinato do Padre Josimo	99
3.5 A morte do Padre Josimo	102
CAPÍTULO 4 – A DIMENSÃO POLÍTICA E PEDAGÓGICA DA AÇÃO PASTORAL DO PADRE JOSIMO	105
4.1 A trajetória pastoral do Padre Josimo	105
4.2 Situando os municípios da pesquisa	111
4.3 As organizações populares e comunitárias como sujeitos da Ação Pastoral ...	114
4.4 A dimensão educativa popular da ação pastoral do Padre Josimo	119
4.4.1 A voz dos sujeitos do Bico do Papagaio e suas ações	120
4.4.2 O caráter educativo da ação pastoral	125
4.4.3 Avanços e desafios da ação pastoral	133
4.5 Aspectos metodológicos da Ação Pastoral: em busca de educação popular ..	137
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	148
APÊNDICES	153
ANEXOS	159

CAPÍTULO 1 - A CAMINHO DO BICO DO PAPAGAIO

No Brasil a posse de terras sempre foi um símbolo do poder e o Estado brasileiro, responsável por atos de crueldade decorrentes da omissão, falta de reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais, morosidade das decisões judiciais. Essa realidade será analisada, tendo como referência a região situada no extremo-norte do Estado de Tocantins, especificamente conhecida como Bico do Papagaio.

Nas décadas de 1970-1980, no Estado do Goiás, hoje Tocantins¹, em especial a região do Bico do Papagaio², foi palco de uma situação de terror no campo. A violência crescia a cada dia, muitas vidas foram exterminadas, muita terra foi manchada de sangue pelas forças conservadoras que controlavam a região e queriam manter o camponês na servidão. No norte do Tocantins, região do Bico do Papagaio, a luta social se encontrava diante de fortes momentos de tensão e conflitos por parte de fazendeiros que tentavam expropriar os trabalhadores rurais das terras onde moravam e trabalhavam. Situação que foi enfrentada com muito sofrimento, mas nunca perderam a fé, e encontravam nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na Comissão Pastoral da Terra (CPT) uma esperança em ver a terra partilhada com todos.

Os fazendeiros do Bico do Papagaio usavam a terra como um bem de caráter capitalista, dela extraíam a renda sem precisar produzir. A terra aumentava sempre de valor, o seu custo subia na região não por sua produção, mas pelo valor da renda e pela valorização do mercado das terras nas décadas de 1970 e 1980. Contudo, a luta dos camponeses era pela conquista da terra e para poder se manter nela para plantar e colher para sua sobrevivência. Conforme apresenta Martins (1980, p. 61 *apud* ALDIGHERI, 1993, p. 59), é luta entre “terra de trabalho” e “terra de negócio”, é uma luta contra a expropriação e a exploração. Nessa luta, o Estado, com seu poder e toda condição, tem ficado do lado do capitalista que almejava unicamente o lucro, ao contrário do posseiro que visava à sobrevivência. Então, os pactos, ou seja, as alianças dos projetos dos governos e a terra de negócio dos fazendeiros, os acordos entre policiais e jagunços ligados aos interesses dos chefes a serviço do cabresto³ de quem manda seja na esfera local, estadual e/ou federal, reforçam ou direcionam as causas dos

¹ Antes o Estado de Tocantins pertencia ao Estado de Goiás, foi criado em 1989, por ocasião do advento da Constituição Federal de 1988, através de um projeto do deputado José Wilson Siqueira Campos.

² Assim chamado por causa de seu formato geográfico no mapa, fica no extremo-norte do Estado do Tocantins, e constitui-se numa área pioneira de acesso à Amazônia.

³ É quando uma pessoa fica obrigada a permanecer ao lado dos detentores do poder em troca de algo por necessidade. Para fazer tudo que lhe é proposto, mesmo contra a vontade.

conflitos da terra. É neste contexto que Padre Josimo Moraes Tavares⁴, vendo o povo sendo injustiçado, e a terra sendo vendida e explorada de forma indevida, coloca-se como protagonista da história da luta pela terra nessa região.

Um aspecto importante a destacar no processo de sua formação no seminário por onde passou foi descobrir o amor a sua terra, e ao povo que nela habita, com um ideal fortemente humanista, que tem suas raízes através na fé cristã e na vocação sacerdotal.

A violência política se fez presente na região do Bico do Papagaio. Esta, por sua vez, se expressa numa forma de dominação entre as classes sociais no campo, exercida por mandantes particulares e executores individuais, as conhecidas milícias privadas. Tal forma de violência consiste em liquidar os opositores dos conflitos fundiários através do assassinato.

Essa realidade de violência e de desrespeito aos direitos pode ser exemplificada pelas seguintes situações: emissão de títulos sem área de posse, grilagem; emissão de títulos falsos, cartórios que registram imóveis de forma irregular; o judiciário emite liminares sem qualquer cautela, apenas na versão dos proprietários e, por fim, a omissão dos processos criminais.

Tavares Santos (2000, p. 4) nos relata que entre 1964 e 1988 foram registrados cerca de 2.100 assassinatos de trabalhadores rurais, índios, advogados, religiosos, entre outros, e destes só 60 casos foram levados a julgamento.

O sudoeste do Maranhão é uma das regiões do Brasil mais afetadas pela violência no campo, pois, apresenta os mais altos índices de conflitos agrários do país. A ação pastoral empreendida pelo Padre junto aos trabalhadores rurais do campo era reflexo de seu trabalho como membro da CPT⁵, na qual posteriormente assume a coordenação na região. Através dessa ação busca orientar os pobres a exercer sua liderança na luta pela sobrevivência.

Militante, negro, pastor, inspirado na Teologia da Libertação⁶, orientação teológica em que encontrou a base fundamental para lutar contra diversas formas de opressão advindas de um ambiente político caracterizado pela presença de governos que se utilizam do poder para garantir os privilégios da classe dominante, valendo-se da força e da violência, Padre Josimo é considerado pelos agricultores da região e por alguns membros da Igreja Católica um mártir em defesa dos pobres e oprimidos.

⁴ O terceiro capítulo tratará com maior ênfase da história de vida e luta do Padre Josimo.

⁵ Foi criada em 1975 com o objetivo de apoiar os camponeses em suas lutas, estimulando sua organização, para que pudessem ser os sujeitos das conquistas dos seus direitos, alcançando o que seria condição básica: a terra por meio da Reforma Agrária etc.

⁶ A palavra teologia é oriunda da conjugação de dois verbos gregos: *teos e logos*. Pode-se dizer que, em seu sentido original, teologia é todo discurso a respeito de Deus. Segundo Aristóteles, teologia e filosofia seriam sinônimas. Contudo, hoje, entendemos teologia como o discurso a respeito de Deus, exposto de forma racional a partir de dados revelados em um livro sagrado, seja a Bíblia, o Corão ou outros.

O forte envolvimento de Padre Josimo em favor do povo na luta pela terra, pela liberdade, pelos direitos foi causando muita ira nos grandes fazendeiros da região, que o chamavam de “agitador” e “comunista”. Um dos fatos mais marcantes de sua participação na luta dos camponeses foi a manifestação em favor da Reforma Agrária no município de Augustinópolis/TO em junho de 1984.

Percebendo o silenciamento por parte dos que ali vivem na região, a respeito dos acontecimentos em relação à luta pela Reforma Agrária e os assassinatos no campo, com destaque para o caso do Padre Josimo, fui instigada a investigar as contribuições da Igreja, através da ação pastoral partindo do pressuposto de que o trabalho pastoral realizado por ele nos anos de 1984, 1985 e 1986 foi um marco na organização camponesa desse período, o que até hoje permanece vivo na memória de todos que ainda ali estão.

A investigação ganha relevância em função da importância da ação pastoral no contexto da organização e mobilização pela Reforma Agrária na região em estudo, assim como pelo caráter político e educativo da prática social do Padre Josimo junto aos trabalhadores rurais, a qual se destacou no cenário local, regional e nacional em articulação com os grandes movimentos sociais do campo, a exemplo do Movimento Sem Terra, que se destaca a nível nacional e internacional por sua luta por Reforma Agrária.

Há 16 anos moro na região do Bico do Papagaio, na cidade de Tocantinópolis, antes conhecida como Boa Vista de Padre João onde se encontra a sede diocesana da região. Logo quando cheguei fui trabalhar como professora e procurei conhecer um pouco da região através de relatos de pessoas nascidas na cidade. Percebi que às vezes as pessoas não gostavam de falar, outras falavam que ali já tinha sido violenta, região de conflito por terra com agricultores e principalmente com índios, pois lá tem muitas aldeias. Indagava sobre a morte do Padre Josimo, uns falavam de bem outros de mal, mas as conversas eram desviadas para outros assuntos. Passados alguns anos tive a oportunidade de trabalhar como professora universitária do Curso de Pedagogia das cidades de Buriti do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Augustinópolis, Esperantina, Sítio Novo e outras cidades. Quando ficamos um pouco mais próximos e ganhamos a confiança de alguns deles voltei a perguntar sobre a questão e sempre ouvi dizer que os mais velhos não gostavam de falar sobre o assunto.

Nas escolas não se estudava sobre os conflitos de terra na região, então os jovens estavam crescendo sem conhecer a história da morte do Padre, apenas reproduziam as falas dos mais velhos de acordo com o que pensavam. Tal situação me incomodou muito, até que um dia meu marido trabalhando em Buriti ganhou um livro de uma amiga, o qual tinha como título *Josimo: A terra, a vida*, de Mario Aldighieri que contava a história de Padre Josimo, e

me presenteou; logo que li e fiquei apaixonada. Como sou filha de agricultor e meus pais passaram por situações difíceis de alguém querer tomar parte de suas terras na região do brejo paraibano, não pude negar as minhas raízes, e decidi que não ia mais pesquisar sobre formação de professores como era o foco inicial, e sim, sobre a luta do Padre Josimo em defesa dos pobres na luta pela terra no sentido de compreender o resultado de sua ação política e pedagógica junto aos trabalhadores rurais.

Foi a partir desse contexto que passei a fazer algumas leituras e elaborei o projeto de pesquisa voltado para esta temática, que resultou neste trabalho de dissertação. Sentimos falta de referências que pudessem dar um aporte teórico maior. Há poucos trabalhos sobre essa história na região, mas acredito que as pessoas já estão despertando interesse sobre o assunto, pois na ocasião da pesquisa tive oportunidade de conversar com algumas que já estão fazendo documentários e escrevendo livro. Fato importante para as pessoas da região do Bico do Papagaio que despertaram para desenvolver trabalhos que ajudem a entender melhor como se deu o processo de luta pela conquista da terra. Dessa forma estão produzindo material para dar suporte nas futuras pesquisas, ou seja, na reconstrução dessa história.

A finalidade deste trabalho consiste em realizar uma reflexão acerca da história da Pastoral do Padre Josimo, causa e atuação na década de 1980, tendo como objetivo analisar a dimensão educativa da prática pastoral do Padre Josimo e a contribuição para o processo de organização sociopolítica dos movimentos sociais rurais na região do Bico do Papagaio. Temos como objetivos específicos mapear as organizações e movimentos sociais rurais que emergiram nos anos 80 na região do Bico do Papagaio e que continuam no cenário político da região, ou seja, pontuar quais organizações foram criadas naquela década como sindicatos de trabalhadores rurais e/ou associações e que sobreviveram às dificuldades surgidas; analisar a contribuição da ação pastoral do Padre Josimo para a criação das organizações e movimentos sociais na região, bem como compreender os aspectos pedagógicos da ação pastoral do Padre Josimo e suas implicações para a ação dos movimentos sociais do campo.

1.1 Caminhos da pesquisa

Para atender aos objetivos propostos se fez necessário traçar caminhos que pudessem ser viáveis e seguros de modo a contribuir com os resultados finais. Para desenvolver esta pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa, pois entendemos que a mesma nos dá suporte para responder às questões investigadas, pois conforme Minayo (1994, p. 21-22) esta “trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

Martins (1991) salienta que na pesquisa qualitativa os dados são coletados através da descrição feita pelos sujeitos investigados. Justifica-se também a aplicação desta abordagem por ser descritiva, pois permite a execução de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionário, entrevista e observação sistemática. Triviños (1987) e Chizzotti (2010) também apontam como marco inicial que a pesquisa qualitativa remonta às raízes mais remotas dos debates sobre o mundo vivido. Chizzotti (2006, p. 79) diz ainda:

Uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa, o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Nesta pesquisa buscamos suporte bibliográfico fazendo algumas leituras na área específica para nos apropriarmos de conhecimentos a fim de construir a fundamentação teórico-metodológica do tema em estudo de forma a nos conduzir à realização de um bom uso dos métodos e técnicas para o desenvolvimento da metodologia neste trabalho. Para tanto nos apropriamos dos estudos de José de Souza Martins (1982, 1983, 1986); Panini (1990); Mendonça (2010) que discutem sobre a Questão Agrária no Brasil e os Movimentos Sociais no Campo; Aldighiere (1993) e Binka Le Breton (2000) que tratam da história de luta pela terra especificamente no Bico do Papagaio; Maria Cecília S. Minayo (2011); Antônio Chizzotti (2008) trata a questão da pesquisa aprofundando seus estudos sobre a Pesquisa Qualitativa; Laurence Bardin (1977) que tem um enfoque maior na análise de conteúdo; Thompson (1992), entre outros que nos darão subsídios para compreender o objeto de estudo.

Para subsidiar a construção da metodologia a ser executada no trabalho de dissertação é necessário aprofundar algumas discussões sobre a pesquisa em Educação no Brasil. Este se constituiu um momento de muita atenção, pois se fez necessário ter claro os objetivos para que fosse definida a metodologia adequada que pudesse ser aplicada na pesquisa, tendo em vista não correr o risco de nos perdermos no percurso da caminhada. Dessa forma Gatti (2007, p. 11) “mostra que cada pesquisador com seu problema tem que criar seu referencial de segurança”. E ainda de acordo com Gatti (p. 64), “pesquisa só se aprende fazendo e que o método oferece a orientação de base necessária à garantia e validade, mas não pode virar uma camisa de força”.

O pesquisador precisa ter presentes concepções que orientam sua ação, práticas que definiu para a investigação, procedimentos e técnicas que pretende utilizar no seu trabalho, bem como, os instrumentos que poderá dispor para lhe auxiliar no decorrer de todo o processo. Segundo Chizzotti (2008, p. 20),

A pesquisa científica caracteriza-se pelo esforço sistemático de - usando critérios claros, explícitos e estruturados, com teoria, método e linguagem adequada [...] a pesquisa pressupõe teorias ou visão de mundo que, em diferentes domínios do conhecimento, moldam a atividade investigativa e auxiliam a pesquisa.

Por isso é importante o pesquisador se apropriar dessas orientações para não cometer equívocos ao realizar sua pesquisa, deve sim, desenvolver o trabalho dentro dos aspectos citados acima. É bom explicitar também que não devemos acreditar que a ciência seja um padrão único, imutável para todos os cientistas. De acordo com Chizzotti (2008, p. 24), “todo pesquisador adota ou inventa um caminho de explicitação da realidade que investiga ou da descoberta que realiza guiado por um modo de conhecer essa realidade e explorá-la”.

Um dos pontos relevantes apontado por Gatti (2007) na discussão sobre a pesquisa em educação é a escolha do método. Método não é algo abstrato, é algo ativo, concreto que se revela em nossas ações, na nossa organização do trabalho investigativo, na maneira como olhamos as coisas do mundo. O método exige a participação do pesquisador de forma intensa, pois não existe neutralidade total na pesquisa, o que nos leva a concluir que tudo na pesquisa tem participação do pesquisador.

A pesquisa qualitativa responde a ações bem reservadas. Ela ocupa nas Ciências Sociais um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificada. A diferença entre abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social é de natureza e não de escala hierárquica. Minayo (2011, p. 22) aponta:

Não existe um continuum entre abordagens quantitativas e qualitativas, como muita gente propõe, colocando uma hierarquia em que as pesquisas quantitativas ocupem o primeiro lugar, sendo “objetivas e científicas” e as qualitativas ficariam no final da escala, ocupando um lugar auxiliar e exploratório, sendo “objetivas e impressionistas”.

Entendemos que as referências documentais existentes não eram suficientes para relatarem a história do trabalho realizado pelo Padre Josimo na sua prática pastoral (objeto de estudo); por isso, lançamos mão também das fontes orais. Percebemos na metodologia da história oral a possibilidade de materializar os relatos através das entrevistas e narrativas

dando corpo e solidez às lembranças dos entrevistados. Nessa visão Thompson (1992, p. 135) nos mostra que “o processo de memória depende, pois, não só da capacidade de compreensão do indivíduo, mas também de seu interesse. Assim é muito mais provável que uma lembrança seja precisa quando corresponde a um interesse e necessidade social”.

Segundo Freitas (2006, p. 18), “a história oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica de entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana”. Quanto à perspectiva da história como pesquisa oral, Thompson (2002, p. 22) diz:

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história - seja em livros, museus, rádio ou cinema - pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.

É com essa intenção que pretendemos ouvir os sujeitos, a partir de um roteiro semiestruturado. Como lembra Thompson (2002, p. 25): “[...] no sentido mais geral, uma vez que a experiência das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão”, o que não quer dizer melhor ou pior, mas um lugar da história e por seus sujeitos. Nesta perspectiva Thompson (2002, p. 25) mostra que “a fronteira do mundo acadêmico já não é mais os volumes tão manuseados do velho catálogo bibliográfico. Os historiadores orais podem pensar agora como se eles próprios fossem editores: imaginar qual a evidência de que precisam ir procurá-la e obtê-la”.

Por isso ouvir os sujeitos que fizeram ou fazem parte de um determinado acontecimento histórico é fundamental, pois Alberti (2004 p. 24) afirma que “a história oral responde a necessidade de preenchimento de espaços capazes de dar sentido a uma cultura explicativa dos atos sociais vistos pelas pessoas que herdaram os dilemas e as benesses da vida do presente”.

A memória é um fenômeno social que se manifesta de vários tipos: individual, histórica e coletiva; a coletiva poderia chamar de memória social, está relacionada a uma história vivida, na qual o passado permanece vivo na consciência de um grupo social. Acreditamos ser o caso dos que fazem parte dos movimentos sociais no Bico do Papagaio. Sendo assim, acreditamos que através da memória é possível reconstruir e ressignificar fatos

de forma crítica, valorizando a identidade e a cidadania. Conforme Halbwachs (1990, p. 72), “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados ao presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada”.

Para desenvolver a pesquisa de campo fizemos o levantamento dos dados sobre a problemática em estudo lançando mão dos seguintes instrumentos de investigação dentro da abordagem qualitativa: a **entrevista semiestruturada, a análise documental e o diário de Campo**. Em relação à entrevista semiestruturada, foi elaborado um corpo de perguntas norteadoras e aberta de acordo com o foco temático e a problemática da pesquisa levantada em diálogo com os sujeitos. Conforme Cruz Neto (1994, p. 57) ao explicar o sentido da “entrevista”:

Ela não significa uma conversa despresticiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos autores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciaram uma determinada realidade que está sendo focalizada [...] através desse procedimento podemos obter dados objetivos e subjetivos.

Para esse autor a qualidade da entrevista semiestruturada se explica por articular e combinar a entrevista, aberta ou não estruturada, segundo a qual o informante aborda livremente o tema proposto, com as entrevistas estruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas, e com isso as questões iniciais propostas foram sendo ampliadas no decorrer da entrevista, uma vez que essas dimensões estabelecem relação de interdependência.

Os instrumentos citados acima foram importantes para obtenção de todos os registros que precisaríamos para captar as informações necessárias para análises, uma vez que trabalhamos com diferentes grupos. A entrevista semiestruturada é aquela que parte de certos questionamentos, apoiados em teoria e hipóteses e mantém a presença consciente e atuante do pesquisador permitindo relevância na situação do ator, conforme nos mostra Triviños (1987, p. 148) que “privilegia a entrevista semiestruturada porque esta ao mesmo tempo valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação”.

Triviños (1987, p. 146) aponta ainda:

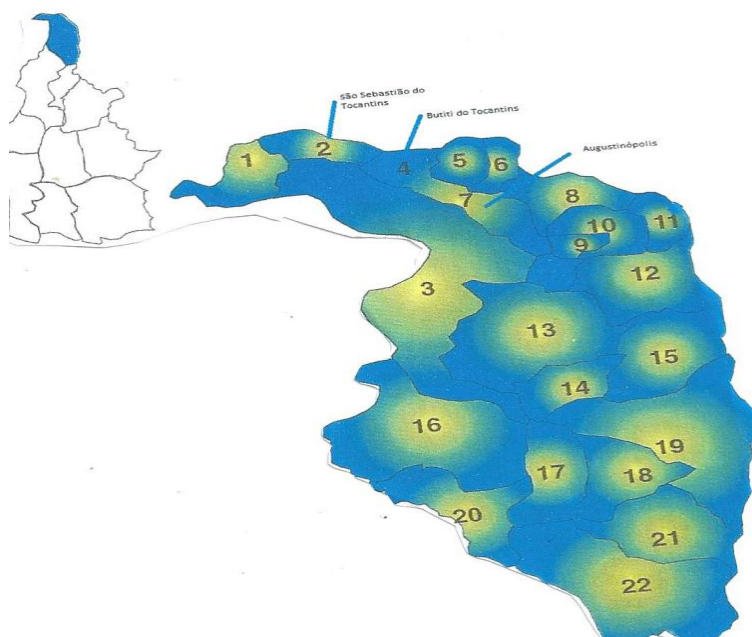
A entrevista semiestruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebe a resposta do informante.

Na pesquisa documental foram analisados os documentos como: jornais, revistas, processos e depoimentos de pessoas que foram ameaçadas e torturadas, requerimentos, ofícios e/ou relatórios que existem no arquivo da Paróquia de São Sebastião na qual Padre Josimo era Pároco. Os documentos traziam informações importantíssimas como processo de pessoas em que se acusa o juiz de ser um grileiro, os jornais estampavam notícias de denúncias dos grileiros e da injustiça que ocorriam na região, dos juízes e da polícia que protegia os fazendeiros.

O diário de campo é um importante recurso onde nele registramos tudo que consideramos significativo no momento da entrevista, como inquietações, postura, ou seja, todo comportamento que não é possível registrar em outras técnicas; acreditamos que nos ajudou na análise dos dados da fala do entrevistado (a) na pesquisa, pois, conforme Cruz Neto (1994, p. 63), “nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas”.

No tocante ao lócus da investigação foram selecionados três municípios localizados no Bico do Papagaio: **São Sebastião do Tocantins, Buriti e Augustinópolis**, que fizeram parte do desenvolvimento da nossa pesquisa, e os sujeitos sociais foram: membros dos sindicatos dos trabalhadores rurais, associações, entidades religiosas (Igreja Católica) e pessoas da comunidade que vivenciaram os conflitos naquele período juntamente com o Padre.

Figura 1 - Mapa do Tocantins destacando a região do Bico do Papagaio



Fonte: Arquivo de Siney Ferraz.

A partir dessa definição buscamos manter contatos para conhecer as comunidades, bem como as pessoas. Visitamos os municípios, apresentamo-nos e, em seguida, explicamos sobre a importância da pesquisa para nós enquanto pesquisadora e, para eles, enquanto representantes de associações que vivenciaram a luta de Padre Josimo na região do Bico do Papagaio. Obedecendo aos horários e às disponibilidades de cada um, traçamos um pequeno calendário de entrevistas por municípios. Assim, marcamos as mesmas com os sujeitos/colaboradores que se dispuseram a contribuir com este trabalho. Falaremos um pouco do trabalho de campo. É importante ressaltar que não foi tão fácil realizá-lo, conforme imaginávamos, enfrentamos algumas dificuldades; sabemos que a região do Bico do Papagaio é uma área de difícil acesso, apesar das estradas serem asfaltadas; dependendo do local que você deseja ir não tem como voltar no mesmo dia, pois os transportes são alternativos e não estão disponíveis o dia todo.

Outros imprevistos aconteceram uma vez que mesmo articulando as entrevistas houve alguns contratemplos. A comunicação ainda é falha, o serviço de telefonia ainda é muito precário, trabalham apenas com uma operadora, caso não seja a que você utiliza, fica sem se comunicar, foi o nosso caso. Na primeira semana nossos familiares ficaram preocupados porque passamos dois dias sem dar notícias, pois, estávamos em uma área perigosa, muito embora, acreditamos que hoje não está tão perigosa como há alguns anos. A preocupação maior era principalmente por causa da temática em estudo “o Padre Josimo”, pois muita gente não quer e não gosta de falar sobre o assunto; o povo fala baixinho. É impressionante o medo que ainda se tem em falar no assunto.

Apesar das dificuldades de transporte, comunicação e pessoas que não queriam falar, além de algumas que viajaram e outras que não estavam em casa, recebemos muito apoio de pessoas que tinham sido nossos alunos na Universidade e facilitaram a articulação entre os entrevistados. Teve um dos entrevistados que quando chegamos à casa dele, tinha esquecido que iríamos entrevistá-lo e estava saindo para a cidade de Augustinópolis, lugar de onde tínhamos acabado de chegar e nos pediu para encontrá-lo no Fórum; esperamos praticamente amanhã toda. O mais impressionante foi que a entrevista aconteceu na praça, em meio a barulho dos carros, das pessoas cumprimentando-o, e de propagandas comerciais.

Tomamos muito sol, andamos muito a pé, mas enfim valeu a pena a experiência, passamos um mês para realizar o trabalho de campo. No primeiro momento fizemos um mapeamento nos 12 municípios que estavam ligados aos movimentos, para identificarmos em quais cidades iríamos desenvolver o estudo.

Uma situação interessante depois de termos ficado uma semana no Bico do Papagaio foi que precisamos voltar de Buriti para Tocantinópolis. Em um sábado, acordamos às 04h00min da manhã e pegamos um ônibus dos jogadores, eram todos homens e só eu de mulher. Na metade da estrada o ônibus quebrou ainda bem que foi próximo a uma pequena cidade chamada Luzinópolis, logo encontramos uma borracharia e ao mesmo tempo tomamos café em uma lanchonete próximo à borracharia. Eles iam jogar com um time de Tocantinópolis e por isso pegamos a carona.

Trabalhamos com uma amostra de 14 sujeitos⁷ sociais: sendo dois presidentes de sindicatos dos trabalhadores rurais, um padre, quatro membros de associações e sete pessoas das comunidades que vivenciaram o trabalho pastoral desenvolvido pelo padre na região no período em estudo. A escolha desses sujeitos seguiu o critério de participação e de envolvimento nos diferentes momentos do trabalho realizado com eles e para eles, a fim de obter informações variadas e amplamente os saberes e representação social dos diversos sujeitos presentes nesse processo educativo, bem como se baseou no tempo de vivência no processo de luta e participação dos movimentos sociais no campo no período em estudo.

Após realização da pesquisa de campo, analisamos os documentos a que pudemos ter acesso na Paróquia de São Sebastião e na associação Alternativa para Pequenos Agricultores no Tocantins (APA-TO),⁸ em Augustinópolis. A interpretação dos dados foi realizada a partir da análise dos dados coletados nas entrevistas, anotações, ou seja, em todas as técnicas utilizadas para coleta de informações sobre o campo de estudo e os sujeitos envolvidos na pesquisa concomitantemente com a bibliografia estudada e as contribuições dos autores pesquisados respaldando assim o resultado atribuído ao processo de investigação, análise e conclusão do estudo da problemática proposta.

De acordo com Szymanski et al. (2010, p. 72), “a análise dos dados implica a compreensão da maneira como o fenômeno se insere no contexto do qual faz parte. Este inclui interrupções, clima emocional, imprevistos e a introdução de novos elementos”.

Conforme aponta Bardin (1977*apud* PEREIRA E BARROS, 2003, p. 2), a análise de conteúdo é definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às

⁷ Os sujeitos referidos nesta pesquisa são tratados com as primeiras letras do nome e sobrenome para preservar a sua identidade. Cabe ressaltar que dentre os membros da comunidade que fizeram parte das entrevistas tinha políticos que conheciam a verdadeira história, bem como fizeram parte dela.

⁸ É uma Associação que orienta os agricultores, através do Presidente dos Sindicatos na elaboração de Projetos para aquisição de recursos para os agricultores.

condições de produção, recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. A partir da abordagem de Bardin (2003 *apud* FERREIRA; BARROS, 2003, p. 2) relacionam-se as possibilidades de uso das análises de conteúdo: a análise de conteúdo é usada quando se quer ir além dos significados da leitura simples do real.

Essa técnica aplica-se a tudo que é dito em entrevistas ou depoimentos, ou escritos em jornais, textos, livros ou panfletos, como também a imagens de filmes, desenhos, cartazes, pinturas, televisão e toda comunicação não verbal: gestos, posturas, comportamentos e outras expressões culturais. O autor salienta ainda que a intenção da análise de conteúdo se constitui na inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). Há também, na visão dele, fases que precisam ser seguidas para que o objeto seja clarificado, estas são: a descrição (numeração das características do texto, resumida após tratamento) primeira etapa necessária; a interpretação (significação concedida a essas características) e a última, a inferência um procedimento intermediário que vem permitir a passagem explícita e controlada de uma à outra.

Destarte, esta dissertação está estruturada e organizada em quatro capítulos. O primeiro versará sobre a justificativa na qual explicita o porquê da necessidade de desenvolver esta pesquisa e a relevância social que esta terá para aquela região, a problemática, os objetivos e a metodologia utilizada para realização, como e qual foi o percurso metodológico percorrido para chegar aos resultados, quais instrumentos, quais técnicas foram utilizadas, assim também mostra como surgiu o interesse pela temática em estudo.

No segundo capítulo tratamos da questão agrária e os movimentos sociais no Brasil e no Estado do Tocantins, fazendo uma retrospectiva histórica da questão agrária no Brasil no período em estudo, década de 1980, no intuito de refletir acerca das discussões dos movimentos sociais no contexto nacional e também no Tocantins, dando ênfase à região do Bico do Papagaio. Ainda daremos um destaque aos movimentos sociais e à luta pela Reforma Agrária sinalizando algumas conquistas do movimento que teve visibilidade a nível nacional, pela seriedade, compromisso e organização da forma como conduz a luta.

O terceiro capítulo trouxe a discussão da Igreja Católica no Brasil e sua influência nas lutas e conflitos sociais no campo. Dentro deste contexto será feita uma retrospectiva histórica do cenário religioso no Brasil e como se deu a participação da Igreja Católica no engajamento da luta pela terra junto aos posseiros e trabalhadores rurais no período entre os anos de 1970 e 1980, momento ainda da efervescência da ditadura militar; faremos ainda uma análise da postura da Igreja naquele contexto de violência no campo com a população pobre e sem

perspectivas de vida. Ainda abordaremos as perspectivas, conquistas e desafios no Estado do Tocantins, destacando o Bico do Papagaio, palco de conflitos e lutas.

No quarto capítulo fizemos uma abordagem acerca da dimensão política e pedagógica da ação pastoral do Padre Josimo e os movimentos sociais do campo na década de 1980. Apontaremos como se dava a prática pastoral e a ação pedagógica do trabalho realizado por Padre Josimo, como acontecia a estruturação dos sindicatos dos trabalhadores rurais e das associações no contexto da região do Bico do Papagaio e quais foram as contribuições das organizações sociopolíticas dos movimentos sociais rurais naquela região.

E, por fim, as considerações finais da dissertação, construindo uma síntese de todo o percurso da pesquisa, focalizando seus resultados e sinalizando alguns horizontes, é um desfecho que abre paradoxalmente para novos desafios a serem traçados e enfrentados no tocante aos movimentos sociais, à Igreja, à luta pela terra e para permanecer nela, sobretudo, na região do Bico do Papagaio, e, para encerrar, as referências, apêndices e anexos.

CAPÍTULO 2 - A QUESTÃO AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E NO ESTADO DO TOCANTINS

2.1 Retrospectiva histórica da questão agrária no Brasil

Historicamente a questão agrária no Brasil é marcada por conflitos pela posse e uso da terra. Neste capítulo discutimos sobre as questões desta luta a partir da década de 1960.

É importante relatar que realmente as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por movimentos sociais que lutavam não só pela posse da terra, mas por direitos sociais como: alfabetização de adultos, sindicalização, garantia dos direitos trabalhistas. Ainda nessas décadas os movimentos de organização dos trabalhadores assalariados chegam ao campo. Trata-se de uma continuidade das Ligas Camponesas. Graças a esse movimento foi um momento de muitas conquistas como Estatuto do Trabalhador Rural⁹ (ETR) criado em 1963; o Estatuto da Terra e outras manifestações importantes surgiram no campo brasileiro, mas a luta não parou por aí.

O processo de Reforma Agrária, na visão de Panini (1990), constitui um conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Panini (1990) e Stedile (2012) refletindo sobre Reforma Agrária, reconhecem a importância de termos em nosso país um projeto de Reforma Agrária que promova uma redistribuição de terra para todos e não para uma minoria buscando assim romper com a atual formação latifundiária que temos hoje, a qual expressa a grande concentração de terra e de poder nas mãos de uma minoria de brasileiros.

Segundo Stedile (2012, p. 639) o termo “questão agrária é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados não só à questão da posse, mas também à propriedade da terra”. Tal conceito foi se modificando ao longo dos anos de acordo com alguns pensadores, apresentando-se, hoje, segundo Stedile, como uma “área do conhecimento científico que procura estudar de forma genérica ou de forma específica, como cada sociedade se organiza, ao longo de sua história, o uso, a posse e a propriedade da terra”. Essas três categorias possuem características diferentes, ainda que complementares.

⁹ Criado pelo governo Goulart para controlar as atividades dos sindicatos da classe trabalhadora rural. Este contempla precariamente os assalariados rurais, é visto pelos assalariados como estratégia.

O modelo agrícola, assim como o modelo econômico global, privilegia os grandes capitais, excluindo os pequenos. São os grandes proprietários que mais têm acesso ao crédito rural, às políticas de comercialização. A tecnologia moderna, parte dela sofisticada, é onerosa e não é adequada à pequena escala de produção.

O resultado dessa política agrícola que favorece os grandes capitais é a concentração da terra, de forma a provocar o êxodo rural e o agravamento da crise urbana, resultando no inchaço dos centros urbanos, surgimento de inúmeras favelas, aumento da marginalidade, da miséria e da violência. Registra-se que o número de subempregados e/ou desempregados existentes nas grandes capitais é o espelho da crueldade do modelo capitalista brasileiro e da expansão da agricultura. Neto (1982, p. 58) “chama esse processo de “capitalismo selvagem”, segundo alguns, se bem que nas selvas a vida é bruta, mas não é discriminatória, nem desonesta”.

No equacionamento da questão agrícola as variáveis importantes são a quantidade e os preços dos bens produzidos, enquanto na questão agrária é a maneira como se organiza o trabalho e a produção, o nível da renda e o emprego dos trabalhadores rurais; e a produtividade das pessoas ocupadas no campo.

Ao fazer uma análise real do desenvolvimento da agricultura brasileira, não é fácil separar a questão agrícola da questão agrária, pois estas estão muito relacionadas e interdependentes. Para melhor entendimento pode-se apontar que quando ocorre dificuldade em uma, agrava a outra; como exemplo disto pode-se mostrar que à tentativa de elevar a oferta de alimentos e matéria-prima para a indústria, adotou-se um modelo agrícola que agravou sobremaneira a crise agrária.

A crise no fornecimento e os consequentes e sucessivos aumentos de preços dos alimentos se dava ao mesmo tempo em que se agravavam os conflitos pela posse da terra, de forma a piorar cada vez mais as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais. Atualmente a crise agrícola e a crise agrária são simultâneas, e estão inter-relacionadas. Assim, não podemos separar os problemas da questão agrícola daqueles que tratam da questão agrária.

É importante lembrar que as mudanças observáveis na agricultura brasileira apresentam-se como desenho distinto. Por essa razão diz-se que a modernização é parcial, e essa parcialidade das transformações acontece em três níveis, a saber: a) entre as regiões do país, b) entre as atividades agropecuárias c) entre os produtores rurais. De acordo com Neto (1982, p. 46), “vale destacar que o Sul e o Sudeste do país em termos regionais, são os que

mais têm se modernizado especificamente nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul”, pois têm recebido mais recursos financeiros.

O crédito rural, principal ferramenta da política agrícola, usado para viabilizar as transformações que se processam na agricultura, encontra-se distribuído de maneira parcial. O maior volume do crédito agrícola destinado aos produtores rurais, em 1977, coube ao Sul e Sudeste, como pontuamos acima, regiões que expressam uma participação significativa na produção brasileira. Conforme Neto (1982, p. 46-47), os dados do crédito rural nos mostram que nos anos de 1977 e 1980, as regiões Sul e Sudeste contribuíram com 70% do produto agrícola, mas receberam do governo 78% do crédito agrícola. O Nordeste, que contribui com aproximadamente 20% dos produtos recebeu 12% do total de crédito, embora com taxas de juros mais baixas. Os valores apresentados não incluem crédito para pecuária nem consideram o valor da produção animal.

No final da década de 1960, o regime militar optou pelo estímulo à ocupação das fronteiras e à modernização do campo tendo como base as grandes unidades produtivas, que levou o trabalhador do campo a sair mais rápido do interior da propriedade transformando-o em assalariado. Como se não bastasse foi com esse mesmo padrão de modernização que muitos produtores acabaram abandonando suas terras, às vezes sendo reféns de dívidas e muitas vezes impossibilitados de competir com a produção tecnicizada.

Alguns deles conseguiram se fixar no mercado urbano, outros não se adequaram à nova forma de trabalhar sendo obrigados até a aceitar trabalho que não condizia com seu perfil, por exemplo: colocar um agricultor para lidar com equipamento tecnológico, se ele não tinha nenhum conhecimento prático nem teórico sobre o equipamento. Assim, alguns ficaram sem trabalho por não se adaptar à nova realidade.

Não podemos deixar de apontar que essa mesma modernização que tirou o povo do campo para a cidade produziu um desmantelamento como o desmatamento, a degradação da terra e dos recursos naturais, ameaça à biodiversidade e aos recursos hídricos, e desta forma tornam-se inseparáveis a questão agrária e a questão ambiental.

O processo da modernização da agricultura brasileira só foi possível com a implantação de um sistema de pesquisa, assistência técnica e extensão rural que forneceu as bases para difusão do novo padrão produtivo. Conforme Alentejano (2012, p. 478), “[...] A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), fundada em 1972, desenvolveu várias pesquisas voltadas para adaptação de variedades às condições climáticas pedológicas brasileiras, das quais o principal exemplo foi a adaptação da soja no cerrado”.

Com a modernização ocorreu uma expansão da concentração da propriedade porque os latifundiários expandiram as terras. Dessa forma houve uma ampliação da desigualdade no campo brasileiro aos grandes proprietários: mais terras e mais riquezas. As terras foram se valorizando cada vez mais, originando mais especulação, tornando-se cada vez mais difícil a aquisição de terras pelo pequeno produtor, aumentando assim a expulsão dos posseiros e outros moradores. A modernização gerou ainda profundas transformações nas relações de trabalho, com o avanço das relações de assalariamento, principalmente o temporário, em detrimento das formas de trabalho familiar subordinados diretamente à grande propriedade (ALENTEJANO, 2012, p. 479).

A amplitude da modernização da agricultura foi alvo de grandes discórdias, porque para alguns estudiosos ela é generalizada e para outros é restrita e limitada, uma vez que consideram os que não são modernizados saíam no prejuízo. Alentejano (2012, p. 47) ainda afirma que “alguns produtores pioraram de condição ao se modernizar, e que tal constatação desconsidera os inúmeros produtores que não conseguiram acompanhar o processo de modernização.” Isto implica em dizer que esse processo de modernização beneficiou alguns produtores e outros não.

Para alguns estudiosos o processo de modernização da agricultura brasileira é conservador tendo em vista o padrão histórico de distribuição da terra, fundamentada em uma estrutura agrária deformada desde suas raízes, o que não faz parte da discussão no momento.

O pensamento reformista era de que o aumento da agricultura e da economia não teria condições de se viabilizar sem a efetivação de reformas estruturais profundas. Nesse sentido era indispensável a redistribuição da terra para elevar a produtividade e o nível da renda no campo.

No início da década de 1960, o clima político para a mobilização rural se torna mais propício, nascendo várias organizações agrárias, como, por exemplo, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)¹⁰ e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Os camponeses insistiam por melhores salários, serviços sociais, escola, água, estradas; contudo, a luta pela Reforma Agrária ainda era elementar. Segundo Panini (1990, p. 59), “as organizações generalizaram-se, praticamente, em toda América Latina. Em decorrência dessas mobilizações, representantes de diversos estados reúnem-se em Punta del Este, Uruguai, no ano de 1960, a fim de analisar a questão agrária e traçar algumas diretrizes”.

¹⁰ A ULTAB foi fundada em 1954, com a finalidade de coordenar as associações camponesas então existentes; tem sua sede em São Paulo. O MASTER foi fundado no Rio Grande do Sul, em 1960, como organização dos trabalhadores rurais sem-terra.

Nesse sentido, entendemos que havia um compromisso por parte das organizações para concretizar o programa de Reforma Agrária, incluindo o latifúndio e a terra mantida improdutiva. O IPES do Rio de Janeiro e São Paulo propuseram ao um grupo de empresários elaborar um projeto de lei de Reforma Agrária do ponto de vista da burguesia e dos grupos econômicos estrangeiros.

Essa proposta deveria conter algumas reivindicações dos camponeses, bem como encaminhamentos e solicitações tratando da Reforma Agrária e que não prejudicasse os interesses dos grandes proprietários e seus aliados. Isto implica dizer que o governo brasileiro honraria com seus compromissos internacionais assumidos na carta de Punta Del Este. Dessa forma entendemos que este documento foi produzido por pressão do governo americano, visando obter medidas que aliviassem as tensões naquele período.

O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) foi aprovado em 1963 pelo governo Goulart que regulava as relações de trabalho no campo, contemplando precariamente o trabalhador rural assalariado e tinha como estratégia controlar a ação dos sindicatos, isso na visão dos camponeses. Um ano depois, em 13 de março de 1964, o presidente da República assinou decreto prevendo a desapropriação, para fins de Reforma Agrária, das terras localizadas em uma faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. Conforme Panini (1990, p. 64) o presidente diz:

A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural [...] assinala um dos mais importantes marco da nossa história trabalhista sem desconhecer as dificuldades de ordem política a serem superadas para sua execução, estou certo de que constituirá um poderoso instrumento da redenção econômica e social do homem no campo e uma das condicionantes fundamentais de uma eficaz reforma agrária. A sindicalização rural, fator básico para implantação do legítimo e harmônico progresso social nos campos, vinha sendo permanente preocupação do meu governo. Só através dela poderão os trabalhadores rurais se organizar disciplinada e sistematicamente para defesa de seus interesses. A boa organização sindical é essencial ao êxito mesmo da aplicação da nova legislação trabalhista consubstanciada no estatuto recém-promulgado.

Esse Estatuto foi um meio de legalidade que os trabalhadores tiveram para poder reivindicar o seus direitos junto aos órgãos do governo, tendo em vista que até então não tinham nenhuma lei que os amparasse nas suas lutas por direitos; no entanto, tinha uma função política e com a ditadura militar não obteve resultado positivo.

As Ligas Camponesas surgem em 1955 no auge das expulsões dos foreiros das usinas, por causa do aumento do preço do açúcar. Os foreiros que não foram expulsos permaneceram

na usina sendo explorados no canavial pelo usineiro. Martins (1983, p. 76) aponta que “as Ligas se espalharam rapidamente pelo nordeste, contando no início com o apoio do PCB e com severa oposição a Igreja Católica”.

Com o passar do tempo foi criado um impasse, daí o Francisco Julião (deputado do PCB) propôs que as Ligas se tornassem vanguarda dos sindicatos rurais. A orientação era para que o pessoal da Liga entrasse no sindicato, este iria fazer algumas reivindicações como 13º salário, férias, escolas, hospitais, entre outros, e as Ligas que eram independentes queriam mais, o que se oferecia era incipiente, eles queriam mesmo era a terra. Com isso foi havendo maior articulação no campo, começaram a desenvolver e organizar um trabalho de massa.

Nesse contexto, ainda vigorava a legislação trabalhista opressora. Mesmo assim o movimento sindical proliferava em todo o país tentando quebrar a estrutura sindical imposta pelo poder do Estado. Naquele período os trabalhadores conseguiram se unir não só a nível regional, mas também nacional; dessa forma, criaram o Pacto de Unidade e Ação (PUA), reunindo mais de cem organizações sindicais, e em 1962 há mais de cinquenta anos criaram a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Tais organizações unem camponeses, operários e representam o ponto mais elevado de longo processo de conscientização e luta dos trabalhadores que em nível nacional é desencadeado na aurora do Estado Novo.

O manifesto dos camponeses causou grande inquietação nos empregadores que reagiram fortemente e com muita violência ao Estatuto do Trabalhador Rural que estava em processo de criação, pois os mesmos não aceitavam as novas obrigações patronais e expulsavam os trabalhadores das propriedades rurais onde moravam. Além disso, percebe-se que, a partir de 1962, organizações que defendiam a ideologia dos Institutos de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e grupos da Igreja Católica tiveram papel categórico na contramobilização das lideranças rurais.

Segundo Stedile (2012, p. 658.), existem alguns caminhos que se faz necessário seguir para que de fato se consiga alcançar a Reforma Agrária. O mesmo salienta que estes se desdobram em etapas, vejamos: a primeira refere-se à desapropriação entendida como a transferência que o governo faz da terra privada para o Estado através de um decreto, desapropriando a propriedade privada daquela área, indenizando o ex-proprietário baseado na lei do país; a expropriação ou confisco constitui uma segunda etapa, é quando há transferência de terra privada para o Estado sem indenização, como forma de punição por irregularidades exercidas pelos fazendeiros. A terceira faz referência aos casos intermediários - acontecem da seguinte forma: quando o governo não paga pelas terras, porém, indeniza as benfeitorias

contidas na mesma, e, por fim, a compra negociada com o fazendeiro existe quando há negociação de valores, sem precisar de decreto desapropriatório.

É válido apontar que existiam formas de beneficiar o trabalhador rural, lugar para que ele pudesse plantar, colher e valorizar a terra. Contudo, os latifundiários não permitiam a aplicação do Estatuto da Terra; ao contrário, usava artifícios ilegais para expulsá-los. Em meio à discussão identificamos, com base no olhar de Stedile, vários tipos de Reforma Agrária, quais sejam:

Reforma Agrária clássica – são considerados aqueles programas que ocorreram nas legislações aplicadas pelos governos da burguesia industrial para desapropriação e distribuição massiva de terras, que ocorreram durante o processo de industrialização. Tal distribuição ocorreu nos países como Japão, Filipinas, na província chinesa de Taiwan e na Coreia do Sul.

Reforma Agrária anticolonial – foram processos de reforma agrária que aconteceram durante o período de independência política das colônias da América Latina, tendo acontecido nos países do Haiti, Paraguai, Uruguai.

Reforma Agrária radical - caracteriza-se pela tentativa da erradicação do latifúndio e pela distribuição da terra realizada pelos próprios camponeses, na qual fuzilaram os proprietários de terra e realizaram a posse, conforme ocorreu em vários países como México e Bolívia.

Reforma Agrária popular – ocorreu no período de mudanças de poder a partir da aliança entre governos de natureza popular, nacionalistas e os camponeses, que culminou na distribuição massiva de terras à população do campo. Os países onde ocorreu tal reforma foram a China, Egito, Vietnam, Guatemala, Cuba, Nicarágua, entre outros.

Reforma Agrária parcial – Foram reformas que aconteceram após a Segunda Guerra Mundial a partir da intensificação da luta de classes e o ressurgimento dos movimentos revolucionários em diversos países da América Latina, África e Ásia. Entre outros países, aconteceu no Chile, Peru, Equador e México.

Reforma Agrária de liberação nacional - foram experiências que aconteceram, sobretudo nos países da África a partir da década de 1960 durante o processo de luta pela independência e descolonização. Nos países Tanzânia, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Congo, Líbia, Quênia, Zimbábue e na África do Sul.

Reforma Agrária socialista - são reformas que tem como base o princípio de que a terra é de todos e por isso não pode existir propriedade privada da terra, nem compra e venda

da mesma. Na Rússia, Iugoslávia, Alemanha Oriental, Ucrânia e outros países do chamado Bloco Soviético.

No Brasil a política de assentamentos rurais são aqueles programas de governo que procuram distribuir terras a famílias de camponeses, utilizando-se de desapropriação ou compra da terra dos fazendeiros. São políticas parciais, que atendem aos camponeses, mas não são massivas e por isso funcionam mais para resolver problemas sociais localizados ou atender populações mobilizadas que pressionam politicamente o governo. Eles buscam atender aqueles casos pontuais para não tomar uma dimensão maior, que possivelmente iria desencadear uma tomada de extensão de terra bem mais significativa para o latifundiário, o que causaria um transtorno inaceitável para eles.

Em meio aos vários conceitos de Reforma Agrária pontuados acima por Stedile, percebemos que é possível se fazer, contudo, é preciso saber como, porque muitas vezes não ocorre de forma pacífica é de maneira bem conflituosa, e em outros países ocorre “mais suave”, e, assim, é necessário saber um caminho a ser percorrido para que se possa alcançar o objetivo.

Uma das maiores frentes de luta pela constituição de uma sociedade democrática no Brasil está no campo. Isto porque neste espaço encontramos as lutas de várias categorias como pequeno produtor, povos indígenas, trabalhador assalariado, entre outros.

É importante destacar que cada luta tem o seu objetivo. Os assalariados, por exemplo, se deparam com os direitos trabalhistas adquiridos desde 1963, que os anos sempre são discutidos pelos fazendeiros. Os pequenos agricultores também enfrentam uma diversidade de problemas, visto que estão divididos entre si, como pequenos proprietários, pequenos arrendatários, parceiros autônomos, posseiros e parceiros sem autonomia. Seus problemas vão desde a deterioração dos seus produtos, a elevação da renda territorial, até a expulsão quase sempre violenta da terra. Conforme Martins (1982, p. 40),

Acrescente-se que transformações ocorridas na organização interna das grandes fazendas, como a substituição de lavouras por pastos, também lançou um grande número de trabalhadores para fora da terra, lavradores e trabalhadores expulsos dirigiram-se em parte para as cidades à procura de emprego, para formar o chamado “exército industrial de reserva”.

O trabalhador perde a condição de proprietário, quando é expropriado da sua terra e volta na condição de empregado assalariado para ser explorado pelas grandes empresas capitalistas nacionais e multinacionais. Nessa perspectiva, Martins (1982 p. 54) mostra que “o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho.

Para trabalhar, terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista que é que tem agora esses instrumentos”.

O trabalhador que não consegue enfrentar esta situação de pressão e agressão como posseiros, colonos, arrendatários, moradores, transforma-se em proletário e fica à procura de trabalho não só no campo, mas também na cidade. Tal situação é conhecida como trabalhadores avulsos e são conhecidos como “boias-frias”. Estes não trabalham o ano todo e algumas vezes são chamados a trabalhar muito distante de suas famílias, eles acabam não conseguindo voltar mais para casa. Contratados por “gatos”¹¹, esses peões depois se tornam reféns e escravos, contraem dívidas, que são transferidas do gato ao empreiteiro que em nome delas o escraviza e o peão quando tenta escapar é castigado ou mesmo executado.

A luta do campo é diversificada dificultando a organização de grupos, por se encontrarem um tanto distantes, e até mesmo os grupos são fechados. No campo podemos encontrar os índios, os seringueiros, os ribeirinhos, os posseiros, os quilombolas, entre outros. Observamos naturalmente que as propostas de base ainda não são construídas por eles, são impostas, já chegam prontas, são postas de cima para baixo, muitas vezes não atendendo às reais necessidades políticas e sociais do camponês, bem como, não tendo relação ou identificação com algumas questões do campo. Alguns países já tiveram experiências com projetos de Reforma Agrária e outros ainda estão no cerne da luta que não vai cessar como é o caso do Brasil.

Após apresentar vários tipos de Reforma Agrária ocorrida nos diferentes países acima explícitos, é mister ressaltar que por mais dura e fervorosa que venha sendo a luta, o Brasil também conseguiu entrar no rol dos países citados, mesmo não tendo havido uma verdadeira Reforma Agrária.

Ao longo da história do Brasil várias tentativas de Reforma Agrária foram realizadas, a exemplo do projeto do Ministro do Planejamento Celso Furtado na década de 1960, precisamente entre os anos de 1961 e 1964, no Governo de Goulart, que englobava toda a América Latina, sendo derrotado pelo Congresso no dia 1º de abril de 1964. Após essa derrota vivenciamos 20 anos de regime militar, e para não deixar de fazer algo nesta linha anunciaram programas para colonizar e distribuir terras públicas na fronteira da Amazônia Legal¹² para os

¹¹ São homens que trabalham para os fazendeiros, sendo conhecidos como agenciadores de trabalhadores, que alugam caminhões para transportar os peões prometendo salários e regalias que nunca serão cumpridas.

¹² É uma área pertencente à bacia amazônica, área de ocorrência das vegetações amazônicas. Com base em análises estruturais e conjunturais, o governo brasileiro, reunindo regiões de idênticos problemas econômicos, políticos e sociais, com o intuito de melhor planejar o desenvolvimento social e econômico da região amazônica, instituiu o conceito de Amazônia Legal. Nela vivem em torno de 24 milhões de pessoas,

camponeses, sobretudo para os fazendeiros e empresários. Assim, percebemos que tal situação beneficiava mais os que já possuíam terras e estes eram quem recebia maior “fatia do bolo”.

O regime militar vinha passando por um grande desgaste político, a ditadura teria sido implantada em 1964, resultado de um pacto civil militar, com o apoio de banqueiros, industriais e grandes proprietários de terra, que se sentiam ameaçados, temendo que o governo fizesse uma Reforma Agrária de massa. Conforme Martins (1986, p. 24), “os militares se dividiram em dois grupos, o da “Sorbonne”¹³ (Escola Superior de Guerra), mais moderados. Identificados com o grande capital, inclusive com o capital estrangeiro e os da linha dura, estes viam o país como quartel que precisava de comandante e disciplina”.

Os primeiros conflitos ocorreram com os proprietários de terra, que apoiaram o golpe para impedir a realização de uma Reforma Agrária. Nesse período, a proposta dos movimentos era que o limite máximo fosse de até 35 módulos rurais.¹⁴ Tais módulos devem variar de região para região, contudo a média nacional ficaria em 1.500 hectares e sua distribuição a todos os quatro milhões de famílias de camponeses sem-terra ou com pouca terra que ainda vivem no campo brasileiro.

Os movimentos populares urbanos foram impulsionados pelas Sociedades Amigos de Bairro (SABs) e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nos anos 1960 e 1970, mesmo diante de forte repressão policial, os movimentos não se calaram. Havia reivindicações por educação, moradia e pelo voto direto.

Agora é importante fazermos alusão ao que preconiza o Estatuto da Terra, o qual foi criado em 1964 pelo presidente Marechal Castelo Branco quando decretou a primeira Lei da Reforma Agrária no Brasil. Com o passar dos anos ela foi denominada de Estatuto da Terra, com o intuito de responder à necessidade de distribuição de terras de forma a evitar novos conflitos sociais, como acontecera em outros países a exemplo de Cuba.

Se bem analisada esta lei tinha um caráter progressista, uma vez que foi elaborada por pessoas competentes, de mente avançada, que tinham no seu âmago o desejo de propor um projeto que realmente favorecesse os interesses dos trabalhadores rurais. Na época os latifundiários paulistas fizeram a maior pressão contra a lei. Acompanhado com esta lei foi

segundo o Censo 2010, distribuídas em 775 municípios, que corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte dos estados do Mato Grosso e Maranhão.

¹³ O chamado grupo da Sorbonne, que percorreu todo o regime militar, era influenciado pela Escola Superior de Guerra, que hoje tem importância secundária, mas foi central na formulação de uma ideologia específica, não só militar como também civil, nos anos 50 e 60. A escola foi formada no Rio de Janeiro, com influência e presença de oficiais americanos e franceses. O modelo era o War College, dos Estados Unidos.

¹⁴ Módulo rural é a área mínima de terra para uma família sustentar-se e progredir econômica e socialmente; o tamanho desse módulo seria estabelecido por critérios técnicos.

criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), um órgão responsável pelas questões referentes à terra no Brasil. Foi o primeiro órgão com essas atribuições.

Para Mendonça (2010, p.37) o Estatuto guardava um evidente cunho reformista, que podia ser exemplificado pela própria Reforma Agrária. Esta se inseria em um conjunto de medidas que estava ligada a uma tática geral cuja racionalidade prendia-se ao Plano de Ação Econômica do Governo, no que se dizia tanto respeito à análise do papel da agricultura no desenvolvimento do capitalismo, quanto da própria reorganização fundiária. Tais fatores tinham como premissa fazer frente à crise econômica brasileira, que assim provocaria outras situações de interesse dos latifundiários.

É importante apontar que o programa fundiário do Governo Goulart não se propôs, em momento algum, acabar com o latifúndio, nem mesmo investiu radicalmente nas conhecidas reformas de base, pautando-se pelo “reformismo populista” apontado por alguns autores como Bruno (1997, p. 97 *apud* MENDONÇA, 2010, p. 36). A reação foi, sobretudo, as alternativas contidas nos movimentos dos trabalhadores rurais e no movimento social pelas reformas em geral que poderiam eventualmente apontar para uma Reforma Agrária “na marra” [...], uma vez que as manifestações davam sinais de prováveis rupturas de alianças que davam sustentabilidade às formas de dominação no campo desde muitos anos. Veja o que diz Graziano da Silva (1982 *apud* MENDONÇA, 2010, p. 39):

Afirma que o Estatuto da Terra teve como especificidade o fato de conter em seu bojo duas estratégias distintas: uma claramente “distributivista”, voltada para democratização da propriedade da terra; e outra “produtivista”, concentradora, já sinalizando a opção que prevaleceria nos anos de 1970, e assim chamada “modernização conservadora”.

Na verdade o estatuto serviu como campo de forças. Conforme mostra Bruno (1997 *apud* MENDONÇA, 2010, p. 41), desde a elaboração até a aprovação final, entre o governo e seus técnicos, principalmente os IPES que articulavam o golpe de 1964 e as distintas frações da classe dominante agrária que lutava para que não fosse implantado. O Estatuto iria beneficiar a distribuição de terra e dar apoio ao trabalhador rural, assim todos os vetos foram em tese um número bastante significativo para aniquilar o estatuto. O estatuto era visto como se fosse uma bola de ensaio que possibilitava criar limites ao latifúndio improdutivo no intuito de atingir a classe dominante.

A luta contra a Reforma Agrária foi sempre uma constante, por parte dos grandes latifundiários, e a Sociedade Rural Brasileira (SRB/SP) apontou claramente a sua posição¹⁵. A proposta de reforma defendida por tal entidade não era para beneficiar os trabalhadores, mas para beneficiar o latifundiário. Veja algumas das propostas apresentadas: a) fazer o parcelamento da propriedade redundaria em desequilíbrio demográfico no país; b) bastava prestar assistência técnica e financeira ilimitada aos proprietários; c) seu suporte deveria consistir na multiplicação dos balcões de carteira agrícola [...] (*A Rural*, fev. 1964, p. 6 *apud* MENDONÇA, 2010, p. 46). Além disso, a Sociedade Rural Brasileira sugeria como item básico no seu projeto a garantia de preços menores para todos os produtos agropecuários, aspecto nem de longe abordado pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Ainda nesse sentido, o mesmo autor destaca:

Na medida em que organizava a reação e pressão contrária ao Estatuto da Terra, a SRB difundia - tanto internamente, junto às suas bases, quanto extremamente - seu próprio projeto de reforma agrária que lograria sair, ao final de todo esse processo, vitorioso, assim como, em parte o projeto da SNA. Para ela qualquer desapropriação de terras seria abominável, fosse a título de reforma ou não, posto estar sendo atingido o “nervo” de toda classe por ela agremiada: o princípio sagrado da propriedade privada (*A Rural*, fev. 1964, p. 6 *apud* MENDONÇA, 2010, p. 48).

Contudo, o Estatuto da Terra ficou apenas no papel, serviu como faz de conta para resolver os problemas no campo momentaneamente. A questão agrária vivia sob o controle do poder central. O acesso a terra ficou fechado aos camponeses e totalmente aberto à empresa capitalista. O Estado servia apenas como estratégia para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos da terra no campo. Sobre o Estatuto da Terra Morissawa (2001, p. 99) mostra:

Além de tratar dos aspectos ligados aos conceitos de reforma agrária, introduziu novos conceitos designando os novos tipos de propriedade da terra no Brasil. [...] A propriedade que não excedesse o equivalente a 600 vezes o módulo da região e fosse explorada racionalmente, ocupando mais de 50% da área total agricultável, seria classificada, para efeito legal, como empresa rural. Isso não significava que a propriedade pertencesse a uma empresa ou atuasse como empresa capitalista. O nome se referiria apenas ao caráter produtivo da propriedade. Toda propriedade rural que não excedesse o tamanho admitido como máximo o da empresa rural, mas fosse mantida inexplorada em seu todo era considerado latifúndio por exploração. É o que se chama latifúndio improdutivo. Finalmente toda propriedade rural que independentemente do grau de utilização dado a ela, ultrapassasse 600 vezes

¹⁵ Sobre essa questão ver Mendonça. Livro *A Questão Agrária no Brasil nas décadas de 60 a 90*.

o módulo regional era classificada como latifúndio por dimensão. A lei também instituiu a desapropriação seja de latifúndio ou minifúndio que tivesse em desacordo com o que impunha, sem direito a contestação judicial pelo proprietário, a não ser em termos de valores indenizatórios. Além disso, criou o imposto territorial. É importante ressaltar que até então os grandes proprietários nunca pagaram um centavo de tributo sobre a propriedade da terra. Uma das inovações do Estatuto da Terra foi a definição da função social da terra.

Segundo essa definição o proprietário que utiliza com respeito o meio ambiente, de forma racional e adequada, e cumpre a legislação trabalhista, está dando à terra sua função social. O Estatuto da Terra surge, por sua acepção, querendo alterar a estrutura fundiária e castigar o latifúndio. A política agrícola dos militares promoveu a atualização tecnológica das propriedades, os grandes proprietários exercem uma forte influência sobre o poder judiciário e o Congresso Nacional.

Como o Estatuto da Terra não saiu do papel a política agrária do governo militar significou de fato a entrega de mais terras aos comerciantes e industriais. Foi nesse período que entregaram grandes extensões de terras públicas da região amazônica a grupos empresariais e também a multinacionais que, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), possuem hoje cerca de 30 milhões de hectares no Brasil.

Oliveira (1997, p. 147) considera o INCRA um órgão envelhecido, e como órgão público, apresentou várias transformações como: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA) e hoje INCRA, é contemporâneo de outros na área da agricultura. E estes estão fazendo o possível em meio a uma grave crise institucional. Para que o INCRA tenha condições de enfrentar o desafio da Reforma Agrária, é preciso passar por um processo de transformações, o que podemos considerar que não será uma tarefa tão fácil, pois terá que enfrentar uma política específica juntando todas as suas forças que é a da emancipação dos agricultores assentados em projetos de Reforma Agrária e de colonização.

Sem dúvida, a solução do problema agrário não está na distribuição de terras para os trabalhadores rurais, ela exige mudanças intensas na economia nacional e deve romper com os laços de dependência a que os países pobres estão atados.

2.2 Os movimentos sociais no campo e a luta pela terra no Brasil

Para compreender os movimentos sociais do campo se faz necessário destacar de forma breve os elementos estruturais da formação social brasileira. A estrutura agrária, as

raízes dos conflitos e das lutas camponesas nos contextos históricos nos ajudam a compreender que os conflitos são resultantes de um processo de reivindicações que ao longo dos anos não foram atendidas.

No Brasil o espaço agrário viveu e ainda vive um momento histórico desde quando os portugueses expropriaram as terras dos povos que já moravam no território há várias décadas. O uso da terra para os portugueses era para exploração, ou seja, para comercialização. O governo português implantou um regime de partilhamento e arrendamento. Com isso a terra foi dividida em grandes extensões que ficaram sendo chamadas de sesmarias, as quais foram apresentadas a nobres senhores que tinham dinheiro para explorar a terra.

Para isso os portugueses expulsaram os verdadeiros moradores, donos das terras, os indígenas, que foram escravizados e humilhados e os que permaneceram no convívio deles perderam sua identidade cultural, vivendo um choque de civilizações. Foi assim que tiveram início as grandes propriedades, os latifúndios e uma grande produção agrícola de monocultura, a exemplo, o café, o açúcar e a soja, todos voltados para o mercado externo. O monopólio sobre a terra e o poder que dela emana constituiu relações de dominação exercida pelos senhores da terra sobre os subalternos gerando inúmeras lutas. Os diversos conflitos por terra são enfrentamentos políticos que exigem a ocupação da terra como espaço de trabalho e de sobrevivência. De acordo com o pensamento de Batista (2006, p. 138),

Os sujeitos que dependem da terra para viver sentem nela um espaço de vida, de identidade. A terra é fonte de vida é vista como mãe, com ela eles têm uma relação materna, como evidencia a camponesa dona Ciça em entrevista a Pereira (2006, p. 105): “A terra pra mim é tudo. Eu só tenho vida porque vivo em cima dela. ela que me criou com os poderes de Deus, né? É ela quem cria. Sem ela ninguém passa. Não há vivente que passe sem a mãe terra. [...]”.

O depoimento acima mostra que os sujeitos do campo amam a terra porque usufruem dela para sua moradia e sustento do seu lar. A terra para eles é sagrada, é cuidada, eles têm uma cumplicidade tão grande com a terra que não se veem fora dela, porque nela eles têm tudo, e tudo de bom é na terra que eles buscam. É por isso a luta para permanecer nela. Quando ocorrem os conflitos, as lutas organizadas, é para defender o direito de plantar, colher, valorizar e preservar, ao contrário dos fazendeiros latifundiários que querem a terra para explorar e comercializar.

A literatura que aborda a relação entre educação e movimentos sociais, hoje, no Brasil, é ampla e rica. De modo geral focaliza o caráter educativo da organização política da

coletividade buscando melhorias de vida. Em se tratando do caráter histórico é importante ressaltar que cada situação histórica é expressa de forma diferente, de maneira a buscar a construção de uma ordem também diferente de acordo com sua realidade.

Nessa linha de pensamento a ordem econômica, as relações culturais, são elementos que explicam a origem dos movimentos sociais. É, por isso, que ao longo do contexto histórico acontecem as problemáticas sociais de cada época, surgem novos movimentos sociais de acordo com a situação vivenciada naquele dado momento. Segundo Boneti (2007, p. 56),

Entende-se movimentos sociais como uma manifestação coletiva, organizada ou não, de protesto, de reivindicação, luta armada ou como simples processo educativo. Entende-se que qualquer manifestação ou ação coletiva que se apresente com objetivo de interferir numa ordem social, possa ser chamada de movimento social.

Nas discussões de alguns teóricos a exemplo de Leonilde Servolo de Medeiros (2003), Maria da Glória Gohn (2008) e Vanilda Paiva (1985) sobre a temática dos movimentos sociais no Brasil vê-se como necessidade levantar tipologias desses movimentos como é o caso do messianismo, fanatismo, cangaceirismo etc. Outros estudiosos por sua vez optam por pontuar os movimentos sociais no Brasil como expressão de isolamento geográfico de políticas públicas. Destaca-se, por exemplo, a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1902), que, mesmo não sendo uma obra acadêmica, retratava claramente esse isolamento, dando ênfase aos aspectos geográficos e políticos, bem como à miséria no meio rural do final do século XIX e início do século XX.

Um dos movimentos que se destacam nesse período é a guerra de Canudos (Bahia-1893/1897). Um movimento surgido a partir da situação econômica naquela época, aparentemente, teve motivação religiosa, mas, na verdade, originou-se na fome e na miséria; a população não tinha perspectiva de vida, naquele momento o país vivia um modelo social e econômico agroexportador, sem industrialização, mas com a concentração na propriedade da terra com disparidades regionais, nacionais, cujas lideranças tinham suas origens das oligarquias rurais.

Podemos mostrar de forma bastante sucinta como surgiram os primeiros movimentos; foi a partir de uma determinada situação que as pessoas vivenciaram. Sob o comando de Antônio Conselheiro as pessoas decidiram construir uma igreja para abrigar o povo que vinha fugindo de vários lugares em busca de emprego, alimentos, de uma vida digna. Esse povo vinha pregando a palavra de Deus; parou para descansar e resolveu se unir, se organizar e

construir casas para as famílias. Dessa maneira surge um novo modelo de sociedade politicamente independente.

Nesse contexto em que eles se organizaram em grupo num determinado local, para lutar por alimentos e outros direitos, constrói-se um projeto juntando a constituição de saberes, aptidões e consciência da coletividade. Com esse entendimento desencadearam outros movimentos igualmente intitulados messiânicos, mas motivados por diferentes problemáticas sociais que aconteceram naquele momento histórico. Outro movimento que pode ser considerado messiânico, mas tem origem em uma problemática social e econômica, é o Movimento do Contestado, que ocorreu na região de Campos Novos e Curitibanos em Santa Catarina, um movimento camponês de caráter político-religioso, liderado por um curandeiro chamado “Monge” José Maria. Ele se envolveu em conflitos de interesses dos “coronéis”; acusado de servir aos monarquistas foi perseguido e refugiou-se em vila do Irani, local situado no centro de uma área de disputas pelos Estados de Santa Catarina e do Paraná.

Vale a pena destacar a relação da problemática social no meio rural nordestino como é o caso da seca e do monopólio da terra. Conforme aponta Faco (1980 *apud* BONETI, 2007, p. 57), destacam-se alguns movimentos, dois de caráter messiânico, o de Canudos e o de Padre Cícero do Juazeiro, e os movimentos dos cangaceiros, que marcaram a história do sertão nordestino como uma mostra de banditismo.

Como sujeitos políticos coletivos, os movimentos sociais lutam contra a exclusão política e por direitos que lhe são negados apontando conflitos presentes na sociedade. Historicamente os modelos político-econômicos estão baseados na propriedade fundiária, que ao longo do tempo vem adquirindo novas formas, não sofre alterações porque faz parte de pactos e organizações no poder e as alianças entre os setores da classe que as administra (financeiro).

No final de 1970, associada a essa resistência começa mesmo de forma muito lenta a progressiva abertura política da ditadura que vai modificando o cenário nacional apresentando os primeiros caminhos para restabelecer a democracia no Brasil. Em 1979, foi concedido o regresso de muitos líderes, exilados políticos, que possibilitaram posteriormente a criação de partidos políticos, associações e sindicatos dos trabalhadores rurais. É importante ressaltar a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT), bem como a reconstrução dos partidos políticos, Comunista e Socialista, que naquele contexto histórico tiveram grande influência e que mantiveram as mobilizações da questão agrária e a luta por terra. Conforme Sauer (2010, p. 81),

[...] as pressões sociais e as demandas por terra obrigaram o primeiro governo civil (presidente) José Sarney, 1985 a 1989, a formular um Plano Nacional de Reforma Agrária (I ENERA), lançado oficialmente em 1985. [...] o governo prometia desapropriar terras suficientes para assentar 1,4 milhão de famílias em quatro anos [...].

Na realidade o plano não foi executado, uma vez que não conseguiu cumprir a meta proposta no período do seu mandato. Um dos fatores que impossibilitaram de executar tal plano foi a pressão por parte da União Democrática Ruralista (UDR), que fazia parte das alianças da antirreforma que sempre defendeu os latifundiários.

Para Martins (1981 *apud* ALDIGHERI, 1993, p. 33), os camponeses foram historicamente deixados de fora desses pactos políticos, sendo negados alguns aspectos básicos como cidadania e democracia. A luta não se resume apenas ao acesso à terra, mas é contra a marginalização social e a exclusão política.

O governo se encontrava preocupado em conter as tensões sociais no campo, que tornaram difícil a integração de aspirações de um só projeto de reconstrução social. De forma singular havia grupos de pessoas que tinham uma visão e um posicionamento político forte, que tentavam resgatar a voz do camponês dando-lhe dimensão política, convidando-o para fazer parte dos movimentos sociais, seja para os sindicatos, seja para associações ou de todas as formas possíveis, tudo isso tentando evitar uma revolta camponesa no Brasil. Havia sim uma preocupação com a ampliação por parte dos grupos de direita com o mercado interno que tinha estratégia de um desenvolvimento capitalista autônomo, muito longe da luta pela terra, da luta dos camponeses pela renda fundiária.

As lutas camponesas não ocorreram naquele período tenso, elas surgiram aos poucos de forma mais consistente e segura com o intuito de enfrentar seus opositores de esquerda daquela época. Estas se justificavam pela grande repressão que ocorreu contra os trabalhadores do campo, em particular com as Ligas camponesas, as lideranças sindicais, os partidos políticos e as graves atrocidades dos fazendeiros.

Conforme apontamos anteriormente, a política adotada no período não apresentava nenhuma condição para melhoria do padrão de vida daqueles trabalhadores que viviam escravizados. Eles reivindicavam seus direitos e exigiam mudanças na estrutura fundiária. Esse foi um período que desencadeou muitas manifestações: as greves dos camponeses, cortadores de cana, colhedores de café, lutando por melhorias salariais. Essa situação ocorreu na Bahia, em Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo, Goiás, Minas Gerais e, posteriormente, em outros estados, reivindicando melhores condições de trabalho, melhores salários etc. conforme o exemplo apontado por Martins (1986, p. 41):

Em 1980 um empreiteiro confessou que vendia trabalhadores à Usina de Tucuruí – PA (uma empresa privada) a três mil cruzeiros a cabeça. Uma fazenda de Santana do Araguaia (Pará), em 1983 comprava peões de Paraíso do Norte (Goiás) a quarenta mil cruzeiros cada um. Os vendedores são empreiteiros de mão de obra, conhecidos como “gatos” como eram conhecidos na época. Mas são frequentes as empresas legalmente organizadas para tratar desse tipo de comércio.

Tal exemplo só vem mostrar a forma cruel e clara de escravizar o ser humano: fazer ele se sentir objeto de compra e venda.

A escravidão no Brasil de hoje não ocorre só nas regiões distantes da Amazônia, outros estados como Mato Grosso, Pará são campeões nesse aspecto. A luta pela terra, a violência política e costumeira dos proprietários fundiários, bem como a seletividade do Estado nos conflitos agrários indicam a continuidade do dilaceramento da cidadania no campo; contudo, também são reveladoras do vigor das lutas agrárias.

Em 1984 mesmo havendo as campanhas pelas “Diretas Já” em todas as capitais do país, o presidente (civil) Tancredo de Almeida Neves foi eleito ainda pelo colegiado eleitoral em janeiro de 1985, pelo Partido Popular (PP), sendo o primeiro presidente da República após a ditadura militar de 1964. E por motivo de complicações de saúde não chegou a governar o país, para tristeza de muitos brasileiros, assumindo o vice José Sarney, grande proprietário de terras no Nordeste do Brasil, e mais conservador que Tancredo; era o fim da ditadura militar.

Nesse contexto surge um novo ator social, o Movimento dos Sem Terra (MST), com uma nova forma de lutar, que se tornou o movimento mais conhecido no país em relação à luta pelo uso e pela posse da terra, bem como à questão agrária. Os chamados acampamentos¹⁶ causaram impacto na luta pela terra.

A Reforma Agrária popular, defendida pelos movimentos dos trabalhadores rurais sem terra (MST), Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimentos das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros, compreendem um amplo processo de expropriação dos maiores bens que estabelece uma linha máxima da propriedade rural no Brasil.

De 1980 a 1985 o MST teve uma considerável participação na luta pela terra. Nesse período realizou muitas ocupações por todo o Brasil. Conforme aponta Morissawa (2001, p. 206), “[...] o trabalho e a produção nos assentamentos tinham um caráter individual, eventualmente eram realizados em grupos, o MST ainda estava em fase de gestação e não

¹⁶ São as ocupações que os trabalhadores fazem nas terras, por cansar de esperar por uma resposta do Governo. Eles entram nas terras e montam suas barracas ou tenda para forçar o governo a tomar uma atitude.

havia realizado um debate amplo sobre as formas de cooperação e os problemas derivados da falta de crédito rural”.

Em meados do ano de 1985, José Gomes entrega para lideranças políticas um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O plano procurava atender às demandas sociais mais urgentes no âmbito rural, visando desapropriações que permitissem o assentamento de trabalhadores rurais sem-terra nas áreas de maior conflito no país. Mendonça (2010, p. 92) aponta que “a proposta do PNRA foi anunciada no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, o que em si já se constitui um fato politicamente relevante, posto acenar com novas possibilidades de ação fundiária”.

Os recursos previstos no PNRA constituíram a figura jurídica da desapropriação por interesse social, o que faria muita diferença com relação aos planos anteriores. A Constituição Federal confere ao Estado o direito de desapropriar terras que não estejam cumprindo a sua função social, porém igualmente indenizar o valor dessas terras em Título da Dívida Agrária (TDA) e não em dinheiro, a não ser que tivesse benfeitorias, aí sim poderia ser paga em dinheiro.

Tal plano beneficiava os posseiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários, e tinha por objetivo a aplicação do Estatuto da Terra e viabilização da Reforma Agrária. Nesse mesmo ano o então presidente José Sarney assina o Decreto nº 91.766 que aprovaria o PNRA, o qual teria sofrido grandes modificações no processo de tramitação, o que não agradou ao presidente do INCRA e seus colaboradores, causando desgastes que fizeram a equipe deixar o governo.

Por trás desse fracasso havia a reação dos latifundiários e nesse mesmo ano criaram a União Democrática Ruralista (UDR), entidade que era contrária à Reforma Agrária, e que pressionou o Congresso Nacional no qual obviamente tinham representantes. A UDR procurou se inserir junto com os pequenos produtores, latifundiários e proprietários para propagar notas que prejudicariam a efetivação da Reforma Agrária, de forma a financiar campanhas de alguns partidos para que tivessem representantes que iriam fazer parte da Constituinte no ano de 1987/1988, garantindo a imposição de emendas que se referissem à desapropriação fazendo com que o Estatuto da Terra retrocedesse, vez que na sua maioria todos eram latifundiários. E aos poucos eles foram conseguindo propor mudanças de termos para que tivessem mais de um sentido dificultando assim a Reforma Agrária. Morissawa (2001, p. 108) mostra que “no final o governo de José Sarney tinha assentadas apenas 82. 690 famílias, ou seja, 6% do total que era previsto, de 1,4 milhão de famílias”.

Em 1986 foi colocada uma proposta de criação de outro movimento, somente de assentados. Essa proposta foi considerada desarticuladora, pois contrariava os princípios do movimento. Após várias discussões tal proposta foi descartada. Desse modo foi criada a Comissão Nacional dos Assentados do MST, que lutou por um crédito para os assentados sendo aprovado o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), que se tornou a principal linha de crédito dos assentados.

Tavares Santos (2000, p. 2) apresenta quatro fases de conflitos no campo, sendo que a primeira aconteceu no período de 1985 a 1989, período de grande ocorrência desses conflitos. A Nova República não oferece trégua aos camponeses, ela admite que a violência ocorra de maneira seletiva e impune, havendo aumento no envolvimento de pistoleiros, policiais civis e militares em todo país.

Os assassinatos tomam conta do país em todo o território nacional, sendo que a maior parte ocorreu nos estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Bahia e Goiás. Ao contrário do que se pensava, com a “Nova” República, a situação do campo se agrava mais ainda.

Para melhor visualizar e tornar-se fácil o entendimento dividimos os assassinatos no campo, no Estado do Goiás, em 05 (cinco) quadros conforme podemos ver a seguir:

Quadro 1 - Descrição dos assassinatos no campo no Estado do Goiás no período de 1973 a 1986

Período	Nº de mortes	Funções	Responsáveis	Principais motivações
De 1973 a 1979	08	Líderes camponeses; posseiros e lavradores.	Policiais militares e Exército.	Conflitos de terra.
DE 1980 a 1981	06	Lavradores; trabalhadores rurais e membros de sindicatos.	Grileiros; jagunços; membros da Família Carvalho e membros da Administradora da Cia Mariane Van Dort.	Questões de terra; Limites de terras.
De 1982 e 1983	11	Trabalhadores rurais; Lavradores; Posseiros; Peões de fazenda; Parceiros agrícolas.	Fazendeiros, grileiros e pistoleiros.	Cobrança de dívida ao patrão; Indenização trabalhista; Descontentamento com o sistema de trabalho; Contrato de trabalho; Conflito pela posse da terra.
De 1984 a 1985	16	Posseiros; Lavradores; Garimpeiros; Dirigentes sindicais.	Proprietários de terras; Pistoleiros.	Conflitos de terras; Questões trabalhistas; Por defender outros trabalhadores; Vingança.
1986	09	Padre; Agentes pastorais; Lavradores; Posseiros; Peões; Arrendatários.	Fazendeiros; Pistoleiros; Agentes da UDR.	Defender os posseiros na luta pela Reforma Agrária; Conflitos de terra.

Fonte: Adaptado do Relatório da CPT Araguaia-Tocantins.

Observando o Quadro 1 vimos que no período que compreende os anos de 1973 a 1979 foram assassinados 08 (oito) agricultores no conflito por terra na região do Estado do Goiás. É importante dizer que esse número corresponde aos dados registrados oficialmente porque muitos outros não foram divulgados. Podemos verificar também que os responsáveis foram principalmente policiais militares e do exército. Então se era a própria autoridade que era responsável pelas mortes, a quem os lavradores podiam recorrer? Situação que ia se agravando cada vez mais, conforme veremos nos anos a seguir.

No intervalo entre os anos de 1980 e 1981, podemos verificar que foram registrados 06 (seis) assassinatos, sendo responsabilizados, principalmente, jagunços e grileiros. Vale lembrar que os motivos não divergem dos assassinatos mostrados anteriormente e sim reforçam a ideia de que a luta por terra no Brasil foi se agravando ano após ano.

No período entre 1982 e 1983 aconteceram 11 (onze) mortes no campo e a maioria dos assassinatos eram encomendados pelos patrões, através de seus jagunços, capatazes ou até mesmo a polícia. Quando não era pela questão da terra, era por motivos banais, como por exemplo, cobrar uma dívida para comprar remédios. Esse era o panorama que os posseiros viviam no Estado do Goiás, hoje Tocantins. Por ver e vivenciar esse desmando foi que o Padre Josimo se posicionou para defender os trabalhadores, e por isso foi morto.

Ainda de acordo com os dados acima, identificamos que entre os anos de 1984 e 1985 ocorreram 16 (dezesseis) assassinatos, todos por questões relacionadas à luta por terra e tendo como responsáveis pessoas ligadas aos grandes fazendeiros. Essa circunstância evidencia o quanto era difícil a situação para os lavradores. A maioria das causas da morte se deu por conta de solicitar um acordo com o patrão; outras por ter ganhado a causa e, para não pagar, o patrão manda matar. Destacamos ainda que os dados apresentados acima nos mostram que houve um aumento significativo de assassinatos no campo no Estado do Goiás à medida que os anos foram se passando e os mandantes não foram devidamente punidos.

Em relação aos dados do ano de 1986 foram registradas 09 (nove) mortes dentre elas a do Padre Josimo Morais Tavares, coordenador da CPT; 01 (um) agente pastoral da CPT; 04 (quatro) lavradores; 01 (um) peão de fazenda; 01 (um) posseiro e 01 (um) arrendatário. Todas também ligadas à luta por terra e tendo como responsáveis grandes fazendeiros da região.

O quadro apresentado demonstra o ininterrupto e ascendente processo de assassinatos no campo no Estado do Goiás, especificamente na Região Sul, que em 1989 tornou-se o Estado do Tocantins. Se observarmos com atenção iremos identificar que em sua maioria as vítimas eram trabalhadores rurais, posseiros, dirigentes sindicais e membros da CPT, “alvo” dos fazendeiros, o que vem comprovar que todas essas mortes se deram por causa da luta pela

terra, sobretudo para permanecer nela, uma vez que os responsáveis eram sempre os fazendeiros e/ou pessoas ligadas ou contratadas por eles para fazer o serviço.

Conforme Morissawa (2001, p.145), no ano de 1987 mais de um milhão de trabalhadores rurais são envolvidos em conflitos de terra. Em 1988 aproximadamente 1.600 camponeses ocupam a fazenda Terra Bela (MA), nas proximidades do Bico do Papagaio. Esses 1.600 camponeses formavam uma população que perseguia duas ideias: a primeira, a sobrevivência diária; e a segunda, a legalização das terras que ocupavam. Em meio à luta, os conflitos se instalavam, e praticamente em paralelo a toda essa situação começa a formação da Constituinte para elaborar a nova Constituição Federal da República. E ao que nos parece estávamos vivendo em mundos “diferentes”, pois se percebia no olhar a “indiferença” dos detentores do poder, que viviam preocupados em defender e garantir os seus interesses.

Em 1986 a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) iria realizar a votação da Reforma Agrária. Conforme apresenta Mendonça (2010, p. 151), “a UDR aponta que no que tange a atuação política pode ser dividido em quatro momentos”. O primeiro em 1986, marcado pelo assassinato de Padre Josimo Moraes Tavares em conflitos de terra, bem como pela demissão do ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, além de outras coisas que aconteceram nas eleições para ANC.

O segundo momento foi em fevereiro de 1987, marcado pelo debate em torno da instalação da Constituinte, assim como pela votação das comissões temáticas; o terceiro teve início em julho de 1987, com os trabalhos da Comissão de sistematização e a caminhada cívica da UDR em Brasília que culminaria com o fim das votações e as mudanças promovidas pelo “Centrão¹⁷” em dezembro do mesmo ano.

E, o quarto momento iniciado em janeiro de 1988 com as emendas substitutivas ao Projeto de Constituição encerraria com a votação da Reforma Agrária e com o mandato do Presidente que passou de 04 para 05 anos. É importante relatar que a UDR esteve presente acompanhando sua atuação política visando crescimento do seu prestígio, bem como a ampliação do espectro de alianças políticas em que esteve envolvida.

Após a promulgação da Constituição em 1988, no Congresso Nacional, a Constituição Cidadã como foi denominada pelo deputado Ulisses Guimarães, segundo ele iria restituir aos brasileiros seus direitos negados pela ditadura militar e apontar seus direitos como cidadãos

¹⁷ Bloco no Congresso Constituinte de 1987-88 que aglutina os parlamentares conservadores. Constitui-se num grupo majoritário unido; por exemplo, em torno da mudança do regimento interno, ou da não desapropriação das terras produtivas, conta com o apoio de entidades conservadoras, como a UDR e a UBE.

de uma nação que se reconstituía democraticamente, a qual apresentou inovações pela primeira vez na história tornando mandato constitucional a necessidade de toda propriedade¹⁸ inclusive a propriedade da terra artigo 186, cumprir a função social. Contudo, o direito de propriedade deixou de ser absoluto na visão de Souza e Sauer (2009 *apud* SAUER, 2010, p. 81), respondendo as organizações agrárias e as lutas populares pela democratização e pela eliminação das desigualdades sociais. Segundo Sauer (2010, p. 81) o texto constitucional em evidência determinaria que a propriedade cumprisse sua função social, ou seja, de respeitar os direitos coletivos à vida. (CF, Art. 186).

Os movimentos sociais intensificaram as mobilizações exigindo terra. Para continuar na terra os posseiros mudaram de estratégia de luta, partiram para as ocupações. E este passou a ser o mais novo método de agir. Sendo assim o movimento da luta passa a ser proativo e não mais de resistência.

A luta continua e os conflitos por terra também. Tavares Santos (2000, p. 4) mostra quatro tipos de violência que ocorrem no campo e que ele considera grave e vale a pena explicitar. A primeira violência se caracteriza pela relação do homem com a natureza, que é a **violência ecológica**, a violência contra a fauna, a flora e o meio ambiente; a segunda muito conhecida por todos, a **violência agrária**, aquela das relações de dominação entre as classes e os grupos sociais; faz menção à **violência política** e à **violência simbólica**, constituídas enquanto violência programada.

A violência política é a que mais vivenciamos na região do Bico do Papagaio. Esta por sua vez se expressa em forma de dominação entre as classes sociais no campo, exercida por mandantes particulares e executores individuais como também milícias privadas. Tal forma de violência consiste em liquidar os opositores dos conflitos fundiários (assassinar as pessoas).

Assim, para que possa ser identificada essa violência podemos exemplificar vários elementos como: a emissão de títulos sem área de posse, grilagem¹⁹; emissão de títulos falsos, cartórios registram imóveis de forma irregular; o judiciário emite liminares sem qualquer cautela, apenas na versão dos proprietários e, por fim, a omissão dos processos criminais. Santos (2000, p. 4) relata ainda que “entre 1964 e 1988 foram registrados cerca de 2.100 assassinatos de trabalhadores rurais, índios, advogados, religiosos, entre outros, e destes só 60 casos foram levados a julgamento”.

¹⁸ Artigo 5, XXIII da CF “que trata dos direitos e deveres Individuais e Coletivos”.

¹⁹ Um fenômeno comum no Brasil da ocupação ilegal de terras a partir de documentos falsificados, em que usa violência entre os posseiros, aumentando, na documentação, a dimensão da área, muitas vezes com a conivência de cartórios e juízes. O grileiro tenta dar uma aparência legal à fraude. Some-se a isto a existência de diversos títulos de propriedade para uma mesma área e fiscalização ineficiente junto aos Cartórios de Registro Imobiliário.

Essa situação mostra o quanto o judiciário não se preocupa, ou até mesmo trata com total descaso para resolver tal situação, que hoje continua do mesmo jeito ou pior, porque o problema da violência no campo brasileiro continua.

A violência no campo é agravada por problema identificado no município de Açailândia no Maranhão que é a questão do aliciamento de mão de obra para o trabalho escravo no qual os trabalhadores são enganados, atraídos por vantagens que na verdade não existem e são levados, na maioria das vezes, para locais longe de suas casas, fazendas de gado, áreas de desmatamento e carvoarias clandestinas e são submetidos a jornadas exaustivas de trabalho pesado e ainda são impedidos de deixar os locais de trabalhos por dívidas contraídas com os patrões.

Com um considerável avanço em “alguns aspectos” nas últimas décadas do século XX as investigações e análises dos movimentos sociais vão sendo modificadas ao longo das crises e das teorias que as sustentavam até o momento. Sob essa perspectiva começam a surgir os novos movimentos sociais²⁰ que aos poucos vão tomando conta do cenário nacional e avançando a cada dia como, por exemplo, os movimentos étnicos, de negros e povos indígenas; de gênero, feminismo, de homossexuais; movimento ambientalista, e outros ligados à diversidade cultural.

Gohn (2010) chama atenção para as novidades do novo milênio, principalmente na América Latina apontando o que deve ser observado em relação às análises e argumentações dos movimentos e ações coletivas, que denomina com o uso da categoria “mobilização social”.

Diferentemente da mobilização política, a mobilização social está inter-relacionada com mudança de comportamento, obtenção de novos valores, acesso a meios de inserção social. Nesse sentido, mobilização é uma categoria idêntica de participação. Pois “mobilização social” é o envolvimento ativo do cidadão, da organização social, da empresa nos rumos e acontecimentos em nossa sociedade.

Conforme Gohn (2010), os movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade, mas há uma pluralidade de movimentos que se diferenciam não apenas por suas causas, demandas e anos de existência, mas também por seus projetos e sua visão de mundo, por seus objetivos e suas articulações internas e externas. Assim, aos poucos percebemos as

²⁰ O que distingue os novos movimentos sociais dos demais movimentos “clássicos” não é a época de surgimento, mas o teor de suas demandas, que apregoam a autonomia com relação aos poderes instituídos e são menos enraizadas nos conflitos de classe e ideologias totalizantes (JEZINE e PINTO, 2007, p. 87).

mudanças ao longo dos anos e os fragmentos pelo qual muitos movimentos passaram, bem como o surgimento de outros com identidade definidas outras ideias e pontos de vista central.

Conforme Touraine (*apud* GOHN, 2010, p. 132), é importante identificar os sujeitos que estão em discussão nesse cenário tão amplo e para isto se faz necessário dividir em três formatos organizativos como se estruturam os principais movimentos sociais da atualidade: No primeiro os movimentos lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e mais recentemente culturais; o segundo formato diz respeito à luta por melhores condições de vida e de trabalho, que demanda acesso e condições para terra, moradia, alimentação, saúde, lazer, emprego, salário etc. e, por último, as lutas que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos etc.

Nesses formatos percebemos que o campo desse tema e problemas ainda está bastante amplo, entra no universo da cultura, da economia, das relações sociais e políticas.

Dessa maneira podemos mostrar que a luta dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina está cada vez mais intensa, vem tomando uma dimensão bem maior do que nas décadas passadas, as pessoas estão buscando se identificar com uma determinada categoria e estão se agregando para fortalecer a mobilização contra as imposições que lhe são conferidas. Destacamos algumas formas de protestos como os Fóruns e/ou Eventos, com participação massiva dos diversos movimentos sociais, rurais e/ou urbanos, como: Movimentos de mulheres; de índios, de negros, de sem-terra, entre outros existentes. Esses e muitos outros estiveram juntos na Cúpula dos Povos por ocasião do evento chamado Rio+20, no mês de junho de 2012²¹.

2.3 Os movimentos sociais no Estado do Tocantins e os conflitos sociais no Bico do Papagaio

A região do Bico do Papagaio está localizada no extremo-norte do Estado do Tocantins, entre os Estados do Pará e do Maranhão. A situação geográfica é peculiar, pois está cercado por dois grandes rios, o Araguaia e o Tocantins, cujo formato da confluência, segundo alguns estudiosos, lhe inspirou o nome. O Bico do Papagaio ainda se constitui em uma área pioneira de acesso à Amazônia. São três os núcleos urbanos mais importantes que, ao longo do período de conformação da região, em diferentes momentos históricos, maiores influências tiveram sobre o processo de ocupação.

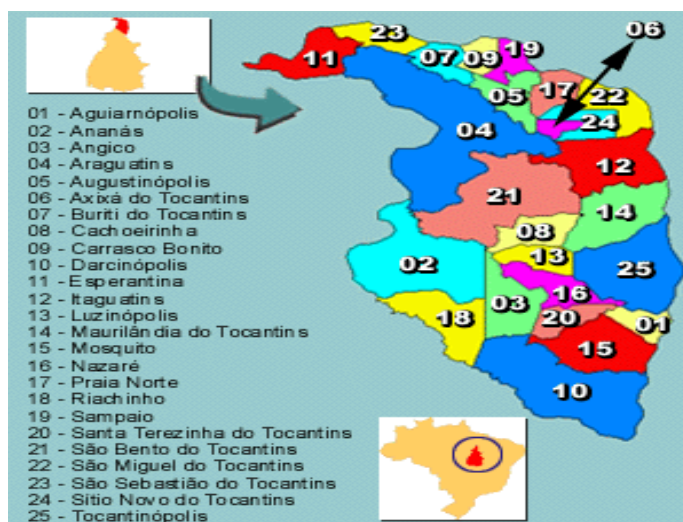
²¹ Evento realizado no Rio de Janeiro que reuniu comissões de alguns países para discutir a preservação do planeta, sobretudo o meio ambiente para os próximos 20 anos e os movimentos sociais estiveram presentes em forma de protesto para que também pudessem ser ouvidos, atendidos e incluídos nas suas solicitações.

A região possui uma área de 15.933,20 Km². Esta dimensão corresponde a 5,74% do território do Estado do Tocantins e é integrada por 25 municípios. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) registram a população em 197.789 habitantes que representavam, a essa altura, 15% do total do estado. A densidade demográfica de 9,33 hab./km² é considerada a maior do Tocantins.

Os moradores da região vieram na sua maioria do Nordeste brasileiro principalmente dos Estados do Maranhão e do Piauí. As primeiras ocupações da região iniciaram há mais de 120 anos, marcadas pelos conflitos com os índios Apinagés Gavião (habitantes originais da região), atraídas pelos recursos minerais e extrativistas.

Na divisão geográfica política o Bico do Papagaio é composto por 25 municípios, conforme pontuamos acima, são eles: Ananás, Angico, Araguatins, Aguiarnópolis, Augustinópolis, Axixá, Buriti, Carrasco Bonito, Cachoeirinha, Palmeiras, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Maurilândia, Nazaré, Luzinópolis, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, São Bento, São Miguel, Santa Terezinha do Tocantins, São Sebastião, Sítio Novo e Tocantinópolis. Todavia apenas 12 faziam parte do movimento, a saber: São Miguel, Sítio Novo, Axixá, Augustinópolis, Praia Norte, Sampaio, Carrasco Bonito, Itaguatins, Araguatins, Buriti, São Sebastião do Tocantins, Buriti e Esperantina, conforme pode ser visualizado no mapa abaixo:

Figura 2 - Mapa do Bico do Papagaio com todos os municípios



Fonte: Bico do Papagaio City Brazil.

O Bico do Papagaio é o nome popular da microrregião geográfica, classificada como Extremo-Norte Goiano; contorna-o, ao norte, a confluência dos rios Araguaia e Tocantins,

onde se forma uma figura que vista nos mapas se assemelha ao bico de um papagaio. Está situado entre os paralelos 5° e 7° de latitude sul. Possui terras férteis, águas abundantes, e é rico em babaçuais.²²Faz parte da área pré-amazônica e da circunscrição administrativa da Amazônia Legal. Pertencia ao Estado do Goiás, mas passou a ser a ponta extrema do Estado do Tocantins desmembrado do quinhão goiano pela Carta Constitucional de 5 de outubro de 1988.

Na década de 1920, a terra era considerada o único bem de grande valor do extremo-norte do Goiás; aqueles que a ocupavam, trabalhavam na agricultura visando à subsistência e os que criavam gado tinha poucos rendimentos, naquela época não havia terra legalizada. Nos anos de 1940 vieram muitos migrantes de outros estados, inclusive os nordestinos que fugiam da seca, à procura de terra para plantar e colher seu alimento. Ali encontravam os babaçuais que proviam a sobrevivência dessa gente, para a qual a terra era um dom de Deus. Posteriormente, nos anos 60 a situação por ali era bastante tensa, pois nesse período chegaram os fazendeiros de Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Aquela região era complicada. O Estado concedeu vários títulos a fazendeiros, cuja validade era muito duvidosa, pois ele tomava como base apenas registros paroquiais. Isso causou historicamente o marco inicial da “grilagem” no processo fundiário brasileiro.

O Bico do Papagaio tornou-se palco de muitos conflitos, tendo em vista que os imigrantes, que chegavam ali em busca de terra para plantar e dela tirar o sustento da família, começavam a trabalhar na terra e a plantar, mas não possuíam nenhum título legal, nem documento registrado em cartório que os definiria como proprietário, nos censos era definido como ocupante da terra.

Existem posseiros em todo o Brasil, é o lavrador pobre que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois que separa uma boa parte para o sustento da família. Não tem acesso a crédito rural, e o que vende é para suprir outras necessidades como remédios, gás, sal, roupas etc. As maiores concentrações dos posseiros estão na Região Norte e Centro-Oeste do país, mas o Maranhão é o estado do Nordeste que concentra a maioria dos

²² O babaçu verdadeiro é a palmeira oleaginosa mais importante do extrativismo vegetal brasileiro, e a mais adaptada às condições ecológicas da Amazônia oriental e de alguns estados do Norte e Nordeste do Brasil, especificamente nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Cada palmeira pode apresentar até seis cachos de cocos, sendo responsável por 80% da produção nacional de amêndoas. O babaçu fornece cerca de setenta subprodutos, e dele tudo se aproveita. Suas folhas arqueadas chegam a medir oito metros de comprimento e, nas zonas rurais, são utilizadas como telhado das casas.

estabelecimentos agrícolas pertencentes a posseiros. Direito extrativista às vezes também era outorgado, e aqueles que trabalhassem por algum tempo em terras que ninguém reivindicasse podia adquirir o direito de posse. Com a chegada do grileiro²³ considerado um “autêntico traficante”, que expulsava ou mesmo matava o trabalhador que ali morava por 3, 4, 5 ou até mesmo 10 anos eles se apropriavam das terras para vender aos fazendeiros. De acordo com Le Breton (2000, p. 55),

A grilagem é uma arte antiga no Brasil, e seus praticantes desenvolveram um grande repertório de truques, objetivo é obter escritura, a qualquer preço, uma coisa facilitada pelo fato de ninguém ter uma noção bem clara da situação da terra. A primeira divisão do novo mundo foi feita pelo Papa em 1494, quando, através do tratado de Tordesilhas, quando ele riscou uma linha no mapa da América do Sul, dando toda terra a Oeste para Espanha e toda terra a Leste para Portugal. [...] No contexto de uma titulação de terra tão caótica o caminho estava aberto para toda e qualquer pessoa inescrupulosa que quisesse enriquecer, juízes, médicos, arquitetos, homens de negócio e autoridades locais, seguiram-se um após o outro na contratação nos serviços de especialistas em falsificação de documentos. Era incrivelmente fácil conseguir certidões em branco nos cartórios de registro de propriedade e preenchidas a gosto. Com um traço de caneta, propriedades podiam ser ampliadas e mapas redesenhados. Documentos podiam ser artificialmente envelhecidos para comprovar uma apropriação mais antiga.

Os maiores conflitos no Bico do Papagaio foram em consequência dessas situações que tiveram início desde o Brasil colônia. Com a vinda de fazendeiros do Sul, do Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais para a região, as grandes fazendas se transformaram, foram alvo de suas práticas em se apropriar de terras que não lhes pertenciam. Passaram a deixar o plantio em aberto e as pastagens cercadas, o que significou a necessidade de todos cercarem suas terras, situação esta que impossibilitou os posseiros de fazer a demarcação das terras, pois não possuíam recursos para aquisição de arame para demarcar seu território. Esta situação favoreceu os fazendeiros passando sua cerca no interior das terras ocupadas pelo posseiro que, de acordo com a lei usucapião²⁴, já teria seu direito adquirido. A cerca passou a ser inimiga dos posseiros. Essa forma era apenas um começo, depois se seguiram as pressões para retirada definitiva dos posseiros, quando resistiam para não sair da terra por causa de suas plantações e até mesmo por não ter para onde ir, eram torturados e mortos por pistoleiros

²³ Figura que se tornou comum na história rural nos últimos anos, que se apodera de terras que não lhe pertence, mesmo sabendo que não tem direito a ela. E adquire por meios ilegais, através de suborno e falsificação de documentos.

²⁴ Direito de que pode se valer um posseiro pelo uso continuado e comprovado de uma área rural, sem violência, sem oposição do proprietário legal. Antes de 1981 a lei dizia que o prazo era de 25 anos. Naquele ano, a **Lei 6.969**, o usucapião especial, pelo qual o prazo foi reduzido para 5 anos em área rural contínua que não excedia 25 hectares nem seja pública.

contratados pelos grileiros que fizeram moradia naquela região. Essa situação tornou-se rotineira e tudo isso acontecia sob a vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) e acobertado pela censura. Só a nível de informação, alguns agricultores, já antes da criação dos sindicatos e da chegada da CPT, contribuíam para a formação de grupos de resistência no Maranhão. Como relata esse agricultor que viveu em Santa Luzia/MA antes de ir para Axixá/TO, e vivenciou a situação de perto (SOARES, 2009, p. 145):

Foi a minha experiência própria. Em 78 quando os grileiros tentavam tomar as terras, eu já comecei a participar sem ter sindicato, sem ter nada eu já comecei a ver que não era daquele jeito que tinha que ser, os pobres também tinha que ter terra e já comecei a reunir o pessoal, já incentivava. Isto em Santa Luzia (MA). Eu já comecei a reunir uma turma e esta turma não deu certo não. Ao final o fazendeiro deu uma... lá e o pessoal jogou a culpa toda pra cima de mim. Lá a polícia me pegou e eu fiquei um dia preso, uma noite, quem me tirou foi o padre italiano que me tirou da cadeia em 78. Em 79 eu vim pra cá e fiquei quieto. O pessoal começou a fazer a invasão e eu fiquei quieto [...] Lembrando-me de lá (risos). Mas aí a gente pensa em ficar quieto até quando não resolve as coisas. Quando foi em 80 o pessoal recuou e em 81 começou de novo e aí eu disse: Dessa, eu vou. (Trecho de um entrevistado extraído da dissertação de Soares, p. 145).

Essas estratégias, tais como a formação de grupos de resistência, trabalho em mutirão, mobilização das famílias nos centros e apoio uns aos outros na busca por seus direitos formais, seriam as bases para o processo de constituição das organizações sociais, sindicatos e associações, que viriam a formar o tecido institucional da sociedade civil. Outra estratégia a que os agricultores apelavam volta e meia era a concretização de mutirões no trabalho da roça, o que garantia um número grande de pessoas e um sistema de vigilância para que o grupo não fosse pego de surpresa pelos pistoleiros e jagunços contratados pelos grileiros.

A história das lutas dos movimentos sociais no campo registra várias revoltas e guerrilhas camponesas, que envolveram diferentes conflitos, pois tinha a terra como temática central e questionava a estrutura de poder centrada no latifúndio, como era o caso do Goiás, hoje Tocantins²⁵. Conforme mostra Aldighieri (1993, p. 48), “a guerrilha do Araguaia se desencadeou a partir de 1972, em uma área que vai de Xambioá (GO) a São Geraldo do Araguaia (PA) no coração do Araguaia-Tocantins”. Foi uma resistência armada que envolveu a utilização de tropas do Exército, Marinha, Aeronáutica e das Polícias Militares do Maranhão, Pará, Mato Grosso e Goiás. Ferraz (1998, p. 63) acrescenta que o Estado encarou a

²⁵ A disputa por terra é travada entre grileiros e posseiros. Os posseiros estavam morando há muitos anos na terra, eram os donos, chegavam os fazendeiros e lhes tomavam apresentando títulos forjados, e, assim, expulsavam os posseiros e se apoderavam das terras. Esses fatos foram tomando uma dimensão grande que resultou em grandes conflitos, acarretando mortes.

guerrilha atribuindo uma proporção que ela não tinha. A região se torna um terreno fértil para os planos revolucionários. Outro movimento vencedor foi a conquista das Sete Barracas²⁶ situada no município de São Miguel do Tocantins.

Na região do Bico do Papagaio como em tantas outras regiões a situação das terras era caótica. Lá era o local do desmando, tudo acontecia, surgiam títulos de terras forjados pela arte da grilagem, tentativas de cancelamento dos títulos legítimos, dos direitos dos posseiros, títulos de propriedades se sobrepondo a antigos direitos de posse entre outros, era um problema grande.

A filosofia de distribuição justa para todos aparece no artigo 97 do Estatuto da Terra: “Todo trabalhador agrícola que tiver ocupado por um ano terras devolutas, terá preferência para adquirir da dimensão do módulo da propriedade rural”²⁷ (ALDIGHIERE, 1993, p. 47).

Constata-se que o procedimento para designar a quem a terra pertencia era muito demorado. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) surgiu com a extinção do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

O INCRA ao longo dos anos foi mostrando sua verdadeira face atuando só em prol dos fazendeiros sem se preocupar com a Reforma Agrária, seu interesse maior era a colonização.

Com a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) pelo Decreto-Lei nº 1767 de 1º de fevereiro de 1980, cujo objetivo era a regularização das terras, “dar terra a quem a fizesse produzir”, tornou-se um grande pesadelo para os posseiros, pois ao invés de beneficiar a classe trabalhadora (posseiros), legalizava a grilagem, a ocupação das terras pelos fazendeiros.

Para explicar melhor essa situação devemos fazer os seguintes questionamentos: Por que o Bico do Papagaio entrou nessa situação de conflitos? O que levou o governo militar a tomar atitude de aplicar à terra a ideologia da Segurança Nacional?

Partindo dos questionamentos, de acordo com Aldighieri (1993), dois pontos são considerados importantes: o primeiro é o fator político que se inicia em 1972 entre o exército

²⁶ Ver Siney Ferraz, em: *O Movimento Camponês no Bico do Papagaio. Sete Barracas em busca de um elo*, 1998.

²⁷ De acordo com a Lei 4.504/64, módulo rural é a propriedade familiar ou o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, absorva toda sua força de trabalho. É a quantidade de terra necessária para um trabalhador e sua família (de quatro pessoas) poder se sustentar, podendo, eventualmente, ser trabalhada com a ajuda de terceiros. A propriedade deve garantir à família a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração. Assim, o módulo rural é variável de acordo com fatores naturais e socioeconômicos.

e um grupo de guerrilheiros na área de Xambioá, na época Goiás, São Geraldo do Araguaia (PA), rumo a Marabá (PA).

Este conflito foi chamado “Guerrilha do Araguaia”. O segundo fator e considerado mais importante é o fator econômico, é o Projeto Grande Carajás. Aldighieri (1993) aponta ainda que este era a menina dos olhos do governo militar, visto como solução para o pagamento da dívida externa. Carajás aparece no cenário nacional em 1966 quando uma companhia mineradora descobre manganês na Serra do Sereno e o geólogo Bruno Augusto descobre jazidas de ferro, ouro e manganês e a própria terra chama a atenção, são os bens que chamam a atenção do governo, do capital internacional e da massa dos garimpeiros que procura ouro na Serra Pelada e dos fazendeiros que tentam ocupar e segurar as terras.

Um fator que interferiu no cenário do Bico do Papagaio foi a garimpagem; com a descoberta do ouro em Serra Pelada calculava-se que cerca de 100 mil homens abandonaram suas terras e partiram em busca do ouro²⁸.

O Bico do Papagaio não está situado no coração do grande Carajás, é uma área intermediária entre o Pará com a área de mineração, os latifúndios da grilagem da área da Companhia do Brasil Central, que tem como centro Conceição do Araguaia e o maranhão. No Bico do Papagaio não há empresas ou latifúndios, existe alta concentração de terras, e é por causa dessas terras que os posseiros foram expulsos, muitos assassinados a mando dos grileiros que chegavam aqui dando uma de donos da terra. Houve muito sofrimento, suor e luta.

Nas décadas de 1970-1980, no Estado do Tocantins, em particular a região do Bico do Papagaio, foi um período de terror no campo. A violência crescia a cada dia, muitas vidas foram exterminadas, muita terra foi manchada de sangue. Sangue derramado pelas forças conservadoras que controlavam a região e queriam manter o camponês na servidão. No norte do Tocantins, região do Bico do Papagaio, a luta social se encontra diante de fortes momentos de medo, tensão e conflitos por parte de fazendeiros. Os trabalhadores rurais encontravam nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)²⁹ uma esperança em ver a terra partilhada com todos.

No Bico do Papagaio constatamos que o quadro das lutas pela terra é marcado pelas políticas governamentais instrumentalizadas pelos incentivos fiscais e pelos investimentos do

²⁸ Tal fenômeno migratório não negligenciável implicou na desagregação de milhares de famílias camponesas e funcionou como válvula de escape para as tensões derivadas da luta pela terra. Não resolve de forma definitiva nenhum dos problemas, mas gera outros, com as condições de extrema insalubridade dos garimpos, verdadeiros formigueiros humanos, sem nenhum tipo de proteção sanitária... (PEREIRA, Liliana, 1990, p. 151).

²⁹ Floresceram em todo o país na década de 1960, foi o ponto gerador de muitas lideranças, das pastorais sociais, dos movimentos populares, nas diversas áreas, dos sindicatos e dos partidos políticos democráticos. Corresponderam muito cedo a um projeto definido e específico de um novo modo de ser Igreja.

Projeto Grande Carajás, pelos fazendeiros e grileiros que se deslocam para a região, pelos camponeses e garimpeiros em busca da sobrevivência e pela Igreja Católica na defesa dos pobres do campo. Uma particularidade dos conflitos pela terra é que eles são generalizados e intermitentes. Segundo Pereira (1990, p. 151),

Os conflitos ocorreram em todos os municípios da região, envolvendo milhares de posseiros, dezenas de grileiros e fazendeiros grandes e médios, presumivelmente encarregados de limpar a área para as grandes empresas. Tem ou já tiveram a participação da política de padres, freiras e agentes das pastorais [...] alguns conflitos terminaram com derrotas dos posseiros, outros foram ganhos por eles.

O povo não baixava a cabeça, a luta era contínua, mas não podia continuar daquele jeito, o choque entre posseiros, índios e fazendeiros era inevitável no interior, “vigorava a lei do mais forte e cria-se a alianças entre o poder político, prefeito, juiz, tabelião do cartório que se conjugam com o poder da fazenda: fazendeiros, jagunços e policiais” (ALDIGHERI, 1998, p. 25) mostra que o

O rosário das mortes e das destruições é sem fim. De agosto a outubro de 1984, 127 casas são queimadas, 27 lavradores e 2 agentes de pastoral foram presos, 4 agentes da pastoral estão em processo na justiça, todos criminais, 4 lavradores presos, 9 líderes de comunidades foram obrigados a sair de suas casas, porque ameaçados de prisão pelos Policiais por ordem do juiz de Itaguatins, Valtides Passos.

Em 1980, sem dúvida, foi o ano chave para a situação do Bico do Papagaio e da tomada de decisão de Padre Josimo, não só em Wanderlândia, o “Bico do Papagaio todo é um conflito só”. As bombas que o helicóptero do Exército soltou nas praias³⁰ perto do povoado de Sampaio, um dia após o sequestro de Nicole Arpone, foi o sinal de uma declaração de guerra aos posseiros.

Em julho de 1982 incendiaram a casa das irmãs Nicole e Lúcia Lourdes Góí no povoado de Sampaio e em 1983 é assassinado por policiais o posseiro Rufino Correa, no município de Wanderlândia, que na ocasião tentava defender seu pai, que já era uma pessoa idosa.

³⁰ Uma das formas de lazer que o Estado do Tocantins oferece são praias de rio. A população das cidades que são banhadas pelo rio Tocantins pode usufruir deste lazer que ocorre geralmente no mês de julho quando o rio baixa o seu volume de água, proporcionando momentos de lazer aos turistas que usufruem das belezas que lá existem.

O clima entre o povo é de medo, de espanto: “É só chegar um carro com gente estranha, as crianças já fogem para o mato”, as mulheres deixam suas casas. Os posseiros eram obrigados a trabalhar juntos, em mutirão, muitas vezes com alguém que vigiasse com espingardas perto para se defenderem. Padre Josimo acompanhava o sofrimento daquele povo, não apenas com sua presença amiga e amorosa, não só veiculando denúncias, mas se colocando no centro das tensões e das perseguições.

Em 1983 Padre Josimo assume a Paróquia de São Sebastião do Tocantins no extremo Bico do Papagaio que ficava no fim da linha, localidade mais conflituosa ainda. Este município junto com o vizinho Itaguatins era mais tenso e violento. É nesse momento que o Padre começa sua caminhada se identificando com o povo daquela região tão sofrida e tão massacrada pelos detentores do poder.

A região recebia pessoas de diversos lugares, como políticos, parlamentares principalmente estrangeiros, geralmente vinham em caravana conhecer a região. Então, na medida em que passavam essas caravanas os trabalhadores se articulavam para organizar diversas manifestações. Nesse sentido, foram realizadas mobilizações com centenas de trabalhadores em vários municípios do Bico do Papagaio. Ao longo do trajeto, os bispos e parlamentares escutaram dezenas de depoimentos sobre violência contra os posseiros e a degradação do meio ambiente. Era a problemática social da região ganhando espaço no movimento mundial de defesa dos direitos humanos.

De acordo com Soares (2009, p. 157-158),

Ao promover esta visita ao Bico do Papagaio, a Igreja procurava sensibilizar os parlamentares brasileiros e estrangeiros para os efeitos dos investimentos estrangeiros e nacionais realizados na região. E, sobretudo, buscava ganhar apoio para uma fiscalização mais rigorosa da aplicação das cláusulas ambientais e sociais dos contratos de empréstimos.

Ao final da década de 1980 os agricultores progrediram com a criação de sindicatos de trabalhadores rurais, associações de pequenos produtores e dos assentados. Na mesma ocasião foram criadas as associações de trabalhadoras rurais e moradores que, com o apoio da CPT e um número plausível de grupos de apoio, foram obtendo expressivos avanços na organização da resistência dos trabalhadores.

Em 1985, os agricultores sindicalizados entenderam a necessidade da construção de um espaço para articulação das organizações e constituíram a Coordenação Sindical em Augustinópolis. Essa organização se constitui numa rede de troca de informações e experiências entre grupos, e de reflexão, elaboração de táticas para atuação sobre a luta, em

toda a região, envolvendo, também, sindicatos e associações do conjunto dos municípios do Bico do Papagaio.

2.4 Os protagonistas na luta pela terra no Bico do Papagaio

A luta pela terra no Brasil foi muito desgastante, principalmente, no Bico do Papagaio na década de 1980. Tempos em que tudo era muito difícil. A região do Bico Papagaio é muito conhecida e sempre contou com pessoas que vinham de fora para trabalhar e se fixar na terra e através da agricultura tiravam o seu sustento, principalmente no meio rural. Lá a população que se formou era diversificada, tinha posseiros, índios, freiras e padres, grileiros como também chegavam os fazendeiros de Minas Gerais, São Paulo e Goiás. As freiras e os padres que lá chegavam procuravam fazer um trabalho missionário, através de uma missão pastoral com as pessoas das comunidades.

Alguns padres chegaram ao Estado do Goiás antes da década de 1980 e iniciaram o seu trabalho pastoral na região visitando as comunidades para conhecer de perto a vida do povo e identificaram a situação de extrema pobreza que lá existia, mas tinham a força do trabalho para plantar e colher e tirar o sustento da família.

Em 1975 foi criada a CPT, baseada em uma compreensão de que a violência no campo não era uma questão do acaso, decorria de uma política perversa de concentração de terra, que veio se confirmar em fevereiro de 1980 na reunião da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Sairia dessa reunião um documento intitulado Igreja e problemas da Terra; esse documento selaria de vez o confronto entre a Igreja e o regime militar, passando a dar todo apoio ao povo da região.

A Igreja tinha consciência de que a ação social humanizadora é parte integrante de sua missão evangelizadora. E através de seus agentes pastorais passou a defender os fracos e oprimidos de todas as situações vividas, denunciando os desmandos dos grileiros e as atrocidades que cometiam na região. A Igreja sabia que precisava realizar um acompanhamento sistemático, o que se tornou difícil após a morte do Padre Josimo, pois ficou sem ninguém para dar contínuas orientações ao povo; não havia quem o substituísse, tornando a entidade um pouco enfraquecida. O espaço da CPT foi tomado pelos partidos políticos; foi quando emergiu o Partido dos Trabalhadores (PT) que buscou dar apoio aos movimentos sociais. E as pessoas que se diziam adeptas desse partido sofriam perseguições e ameaças conforme relata a senhora que tivemos oportunidade de entrevistar.

Deus me deu muita coragem para enfrentar qualquer um que viesse... eu era militante do PT e não tinha medo, fui ameaçada de morte, os pistoleiros vinham de Araguatins, trajado de polícia, mas não era polícia coisa nenhuma, humilhava os trabalhadores na época [...] (F.G.S/2. 77 anos, entrevistada em 18/04/2013).

Militante de 77 anos a entrevistada lembra tudo que aconteceu, fala das perseguições, dos assassinatos, das ameaças que sofreu, mas nunca recuou na luta (com um olhar fixo diz: sempre enfrentei), fala da presença das missionárias, Nicola Arpone e Frei Henrique, que vieram antes do Padre Josimo Morais Tavares, considerado neste trabalho o principal protagonista dessa história. Portanto, seremos breve no relato da participação dos outros protagonistas para explicitar com mais detalhe (no capítulo seguinte) o trabalho de Padre Josimo, pois é o foco principal desta pesquisa.

Naquele período os conflitos se intensificaram cada vez mais entre os fazendeiros e os posseiros, era um desmando só. Os padres não temiam os latifundiários e faziam denúncias das irregularidades que havia naquele lugar, mas, como o poder estava ao lado dos proprietários de terra nada se resolvia. A exemplo disso Pereira (1990, p. 168) menciona que chegou uma ordem de despejo expedida por um juiz para beneficiar um grileiro, Frei Henrique que era advogado, utilizando dos seus conhecimentos na região e sua atuação jurídica, pediu uma reunião com o procurador da república Gildo Ferraz do GETAT e mais alguns oficiais do exército em Araguaína e mostrou que os órgãos do governo eram responsáveis pelos conflitos, explicando que expediam títulos de terras em área superpostas e eram coniventes com a grilagem.

Apesar de terem feito a promessa que tal problema não iria acontecer mais, Frei Henrique não ficou muito confiante, saiu da reunião no momento em que as autoridades baixaram o nível e começaram a esbravejar contra ele. Os argumentos utilizados pelo Frei foram dados de uma pesquisa do GETAT realizada em Marabá/PA por um jornalista da *Folha de São Paulo*³¹. Veja o Quadro 2.

Quadro 2 - Distribuição da área total dos municípios e da área dos imóveis cadastrados

Municípios	Área total do município (Hectares)	Área de imóveis cadastrados (Hectares)
Araguatins	299.100 hectares	910.865 hectares
Axixá	12.800 hectares	45.199 hectares
Itaguatins	22.400 hectares	369.391 hectares

Fonte: GETAT – Publicado no jornal *Folha de São Paulo*, jornalista Ricardo Kotscho, em 1982.

³¹ Ver PEREIRA. Dissertação de Mestrado, 1990, p. 168.

O quadro apresenta uma pequena amostra do que acontecia naquela região do Bico do Papagaio, dentre outras situações semelhantes ou piores. Cadastravam os imóveis com área superior, conforme revelam os dados do quadro.

Outro Padre que deu uma contribuição valiosa para aquela região e veio antes do Padre Josimo foi Nicola Arpone³²; ele foi sequestrado, em consequência do seu trabalho em favor dos camponeses da região, trabalho brando, realizado através de visitas prolongadas, de partilha de vida no cotidiano esclarecendo a situação e pedindo para que os posseiros ficassem unidos e firmes na fé. Esse trabalho marca a vida de Padre Josimo e de Padre Atílio Berta que foram pioneiros da CPT fazendo um trabalho com os camponeses de sua região. Após o sequestro de Arpone, Padre Atílio é transferido para São Paulo por motivo de segurança e Padre Josimo entra em cena, ou seja, assume a Paróquia de Wanderlândia.

É ainda em Wanderlândia que ele assume vários compromissos, como a direção do Colégio de Wanderlândia com todos os problemas que existiam; e, preocupado com a educação buscando fazer o melhor, ficou responsável pela Pastoral da Juventude em nível de Prelazia³³, a paróquia com seus problemas burocráticos, além do trabalho em organizar as pessoas das pequenas comunidades para trabalhar em grupos, bem como, sentia-se também no dever de ajudar o Padre Nilson que era o pároco de Wanderlândia também responsável pela Pastoral dos Direitos Humanos, mas tinha ainda o “serviço com o povo de Deus” principalmente os camponeses.

Por esta descrição percebe-se o quanto o Padre Josimo trabalhava e estava envolvido com seu trabalho na paróquia. Em meio a tantas atividades os camponeses vão à paróquia e procuram Padre Josimo para desabafar, contar seus problemas e dificuldades para permanecer na terra em relação à pressão dos grileiros, pois buscavam o Padre porque não tinham mais a quem recorrer nem quem escutasse o seu sofrimento. Esse foi um período de muito conflito no município de Wanderlândia.

Padre Josimo se fez presente em dois conflitos, um na fazenda Sapucaia e o outro na fazenda Extrema; quando um cabo eleitoral de um deputado tentou expulsar os posseiros, ele entrou em defesa dos mesmos e denunciou as pressões. Por essa razão recebe ameaça de morte e o agente pastoral que trabalhava com ele foi espancado e também ameaçado de morte. Veja o que dizem esses entrevistados sobre a causa da morte do Padre:

³² O sequestro de Nicola Arpone se revela depois, foi feito por agentes do Exército. Ele foi levado para a mata, foi espancado, simularam um fuzilamento, acusado de fazer parte do grupo italiano “Brigadas Vermelhas”, movimento terrorista constituído por ex-universitários. Nicola foi levado preso para a delegacia de Araguaína e depois para Goiânia e entregue à Polícia Federal e posteriormente foi solto (ALDIGHIÉRE, 1993. p. 65).

³³ A Prelazia do Opus Dei é uma estrutura jurisdicional pertencente à organização pastoral e hierárquica da Igreja.

Foi a questão da terra mesmo, porque assim, na verdade ele não mandava o povo invadir né? Mais aí o povo botou na cabeça que ele tava ali porque tava querendo tomar as terras deles, que na verdade não era deles eram de todo povo né? Aí então assim, o que fez a morte dele, foi isso, a questão da terra mesmo, a luta pela terra. (R.E. 44 anos, entrevistada em 17/04/2012).

O ponto chave foi a luta pela terra só isso porque ele não fazia outra coisa, e eu vejo o seguinte que naquela época tinha um monte de coisa, primeiro o Padre era negro é né? Já tinha essa discriminação ele era uma pessoa simples, ele usava barba, naquele tempo quem usava barba era terrorista, era comunista e o padre Josimo usava esse tipo de coisa, era uma pessoa simples (M.S.C.S. 63 anos entrevistada em 18/04/2012).

Nesse sentido, vimos que mesmo com as ameaças ele não desistiu de lutar junto com os trabalhadores, se fortalecia cada vez mais, principalmente quando ouvia os desabafos deles era como estivesse “pedindo socorro” a ele.

Em relação à fazenda Extrema, desmembrada da fazenda Cajueiro, após uma demorada questão na justiça, permite aos fazendeiros pressionar os posseiros com a ajuda da Polícia Federal, que visitava o povoado Tamburil³⁴ coagindo os a abandonar a área. Como o Padre Josimo é a favor da luta dos camponeses e os estava apoiando, Aldighieri (1993, p. 68) aponta que a Polícia Federal o procurou e o ameaçou de prisão e/ou até coisas piores, mas ele não se intimidou. Continuou seu trabalho em defesa dos fracos e oprimidos, principalmente os camponeses que lutavam por um pedaço de terra. Em 1983 foi designado para assumir a paróquia no município de São Sebastião³⁵, com todos os problemas que existiam sobre os conflitos de terra e a coordenação da CPT, com sede em Imperatriz/MA (ALDIGHERI, 1993, p. 69).

No município de São Sebastião a situação era pior, mas fazia seu trabalho pastoral através de reuniões, estudos bíblicos, visitava as comunidades fosse qual fosse à distância. Agora para defender os posseiros ele enfrentava prefeitos, fazendeiros e aqueles que estivessem contra o seu trabalho. Padre Josimo foi admirado por muitos, principalmente pelo bispo Dom Pedro Casaldáliga que desempenhou um importante papel na região do Araguaia e pertencia à Prelazia³⁶ de São Félix do Araguaia/MT; era Espanhol da Catalunha, desde o início seu bispado se defrontou com a realidade do processo de concentração de terra a respeito dos direitos dos índios. Dom Pedro Casaldáliga foi um pastor, poeta, profeta.

O Bispo conhece suas ovelhas, é um poeta de profunda inspiração, poeta de denúncia, ele ajudou a dar credibilidade à fé cristã, é possível ser cristão e libertador, ser cristão e

³⁴ Povoado localizado no município de Angico.

³⁵ No capítulo seguinte farei uma discussão com maior detalhamento sobre sua chegada ao referido município.

³⁶ A Prelazia é um território entregue pelo papa a uma congregação religiosa para que cuide da missão, até conseguir se tornar Diocese, após a ordenação de padres locais e criação de estruturas administrativa. Descrevo com mais detalhes no capítulo 4.

comprometido com a mudança qualitativa na sociedade, se identificar com as dores dos fracos e oprimidos da terra, ser cristão é ser cidadão do reino das promessas e cidadão da pátria. Sensível aos problemas sociais sofreu diversas ameaças de morte, seu compromisso com os oprimidos estão expressos em suas poesias. Ideal igual ao do Padre Josimo; por isso o admirava tanto que o chamou de “Padre povo”.

Neste trabalho consideramos como o maior protagonista da história da luta pela terra no Bico do Papagaio. Padre Josimo Morais Tavares sabia que ia morrer, mas não desistiu da luta em nenhum momento. Quando a Igreja solicitou seu afastamento ele se recusou dizendo: Vou até o fim. “Morro por uma causa justa”. E, em 10 de maio de 1986, foi assassinado na sede da CPT em Imperatriz/MA.³⁷ Ele derramou seu sangue contra o latifúndio, mas não fugiu dos seus ideais. De acordo com Aldighieri (1993, p. 61),

Lutou contra cercas.
Todas as cercas
As cercas do medo
As cercas do ódio
As cercas da terra.
As cercas da fome.
As cercas do corpo
As cercas do latifúndio. (Pedro Tierra)

Padre Josimo andava como os camponeses, se vestia como eles e, por ser negro e assumir a postura de defensor dos mais fracos e injustiçados, foi alvo dos fazendeiros. Veja o que aponta esse entrevistado em relação à morte de Pe. Josimo:

O ponto chave foi o conflito da morte do fazendeiro na região de Buriti que foi depois de ter acontecido três assassinatos de trabalhadores e veio o confronto com três grandes fazendas aqui, uma foi na região de Buriti, outra na região do Camarão, e outra mais na região do Médio Papagaio que nós estamos na Crista e no Bico as outras duas e a Igreja ela justamente foi um pouco negligente na época, mas justamente no dia do assassinato o Padre Josimo estava indo para Tocantinópolis se encontrar com Dom Aluísio que era o Bispo da época pra ele ir pra São Paulo para passar seis meses por que a tensão era muito grande a procura do Padre Josimo. (C.F. 50 anos entrevistado em 08/05/2012).

Conforme o relato acima, percebemos que em meio a tanta solicitação para sair da região por causa das ameaças que vinha sofrendo o Padre já tinha se convencido de passar seis meses fora, para acalmar a ira dos fazendeiros que estavam ameaçando-o, ainda reforça

³⁷ Ao subir as escadas da sede, foi chamado pelo Nome e ao virar-se recebeu os disparos e não resistindo aos ferimentos chegou a óbito. Hoje lá se encontra um memorial, conforme foto que diz o seguinte: Morro por uma causa justa. 10/05/ 1986.

que a Igreja foi um pouco negligente, precisava ter tido mais atitude para evitar a tragédia anunciada.

Agora aí é uma coisa que foi muito forte porque tinha muito grileiro e achavam que ele estava invadindo as terras pros trabalhadores, estava era ajudando os trabalhadores era conquistar, não invadir terras de ninguém, então juntou a massa dos grileiros pra planejar a morte dele como aconteceu. (H.T.C. 72 anos entrevistada em 19/04/2012).

Alguns ainda reforçam que além dele lutar em defesa da terra, sofria discriminação por ser negro, usar barba e ainda o tratavam como terrorista conforme os depoimentos desses entrevistados, a seguir:

O ponto chave, de terem assassinado ele, foi o motivo de existir duas coisas, uma discriminação racial, que diziam que era negro nunca tinha visto um negro, além disso, um negro barbudo, nunca tinha visto um negro ser Padre e a outra coisa que diziam que ele era um terrorista. É aí não sei de onde arrancaram isso né? E... aí o que tinham com ele eram essas coisas que a gente ia falar nera? Que era quando viam reunir com a classe pobre, aí já diziam assim, tá mandando o povo invadir a terra dos fazendeiros, e aí nesse dizer que tava mandando ir invadir a terra tá querendo dizer que era terrorista. Então, quando uma das questões foi a questão da terra mesmo, que achavam que ele tava mandando o povo invadir as terra dos fazendeiros. (F.G.S./1.49 anos entrevistado em 17/04/2013)

Após sua morte foram surgindo mais sindicatos de trabalhadores rurais, mais associações, a meu ver o povo ficou mais fortalecido com os seus ensinamentos, contudo, sofrendo a dor de ter perdido “um pai”, como disse na sua entrevista (E.S.L. 40 anos entrevistado em 18//04/2012): o povo ficou “órfão de pai”. Após 1986 outros movimentos desencadearam na região e foi crescendo com muita força em todo o país o MST, que até hoje tem resultados e muitas conquistas pelo país inteiro. Padre Josimo não viveu para presenciar a Constituição de 1988, muitas mudanças aconteceram, algumas fazendas foram desapropriadas e ocorreram muitos assentamentos.

Ao analisamos a prática pastoral do Padre Josimo percebemos que ele nasceu para servir a Deus e aos pobres. Os protagonistas que antecederam o Padre Josimo deixaram um fio puxado e ele desenrolou-o (luta) mesmo que isto tenha lhe custado a vida. O trabalho das irmãs (freiras) era realizado no município de Buriti, elas faziam um trabalho um pouco diferente do Padre, porém com os mesmos objetivos é claro, mas em alguns debates elas não concordavam com ele, achava algumas posições radicais, porém tinham respeito com seu trabalho. O trabalho da CPT foi marcante, se constituiu uma das entidades mais atuantes dessa resistência ao arbítrio, e como Padre Josimo era coordenador da CPT, tudo se tornaria mais

“fácil”. A Igreja teve uma presença marcante, quando se posicionou contra o governo em favor dos pobres e da luta camponesa. Apresentaremos a seguir um quadro demonstrativo do mapeamento realizado na região do Bico do Papagaio para identificar os municípios que já trabalhavam com os sindicatos de trabalhadores rurais.

Quadro 3 - Demonstrativo dos dados de Criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Bico do Papagaio antes do Padre Josimo e depois de Padre Josimo

Municípios	Ano de fundação	Quantidade de associados	Quem orientou ou criou	Objetivos da criação
Sítio Novo do Tocantins	1980	3.228	Criado por Alderico por interesse político, mas a CPT orientou e depois de 3 anos passou para os trabalhadores rurais.	Organizar os trabalhadores rurais
Buriti do Tocantins	1981	700 ativos e 3.000 inativos	Foram as irmãs e o Frei que vieram antes de Josimo	Lutar pelos direitos que estavam previstos na Constituição Federal
São Sebastião	1981	700 ativos e 3.000 inativos	Foram as irmãs e o Frei que vieram antes de Josimo	Lutar pelos direitos que estavam previstos na Constituição Federal
Esperantina do Tocantins	1981	700 ativos e 3000 inativos	Foram as irmãs e o Frei que vieram antes de Josimo	Lutar pelos direitos que estavam previstos na Constituição Federal
São Miguel do Tocantins	1986	1.437	Lurdinha Góí e outras	Se organizar para lutar pela terra
Araguatins	1987	Não respondeu	Não informou	Organizar os trabalhadores
Axixá	1988	4.066	Um grupo de pessoas	Organizar a classe trabalhadora
Augustinópolis	1989	253/ hoje 1.800	CPT na pessoa de Cláudio	Organizar a classe trabalhadora
Tocantinópolis	1991	Não informou	Padre Mariano, Jalles Marinho, Luiz Rodrigues, Antônio, Tereza, entre outros.	Organizar-se para lutar por melhores condições de vida dos trabalhadores
Sampaio			Não informou	
Carrasco Bonito			Não informou	
Itaguatins			Não informou	
Praia Norte			Não informou	

Fonte: Dados a partir do levantamento do mapeamento realizado em cada município.

Observando o quadro em relação ao ano de criação dos sindicatos, podemos perceber que enquanto o Padre Josimo estava vivo até maio de 1986 o número de sindicatos existentes na região do Bico do Papagaio era bem menor, ou seja, era de apenas 04 sindicatos em comparação daqueles criados após sua morte depois de 1986. Fazendo uma análise desses dados, acreditamos que houve uma mobilização significativa por parte das pessoas dos municípios. Essa atitude pode estar atrelada às orientações que receberam do Padre Josimo através do trabalho realizado em círculos bíblicos, em reuniões, palestras etc., conforme aponta uma entrevistada: “Eu acredito assim, na verdade não foi bom a morte dele, mas fez o povo se organizar, pra nós foi uma conquista muito grande que nós teve após a morte dele, a criação dos sindicatos” (R.E., 44 anos, entrevistada em 17/04/2012). “Foi depois da morte dele que surgiram muitos sindicatos” (R.N., 58 anos, entrevistada em 16/04/2012). Essas falas só confirmam o que está posto no Quadro 3.

Dando continuidade à análise dos dados do quadro acima no tocante a quantidade de sócios e quais orientações tiveram para formação dos sindicatos podemos pontuar que foi crescente o nº de sócios dos sindicatos, o que mostra ter sido um desejo daquele povo que tanto sonhava em fazer parte de uma instituição legalizada para poder lutar em favor dos seus direitos pela terra. Pelas informações acima percebemos que os maiores responsáveis pelas orientações para formação dos sindicatos foram os agentes pastorais, padres, Frei, irmãs (religiosas) e a CPT, o que caracterizou um consistente trabalho de base realizado por membros da Igreja naquele período. O relato do entrevistado reforça essa afirmação.

Eu era agente pastoral, trabalhava na pastoral da terra na Comissão Pastoral da Terra junto com uma equipe e quando eu cheguei aqui em 85 é, tinha a Nicole, que era uma freira, Mada e Bia que era outras duas irmãs e duas francesas e a outra era italiana e também o Padre Josimo e o Padre Ricardo que era lá do Rio de Janeiro (C.F. 50 anos entrevistado em 08/05/2012).

Diante dessa fala percebemos que o Padre Josimo não trabalhava sozinho, tinha uma equipe que o ajudava nessa dura caminhada. Se observarmos com atenção detectaremos que um dos objetivos dele era fundar os sindicatos dos trabalhadores rurais para lutar pelos seus direitos enquanto trabalhadores, ou seja, lutar não apenas pela posse da terra, mas também para permanecer nela com dignidade, o que levaria a lutar por outros direitos que sempre lhes foram negados. Essas perdas ocorreram a duras penas ou altos custos, que muitas vezes era a vida dos trabalhadores. A esse respeito Martins (1981, p. 90) revela que as populações do campo, vítimas do processo de exclusão, não reivindicam apenas terra. Querem mais que o

reconhecimento da legitimidade da sua presença sobre a terra; “querem a reformulação das relações sociais e a ampliação dos direitos sociais”.

Nesse sentido observamos que a morte de Padre Josimo não silenciou a voz do povo camponês; ao contrário, mesmo que o preço fosse a perda (sua morte), seus ensinamentos serviram para fortalecer e encorajar a luta pelos direitos sociais o que aos poucos alguns ainda estão conquistando, conforme revela o quadro acima.

No capítulo seguinte faremos uma retrospectiva histórica da Igreja Católica no Brasil destacando o trabalho da CPT na região do Bico do Papagaio, bem como refletiremos sobre as perspectivas e os desafios em relação aos conflitos de terra ocorridos na década de 1980, que teve Padre Josimo como um dos protagonistas da história.

Figura 3 - Padre Josimo Coordenador da Pastoral da Terra



Fonte: Arquivo da Igreja de São Sebastião.

CAPÍTULO 3 - A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NAS LUTAS E CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO

3.1 Breve retrospectiva histórica da Igreja Católica no Brasil dos anos 1960-1980

Neste capítulo discorreremos sobre o papel da Igreja Católica no contexto nacional. Para tanto se faz necessário delimitar o período da abordagem para que haja um maior entendimento no percurso dessa trajetória de forma que possamos centrar as discussões dos acontecimentos a partir da década de 1960 e se estender até os anos de 1980. Esse panorama nos fará entender qual o papel da Igreja Católica nas lutas sociais na região em estudo.

A formação da sociedade brasileira teve sua fundamentação ideológica na maneira subjetiva de ver e entender o mundo da Igreja Católica. Nos três primeiros séculos o catolicismo era a religião oficial. Isso contribuía para disseminar e expandir valores morais e religiosos, bem como reunir os diferentes grupos sociais em torno de um projeto lusitano, o que desencadeou uma sociedade marcadamente escravocrata, patriarcal e latifundiária. A Igreja esteve presente em grande parte das lutas sociais, quase sempre ao lado do poder dominante, postura de um segmento, e não dela enquanto instituição geral. Mas também, ao longo da história, as contradições sociais levaram conflitos para o interior dela. Dessa forma a Igreja percebeu que para passar a lutar pela justiça, em um país marcado pelas desigualdades sociais e miserabilidade, não podia estar ao lado de quem se dispunha a lutar para manter privilégios e misérias.

Conforme aponta Castro (1984, p. 164), “a crise no relacionamento entre a Igreja e o Estado é causada por posições divergentes diante da pobreza. O choque é inevitável: enquanto a Igreja optou pelos pobres, o Estado se coloca ao lado dos que exploram e oprimem”. Com o passar dos anos a Igreja ganha outro panorama, há um amadurecimento em relação à problemática da terra momento em que nascerá a Pastoral da Terra. Esta visão da Igreja constituiu um dos projetos do teólogo Leonardo Boff, que no período passa a ser considerado como um dos principais expoentes da América Latina da Teologia da Libertação.

Havia uma grande preocupação em relação à Igreja, que acontecera no século XIX, quando Pio XI afirma: “O maior escândalo da Igreja foi ter perdido sua massa operária”. Para evitar que acontecesse novamente, a Igreja deveria agir e definir a pastoral, antecipando-se à revolução; isto significa tomar consciência e dar exemplo de cristão. O processo de mudança de paradigmas na Igreja ganha força a partir dos anos de 1960, sob a influência do Concílio Vaticano II.

A carta pastoral de D. Inocêncio Engelke³⁸ não questiona a estrutura agrária e nem a economia e a política, pelo contrário, limita-se a condenar as condições sub-humanas do camponês, fazendo assim um apelo à abnegação por parte dos latifundiários e propondo que se promova uma ação social para elevar o nível de vida dos camponeses, com o intuito de favorecer a formação cristã dos mesmos. A posição dessa carta torna-se um marco da ação social da Igreja no Brasil.

No alvorecer do século XX, a Igreja ainda traz muitas marcas do regime de cristandade aqui implantado. O cardeal Dom Sebastião Leme vai provocar uma mudança na mentalidade católica sobre a participação política, pois anteriormente a Igreja tinha em mente que a política era uma atividade secundária, e a partir de então houve um incentivo da Igreja para participação dos leigos na esfera política. Nesse momento, entra em cena o movimento da Ação Católica, surgindo posteriormente a categoria dos católicos militantes que procuram romper com o modelo de cristandade.

Foi ampla a influência exercida por cardeais brasileiros e de outros países da América Latina, como Dom Hélder Câmara do Brasil e Dom Manuel Larraín do Chile, que defendiam “o estabelecimento da Igreja dos pobres”, centrada na justiça social e nos direitos humanos. A publicação da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* inaugurou no interior da Igreja um momento de preocupação com as coisas da terra, humanas e históricas.

Os padres conciliares entenderam que somente pela adequação à realidade social se poderia fazer valer ‘uma doutrina a serviço do povo de Deus. Nascia aí na Igreja uma nova corrente, a Igreja socialmente engajada. Esta buscava aproximar a Igreja às classes sociais hegemônicas. Contudo, ainda lhe falta um projeto político (RIBEIRO, 2010, p. 38), social a favor das classes dominadas e oprimidas, fator que gera certa ambiguidade na relação de rompimento com o Estado.

O Concílio do Vaticano II validou práticas da Igreja Católica no Brasil e instigou novas experiências. Iniciativas como a Ação Católica brasileira, de base leiga, da qual surgiram a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Operária Católica (JOC)³⁹ foram ratificadas, sendo esse, portanto o ponto de partida para o desenvolvimento de ações como as Comissões de Justiça e Paz (CJP), a Ação

³⁸ D. Inocêncio Engelke propõe uma reforma de base, visando à seleção de líderes rurais sobre cujos ombros repousa a tarefa de recuperação desse imenso proletariado dos campos.

³⁹ Ações da Igreja comprometida com a transformação do meio estudantil e finalmente com a política nacional (LIBANIO, 1996, p. 167).

Popular e o Movimento de Educação de Base (MEB)⁴⁰, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁴¹ e como resultado de todo esse processo, a própria Teologia da Libertação.

É importante pontuar que na sociedade brasileira ocorreram mudanças significativas, transformando os padrões de vida. Contudo, sabe-se que havendo mudanças, há também problemas sociais. Um período marcado pelo aparecimento das metrópoles, pelo crescimento do processo de industrialização, êxodo rural, migração das populações nordestinas, os primeiros indícios das favelas, modificação dos meios de transportes, de novos meios de comunicação, há também a emancipação da mulher, o surgimento de novas religiões e organizações sindicais, anseios da participação política, entre outros, assim como a necessidade de que o Brasil precisava de profundas reformas de base, que deveriam se iniciar pela educação, devendo permear pela estrutura fundiária, através da Reforma Agrária e chegar à distribuição justa de renda.

A partir dos anos 60 a Igreja adquire novo impulso e amplia sua base social, fazendo uma analogia com a questão agrária sob novo prisma, e logo se propõe a desenvolver um programa de educação para o meio rural. Articula-se com o Estado e sugere um contrato por meio do MEB, no qual consegue um extraordinário número de pessoas nas escolas rurais. É importante ressaltar que não são todos os segmentos da Igreja que apoiam as lutas das Ligas Camponesas pela conquista da terra e pela radical transformação do sistema latifundiário.

O conflito com o poder político, sobretudo a partir dos anos de 1960, tendo como auge a ditadura, de 1964-1985, teria provocado uma progressiva desintegração institucional da Igreja que desde então tem procurado ampliar sua influência no país. Lowy (*apud* AZEVEDO, 2004, p. 109) por sua vez parte da premissa de que a Igreja foi a guardiã fiel dos princípios de autoridade, de ordem e de hierarquia por vários séculos tornando-se uma força social crítica, um polo de oposição aos regimes autoritários, sem falar que se tornou um poder contestador da ordem estabelecida. Azevedo (2004, p. 109) mostra que tal papel se sobressaiu nas décadas de 1970 e 1980 no confronto entre a instituição católica e o Estado governado pela ditadura militar, beneficiando a crise de legitimidade desses regimes.

De acordo com estudos realizados por Della Cava (*apud* AZEVEDO, 2004, p. 109), no Brasil os intercâmbios entre o Catolicismo e a sociedade, no pós-Segunda Guerra, priorizam a interação da Igreja com a sociedade civil durante o regime de 1964. Naquele

⁴⁰ Iniciativa conjunta do governo e da Igreja para alfabetizar pobres por meio de uma rede de escolas, fazendo uso do “Método” de ensino Paulo Freire.

⁴¹ Grupos de pessoas (em torno de 20 a 80) que, morando no mesmo bairro ou nos mesmos povoados, se encontravam para refletir e transformar a realidade à luz da Palavra de Deus e das motivações religiosas.

contexto, desempenhavam um papel fundamental as CEBs como sendo o alicerce do processo de mudanças no papel sociopolítico da Igreja.

Após análise realizada sobre a Igreja, a ditadura e a democracia, Azevedo (2004, p. 109) aponta um papel pacificador e mediador da Igreja diante dos conflitos políticos, sobrepondo-se ao papel mais “subversivo” dos religiosos e dos leigos comprometidos nas lutas sociais e ainda assinala as contradições, no interior da Igreja, entre tradicionalistas e progressistas, no contexto da administração de João Paulo II.

A presença da religião no cenário político tornou-se ainda mais importante a partir do interesse de *scholars* diante dos fenômenos religiosos e, particularmente, diante do Catolicismo progressista e da emergente Teologia da Libertação; passaram também a se interessar pelo tema da religiosidade popular.

Um marco importante foi a fundação da CNBB em 1952. Essa entidade foi pensada e idealizada pelo Padre Hélder Câmara, que procedeu com todo um trabalho de criação e formação que é até hoje uma entidade muito importante para a Igreja Católica no Brasil e na América Latina. Na ocasião o Padre Hélder Câmara mesmo sem ser Bispo assumiu a secretaria da entidade pelo seu trabalho e competência por um período de seis (6) anos e depois foi reeleito por mais seis (6) anos, passando um período de 12 anos como secretário da entidade e após alguns anos foi elevado à categoria de bispo, passando a ser chamado Dom Hélder Câmara.

Como representante da Igreja Católica seu trabalho foi destaque no mundo inteiro, tendo relevância significativa para os católicos, inspirando respeito por parte dos presidentes que por lá passaram, seu trabalho foi marcadamente pela Igreja Católica no Brasil.

A década de 1960 foi difícil para os países da América Latina do ponto de vista político; vários países foram submetidos à ditadura militar, como é o caso do Brasil em 1964. A repressão imposta pelo regime autoritário, adicionada às condições desumanas às quais estavam submetidas as classes de baixa renda tanto rural quanto urbana, gerou situação de inquietação, inclusive no interior da Igreja que, ainda sob o efeito das mudanças do Concílio Vaticano II⁴², por meios dos bispos, padres e teólogos teve a iniciativa de desenvolver uma linha de pensamento e, sobretudo, de ação totalmente inovadora do ponto de vista teológico.

Vale a pena pontuar que outros segmentos aplicam-se à organização dos camponeses em sindicatos conservadores, apoiados pelo Estado e ligados aos interesses da burguesia. É

⁴² É a assembleia de todos os bispos do mundo ou de uma representação dos bispos do mundo inteiro que, em comunhão com o Bispo de Roma e Sucessor de Pedro, procura esclarecer questões de fé, de moral ou da vida prática da Igreja. Os concílios são momentos fortes e importantíssimos para a vida de toda a comunidade dos discípulos de Cristo

bem verdade que já sabemos da divisão da Igreja; de um lado tínhamos os conservadores⁴³ e do outro lado tínhamos os progressistas, ou seja, os que defendiam a Teologia da Libertação lutando em favor dos trabalhadores rurais, camponeses, posseiros e pela Reforma Agrária.

Essa atuação do grupo conservador da Igreja foi o meio propício para a entrada da ideologia do complexo IPES-IBAD, no meio rural, isto por volta de 1962. Detecta-se que estão funcionando mais de 50 sindicatos sob a orientação da Igreja. No mesmo ano, os grandes proprietários rurais financiaram e patrocinaram o I Congresso de Trabalhadores Rurais e Lavradores do Norte e Nordeste, sob o comando da ala conservadora da Igreja Católica.

É preciso ter um olhar aguçado para perceber que até 1968 a Igreja assumia uma posição de expectadora, e a partir de 1973 toma outra posição, começa a perceber as prisões de padres, bispos e agentes das pastorais. De acordo com levantamentos realizados em relação aos escândalos longe das instituições centrais da Igreja, percebeu que estava havendo um confronto muito sério em torno da questão da terra. Mas ela ainda não se manifesta, logo vão surgindo denúncias sobre as fortes agressões aos religiosos, no momento em que o Estado situa sua posição com a Igreja “que não são novas”. À medida que recrudesce o conflito entre Igreja e Estado o problema da terra passa a ganhar mais visibilidade social e política.

O movimento surgiu nas camadas populares, com o apoio de religiosos e de grupos empenhados nas transformações sociais. Para eles, a Igreja não podia mais se limitar a desempenhar somente um papel espiritual, mas precisava se envolver nas questões das mudanças sociais. Essa nova maneira de “fazer Igreja” convencionou-se chamar Teologia da Libertação⁴⁴.

A Teologia da Libertação surge no ano de 1968, em nosso continente, e se difere de outras teologias, não porque não se refira à revelação divina, mas porque faz uso de um referencial diferenciado para a abordagem da Revelação, parte de uma situação nova. Nesse sentido, Libânio (1972, p. 172) aponta:

O ponto de partida para o desenvolvimento da Teologia da Libertação é principalmente a vivência do povo oprimido, dominado, que se conscientiza

⁴³ Os conservadores da Igreja Católica procuram conter a mobilização no meio rural e se opõem às atividades das Ligas Camponesas, bem como outras iniciativas que contrariam a doutrina da “propriedade como uma liberdade fundamental”. Essa facção da Igreja passa a organizar sindicatos, a maioria deles reacionários, defensores dos donos das terras.

⁴⁴ A palavra Teologia é oriunda da conjugação de duas palavras gregas: *teos* e *logos*. Pode-se dizer que, em seu sentido original, teologia é todo discurso a respeito de Deus. E segundo Aristóteles, teologia e filosofia seriam sinônimos. Contudo, hoje, entendemos teologia como o discurso a respeito de Deus, exposto de forma racional a partir de dados revelados em um livro sagrado, seja a Bíblia, o Corão ou outro.

da situação de miséria a que é exposto. Por esta razão o povo se organiza para realizar aquele que entendem ser o projeto de Deus para a humanidade: “viver em fraternidade, em justiça, em dignidade”.

Os teóricos da Teologia da Libertação se inspiram na experiência de Deus vivenciada por eles. Partem da concepção de que Jesus teria nascido e vivido como pobre, e feito esta opção de vida em razão de uma misteriosa predileção divina. Para a estruturação da mesma, foi preciso partir para a análise da situação vivenciada pelo pobre, que experimenta Deus na sua luta cotidiana.

A análise marxista é a principal referência utilizada pelos teólogos por fazer uma leitura dialética da realidade, com o enfoque na “luta de classes”. A lógica opressora do sistema capitalista é o principal elemento extraído da reflexão marxista sobre a sociedade. De certo que a visão materialista da realidade humana e o determinismo da “luta de classes” – que segundo Marx “é a força motriz por traz da história”⁴⁵, não será parte desta reflexão. Assim sendo, a Teologia da Libertação faz uso do marxismo, sem permitir que este se oponha às dimensões do cristianismo.

Conforme apresenta Libânio (1996, p. 179), “[...] em nosso caso, quando a situação em questão é a da América Latina, atravessada teoricamente por uma leitura crítica, e a Tradição, aquela conservada viva pela Igreja, temos então como fruto a Teologia da Libertação”.

A Teologia da Libertação instaura uma nova metodologia de reflexão, essa teologia parte da práxis para chegar à práxis. A teoria é a ponte da reflexão para transformação de uma realidade desumana em vista de uma realidade mais humana. Nesse momento surgem no interior da Igreja movimentos e pastorais de cunho social, orientados para a melhoria das condições de vida e de trabalho. É o exemplo da Pastoral da Terra, da Pastoral das Favelas, do Trabalhador, da Criança, do Menor, entre muitas outras. A revista *História Viva* expressa com clareza a marca deixada pela Teologia da Libertação no interior dessas pastorais, conforme mostra Libânio (2006, p. 48): “A teologia da Libertação despertou a Igreja para o valor evangélico do compromisso libertador com os pobres numa linha para além do tradicional assistencialismo caridoso. Alimentou a prática pastoral de muitas igrejas, comunidades e cristãos até o heroísmo do martírio”.

Todavia, os líderes das pastorais sociais trabalhavam com dificuldade nesse meio, porque o povo não acolhia com entusiasmo o discurso religioso ligado ao político. Para estes qualquer atitude de mudança dessa realidade por parte do homem representava uma dupla

⁴⁵ Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Luta_de_Classes>. Acesso em: 13 set. 2012.

subversão àquela ordem permitida por Deus e às autoridades constituídas por ele. Para isso era imprescindível que houvesse uma mudança de lugar social que consiste em passar do lugar social do opressor, para o lugar social do oprimido.

No meio rural a questão da terra, uma das mais discutidas no país, apontava os grandes fazendeiros como um dos responsáveis pela situação vivenciada, destacando ainda a gravidade da exploração do comércio de mercadorias para subsistência, a falta de escolas e de assistência à saúde.

A partir da década de 1970 a Igreja apresenta uma nova face na qual católicos adotam uma prática de engajamento na luta junto aos oprimidos do campo. Ainda resguarda a função social da propriedade e busca chamar atenção dos camponeses para que tenha uma consciência profissional, a fim de que se tornem propulsores das mudanças sociais, políticas e econômicas do país. Isso pode ser demonstrado na ação pastoral de Padre Josimo.

Nos primeiros anos da década de 1970, foram publicados documentos⁴⁶ denunciando a elevada concentração da propriedade fundiária, a situação precária que vivia o trabalhador rural e o regime autoritário adotado no país após 1964. Então a Igreja precisava se mobilizar e nesse mesmo ano começaram as iniciativas através das dioceses, conforme aponta Moreira (2008, p. 137):

No Brasil de norte a sul, dioceses e arquidioceses passaram a fundar organizações com esse caráter, a exemplo dos centros de orientação de direitos humanos e comissões de justiça e paz para prestar serviço àquelas populações que lutavam pelo acesso à terra ou por direitos trabalhistas, orientando-os sobre e ajuizando causas coletivas.

No ano de 1975 sendo constatadas as graves ocorrências de violência dos direitos dos posseiros e dos grupos indígenas na Amazônia, os bispos daquela região se reuniram para decidir sobre o problema, para então procurar caminhos e buscar possíveis soluções. Dentre os participantes estavam presentes os bispos de São Félix do Araguaia/MT, Dom Pedro Casaldáliga⁴⁷, perseguido pelos latifundiários e pelos militares, e de Viana/MA, Dom Adalberto A. P. da Silva, amigo e colaborador deles. A esse respeito, veja o que fala Moreira (2008, p. 137):

⁴⁶ No arquivo da CNBB, em Brasília, pode ser consultado os documentos: *O povo do campo e a Declaração Universal dos Direitos do Homem*, da diocese de Crateús, 1/05/1973; *Eu ouvi os Clamores do meu povo*, documento dos bispos e superiores religiosos do Nordeste, 06/06/ 1973; *A marginalização de um povo*, documento dos bispos da Região Centro-Oeste, 06/05/1973.

⁴⁷ É um poeta, pastor, de profunda inspiração, poeta da denúncia, ele ajudou a dar credibilidade à fé cristã, ele disse: É possível ser cristão e libertador, ser cristão e comprometido com a mudança qualitativa da sociedade... Edilson Martins. Nós do Araguaia, Pedro Casaldáliga o Bispo da Teimosia e Liberdade, 1980, p. 17.

[...] Os bispos e padres aliados com a Teologia da Libertação, com importante influência na Igreja da América Latina nesse período, desempenharam papel relevante na formação nos centros de educação popular voltados para o apoio aos movimentos populares e das comunidades eclesiais de Base (CEBs).

Posteriormente no ano de 1980 os bispos examinaram e discutiram a questão social da propriedade fundiária no Brasil. Naquele período é realizada a 18ª Assembleia da CNBB, que resulta no documento *Igreja e problemas da Terra*, discutindo pontos como a migração, a violência no campo, a concentração do capital e do poder, terra de exploração x terra de trabalho, a concentração da propriedade e o modelo político a serviço da grande empresa.

Nesse contexto, os participantes se comprometem de apontar toda violência que ocorria no campo, as injustiças, ou seja, decidem apoiar a luta em favor da Reforma Agrária, apoiar os trabalhadores e, também, solicitar a reformulação das leis trabalhistas e previdenciárias já existentes que venham beneficiar os anseios da população.

Esse grupo apresentava ideologias opostas e tinha interesses contrários, e mesmo assim decidiram formar uma comissão em nome da Igreja do Norte para dar apoio aos camponeses em suas lutas nas conquistas dos seus direitos. Tal comissão é apoiada pela CNBB, que institui um órgão para prestar assessoria na organização dos camponeses no Brasil. Foi então que nasceu a Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁴⁸.

Com a eleição de João Paulo II, no ano de 1978, Azevedo (2004, p. 112) comenta que houve uma transformação da Igreja no mundo todo principalmente no berço da Teologia da Libertação que é a América Latina. No Brasil a CNBB conserva sua forma de trabalho e intervém como ator sociopolítico perante as dificuldades da nação.

A CNBB buscava uma democracia que era sonhada por muitos, mas diante de tanta problemática era impossível tê-la naquele contexto histórico, ou até mesmo no atual, principalmente porque ela coloca que a democracia deve estar presente em dois pressupostos que é a homogeneidade social, na qual não podem existir grandes barreiras entre as classes sociais, o que é humanamente impossível contar com essa possibilidade, e o segundo ponto era que o sistema econômico fosse capaz de dar respostas às reivindicações das classes mesmo que essas respostas fossem dadas paulatinamente.

Sabe-se que são anseios bastante ousados para a sociedade que se tem hoje, porém, não se pode parar de lutar nem deixar de ter esperanças. Azevedo (2004, p. 114) mostra que para que a democracia funcione é indispensável que todas as classes sociais disponham de

⁴⁸ Ver aprofundamento no item seguinte.

algum recurso de poder, uma vez que só o poder controla o poder. Dessa forma, acreditamos ser necessário diminuir os embates entre os vários segmentos da sociedade, para que possa haver uma convivência pacífica dos grupos sociais conflitantes em um mesmo espaço territorial. Em tese, acreditamos ser muito difícil e árduo construir uma verdadeira e real democracia no nosso país, por muitos fatores e pelas figuras que estão nos representando em todos os segmentos, social, econômico, educacional, cultural e, principalmente nas questões políticas.

Azevedo (2004, p. 115) discorre:

Todos são atores importantes e não podem estar à margem. A Igreja considera que, para consolidar a democracia representativa, garantindo a governabilidade, é preciso verificar também a composição do Congresso Nacional e as alianças que permitam concretizar os projetos governamentais. [...] partindo da concepção aristotélica de que a pessoa humana é, por sua natureza, um ser político, a CNBB afirma que toda ação ou omissão é uma atitude política e que dela depende a vida dos cidadãos.

Sendo assim, se faz necessário distinguir o que é ação política e dimensão político-partidária. A primeira é um conjunto de atos humanos que possuem dimensão pública e que se relacionam com as estruturas de poder de uma sociedade. E a segunda é um tipo de ação política exclusiva mediante grupos sociais organizados em partidos políticos, que elaboram e defendem projetos para a gestão do Estado e para a organização da sociedade, propondo-se a representar os direitos dos diversos grupos e classes sendo eleito pelo voto para exercer funções no Legislativo e no Executivo.

Está evidente que a política brasileira assinala-se, contudo, pelo paternalismo, fisiologismo, clientelismo e pelo nepotismo, atitudes estas que anunciam as relações entre elite e massa. É sabido que o sistema partidário brasileiro é precário, faltam concorrentes a nível local e nacional. Sob esse prisma eles se classificam em dois grupos: os partido da ordem de transformação estrutural e os partidos da ordem estabelecida, sendo que estes últimos não educam, não mobilizam seus eleitores, só atuam na época das eleições, e os outros dependem de dogmas de uma vertente autoritária do socialismo, bem como não têm uma organização da educação, política das massas populares. É preciso fazer um projeto que contemple todas essas questões.

A globalização da economia é o fenômeno de destaque no cenário internacional, e promove desequilíbrio. A Igreja consegue perceber três pontos considerados preocupantes apontados por Azevedo (2004, p. 116): o primeiro é o desequilíbrio fiscal, o segundo o déficit

da conta corrente e da balança de pagamento, e o terceiro o desemprego em função do desequilíbrio macroeconômico. Desta forma, notificamos a falta de um projeto nacional para que não haja confusão na estabilização econômica.

Enfim, a desigualdade social e sua cristalização representa o problema mais grave do país, e conforme pontuamos anteriormente a dificuldade de construir uma democracia é muito grande, e com essa desigualdade monstruosa jamais viveremos numa verdadeira e real democracia.

A discussão que faremos a seguir diz respeito ao posicionamento assumido por algumas entidades contrárias ao problema agrário. De um lado tem a Igreja que a princípio deve defender a função social da propriedade, porém na sua práxis encontra-se dividida, de um lado uns segmentos protegem e querem a permanência do *status quo*, por outro lado outros apoiam e acatam as lutas camponesas, visando à democratização no meio rural. Em contrapartida, aparece a União Democrática Ruralista (UDR), que é representante das diversas entidades, que defende a continuidade da estrutura rural e é antes de tudo contra qualquer proposta de Reforma Agrária.

As abordagens iniciais apresentadas neste capítulo suscitaram algumas leituras e reflexões pontuadas por estudiosos do tema que nos conduziram a discussões acerca do cenário religioso no Brasil no qual apresentam uma série de questões que podemos considerar polêmicas, mas passíveis para que possamos entender essa retrospectiva histórica e as mudanças que vêm ocorrendo ao longo dos anos. A Igreja se tornou um polo de oposição aos regimes autoritários em um poder contestador de ordem estabelecida; tal papel ganhou destaque nos anos de 1970 e 1980.

A Igreja continua a atuar no cenário político depois da queda dos regimes autoritários e na etapa de transição para a democracia na qual são apresentados alguns temas como; a defesa da justiça social, a defesa da moral sexual tradicional e a legitimação política e institucional do catolicismo.

Para os autores Smith e Prokopy (*apud* AZEVEDO, 2004, p. 110), a influência da Igreja sobre as elites e os governos é menos eficaz no primeiro ponto e mais eficaz nos dois últimos; diante da população mais pobre, o tema da justiça social é mais bem aceito que os temas de caráter moral e ético.

Conforme pontuarmos anteriormente sobre a carta pastoral do Bispo Dom Inocêncio Engelke, propunha que houvesse ainda uma reforma da estrutura de base com o intuito de fazer seleção e a formação dos líderes rurais, para que o homem do campo pudesse se defender daquela classe exploradora que objetivava destruir e escravizar eternamente o

trabalhador rural subestimando todo seu conhecimento de mundo. Ainda pretendia denunciar a falta de leis que protegesse o trabalhador rural, a falta de uma política “de reforma social agrária”, bem como humanizar o trabalho, promover a difusão do ensino escolar trabalhando com a realidade do homem do campo, oferecendo um ensino técnico agrícola, garantindo-lhe assistência médica hospitalar e assegurando-lhe assistência contra acidentes no trabalho, na velhice e invalidez, entre outras reivindicações.

Nesse sentido pode-se perceber o quanto é importante a união e articulação entre todos os organismos, pois um sem o outro terá muita dificuldade de sobrevivência, e trabalhando articulado e com harmonia, mantendo uma boa relação entre si e entre os outros, terá durabilidade e, conseqüentemente, muito sucesso no qual todos trabalham juntos e todos usufruem do trabalho com bastante sucesso. Do contrário, tudo será desmoronado, pois gera discórdia, conflitos uns afetando os outros, é o que acontece tanto na sociedade quanto no corpo humano.

A concentração da propriedade que vem sendo posta em prática pelo Estado surge na raiz da crítica que a Igreja faz ao governo, indagando exatamente a concentração da propriedade e as conseqüências que esta concentração traz para as populações pobres. O Estado procura desativar a força política, para tirar a população rural da proteção da esquerda, porém com a intensificação do Estado, as esquerdas saem e aí entra a Igreja que se envolve com vigor na luta em várias regiões, passando a mobilizar as populações pobres e marginalizadas, não só no campo, mas também na cidade. É preciso apontar que a Igreja realmente mudou, não é a mesma que era no passado. Ela se comprometeu de maneira muito intensa com a luta pela terra e pelos trabalhadores e assumiu de forma intensa o conflito com o Estado.

O acesso à terra é um direito e tem uma função social, contudo qualquer “reforma das condições de propriedade ou das relações contratuais” deverá ter certos cuidados e preparo para que não “degenere em pura demagogia” ou em provocação de perturbadores. Três ideias básicas são fundamentais para o entendimento desse processo: a ideia de que a terra tem caráter individual e social, a compreensão de que a terra é o elemento estabilizador da sociedade e da família, e a ideia de que se deve preparar o proprietário para se enterrar a ação revolucionária. Estas três ideias constituem o doutrinário das correntes religiosas e políticas que defendem um Reforma Agrária sem comprometer o desenvolvimento da sociedade.

Fazer a distribuição justa da propriedade, valorizar o ser humano, fixar o homem na terra e lhe dar estabilidade, dando assim uma melhor condição de vida, faz parte de um projeto que visa à transformação da sociedade através da Reforma Agrária, em especial o

sujeito do campo, pois este trabalha para tirar da terra o seu sustento e também produzir para o mercado.

Vale a pena pontuar que outros segmentos se aplicam à organização dos camponeses em sindicatos conservadores, apoiados pelo Estado e ligados aos interesses da burguesia. É bem verdade que já sabemos da divisão da Igreja, de um lado tínhamos os conservadores e do outro lado tínhamos os progressistas, ou seja, os que defendiam a Teologia da Libertação lutando em favor dos trabalhadores rurais, camponeses, posseiros e pela Reforma Agrária.

Nos anos de 1980 a Igreja, representada nas diversas entidades como Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fez uma denúncia através de todos os meios de comunicação sobre a violência institucionalizada no campo, e o Estado não fazia nada em relação a esse desequilíbrio social e econômico. Nesse sentido, Panini (1985) mostra que, em 1983, diversas entidades da própria Igreja ou a ela relacionadas, em nível nacional, lançam uma campanha pela Reforma Agrária. Dessa organização participam a CNBB, a CPT, o CIMI, a ABRA, a CONTAG, o IBASE.⁴⁹

É neste mesmo ano que ocorre a 4ª Assembleia da CPT na qual os participantes comprovam que enquanto o presidente da República anuncia que estão fazendo a maior Reforma Agrária do mundo, muitos lavradores são violentamente expulsos das terras que cultivam. Nessa direção Panini (1985, p. 155) aponta:

Cada título de 5 e de 10, ou no máximo 50 hectares que o governo entrega aos lavradores, não é dito quantos títulos de mil, dez mil, ou mais hectares, são entregues a latifundiários nacionais ou internacionais. O que se vê, em verdade é antirreforma agrária, com a crescente destruição das posses de pequenas propriedades, motivada, inclusive, por uma política de preços que impede a sobrevivência dos pequenos produtores, colocando a terra fora do alcance dos lavradores.

Esta é uma das situações que vivenciamos em nosso país: “Quem é rico cada vez fica mais rico, e quem é pobre cada vez fica mais pobre”, e o futuro todo mundo já conhece: “É que o de cima sobre e o de baixo desce”.⁵⁰

É bem verdade que a luta pela transformação da estrutura agrária aponta um processo histórico, e que renasce no tempo e no espaço com outras estratégias, novas formas de reivindicar, bem como, ressurgem também membros dentro da Igreja com diferentes posições

⁴⁹ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA); Comissão Indigenista (CIMI); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

⁵⁰ Trecho da música de As meninas” “Xibom bom bom”

e formas de pensar sobre a luta dos movimentos. O Estado ao implantar a política, procura ocultar o caráter classista da lei atribuindo-lhe função social.

Quando divulga que todos são iguais perante a lei e que esta é elaborada e aplicada em benefício de todos, consegue transformá-la em dogma inquestionável e em instrumento de coerção. Mas sabe-se que esta lei de que o Estado está falando só é aplicada para beneficiar o capitalista (latifundiário) e prejudicar o pobre e o camponês, trabalhador rural. Desta forma, busca-se uma maneira de inserir e manter o regime das sesmarias, anunciar a liberdade dos escravos sem conceder-lhe terra para que retirem o próprio sustento, ou seja, para manter o Estatuto da Terra sem aplicabilidade.

3.2 A Igreja Católica e a luta pela terra: a ação da CPT nos anos de 1980

Um marco importante da retomada da presença da Igreja Católica na luta pela terra ocorre no início da década de 1970/71. Aldighieri (1993, p. 63) aponta quando o Bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, divulga a carta pastoral intitulada: *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o Latifúndio e a marginalização social*. Com este documento, uma voz com ressonância não apenas local, denunciava os perigos da ocupação da Amazônia sem nenhuma preocupação social.

Em 1972, realizou-se, em Santarém, no Pará, o primeiro encontro dos Bispos da Amazônia, para discutir a rodovia Transamazônica e suas implicações. Em 1973, os Bispos do Centro-Oeste, inspirados por Dom Tomás Balduino, lançam, em Goiânia, o documento *Marginalização de um Povo*. E o segundo momento importante dessa presença da Igreja nos conflitos pela terra foi a criação da CPT. A decisão de setores da Igreja em criar uma instituição como a CPT representou um desafio muito grande, principalmente frente à ala conservadora da Igreja Católica e posteriormente contra o próprio Estado autoritário.

Em 1975, nasce a Comissão Pastoral da Terra (CPT) baseada na compreensão de que a violência no campo não era fruto do acaso, mas decorria de uma política de Estado deliberadamente orientada para a promoção da concentração da terra.

Inicialmente a CPT recebeu o nome de “Comissão” porque tinha o caráter de grupo de assessoria e animação de uma Pastoral da Terra feita pelas Igrejas no seu conjunto. A CPT não surgiu como estratégia eclesial, não foi a Igreja atendendo aos trabalhadores do campo, foi uma comissão de pastores no sentido amplo e bíblico do termo que ouvindo os clamores pela terra contribuiu para reformar a face missionária da Igreja. Este foi o caminho. Através

da CPT, reconhece na gente da terra a palavra e o “grito que libertam”. Silva (2003, p.79) aponta:

A CPT surge de setores combativos da Igreja Católica e, apoiada por “paróquias de periferias” das cidades e das comunidades rurais, passou a dar assistência aos camponeses durante o regime militar. Inicialmente sua atuação se focaliza mais naquelas lutas dos posseiros do norte e centro-oeste, depois com o acirramento dos conflitos sociais pela terra em todo país, vai assumindo uma dinâmica social e territorial de dimensão nacional, num sentido de especializar seu campo de orientação e formação aos camponeses envolvidos em áreas de conflitos.

Nesse sentido podemos perceber que a atuação da CPT junto aos camponeses foi muito significativa, tendo em vista que era feito um trabalho de orientação e formação dos posseiros envolvidos em áreas de conflitos para o fortalecimento deles.

No mês de novembro de 1977 esta entidade realiza a primeira Assembleia Nacional para fazer uma avaliação do seu trabalho junto aos lavradores.

Ao passo que a CPT vai realizando o seu trabalho de orientar e acompanhar a luta dos camponeses pulverizada em diversos espaços e lugares sociais no país, em prol do acesso à terra para viver e trabalhar, como também outros direitos sociais, vão surgindo outros aspectos que são importantes serem pontuados, ou seja, relacionamento dela com outras entidades, outros movimentos e com outras lideranças camponesas e experientes na questão agrária. A CPT mostra-se como “conscientizadora” dos camponeses, podendo ofertar cursos de formação, encontros, reuniões e capacitação para os camponeses, partindo do princípio de que eles necessitam de uma bagagem teórica sobre a realidade onde vivem em relação à conjuntura sociopolítica e econômica do país.

A CPT atua de várias formas, nos movimentos atingidos por barragens, nos movimentos dos sem-terra, nos movimentos de preços e nos movimentos pelo “sindicalismo autêntico”. Sobre este último gostaria de chamar a atenção sobre a sua expansão e a importância crescente, na maior parte das vezes como resultados contraditórios de outros movimentos surgidos à margem dos sindicatos. Em relação aos sindicatos observa-se uma estratégia da CPT que ratifica outros trabalhos da Igreja, sobretudo no meio urbano e operário.

A função da CPT era ajudar o povo a caminhar, a ser autônomo, a constituir sua autonomia para ir se organizando e tomando decisões. Ela mesma a (CPT) reconhece, que isso é uma clara ação política e defende tal ação através da “Nova Igreja”. De acordo com Paiva (1984, p. 271), a CPT agrupa uma ala progressista da Igreja e da sociedade que não é

outra coisa senão o “entrelaçamento do processo interno da Igreja com o movimento mais amplo da sociedade”.

De acordo com Souza (1990, p. 14), a CPT tem como finalidade “interligar, assessorar e dinamizar os que trabalhavam em pastoral popular junto a lavradores rurais”.

Dentre as metas da CPT que conta com uma vasta experiência no meio rural, compreende como espaço de luta pela Reforma Agrária as ocupações e os acampamentos e vê o problema da terra como ponto de partida para alcançar uma cidadania plena. Nesse sentido, Silva (2003, p. 82)

associa a esta luta quatro linhas gerais a serem alcançadas para realmente alcançar o desenvolvimento humano no contexto das ocupações dos assentamentos. A primeira linha diz respeito à Luta pela Terra; a segunda, com a pequena produção Agropecuária e Sustentabilidade; a terceira, com a Luta pelos Direitos; a quarta com o Desenvolvimento Local e Cidadania.

Percebemos que era nessa perspectiva que Padre Josimo procurava desenvolver sua prática pastoral junto aos trabalhadores rurais na região do Bico do Papagaio para que através da luta viessem a se beneficiar de todos esses direitos apontados acima.

Um dos grandes obstáculos encontrados pela Igreja para desenvolver sua função social foi a organização da UDR, com sua estratégia dissuasiva, colocando os grandes produtores e camponeses frente a frente evitando a ação de intermediários defensores da Reforma Agrária, como a Igreja e outras entidades afins. Vale destacar que a Igreja vem se manifestando como um dos canais mais influentes na conscientização do camponês diferentemente do ocorrido na década de 1960 na qual ela representava a instituição ideal para atingir a classe média e consolidar os interesses da oligarquia rural.

Vale ressaltar, ainda, que ao final da década de 1980 uma ala da Igreja presta assessoria aos camponeses, poucos são os padres e bispos que ousam expressar claramente seu apoio à UDR, especificamente as áreas marcadas por conflitos entre posseiros e fazendeiros.

A CPT foi se expandindo para todo o território brasileiro, no entanto sua influência no meio rural provocou sérias críticas por parte da Igreja tradicional. É interessante pontuar que alguns órgãos representativos viam a CPT como uma concorrente, inclusive a CONTAG. Apesar da dificuldade em mostrar que a CPT foi criada para consciência eclesial em relação aos equívocos e falhas da Igreja, insuficiência da sua ação pastoral em relação aos camponeses, despertando assim muitas desconfianças por parte do Serviço Nacional de

Informação (SNI). Essa entidade trabalha denunciando as irregularidades que estavam acontecendo no meio rural. Tais equívocos aos poucos foram sendo desconstruídos.

Para conter a ação da Pastoral da CPT a UDR vem adotando estratégias para dividir a Igreja afastando-a de seus compromissos sociais. A ação dela pretende desencadear uma “guerra psicológica” no meio das classes populares, intimidar as lideranças e a pastoral no meio rural. Ronaldo Caiado, presidente da UDR, acusa as dioceses de estarem recebendo dinheiro de entidades estrangeiras, além de atacar a Igreja de forma direta e nominais críticas acirradas aos movimentos sociais e entidades rurais que apoiam a ação em favor dos camponeses.

Outro fator relevante que podemos explicitar foi quando o presidente da UDR questionava a participação da CNBB na Constituinte, alegando que a Igreja não plantou e nem gerou riqueza, de forma que não precisava estar lá participando e, assim, procura anular a legitimidade do seu trabalho na luta em defesa dos camponeses. Desta forma, leva a crer que a Igreja não tinha competência nem moral para apresentar argumentos que sustentava para defender os camponeses. O presidente da UDR de Bajé/RS tentou de todo jeito enganar a Igreja e os produtores, queria mesmo uma divisão interna dentro da Igreja, mas alguns bispos eram a favor deles, isso não podemos contestar.

Foi então que o Papa João Paulo II fez um apelo ao presidente José Sarney para que fizesse uma Reforma Agrária com coragem e acerto, assegurando que ela não poderia fracassar no Brasil, porque é um problema de “justiça social”. Para Caiado, presidente da UDR, as palavras do Papa não tiveram muita repercussão. Mas a Igreja não recua diante das acusações, ameaças, mortes provocadas pelos latifundiários; ao contrário, adota um caráter de legitimidade em defesa do camponês, bem como de suas lideranças, denuncia todos os obstáculos interpostos pela UDR e seus aliados e impõe sanções canônicas às autoridades coniventes.

Nos anos de 1986 e 1987 houve muitas denúncias por parte dos bispos, pois em quase todos os estados havia violência e maus-tratos, mas a situação continuava a mesma. Outra denúncia é feita pelos bispos do Estado do Maranhão na VII Assembleia Pastoral Regional realizada em Teresina/PI. Panini (1990) aponta que eles divulgam uma carta-denúncia, assinada por 16 bispos repudiando a atitude revanchista dos constituintes favoráveis à Reforma Agrária, denunciam os entraves políticos e técnico-administrativos do Maranhão em relação à reforma da estrutura agrária e ainda apontam que a UDR está contratando novos pistoleiros e se articulando para a desmoralização e a eliminação física de lideranças sindicais, de políticos comprometidos e de religiosos. Conforme aponta Panini (1990, p. 165),

Em dezembro de 1987 cerca de 800 famílias do norte do Espírito Santo tentam ocupar um latifúndio, mas são barrados pela polícia e por pistoleiros da UDR, portando armas privativas das Forças Armadas, diante de tal ocorrência são processados o bispo, o prefeito municipal e outras 14 lideranças. E o Juiz decide multa de um milhão de cruzados por dia a ser paga pelos acusados se os sem terra avançarem de novo.

É nesse clima de perseguição que os trabalhadores rurais viviam, os latifundiários tinham o apoio e proteção da justiça ocultando as atrocidades que eram praticadas por eles, ou a mando deles; por isso a violência crescia a cada dia.

No Concílio do Vaticano II os bispos elaboraram quatro documentos que deram o nome de constituições. Souza (1990, p. 16) afirma que três deles receberam o título de “Constituição dogmática” e a quarta recebeu o nome de “Constituição Pastoral” sobre a Igreja no mundo de hoje. “A ação pastoral na comunidade eclesial terá por objetivo o preparo de todo o povo de Deus para a sua missão de mundo”. De acordo com essa afirmação não existe uma Pastoral social e outra que cuide apenas do âmbito interno das Igrejas. A Igreja não tem fim, em si mesma, ela é fundamentalmente missão, foi enviada para servir.

A Igreja e todos aqueles que desejarem atuar e solucionar os problemas do campo devem ser orientados por princípios da solidariedade e da subsidiariedade. Assim, a Pastoral Coletiva do Episcopado (PCE) aponta uma série de indicações “para as aplicações dos princípios de política rural,” podendo destacar os seguintes princípios:

- a) Utilização da terra como parte integrante do planejamento e pensamento econômico e social;
- b) Propor que o ensino nas zonas agrárias tanto na escola como no lar seja acentuado da educação rural;
- c) Enfatizar um programa especial para atender às escolas secundárias, profissionais e técnicas visando atender às necessidades das comunidades rurais;
- d) Facilitar o acesso às riquezas naturais, a conservação e o adequado uso da terra, e garantir a existência da propriedade particular;
- e) Respeitar os direitos de propriedade, estimular a repartição de terras abandonadas;
- f) Incentivar o emprego de métodos cooperativos, nos quais possibilitará a produção em larga escala;
- g) Lutar por salários justos e boas condições de moradia para os trabalhadores do campo;
- h) Estender em especial a Previdência Social sobre o seguro de vida e contra doenças da velhice aos trabalhadores das populações rurais;

- i) Desenvolver nas comunidades agrárias o comércio e a indústria de propriedade de pessoas residentes no local.

É bem verdade que tais princípios não chegam a constituir elementos necessários e intensos para um projeto de Reforma Agrária. É preciso muito mais que isto, é preciso avançar nas discussões, nas lutas e nas propostas através de políticas públicas que venham beneficiar o camponês amenizando os vários problemas no meio rural.

Os dois primeiros documentos apresentavam marcas importantes pela situação de crise política pelo qual atravessava o país⁵¹, e o terceiro apresentava as posições do debate das políticas em relação ao projeto de Reforma Agrária. Na visão de Paiva (1985, p. 1988), a CNBB vê a Reforma Agrária enquanto um

conjunto de medidas que modificam o atual estatuto jurídico-social da propriedade rural, no sentido de vincular o homem à terra como seu proprietário, possibilitar em larga escala o acesso a terra aqueles que estejam aptos a se tornar proprietários e criar condições para que o homem tenha uso e posse da terra, os meios de proporcionar uma existência digna a si e à família, sem ferir as legítimas exigências do bem comum.

Percebemos que a Igreja só está defendendo o direito à terra daqueles que realmente precisam e tem o direito de possuí-la, porque trabalham e cuidam dela para tirar o sustento de que precisam para sobreviver.

A Igreja se propõe a ação evangelizadora, caminhando e lutando ao lado deles (oprimidos) oferecendo seu apoio e as motivações da fé.

Souza, (1990, p. 19)

Aponta concretamente que a opção pelos oprimidos e as consequências sociais e políticas da Evangelização fazem alguns Bispos do Brasil serem tão contrários à CPT. Geralmente uma arma que usam é a defesa da fé pura ou da unidade. Aparentemente o que está em questão é a fé.

A Comissão Pastoral da Terra, de fato, poderia estar mais avançada em ecumenismo do que está. Conforme aponta Souza (1990, p. 30), a CPT ainda precisa caminhar muito para que nossa compreensão e prática ecumênicas sejam profundas e transformadoras. O ecumenismo ainda não é conhecido, necessita de uma preparação adequada.

⁵¹ O suicídio do presidente Getúlio Vargas e a renúncia de Jânio Quadros.

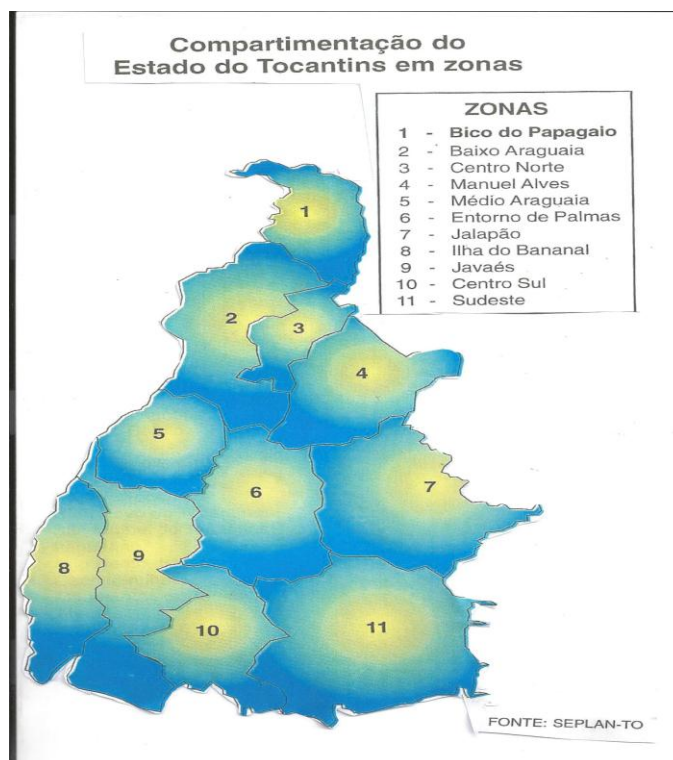
3.3 Do Papo ao Bico do Papagaio: desafios e perspectivas dos conflitos pela terra no Tocantins

Tocantins, o antigo norte do Estado de Goiás, foi criado por ocasião do advento da Constituição Federal aprovado em 05.10.1988 e no dia 1º de janeiro de 1989 o novo estado da Federação situado no centro geográfico do País, na Amazônia Legal, entre os Paralelos 5º e 13º, tem como coordenadas geográficas longitude: 46º 00' e 51º 00' de Greenwich e latitude 05º 00' e 13º 00' S.

Limita-se, ao norte, com o Estado do Maranhão, ao sul, com o Estado de Goiás; a leste, com os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia; a oeste, com os Estados do Mato Grosso e Pará. Teve como sua capital provisória a cidade de Miracema do Norte indicada pelo presidente da época José Sarney enquanto seria edificada a capital definitiva que receberia o nome de Palmas.

O Estado do Tocantins está compartimentado por zonas por ordem crescente do norte para o sul; nomearemos 1. Bico do Papagaio; 2. Baixo Araguaia; 3. Centro-Norte; 4. Manuel Alves; 5. Médio Araguaia; 6. Encontro de Palmas; 7. Jalapão; 8. Ilha do Bananal; 9. Javaés; 10. Centro Sul; 11. Sudeste.

Figura 4 - Mapa do Estado do Tocantins compartimentado por Zonas



Fonte: Arquivo de Siney Ferraz.

A microrregião do Bico do Papagaio que pertence à Mesorregião Ocidental do Tocantins localiza-se na Região Norte. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, tinha uma população de **198.388** habitantes distribuídos numa área de 15.767,856 km². A Região Tocantina abrange 25 municípios do Estado do Tocantins que já foram citados anteriormente, 25 municípios no Pará e 16 no Maranhão, mas o formato do Bico do Papagaio se limita apenas à região do Estado do Tocantins. Muitos dos municípios eram povoados e/ou distritos, eles se emanciparam por ocasião da criação do Estado. Ferraz (1998, p. 67) revela:

A Construção da Belém-Brasília alia-se aos fatores da grilagem. A propaganda governamental insinuava que todos saíam ganhando. A rodovia, entretanto trouxe as controvérsias do Capitalismo, na versão mais modernizada, famintas por lucros. Levou para região seus agentes ávidos de riquezas, providos de incentivos e acobertados pelos planos desenvolvimentistas mais o discurso ideológico do governo idealizador.

Com a aprovação de projetos para a região que ligaria o Norte com o Centro-Sul do país, houve uma corrida de pessoas (grileiros) para a região. Com a propagação das futuras construções vieram lavradores mineiros, baianos e capixabas, trazendo certo capital e formavam um tipo de classe média rural, empregando mão de obra para desmatamento, diferentemente dos posseiros, arrendatários, que vinham do Nordeste vítimas da seca. Com a formação dessa nova classe média de proprietários, tiveram uma conexão com os empresários do Centro-Sul, que chegariam posteriormente com grandes projetos. Com a chegada dos migrantes novos e antigos em 1960, a região do Bico do Papagaio se tornou uma grande produtora de arroz. Pelo rio o produto era comercializado em Imperatriz do Maranhão de onde era redistribuído para outros mercados pela rodovia. Conforme aponta Ferraz (1998. p. 71),

Até o início da década 1960, o Bico do Papagaio se configurava como região integrada a um contexto de formação socioeconômico-cultural marcada pela lentidão dos acontecimentos, distanciada do sistema capitalista. O ritmo era manso e a violência entre posseiros era eventual.

A construção da rede viária levou a região a outros recantos do país, isto suscitou a sua inserção no processo produtivo capitalista. Um grande projeto desenvolvimentista e industrial se delineava nos gabinetes governamentais e logo após o golpe a região se inseriu de vez na economia de mercado.

A violência na luta pela terra não era apenas no Bico do Papagaio; o norte do então Estado do Goiás era repleto de focos de pistolagem e grilagem da terra. No Bico do Papagaio, verificou-se que o quadro de luta pela terra é delimitado pelas políticas de governo instrumentalizadas pelos incentivos fiscais e pelos investimentos do projeto Grande Carajás, pelos fazendeiros, que se deslocam para a região, através dos camponeses e garimpeiros à procura da sobrevivência. É fato que os conflitos pela terra no Bico do Papagaio são generalizados, como apontamos anteriormente, ocorreram em todos os municípios da região, envolvendo centenas de posseiros, grileiros e fazendeiros. Podemos deduzir que poderia ter sido para limpar a área visando à chegada das grandes empresas. Para compreendermos melhor a situação do conflito agrário ocorrido no município de Sampaio, que está registrado na memória dos camponeses do Bico do Papagaio vejamos um relato importante.

Pereira (1990, p. 153) enfatiza em seus estudos:

O grileiro Adistonir Resende Martins, que segundo os posseiros se vangloriava de ser do Sul e de ter colaborado com o Exército na repressão à guerrilha do Araguaia. Em função dos serviços prestados, Adistonir passa a contar com a proteção das autoridades. O conflito entre o citado Adistonir e a comunidade de Sampaio começou em 1977, neste ano depois de comprar uma posse na área, ele começa a ampliar as dimensões de sua terra, chocando-se naturalmente com os vizinhos. Apoiado pelo INCRA e pelo aparelho judicial consegue expulsar a maioria dos posseiros, 18 famílias, mas sete famílias resistiram.

Como os camponeses se reuniam na capela para discutir a possibilidade de formação do sindicato, um funcionário do INCRA proibiu essas reuniões. Assim, eles encontraram um pequeno galpão de pau a pique coberto de palha e continuaram a fazer as reuniões, só que no dia 21 de julho de 1979, quando estavam todos reunidos o galpão foi invadido por quatro homens fortemente armados dizendo serem do Exército, embora não usassem uniforme militar. Estes levaram quatro líderes camponeses (que estavam na reunião, João Baiano, Evangelista, Ângelo, Sebastião) de helicóptero até o quartel da Polícia Militar de Goiás do município de Araguatins.

De acordo com Pereira (1990, p.156),

A luta pela terra no Bico do Papagaio era generalizada, se estende a todos os municípios, e é intermitente, aparece e desaparece, vai e volta. Os registros feitos pela Central Única dos Trabalhadores – CUT indicam conflitos ocorridos no já distante ano de 1967, portanto ainda no governo de Costa e Silva, e antes do aparecimento da CPT.

Vale ressaltar que nesse período, ocorria, mas não com a intensidade dos anos de 1980, conforme estamos relatando ou então porque tudo era muito sigiloso.

É importante explicitar mais alguns conflitos na região em municípios próximos para que se possa constatar a veracidade da violência que aquelas pessoas vivenciaram, próximo ao município de Esperantina em um povoado chamado Mulatos, hoje, chamado Vila Tocantins, área que atualmente pertence ao município de Buriti.

Em 1967 teve início um conflito que foi provocado por um senhor chamado Belizário Rodrigues e seus parentes iniciaram com a grilagem de 9.000 alqueires de terra conduzida por eles e com uma liminar de posse emitida por o juiz de Tocantinópolis. Tal conflito se estendeu até 1981, de acordo com testemunhas de pessoas, citadas por Pereira (1990). Esse conflito provocou o despejo de 400 famílias, queimaram de 70 casas, uma escola e a capela do povoado, os grileiros contavam com 115 jagunços; nessa operação eles implantaram o terror. Os bispos Dom Cornélio Chizzini, de Tocantinópolis e Dom Celso Pereira, de Porto Nacional, denunciaram em carta pastoral na qual atribuíam toda aquela violência aos grileiros, ao juiz da comarca e à polícia.

Vejamos então trechos dessa carta:

A igreja do Brasil e da América Latina vem se preocupando cada vez mais com a situação do povo de Deus, face às realidades de injustiças e arbitrariedade que se cometem com frequência, ferindo sobre tudo o povo pobre que vive desde há anos no cultivo da terra, tirando dela o sustento minguido para sua família [...]. O Papa João Paulo II, no seu discurso ao povo de Deus em Recife, reforçava: “A Igreja não quer omitir-se quando se trata de fazer com que a vida humana se torne cada vez mais humana” [...]. Olhando para esta realidade cada vez mais angustiante de nosso povo pobre, que vê seus direitos desrespeitados, suas terras tomadas pela violência, suas casas queimadas, seus filhinhos com fome, a relento não podemos permanecer de braços cruzados. Seria uma traição ao próprio mestre que nos mandou evangelizar os pobres [...]. Desejando, pois, manifestar nossa solidariedade aos irmãos sofredores e perseguidos, queremos sem partidarismo, mas diante de Deus, denunciar os fatos mais graves, que acontecem nestes últimos tempos na região do norte de Goiás, na Prelazia de Tocantinópolis. [...] Relatamos aqui alguns fatos que demonstram esta situação de extrema gravidade. Há mais de um mês, um importante destacamento de polícia, algumas vezes com 18 soldados de várias cidades, acompanhados por um oficial de justiça Lindomar Lisboa, atuando em nome do Juiz João Batista de Castro Neto, estão perseguindo várias turmas de posseiros, cometendo barbaridades. Tendo como alguns exemplos: no dia 17 de junho deste ano cometeu violência no povoado de Sumaúma, em Sítio Novo, acompanhado do grileiro José F. de Carvalho, no dia 19 do mesmo mês, nas redondezas de São Miguel, junto do grileiro Antonio Costa Filho, em 02 de julho no povoado de São Sebastião e dia 3 de julho nas redondezas de Buriti município de São Sebastião, nos mesmos dias outros povoados de Piraquê e Macacos município de Xambioá e Tocantinópolis, entre outros.

[...]. Apesar de todo esse sofrimento e perseguições, queremos levar a todos o nosso apoio e nosso abraço fraterno, na esperança de dias melhores. [...]. Desejamos terminar nossa mensagem com as palavras do Papa João Paulo II: “a terra é dom de Deus, Dom que ele faz a todos os seres humanos, homens e mulheres que ele quer reunidos em uma só família [...]. Não é lícito, que este dom de modo tal que seus benefícios aproveitem só a alguns poucos, ficando os outros a imensa maioria, excluídos”. Nosso abraço fraterno e nossa atenção. (Tocantinópolis, 20 de agosto de 1980)

Pela descrição dos fatos apresentada pelos bispos através do trecho desta carta, é perceptível o clima de violência e apreensão que as pessoas vivenciaram naquela região como: o descaso com os interesses dos mais pobres, o desrespeito, a ignorância com que eram tratadas, a tortura à qual eram submetidas, entre outros fatores que causaram a morte de muitos lavradores. Eram situações que precisariam ser contidas, através de providências judiciais, mas naquele momento histórico nada de concreto a justiça fazia, era um momento de mudança e tudo ainda era muito novo, algumas autoridades não queriam se arriscar a tomar decisões que poderiam comprometer. Mesmo assim, as denúncias continuavam cada dia e só restava aguardar as vagas providências dos órgãos responsáveis. a carta na íntegra está em anexo.

Com a repercussão desta carta a Corregedoria Geral da Justiça do Goiás solicitou aos bispos que fosse formalizada a acusação ao juiz, como um dos “maiores e perigosos” grileiros através de ofício, bem como as provas necessárias para que fossem tomadas as devidas providências. Após solicitação, Dom Celso responsável pela Comissão Pastoral da Terra fez a representação e anexou as várias provas existentes.

O jornal *Opção de Goiânia* 26.07.1980 (Arquivo da Paróquia de São Sebastião do Tocantins) relata:

CPT: Juiz é um dos maiores grileiros do Norte do Estado. “Na área de Araguatins residem posseiros antigos dali estabelecidos há mais de 20, 30 e até de 40 anos. São esses posseiros que hoje estão sofrendo perseguições de todo tipo para deixarem a terra a estes grandes grileiros (Belizário, Dermerval, Vanderlci, Boni e outros) os quais são possuidores de milhares de alqueires não cultivados” (reportagem completa anexa)

A CPT denunciava as irregularidades existentes na região, porque acreditava que a situação poderia mudar e os culpados poderiam ser punidos.

Em dezembro do mesmo ano a CONTAG resolveu intervir em favor dos trabalhadores rurais solicitando a apuração dos fatos praticados pelo juiz e as providências necessárias. Veja

anexo 1 o ofício do Corregedor Geral de Justiça de Goiás e do representante da CPT formalizando o pedido de apuração conforme solicitação.

É importante salientar que houve outras denúncias, porque os conflitos continuavam cada vez mais. Outros conflitos sucederam como o de Juverlândia que foi provocado por João Fernandes e Walter Machado, em que o procedimento deles era o mesmo: queimavam casas, espancavam os lavradores e desalojavam os posseiros, isso os pistoleiros faziam juntamente com a polícia militar.

Em 1980, os posseiros perderam suas terras para o senhor Elmo Campos junto com o sargento da Polícia, que conseguiram uma liminar do Centro do Carrasco, hoje é cidade denominada de Carrasco Bonito. Um posseiro deu um testemunho⁵² como era o sofrimento deles. Houve conflitos ainda nos povoados de Pedro de Souza, Centro de Moacy, povoado de São Vicente, em Jiboia, em Vila União, atual município de Buriti do Tocantins, os conflitos de Água Amarela, que apresentam as mesmas características dos outros, com um diferencial.

Esse de Água Amarela teve mais um agravante: os grileiros estavam acompanhados de um agente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) que abusou do poder para prejudicar os posseiros que na ocasião estavam desmatando dois alqueires para plantar uma roça; eles foram autuados com a alegação de estarem infringindo a lei de Desenvolvimento Florestal. Enquanto isso a poucos quilômetros desse local, serrarias e pecuaristas realizavam verdadeiras destruições, porém estão longe de ser incomodados pelo IBDF, isto é o que podemos chamar ação de requinte e crueldade.

Apesar de tantas irregularidades contra os posseiros por parte das autoridades, principalmente os juízes, o juiz Castro Neto já tinha superado todos os limites possíveis de atrocidades, entrou em áreas fora da sua jurisdição, como afirma o jornal *Opção de Goiânia* de 26.07.1980:

No dia 19 de junho a PM cometeu abusos contra posseiros nas proximidades da Fazenda Jussara, no município de Itaguatins, cujo pretense proprietário é o referido Juiz, está requerendo quatro áreas nesta região que está em processo de discriminatório há 20 anos. Por fim achamos estranho que o Juiz de Araguaína venha a emitir mandato judicial numa área que é de competência do Juiz de Tocantinópolis. (reportagem completa anexa).

Estes trechos retirados dos jornais revelam que os desmandos eram incessantes e que os posseiros não tinham força nem conhecimento suficiente para lutar contra aqueles

⁵² Ver dissertação de mestrado de Liliana Patrícia Lemus Sepúlveda Pereira, 1990. Os Conflitos pela Terra na Região do Bico do Papagaio/TO na Década de 1980. p. 161-162.

adversários que só usavam da violência. Alguns foram embora, por ter perdido a casa, a terra e sua plantação, outros não, resistiam até a morte. Nesse contexto a ala progressista da Igreja optou por trabalhar em favor dos pobres, não recuou, mesmo com as ameaças, lutou em favor dos trabalhadores e juntamente com a CPT esteve sempre defendendo os mais desfavorecidos.

Documentos também apontam para outras denúncias como a declaração registrada em cartório datada de 08 de setembro de 1980 da senhora Joana Maria da Conceição: Relatório de Denúncia caso Araguaia-Tocantins – CPT, 1981. (Arquivo da Paróquia de São Sebastião do Tocantins).

Meu marido e eu tínhamos posse de seis alqueires no sítio chamado “Sete Barracas”, perto de São Miguel, município de Itaguatins, dentro da Fazenda Jussara de hoje, daquela o Dr. João Batista de Castro Neto se disse dono. Compramos essa posse em 1972 do senhor Pedro André, que era um antigo posseiro e que chegou lá o primeiro, quando tudo era mata virgem, meu marido era doente e era meu filho mais velho Raimundo Ferreira da Silva quem explorava a área da nossa posse, tínhamos muitas benfeitorias, mandioca, arroz, banana, milho, laranjas... em 1976 o gerente de Dr. João Batista de Castro Neto chegou com uma ordem de Dr. João para tomar nossa terra, o menino Raimundo falou que não deixava ele invadir. Logo depois ele chegou com a polícia, com quatro soldados para prender meu filho [...]. Depois eles voltaram e prenderam Raimundo e levaram para Fazenda para assassinar obrigado como invadidor da fazenda dele. O Dr. João estava lá para obrigar ele assinar, eles jogaram ele na água, fizeram ele arrancar o plantio que ele tinha na sua posse, cortaram tudo, derrubaram a casa dele sobre ele, e, ele estava dentro com sua mulher, levaram ela para São Miguel e ele para Sete Barracas. O arroz e o milho Dr. João colheu para ele, com esse sofrimento todo meu marido morreu

Ainda no mesmo mês e ano a Prefeitura de Axixá enviou um ofício ao Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel naquele período e que fazia a seguinte denúncia e ao mesmo tempo solicitava providência com urgência.apresento um trecho desse ofício. Relatório de Denúncia caso Araguaia-Tocantins – CPT, 1981. (Arquivo da Paróquia de São Sebastião do Tocantins).

[...] A região do Araguaia Tocantins vem sendo palco de frequentes conflitos entre fazendeiros recém-chegados e os posseiros que ocupam a terra há muitos anos: aqueles munidos de documentos na maioria das vezes fraudulentos; estes lutando par preservar os direitos sobre as benfeitorias implantadas através de consecutivas jornadas de trabalho ao longo dos anos. O prefeito, e vice-prefeito e toda a Câmara Municipal de vereadores de Axixá Goiás, sensibilizados com os últimos distúrbios ocorridos, culminando a expulsão à força de numerosas famílias pobres que ficaram despojadas até mesmo de suas moradias, estamos nos dirigindo a V. Excia. para protestar conta os abusos de autoridades exercidas sobre estes indefesos, além da ação coercitiva e espancamentos executados por policiais em nosso município. Queremos também solicitar urgentes providências para que sejam corrigidos e evitados estes desajustes sociais, e que seja enviada uma comissão para verificar in loco os danos causados a estas famílias, bem como a flagrante omissão dos representantes do GETAT, sediados em Araguaína-GO...

Este documento foi assinado por todos os representantes da Câmara de Vereadores, que não suportavam ver aqueles desmandos no município. Essa é mais uma denúncia, diante de tantas outras existentes, o que demonstrava mais uma vez a falta de impunidade aos grileiros, que favorecia cada vez mais eles se sentirem donos da região. No ano de 1980 foram apresentadas várias denúncias e relatórios⁵³, bem como depoimentos de lavradores, conforme estamos mostrando alguns trechos neste trabalho.

A CPT, através do advogado Osvaldo Alencar, entrou com um mandato de segurança contra este juiz do Tribunal de Justiça de Goiás. No dia 18 de dezembro de 1980 o Tribunal de Justiça concedeu liminar contra o juiz Castro Neto, este sem sombra de dúvida foi um fato marcante na história do Goiás e do Brasil.

Naquele momento o clima era de tensão, mas apesar de todas as dificuldades eles eram otimistas, confiavam que fosse resolvida a situação de forma pacífica, ao contrário do que pensavam os grileiros que continuavam sempre querendo terra e mais terra.

A pastoral dá apoio a bispos conforme trecho do jornal *O Estado de São Paulo* de 11-11-1981. (Arquivo da Paróquia de São Sebastião do Tocantins).

O secretário Nacional da Comissão pastoral da Terra divulgou ontem, em Goiânia, nota de solidariedade aos bispos Dom Celso Pereira de Porto Nacional e Dom Cornélio Chizzinni de Tocantinópolis, ameaçados de processos, por dois fazendeiros do município de Araguaína no norte do Estado Dermerval Rodrigues da Cunha e Oliveira e Belizário Rodrigues da Cunha filho. A CPT esclarece que, apesar de os fazendeiros terem divulgado que entrariam com uma queixa-crime por injúria, calúnia e difamação, ainda em 1980, até agora nenhum dos bispos foi intimado pela justiça ou pela polícia. Em virtude da denúncia feita no ano anterior a respeito da violência o que é confirmado pela CPT e com documentos apresentados. Denúncias apontam que os senhores Belizário e Dermerval continuam até hoje com as ameaças, prisões e violências – diz a CPT com a cumplicidade do Juiz de Direito de Araguaína João Batista de Castro Neto. Esse Juiz diante do volume de tantas denúncias foi afastado [...].

Verificamos através dessas denúncias que as notícias eram publicadas, mas os grileiros não se intimidavam, foi o que transpareceu, uma vez que se noticiavam as ameaças escandalosamente. Dessa forma era possível confirmar que, além do afastamento do juiz, nenhuma outra providência foi tomada para que acabasse com o problema de grilagem. Este relato está registrado em cartório.

⁵³ Ver Publicação da Comissão Pastoral da Terra. Denúncia - caso Araguaia-Tocantins. 1981

Os trabalhadores rurais também escrevem pedindo justiça aos deputados e bispos (nov. 1984). Relatório de Denúncia caso Araguaia-Tocantins – CPT, 1981. (Arquivo da Paróquia de São Sebastião do Tocantins).

[...] Fizemos uma importante “Manifestação pela Reforma Agrária”, em Augustinópolis. Foi uma amostra bem preparada das lutas e esforços de organização que estamos desenvolvendo há mais de seis anos [...] para termos direito a terra, a quebrar o coco babaçu onde tiver, ter estradas, escolas, ter segurança, sossego [...] em resposta a estas necessidades e esperança de nossa classe foi a extrema violência: 115 casas queimadas, 18 companheiros espancados, ou torturados; 13 sequestrados, 02 presos, aproximadamente 140 famílias despejadas injustamente, 67 famílias expulsas das terras pela polícia militar e pistoleiros, o número de famílias e pessoas ameaçadas de morte e de outras violências nem dá pra gente contar. Responsáveis por tudo isso, são os fazendeiros, grileiros, o GETAT, a Polícia Militar, o Juiz de Direito, a Polícia Federal e vários políticos. Nossas famílias vivem cada dia sobressaltadas, sem saber se vai ser hoje ou amanhã a próxima queima de casa, despejos, torturas, espancamentos, expulsão, a insegurança e o pavor começa tomar conta de todos nós...

[...] Nós Somos companheiros de luta. A manifestação de hoje é a continuação da manifestação de 23 de junho. Por isso, estamos contentes e cheios de esperança. A presença dos senhores aqui vem confirmar e apoiar o nosso esforço de construir justiça para termos mais vida, isso nos dar coragem e força. Então renovamos o nosso compromisso de continuar lutando pela terra, pelo sindicato, pelas comunidades e partidos políticos, queremos contar com os senhores para alcançarmos nossos objetivos...

Os trabalhadores já não tinham mais a quem recorrer, porque a violência na região estava cada vez pior e era causada pelos órgãos que deveria ajudar como GETAT e também pela polícia, o que não ocorria, esses estavam ao lado dos fazendeiros. Noticiário nos recortes de jornais. (Arquivo da Paróquia de São Sebastião do Tocantins).

3.3.1 Manchetes de jornais da época

“Comissão denuncia juiz à corregedoria”

João Batista de Castro Neto, juiz de Araguaína responsável pelo despejo violento de centenas de famílias de posseiros no bico do Papagaio, norte de Goiás, deverá prestar declarações ao Tribunal de justiça dentro de 10 dias. Jornal O Popular - Goiânia. 05.10.1980.

São Félix Posseiro em pânico “Na justiça, CPT prova violência contra posseiro no Norte Goiano”.

O bispo de Porto Nacional apresentou provas contra o juiz de Direito da Comarca de Araguaína e Itaguatins no extremo norte Goiano vem agindo com total parcialidade nos conflitos gerados pela posse da terra entre fazendeiros e trabalhadores [...] Jornal Opção 05.10.80.

Autoridades denunciam violências”

Posseiros /Axixá Diário da Manhã 17.09.1980.

A primeira denúncia de violência policial nos despejos de lavradores no Bico do Papagaio, norte de Goiás, aconteceu dia 10 quando cerca de 20 posseiros e 2 sacerdotes do município de Axixá foram presos e levados para casa do fazendeiro Crispim Batista para assinar papéis a força [...]. Diário da Manhã – Goiânia. 18.09.1980.

“Procuradoria apura denúncia da CPT”

Foi determinada abertura de inquérito para investigar a prisão de cinco lavradores. Jornal do Tocantins. 24 a 30.07.1990.

“CPT: Juiz é um dos maiores grileiros no Norte do Estado”

”O juiz de direito da comarca da Araguaína é conhecido como um dos maiores grileiros e mais perigosos”

“Moura acusa ação contra lavradores”

Posseiros despejados

“Empresa insiste em Grilagem denuncia CPT”

Pastoral confirma ameaça a posseiros.

Como vimos essas e outras notícias de jornais que foram publicadas na época, é uma pequena amostra da violência, do sofrimento pelo qual passaram os posseiros, os desmandos por parte dos fazendeiros e da polícia, fatos estes que ocorreram no Bico do Papagaio. Os recortes dos jornais, material na íntegra nos anexos deste trabalho.

3.4 O assassinato do Padre Josimo

Na década de 1980 no Bico do Papagaio havia muito conflito agrário, porque os grileiros tomavam as terras dos camponeses e se apropriavam delas. A violência foi se desencadeando a cada dia; amedrontados os posseiros vendiam os seus direitos, e outros passaram a formar grupos organizados.

Foi nesse contexto de conflitos que o Padre Josimo encontrou a região e como vivenciou de perto a difícil situação que os camponeses enfrentavam, abraçou a causa para defendê-los, lutando junto com eles. Essa situação causou ira aos fazendeiros que se organizaram, planejaram e mandaram ceifar sua vida. “Morreu pela luta dos mais fracos, por essa luta aí que ele lutava muito, defendia muito as pessoas fracas e os ricos não queriam e não quer essa defesa” (F.P.V. 63 anos entrevistada em 07/05/2013). Outro depoente diz ainda: “Ele morreu em consequência do seu trabalho pastoral por defender os mais humildes.” (O.M.A.P. 56 anos entrevistada em 19/04/2012). A maior preocupação de Padre Josimo era realizar um trabalho que atendesse a maioria da classe trabalhadora. Por isso a metodologia que usava para chegar ao entendimento deles era a mais simples possível. Ele se preocupava com os mais humildes e com os trabalhadores rurais, pois eram o alvo dos fazendeiros.

No constituir dessa luta pela terra os trabalhadores rurais sob a orientação de Padre Josimo para se organizar e participar da vida pública entendem seus ensinamentos e começam a refletir e se interessar pelas questões políticas partidárias. Nesse sentido desencadearam a vontade de participar do pleito eleitoral nos seus municípios, ou seja, queriam ser candidatos a vereador, a prefeito para representar melhor o povo, assim teriam voz e vez. Nessa ótica vejam o que aponta o entrevistado:

Por defender os pequenos agricultores familiares dessa região, por orientar como o povo se organizar e outra questão que naquela época e hoje o povo também começou a despertar também pela política também pela questão política, o povo percebeu que também precisava participar da política, precisava tomar assumir cargos importantes na política. Aí logo começou surgir candidatos a vereadores, candidato a prefeitos nessa região toda, daí os latifundiários dessa região os grandes a elite local percebeu que o Padre era uma ameaça séria, não só pela questão social, mas também pela questão política, esse Padre tem sair dessa região de um jeito ou de outro, então ele aí por foi na verdade terminou decidindo pra ele fosse tirado a sua vida era a única forma de calar a sua boca do Padre porque de outra forma eles não conseguiam. (E.S.L. 40 anos entrevistado em 18/04/2012).

Percebe-se nitidamente nesse depoimento que o Padre representava uma grande “ameaça” para os fazendeiros, pois de certa forma era ele quem orientava os trabalhadores sobre os seus direitos, fazia esclarecimentos do que era obscuro para os trabalhadores por não terem tido instrução. Aos poucos os fazendeiros foram percebendo que o trabalho de Padre Josimo foi tomando uma dimensão tão ampla que com o passar do tempo eles iriam perder o controle da situação. Foi então que decidiram tirar sua vida, para afastar o “perigo” e foi isto que aconteceu.

Na maioria dos depoimentos apresentados sobre as questões políticas os entrevistados relatam que o Padre não mandava ninguém invadir terras alheias, ao contrário disto, ele orientava o povo a se organizar em prol dos seus direitos. Nesse sentido o relato a seguir a entrevistada fala com propriedade da forma de ação do Padre junto aos trabalhadores rurais daquela região.

Foi ele ajudar as pessoas é porque ele não tinha medo de andar, ele não tinha medo de falar. Nós via que necessitava dele aqui dentro. Por quê? Porque ele era um Padre formado que sabia das coisas né? Mas assim ele nunca mandou ninguém invadir Terra de ninguém. Agora o lavrador que se achou com precisão daquela terra e de tanta terra largada entrou, mas ele nunca mandou ninguém entrar em terra de ninguém, pois o que chegou a tirar a vida dele foi isso aí o mau pensamento do povo grande, mais que ele nunca mandou ninguém entrar na terra de ninguém. (F.G. S/2. 77 anos, entrevistada em 18/04/2013).

Através deste depoimento verificamos que realmente Padre Josimo não mandava ninguém “invadir” terras; no entanto, um grupo de trabalhadores que já tinha um entendimento se achou com necessidade de trabalhar na terra que estava largada, entrou e ficou lá para trabalhar, por essa razão os fazendeiros falavam que era a mando do Padre.

Ao contrário do que dizem os trabalhadores rurais sobre a postura do Padre Josimo, os políticos daquela região tinham uma visão equivocada sobre a prática pastoral do Padre, pois, entendiam que o mesmo queria tomar as terras de outrem, quando na verdade não era esse o seu objetivo. Para ratificar o que estamos dizendo veja o que diz um deles: “o Padre não queria negociar, estava reivindicando o que é do outro”. (J. O. 63 anos entrevistado em 26/04/2012).

Conforme dissemos anteriormente esse entrevistado assumia uma posição contrária à dos trabalhadores rurais comprovando que não mantinha um bom relacionamento com o Padre, pois era contrário ao trabalho dele. Por isso esses políticos queriam convencer o povo que o Padre instigava as pessoas a invadir as terras alheias. A fala do depoente demonstra ser

favorável aos fazendeiros. Outro ponto que deve ser destacado é quando ele aborda a falta de negociação por parte de Padre Josimo. Os fazendeiros não queriam negociar, principalmente com os trabalhadores rurais.

Ainda podemos verificar outros pontos que causaram a morte de Padre Josimo, conforme apresenta esta fala:

Olha o ponto chave posso dizer vários pontos chave, e um dos pontos chave foi quando ele renegou a saída da região, ele foi convidado para sair pelo nosso Bispo, ou seja, o que levou a sua morte foi a consequência do trabalho dele e talvez não fosse diferente porque ele tinha essa filosofia de vida, ele foi convidado pelo Bispo na assembleia no dia 26 de abril de 86 o bispo propôs ele servir de formação fora da região foi quando ele disse: *Nada vale a minha vida, do que a vida de tantos lavradores, de tantos pais e mães de família que morrem sucumbindo na terra*. Então a partir daí esse papel dele, esse assumir dele levou a morte. [...] ele tinha consciência que iria morrer claro que tinha medo da morte, como todo ser humano tem medo da morte, né? Mais não tinha medo de morrer a tal ponto que ele perdeu a sua própria vida, então tudo isso foi o ponto chave da vida dele [...] Josimo morre justamente por assumir literalmente as últimas consequências à filosofia de vida e eu até diria que por causa dele ter assumido e querido que seu sangue fosse semente nessa terra. (J.R.P.G. 40 anos entrevistado em 24/04/2012).

Analisando de modo geral os relatos acima sobre a causa da morte do Padre Josimo, vimos que foram muitos os fatores que culminaram no desfecho dessa história como a luta pela terra; seu posicionamento em favor dos posseiros e por se recusar a deixar a região, entre outras questões. Ele sabia que estaria assumindo as consequências da sua filosofia de vida, sabia que ia morrer e após o primeiro atentado no mês de abril de 1986, ficou apreensivo e pensativo, conforme fala em um trecho de uma conversa com um membro do Sindicato do Município de Sítio Novo extraído do livro de Le Breton (2000, p. 131):

[...] Tenho que ir vão me matar, ao visitar uma das pequenas comunidades com João Custódio, escolheu o momento pra falar sobre a morte. – Já lhe ocorreu, João, que podemos morrer porque estamos fazendo este trabalho? [...] todos nós temos que morrer um dia. Acho que vou morrer cedo. [...] Se eu morrer por causa da luta, você vai desistir? – disse João: Nunca vou esquecer daquilo.

Esta reflexão nos mostra que ele ficou abalado em meio às ameaças, principalmente em relação ao atentado que sofrera. Todavia, não se deixou abater por essas coisas, seguiu em frente com seus ideais de luta e de amor ao próximo e disse: “*É hora de levantar e fazer a diferença [...] Morro por uma causa justa*” (LE BRETON, 2000, p. 129). Padre Josimo era

um homem forte, decidido e destemido, a sua fé dava forças para seguir lutando. E assim foi até os seus 33 anos de vida.

3.5 A morte do Padre Josimo

Falar sobre o assassinato do Padre Josimo ainda é complicado porque as pessoas não se sentem à vontade ou não querem tocar no assunto, é quando se percebe que houve um silenciamento. É importante destacar que as 13 pessoas com as quais tivemos a oportunidade de conversar falaram da morte, mas nem todos fizeram menção aos assassinos, apenas três, como podemos verificar nos depoimentos a seguir:

Bom, a gente sabe que teve uns que foram presos que responde ainda por isso, mas a questão dele não foi só um, nem dois foi muitos e até hoje a gente não tem a justiça ainda não sabe quem foi todo mundo os responsáveis, que eles souberam de verdade tiveram, mas tiveram muitos que foram pra cadeia, tem muitos que foram... (F.P.V. 63 anos entrevistada em 07/05/2013)

Eles tão aí solto, tem inclusive o Nenezão que pegaram no Pará a mais de quinze anos é, que tá solto, tá aí, mora aqui continua, voltou pra cá, aí teve uns irmãos dele que já morreu, mais o povo, todo mundo sabe os fazendeiros era daqui, quem mandou quem matou quem ajudou, a maior parte deles eram daqui de Augustinópolis. E nada aconteceu com eles, e aquele que foi preso né? Hoje tá solto e parece que o Neném chegou morrer na cadeia, por que adoeceu lá e morreu, mas, os outros continuam por aí. (R.E. 44 anos, entrevistada em 17/04/2012)

Olha o assassino foi preso, né? Os mandantes por que infelizmente a lei brasileira, a Igreja tomou pé dessa situação levando a cabo, investigando, fazendo manifestações, fazendo-se presente, tanto a Igreja como a CPT. Então assumiu essa causa pra si, por exemplo, por que tomou uma repercussão internacional por causa a Igreja, dos jornais da França, enfim. A busca dos mandantes tornou-se uma forma de dar resposta. Porém nossa lei brasileira ela é muito frágil e existem muitas brechas então os mandantes de Josimo alguns prescreveram em virtude do tempo, dos anos passados e outros por que não conseguiram provar. É por que a justiça tem que provar que o mandante é o mandante. Então houve muitos foragidos e não ficaram. O Geraldo que é o assassino ele passou um bom tempo para entregar quem era realmente os mandantes né? Ele só entregou depois que os mandantes deixaram de pagar os seus advogados que começaram abrir uma investigação quem pagava os seus defensores, que dizer que daí a partir dessa investigação passou a minguar o dinheiro do advogado e consequentemente, o assassino ficou sem ter defensor então passou a ter defensor do Estado e que nós sabemos que é moroso. Nós temos um que foi condenado que tá no chamado em liberdade provisória de não domiciliar mais regional ele não pode sair de determinada região do Bico do Papagaio. Hoje ele ainda mora no Bico do Papagaio. Então em Araguatins e Augustinópolis que foram os focos dessa resistência suamente por parte dos mandantes. [...] então, nós temos toda essa dificuldade aqui colocada mesmo nas entrelinhas, mesmo sem perseguições. Então a Igreja tentou levar até o

último momento, aliás, levou até o último momento essa busca para condenar. A impunidade se dá pela fragilidade da lei, ou seja, não é apenas querer da Igreja, ou querer da sociedade que as pessoas têm que ser presa. Ela tem que ser presa conforme é detectada, é colocada dentro da legalidade. Quando houve a absolvição de um dos mandantes doeu na alma de cada um de nós, mas nós tínhamos que respeitar. (J.R.P.G. 40 anos entrevistado em 24/04/2012).

Após ver esses relatos podemos evidenciar que a única certeza que essas pessoas têm é da impunidade dos assassinos do Padre, sobretudo em se tratando dos mandantes que sequer foram presos em momento algum, além de um ter sido absolvido da acusação, diferentemente de alguns dos pistoleiros que ainda ficaram mesmo por um pequeno período de tempo na prisão. A polícia da época só se “preocupou” em punir os culpados porque houve “pressão” por parte da Igreja Católica em cobrar que se fizesse justiça. Percebemos que as pessoas que vivenciaram a história sentem revolta pela falta de justiça e preferem não falar sobre o assunto. É como mexer em uma “ferida”, pois ao tocar no assunto tudo vem à tona, para eles é muito doloroso.

A conclusão que podemos tirar dessa história é que na verdade os responsáveis pela morte de Padre Josimo Moraes Tavares ficaram impunes. O autor do disparo era um homem muito perigoso, além de pistoleiro, era assaltante, ladrão, foi considerado um criminoso de alta periculosidade e mesmo assim não foi colocado numa prisão de segurança máxima, ficou numa prisão sem segurança e com pouco tempo fugiu; mas continuou assaltando, foi preso novamente, mas conseguiu fugir outra vez, era um descaso grande tanta negligência por parte da polícia, para Geraldo tudo era fácil. Conforme aponta Le Breton (2000, p. 161):

[...] tudo aconteceu em Gurupi no sul do Estado do Tocantins, por coincidência Gurupi é a sede regional da CPT, e os membros da Pastoral estavam convencidos de que a cadeia local não tinha condição para segurar Geraldo durante muito tempo. Mandaram uma salva de telegramas para as autoridades municipais e estaduais. Mas a despeito de todo esse esforço, não levou nem uma semana para Geraldo fugir outra vez [...] os vizinhos ouviram o barulho e contaram aos guardas que estavam do lado de fora, na frente da cadeia, mas eles nada fizeram para intervir.

É dessa forma que percebemos o quanto a polícia foi negligente; acreditamos que não foi dada a devida atenção que o caso merecia. Hoje, já fez vinte e seis anos da morte do Padre, o crime prescreveu nada foi feito de fato, mas os ecos fizeram com que o Governo Federal tomasse as devidas providências e iniciasse as primeiras desapropriações para assentar os trabalhadores rurais. Pereira (2011, p. 174) diz:

O Estado pretendeu silenciar Josimo pela desconstrução da sua imagem, a sua criminalização. Mas os fazendeiros tinham planos mais práticos. Era preciso matar Josimo. A esse propósito serviam as experiências daqueles que já haviam estado a serviço da violência institucionalizada, ex-policiais como Trajano Bicalho, e que consideravam o assassinio uma justa medida em defesa do latifúndio.

Os opositores de Padre Josimo sempre buscava responsabilizá-lo por tudo que acontecia de ruim na região, até os crimes que ocorriam era ele sempre o “culpado”. Por isso, foi preso, acusado por cometer crimes e depredar patrimônio público (posto telefônico) dentre outras acusações infundadas. Estas e outras foram usadas para denegrir sua imagem diante da sociedade.

A impunidade pela morte do Padre ficou estampada nos jornais em todo o país, mas não silenciou o desejo do povo de lutar. A partir daí os trabalhadores criaram forças para lutar criando mais sindicatos, associações para buscar a vitória que foi conquistada pela maioria dos trabalhadores, a terra para plantar e dela tirar o seu sustento. A luta agora é para permanecer nela e com dignidade.

No capítulo seguinte apresentamos à Dimensão Educativa do trabalho empreendido pelo Padre Josimo, como foi sua trajetória pastoral, mostrando os aspectos mais importantes como as organizações populares e comunitárias; como sujeitos desta ação quais as formas de trabalhar com os posseiros e os trabalhadores rurais, uma vez que este lutava também pela emancipação de seu povo.

Figura 5 - Padre Josimo com as freiras: Mada, Bia, Nicole e Lourdinha



Fonte: Arquivo da Paróquia de São Sebastião

CAPÍTULO 4 - A DIMENSÃO POLÍTICA E PEDAGÓGICA DA AÇÃO PASTORAL DO PADRE JOSIMO

4.1 A trajetória pastoral do Padre Josimo

É importante ressaltar que a ação pastoral e educativa do Padre Josimo assumiu uma dimensão política e este respeitava os ideais e o direito do outro. Isso revela certo fascínio e tomamos como exemplo sua prática no caminhar da ação pastoral. Muitos foram os obstáculos em colaborar, orientar e partilhar o conhecimento no sentido de despertar a consciência da necessidade de lutar por seus direitos com amor, seriedade, dignidade, como ele o fez junto aos posseiros na sua curta história de vida.

Neste capítulo desvelamos os resultados de nossa pesquisa perseguindo os objetivos indicados no início do projeto. Com a ajuda dos instrumentos de coleta na pesquisa de campo e documental junto à secretaria da Paróquia de São Sebastião na pessoa do Padre Édino, encontramos dados que revelaram a ação pastoral do Padre Josimo.

Antes de falar da trajetória pastoral do Padre, um elemento se faz necessário, ou seja, é preciso compreender quem foi esse Padre que tão jovem deu sua vida em defesa da luta pelos oprimidos. Esse jovem negro e de roupas surradas, ou seja, que vestia roupas velhas de tanto serem lavadas e na sua simplicidade usava sandálias de tiras e barba grande o que não era comum aos padres, foi discriminado pelos fazendeiros, além de outras pessoas da região que até falavam que ele não era padre, viu sua morte ser anunciada, mais não desistiu de lutar pelo que acreditava ser justo.

Josimo Moraes Tavares nasceu em Marabá, Estado do Pará, devido a grandes dificuldades da família que era muito pobre e também por ser filho de pais separados, foi morar em Xambioá/PA. Logo aos 11 anos já despertava o desejo em ser padre. Certo dia foi passado na escola uma lista para os meninos assinarem para quem desejasse ser padre, ele assinou a lista e não comunicou nada à mãe. E, após alguns dias Dona Olinda mãe de Josimo recebeu a visita do Bispo D. Cornélio Chizzinni; este explicou que a partir de então seu filho iria estudar no Seminário Leão XIII em Tocantinópolis. O menino ficou muito eufórico, mas sua mãe não queria permitir. O Bispo que era calmo e sereno argumentou muito explicando que seria bom para ele; ela chorou muito, relutou, mas, enfim, acabou permitindo.

Lá ele recebeu uma educação tradicional e muito rigorosa; acredita-se que foi muito dura. Ele sentiu que foi privado de carinho, sentia falta da mãe. Sempre gostou de escrever, tinha um diário. Josimo ficou sob a responsabilidade de D. Cornélio Chizzini e permaneceu no Seminário Leão XIII em Tocantinópolis até os 15 anos. Na sua infância sentiu muita falta

da figura paterna; acreditamos que por isso se apegou muito ao Bispo. Foto do Seminário Leão XIII.

Figura 6 - Entrada do Seminário Leão XIII, onde o Padre estudou



Fonte: Arquivo de Socorro Bezerra, 2013.

Figura 07: Parte interna do Seminário - alojamentos parte interna do Seminário



Fonte: Arquivo de Socorro Bezerra, 2013.

Dez anos depois com 21 anos escreveu uma carta para Dom Cornélio, desabafando, falando de sua timidez, que estava grato pelo apoio, porém ele queria ser tratado com mais atenção, carinho e amor, pois Josimo sentia muita frieza por parte dele. Nesse sentido, ele cuidava da educação, mas a vida não só era isso. Josimo saiu de Tocantinópolis para Brasília e de lá foi para Aparecida do Norte, no Estado de São Paulo. Depois de estudar Filosofia e Literatura, foi para o Seminário Franciscano de Petrópolis. Um de seus professores foi Leonardo Boff⁵⁴, o apóstolo da Teologia da libertação, “que não lembra de Josimo como alguém extraordinário, mas era um bom estudante, muito quieto e equilibrado” (LE

⁵⁴ Foi padre, teólogo, escritor e criador da Teologia da Libertação.

BRETON, 2000, p. 45). Não era considerado líder, porém fez a sua opção para trabalhar com os pobres com fundamento na Teologia da Libertação. Conforme Boff (trecho extraído de uma entrevista no dia 14/12/2008)⁵⁵, “a Teologia, como qualquer outro saber, tem que ser criativa”. Para Silva (2000, p. 64),

Leonardo Boff, teólogo brasileiro, entende a Teologia da Libertação, associada a mecanismos opressores que estão presentes nas estruturas e nas pessoas e se refletem em seus relacionamentos, desta forma, “libertação e opressão são elementos constitutivos um do outro, e sua separação impede que ambos sejam separados [...]

Temos certeza que se Padre Josimo ainda fosse vivo, estaria lutando, não só por terra, mas por outros direitos que ainda hoje são negados à população brasileira.

O teólogo deve avançar e atualizar a mensagem face aos desafios atuais para que ela continue boa. A mensagem deve trazer luz para a vida, partindo das situações concretas; é sob a égide dessa perspectiva que o Padre buscava realizar sua prática pastoral. Acreditamos que o encontro com seu professor Leonardo Boff e os ensinamentos que recebeu despertou cada vez mais o espírito de desenvolver sua prática em favor dos pobres e oprimidos, dos trabalhadores rurais; todavia, ele veio concretizar seus ideais através da prática pastoral na região do Bico do Papagaio.

Josimo foi ordenado Padre em 20 de janeiro de 1979 em Xambioá. O povo o recebe em festa como é habitual receber um filho que retorna para uma grande missão. Foi ordenado pelo seu mestre Dom Cornélio Chizzini, é ordenado vigário cooperador em Wanderlândia para trabalhar com Padre Atilio que era um padre italiano e foi considerado um agitador esquerdista, que influenciava as pessoas contra o governo, os latifundiários e as leis da terra. Após a chegada de Padre Josimo a Wanderlândia, cidade próxima a sua terra mãe, Padre Atilio foi removido da Paróquia de Wanderlândia por motivo de segurança.

Padre Josimo assume a paróquia, a direção da escola do Ensino Secundário na época, hoje Ensino Fundamental séries finais e as comunidades camponesas. Os Bispos preocupados com a problemática da Amazônia Legal e vendo o sofrimento dos camponeses, faz com que a CPT se prolifere rapidamente por todo o país. Na Prelazia era responsável pela Pastoral da Juventude, pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e, enfim, pela Comissão Pastoral da Terra na Região Araguaia-Tocantins.

⁵⁵ Entrevista a João Pombo Barile para o jornal *O Tempo*, de Belo Horizonte/MG, no dia 14/12/2008.

O povo era sofrido, Padre Josimo procurava dar atenção e amor e em pouco tempo descobriu que o problema de seus paroquianos era a questão da terra e sobre isso ele tinha uma opinião bem definida. O trabalho pastoral já se inicia quando ele começa a fazer denúncias através de cartas e convida os padres a tomar posição frente à repressão; ainda em Wanderlândia recebe ameaças por parte dos policiais e dos fazendeiros.

Os conflitos sociais, tanto religiosos, quanto pela Reforma Agrária, foram marcados historicamente, no Brasil, por acirradas lutas entre proprietários rurais, camponeses e trabalhadores rurais. A luta pela posse da terra foi um dos problemas criados pela expansão do capitalismo, e acontece sob duas concepções opostas de pensar e utilizar a terra. O camponês, para quem o direito de posse é gerado pelo trabalho e o capitalista baseado apenas no lucro.

É em decorrência da luta pela terra que o Padre Josimo entra em cena no contexto do Bico do Papagaio em defesa do camponês, especificamente no município de São Sebastião do Tocantins onde atuou como pároco, o que pontuaremos mais adiante, e em mais dois municípios que fazem parte desta pesquisa, Buriti e Augustinópolis, ambos situado na região.

O município de São Sebastião do Tocantins tem uma latitude de 05°15'26" Sul e uma longitude 48°12'00" Oeste. Possui uma área de 287,271 km² e uma população de 4.283⁵⁶ habitantes, e tem um clima tropical úmido. Junto com Esperantina, São Sebastião é o município mais setentrional do Tocantins. O prefeito da época era José Carneiro. Lá há uma grande festa, que é tradicional no Bico do Papagaio, é a Festa do Peixe, conhecida em todo o Estado, e que atrai centenas de pessoas. Conforme aponta uma entrevistada,

[...] tem uma festa tradicional é de tradição essa festa chamada festa do Peixe, na época da festa são 4 dias de festa, você olha na praça tem vinte mil pessoas e não tem uma briga vem gente dessa região toda Araguatins, Augustinópolis, Vila Nova no Maranhão, então chega ter na noite mais animada 20 a 25 mil pessoas e não tem uma briga. (O.M.A.P. 56 anos, entrevistada em 19/04/2012)

Nesse sentido a entrevistada quer mostrar que a cidade não apresenta conflitos, apenas os que já existiram por questões de terra, mas de acordo com seu relato o município hoje é tranquilo, em relação às situações vivenciadas na década de 1980.

A Igreja sofria muita pressão por parte dos fazendeiros, porém não cedia às ameaças e provocações, continuava a estimular o povo a fundar o sindicato dos trabalhadores. É interessante apontar que existia um diferencial entre a CPT e a FETAEG. A FETAEG tinha como prática organizar sindicatos às pressas, diferentemente da CPT que propunha que as

⁵⁶ Dados de 2010- IBGE

comunidades discutissem longamente sobre o assunto para entender e saber o que realmente estavam fazendo, e, depois dessas discussões, eles não eram tão fortes, mas eram mais consistentes do que os que eram organizados pela FETAEG.

O sindicato de São Sebastião tinha muita força, bem como em Buriti e no Centro dos Canários (Axixá). No dia da fundação do sindicato da cidade de Augustinópolis, eles foram fazer uma assembleia dentro da igreja. Os fazendeiros não gostaram, pistoleiros invadiram a igreja e atiraram para amedrontar os lavradores. Como represália a essa situação o Bispo que estava respondendo pela Diocese de Tocantinópolis ordenou o fechamento da igreja.

Naquele período o Partido dos Trabalhadores (PT) se organizava em Goiás, ainda que precariamente. O PT se organizou em todos os municípios do Bico do Papagaio, contando com o apoio do Padre Josimo Moraes Tavares e com Lourdes Góí, agente pastoral. A CPT organizou um ato público em Augustinópolis para o lançamento oficial de uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária; esta manifestação reuniu cerca de cinco (5) mil lavradores.

Os pistoleiros ficaram rondando o local da manifestação. Um camponês chamado Vitório Barros foi agredido pelos grileiros num bar e assim na discussão o camponês matou o grileiro “Nenzão”. Os outros pistoleiros cercaram por várias horas os líderes da palestra, o assessor da CPT, entre outras figuras importantes e que ali se encontravam. A situação se complicou muito. Após algumas horas essas pessoas foram liberadas. A situação causou muita ira, casas foram queimadas, lavradores e agentes da pastoral foram presos, e muitos deles foram processados. Não se falava em outra coisa, só no terror no Bico do Papagaio.

Os conflitos continuam entre pistoleiros e grileiros, Igreja e Estado. Após a posse de José Sarney, Padre Josimo distribuiu uma carta à comunidade de São Sebastião, denunciando o Secretário de Segurança José Freire (CPT, 1986, p. 25). A carta traz em seu texto a seguinte denúncia:

O deputado José Freire não tem nenhum respeito e consideração para com os bispos da Regional Centro-Oeste⁵⁷. Estes bispos denunciaram em novembro de 1984 que a Polícia Militar tocou fogo em todas as casas do povoado do Centro de Canárias (hoje Axixá), que bateu e prendeu lavradores em vários lugares. Inclusive na região de Porto Nacional; que estão perseguindo agente da pastoral em nossa área. O deputado então falou que os bispos estavam mentindo e que desafiava todos eles a provarem o que tinham dito [...] etc.

Frente a essa postura do deputado a situação se complicou mais ainda, porque eles ficavam sem saber a quem recorrer; os padres e bispos não tinham credibilidade nenhuma diante de um fato como este.

⁵⁷Esta Regional é formada pelos bispos do Estado de Goiás, de Brasília e de São Félix do Araguaia.

Por aí se percebe como estavam tensas as relações entre Estado e Igreja. Um episódio que marcou muito aquela cidade de Buriti foi quando no momento do festejo⁵⁸, a Igreja estava lotada, pois iria começar o batizado comunitário. De repente entram o prefeito, José Carneiro acompanhado o vice João Olímpio e do sargento Mendes, delegado da cidade. O motivo era comunicar ao padre que ia construir um posto telefônico no terreno ao lado da igreja. Naquele momento o Padre ficou surpreso e questionou, informando que existiam tantos outros lugares onde poderia ser construído o posto, mas não houve acordo, era um desafio para o prefeito mostrar quem mandava na cidade. No dia seguinte começaram a colocar material e construir o posto telefônico.

Após alguns dias à noite veio um “vendaval e destruiu o que já tinha sido feito”; daí, o prefeito denunciou o Padre Josimo de estar destruindo um patrimônio público, mesmo sem provas ele foi processado. Segundo relato de pessoas que moravam nos arredores da igreja, o Padre Josimo não se encontrava lá naquela ocasião.

Outro episódio que causou muita revolta foi a invasão da delegacia sindical de Buriti com a prisão de vários posseiros acusados de invasão. A polícia despejou 33 famílias do centro de Canárias, destruiu suas casas e as famílias ficaram sem ter pra onde ir. Esse fato ocorreu em setembro, e em novembro os posseiros despejados voltaram e mataram o fazendeiro José Marcelino de Queiroz e sua esposa. Após esse acontecimento o povoado foi destruído.

O juiz Valtides vê Padre Josimo e Lourdinha juntos com os posseiros e deduziu que foram eles os responsáveis pelo assassinato do casal. Prenderam os posseiros e os torturam até que eles dissessem que tinha sido o Padre juntamente com Lourdinha os culpados, e sob tortura eles confessaram. Eles foram presos em Itaguatins e, por motivo de segurança, o levaram para Araguaína. Para Padre Josimo essa experiência de prisão só fortaleceu mais a sua fé.

Josimo e Lourdinha Góí receberam a visita de dois (2) deputados do parlamento europeu que chegaram às 22 horas, solicitando autorização para visitar os presos. O comandante da guarnição autorizou a visita e eles conversaram por mais de uma hora. Os parlamentares saíram sensibilizados e buscaram sensibilizar os parlamentares brasileiros e estrangeiros para possíveis investimentos naquela área e, sobretudo, buscavam apoio para fiscalizar com mais rigor. Eles deixaram a região profundamente preocupados ou mesmo

⁵⁸ É uma festa tradicional católica que acontece em todos os municípios em homenagem ao santo padroeiro, este varia de cidade para cidade. Lá na comunidade de que estamos falando o padroeiro é o nome da cidade, São Sebastião, que se comemora no dia 20 de janeiro.

impressionados com tanta miséria, violência e falta de respeito ao ser humano. Após alguns dias foram soltos Lourdinha e o Padre, mas responderam processo em liberdade durante três anos.

A região além de ser conflitiva, de difícil acesso, tinha povoados pequenos, mas próximos uns dos outros. A Prelazia de Tocantinópolis não dispunha de padre para cada povoado, assim designava apenas um Pároco para a cidade, na qual este atenderia os povoados próximos. No caso de Padre Josimo, era Pároco de São Sebastião e atendia Esperantina e Buriti. Em relação ao município de Augustinópolis já tinha padre. Contudo, Padre Josimo como coordenador da CPT atuava junto às associações e sindicatos. Como o município faz parte da pesquisa é importante situá-la um pouco.

4.2 Situando os municípios da pesquisa

Augustinópolis teve origem com a formação de lavouras na região, por volta de 1960. O povoado foi elevado a município em 11 de maio de 1982. Inicialmente foi habitado por Augusto Pereira, passando a ser chamado Centro do Augusto, na condição de Distrito, chamou-se Augustinópolis e, quando passou a Cidade, conservou o nome de Augustinópolis, cidade do Augusto, nome do fundador. Tem uma população de 14.800 habitantes e possui uma área de 408,05 km² de extensão territorial.

A cidade comemora seu aniversário no dia 14 de maio e sua padroeira é Santa Rita de Cássia. Augustinópolis limita-se ao norte com os municípios de Sampaio, Carrasco Bonito, Buriti do Tocantins e a cidade de Imperatriz no Estado do Maranhão; ao sul com os municípios de Araguatins e Axixá do Tocantins; a leste com os municípios de Praia Norte e Sítio Novo do Tocantins, e a oeste com Araguatins.

Juntamente com os municípios de Praia Norte e Sampaio no Tocantins, Augustinópolis⁵⁹ faz parte da Região Metropolitana de Imperatriz. O clima predominante do município é tropical subúmido. As médias máximas de temperatura acontecem durante o período seco, atingindo até 39°C.

⁵⁹ O relevo do município é suave e ondulado, predominam as altitudes abaixo de 200 m. O território municipal faz parte da depressão do Araguaia e de sua planície pluvial. **Augustinópolis** é a terceira maior cidade na microrregião do **Bico do Papagaio**, exercendo forte influência regional como centro comercial, maior força política da região do Bico do Papagaio. O município de Augustinópolis, depois de desmembrado do município de São Sebastião do Tocantins, sofre divisão, sendo criado o município de Sampaio e Carrasco Bonito, não ficando, portanto, com nenhum rio na sua jurisdição; porém, possui algumas grotas e riachos. A distribuição sazonal das precipitações pluviais está bem caracterizada acusando, no ano, dois períodos: a estação chuvosa entre os meses de outubro e abril e uma estação seca nos meses de maio a setembro. A precipitação média anual é de, aproximadamente, 1.700 mm.

A vila Buriti do Norte foi fundada em 1964 e mantinha ligação histórica com a cidade de São Sebastião do Tocantins, "sua cidade-mãe". Em 1989 com a instalação do Estado do Tocantins e por força do Decreto Legislativo nº 01 publicado no D.O./TO, do dia 1º de janeiro, a vila foi elevada a categoria de município e denominada Buriti do Tocantins. Buriti é um município que se limita com Carrasco Bonito, São Sebastião do Tocantins, Araguatins e Augustinópolis, ocupa uma área de 272,19 km² e possui uma população de 9.767 habitantes⁶⁰.

Padre Josimo é nomeado vigário da pacata cidade de São Sebastião do Tocantins, e em 1983 chega à cidade iniciando seu novo serviço na paróquia onde não recebeu os votos de boas-vindas, pois seu jeito de ser era totalmente diferente do vigário que o antecederia, era o polonês, chamado Stanislau, Padre considerado da linha mais conservadora da Igreja Católica a qual tinha a concepção de executar as funções básicas de rezar missa, ouvir confissões e realizar batizados e casamentos. Não pensava de forma alguma em se envolver em política, pois dizia que era um terror e tinha a ver com comunismo.

Em contrapartida, o seu sucessor pensava totalmente o contrário; isso causou impacto na comunidade, até porque ele era negro, e seu trabalho se expandia muito pelos povoados. O povo de São Sebastião estava acostumado a ter missa todos os domingos, mas como o Padre tomava conta de três paróquias e visitava os povoados não conseguia realizar missas todos os domingos; isso causava descontentamento na comunidade. Como havia aqueles que não gostavam dele comentavam que o Padre gastava muito tempo falando da terra e era muito exigente nos batizados, queria que os pais participassem das aulas de preparação, muitos não queriam e partiam para outra cidade, no caso Augustinópolis na qual o padre era mais flexível.

No Bico do Papagaio, Padre Josimo trabalhava com o seu grupo de agentes pastorais, de forma que não podia abrir mão. Seu tempo maior era dedicado à visitação às comunidades, pois o fazia crescer cada vez mais, valorizava a celebração, os debates sobre os problemas locais partindo tudo da Bíblia. Ele ficava muito entusiasmado com a Bíblia, lia muito a exegese na linha dos estudos bíblicos, era um poeta e um padre do povo, tinha muita inspiração para escrever, tudo que sentia expressava em forma de poesia.

Outro fator importante é que o Padre Josimo não gostava de churrasco nas casas dos fazendeiros, mas atravessava matas para ir até as comunidades fazer reuniões. O prefeito José Carneiro não gostava do Padre Josimo, proibiu até a entrada dele na escola, e ameaçou as professoras: caso fossem à missa poderiam perder o emprego.

⁶⁰ Dados do IBGE, 2010.

Conforme mostra Le Breton (2000, p. 107-108), Padre. Josimo foi

[...] um homem ao mesmo tempo tão amado e tão odiado. Um divisor de padres, um divisor de ideias entre o povo. Um homem simples, atraente, embora não carismático [...]. Um homem de paz que diariamente enfrentava o dilema de defender seu povo contra todo tipo de violência e humilhação. [...] comunicativo e destemido, ele era um homem que não conhecia limites.

É “compreensível” que os fazendeiros e o prefeito não gostassem do Padre Josimo por causa de seus posicionamentos políticos e pela defesa dos mais pobres; porém, o que mais surpreendia era alguns paroquianos terem o mesmo comportamento: não gostavam de ouvir falar de sindicato e de política. Isso porque ninguém nunca havia dado oportunidade a eles de se expressarem, porém Padre Josimo com toda sabedoria que tinha, entendia e foi conquistando o povo aos poucos, eles estavam acostumados com aquele tipo de padre da ala mais conservadora, paternalista, e que talvez não os fizesse refletir sobre as coisas da vida, diferentemente de Padre Josimo.

Com o trabalho realizado pelo Padre essa situação começou a mudar, a igreja era mais frequentada, eles cantavam, tocavam violão e conversavam com o Padre e diziam assim: “Nunca pensei de conversar com um Padre dessa maneira, mas era como se fosse da família, eu não sou muito inteligente, mas ele era o suficiente por todos nós”, era um homem de fé, seu Deus era o Deus que anda com a gente dia a dia (LE BRETON, 2000, p. 63).

Padre Josimo não tinha muitos amigos em São Sebastião, porque a maioria era funcionário da prefeitura e recebia ameaças do prefeito para não manter contato com ele. Mas ele ia a todos os povoados fazendo o seu trabalho pastoral, reunindo, conversando, ouvindo os relatos dos problemas, orientando, pedindo para ser firme na fé etc.

Enquanto coordenador da CPT não queria fazer um trabalho de escritório, pela sua formação buscou um caminho diferente à luz do Concílio do Vaticano II, não queria mais usar o estilo antigo da Ação Católica de formar grupos de camponeses cristãos, mas a Igreja a serviço da classe camponesa, num trabalho em defesa dos direitos do camponês, sobretudo no direito à terra e à cidadania, de formação da consciência sindical e política, de valorização da cultura camponesa e de suas formas sociais e religiosas. Isso era tudo que Josimo mais desejava, ajudar os camponeses despertar a consciência sobre os seus direitos para posteriormente conseguir a liberdade.

A Bíblia, as comunidades, o trabalho social que fazia juntamente com as irmãs⁶¹ (freiras) eram também destinados à educação e conscientização dos camponeses, que se reuniam para falar dos direitos à terra, ajudava a organizar sindicatos, delegacias sindicais, despertava consciência política. Padre Josimo sempre carregou consigo as ideias da reflexão sobre a Teologia da Libertação, bem como, as linhas pastorais da CNBB, que priorizam os pobres e a responsabilidade do cristão social e político. Essa luta no Bico é um desafio, é uma luta dura, a polícia prende, maltrata, espanca, tortura e mata, prende padres por defender os direitos dos pobres camponeses. Eles acusavam o Padre de incitar os posseiros a invadirem as terras dos fazendeiros.

O rosário das mortes e das destruições era sem-fim. Padre Josimo não era só vigário, ele continuava seu trabalho nas comunidades, no amor à palavra e no amor ao povo sofrido, mas era membro ativo da CPT, antes, dirigida por Padre Ricardo em Conceição do Araguaia; as alas de trabalho e de pensamento dessa pastoral eram “perigosas” e “corajosas”.

4.3 As organizações populares e comunitárias como sujeitos da ação pastoral

Padre Josimo era uma pessoa muito organizada e compenetrada em tudo que pretendia fazer, ele registrava tudo em um pequeno diário, registrava sobre os conflitos, sobre os atentados, sobre os pistoleiros, as dificuldades das famílias dos posseiros, suas poesias e, acima de tudo, seu planejamento de trabalho junto aos camponeses.

Nos seus escritos Padre Josimo procura mostrar nitidamente a separação entre os amigos e os inimigos, entre aqueles que estão ao seu redor, mas não se deixa envolver pela dureza da ideologia. Padre Josimo tinha clareza de como suas palavras soavam no meio das pessoas. Sabe-se que havia uma divisão entre as pessoas, uns falavam que ele era terrorista, que “a missa não era missa”, outros já pensavam diferente; e, assim, sucessivamente, mas essa divisão não era a preocupação dele, pois no seu diário registrava-se claramente o seu processo de caminhar e da sua metodologia de trabalho.

O registro presente no seu diário datado de 7/05/1983 mencionado por Aldighieri (1993, p. 82) aponta primeiro que deveria unir o povo para identificar suas principais dificuldades; outro ponto, definir o objetivo da caminhada; reconhecer as forças que estão com ele, e conhecer as forças que estavam contra eles, e por fim, planejar e realizar a ação e posteriormente avaliar o que fizeram. Tais pontos foram partes dos escritos extraídos do seu diário. Isso nos remete a mostrar que tudo que ele fazia era bem pensado, bem articulado

⁶¹ Nicole Combes, Madalena Haussser, Beatriz Cruck e com a leiga Lúcia de Lourdes Góí.

porque desejava envolver o povo que era o maior interessado e deveria pensar em um trabalho coletivo ao invés de um trabalho isolado, individual.

Para tanto ele precisava unir o povo, sabia que não era fácil, mas não era impossível, pois o camponês do Bico do Papagaio tinha uma relação individual, se preocupava com sua família, sua roça, ou seja, seu mundo, para eles era difícil superar a ideia do fazendeiro que era padrinho das crianças, dava carona para ir à cidade, tinha uma visão paternalista. Para o camponês não era fácil mudar o pensamento que tinha a respeito dos fazendeiros, nem tampouco com relação ao que tinha do trabalho dos padres e das freiras, pois sempre acreditaram que deveriam apenas cuidar da religião, da igreja, não misturar missas com essas questões de terra. Era preciso fazer um trabalho de base mesmo.

Deixar de pensar individual e pensar coletivo, foi uma barreira muito grande que eles romperam, aprenderam aos poucos, até porque Padre Josimo não foi o primeiro a trabalhar com a questão da classe trabalhadora, antes dele vieram outros que iniciaram esse trabalho de conscientização.

Padre Josimo com toda sabedoria que lhe era peculiar conseguiu mostrar a importância de formar as comunidades, coisa que pra eles antes comunidade significava “comunismo”, e assim seguiu o trabalho. A necessidade de sobrevivência dos camponeses era muita, tinham que lutar pelo sustento da família. Padre Josimo parte disso para que eles passem de uma identificação passiva a uma identificação ativa. A partir daí todos os passos do grupo devem partir de um povo organizado. Nesse momento o povo decide formar a comunidade, organizá-la, nela assume os problemas e faz uma experiência de democracia.

É importante ressaltar que nem todos aderiram a essa mudança de consciência individual para coletiva, mas, a comunidade estava aberta quem sentisse vontade de se inserir, após ter amadurecido a ideia era recebido por todos. Vale a pena ressaltar que essa forma de consciência coletiva despertou neles a questão da solidariedade, faziam mutirão para reparar uma roça, para construção de uma casa, estavam sempre ajudando uns aos outros, entre outras atividades.

O povo se fortalece começa a desenvolver e mover um processo de ação contra pessoas que estivessem usurpando os seus direitos. Padre Josimo escreve as três formas de estratégias dos camponeses: primeiro a “resistência”, “a reação” e “a alternativa tomada por eles não de iniciativa para as situações presentes, mas para propostas para o futuro”⁶².

⁶² Diário de Josimo Moras Tavares de 08/05/1982 (ALDIGHIERE, 1993, p. 85).

Nesse processo de construção percebe-se que houve evolução dos camponeses passando de uma identificação coletiva passiva para uma identificação coletiva ativa. Começam a se apropriar do seu direito à terra e os direitos à cidadania. O campesinato foi parte essencial na luta pela transformação da sociedade; muitas lideranças camponesas deram a vida por isso. Aldighieri (1993, p. 87) afirma que “o campesinato-classe é fruto da expansão do capitalismo” e classifica a formação da luta travada contra os segmentos da sociedade que não lhe permitem ser livre. Como mostra Martins (1983, p.9-10):

O campesinato brasileiro progressivamente insubmisso primeiramente, contra a dominação pessoal de fazendeiros e “coronéis”: depois, contra expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários; e já, agora, também, contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista, que subjuga o fruto do seu trabalho, e na política econômica do Estado, que cria e garante as condições desta sujeição.

Aos poucos os camponeses vão despertando, ou seja, percebendo que os interesses dos fazendeiros são totalmente diferentes dos interesses dos comerciantes e dos seus próprios interesses. Através de sua prática pastoral Padre Josimo leva-os a explicar as relações de conflitos que há na sociedade e a organizar o pensamento e a ação fora da ideologia dominante e contra a mesma; assim, vê-se que a homogeneidade contribuiu para a formação da classe.

Padre Josimo se apropriou de três passos para o processo de constituição dos sindicatos. Conforme aponta Aldighieri (1993), primeiro ele coloca a vida e seus problemas - a comunidade; segundo passo, a exploração econômica, a opressão política e a dominação ideológica; e, por fim, a luta individual (de uma família, de um grupo, de uma região), mais organizada (união da comunidade, da associação do sindicato) e da política. Daí por diante começam a surgir os sindicatos e se fortalecer os que já existiam, como órgãos de representação de classe. Na região do Bico do Papagaio os sindicatos não nasceram com facilidade, muitas vezes o local onde eles se reuniam era invadido pelos jagunços a mando dos fazendeiros; o próprio GETAT juntamente com a polícia faziam pressão para esvaziar a formação dos órgãos de classe.

É importante citar que para criação do sindicato do município de Sampaio muitas pessoas que apoiavam os camponeses passaram por muitos incidentes como Nicola Arpone, Padre Josimo, Nicole e Lourdes, Henri Roziers e Sebastião Barbosa articulador e posteriormente presidente do sindicato, este que foi preso ilegalmente pelo GETAT por

pressão do fazendeiro Adistonir de R. Martins; eles passaram por muitas dificuldades para realizar a fundação do tão sonhado sindicato, mas nada os impediu. Na visão de Aldighieri, (1993, p. 89),

A gestão pelega dos sindicatos foi questionada e novas lideranças foram apoiadas na tomada de poder nas instâncias ocupadas por pessoas não comprometidas com o camponês. Padre Josimo propôs e ajudou a criar uma estrutura sindical alternativa aos sindicatos pelegos. Para garantir e fortalecer a estrutura sindical cria a Coordenação Sindical do Bico do Papagaio, reunindo os representantes de vários sindicatos, estrutura que permanece até hoje.

No Bico do Papagaio todos os municípios tem STRs. Como alguns municípios são muito pequenos eles utilizavam a seguinte forma: a cada três cidades pequenas próximas há apenas um presidente, porém há subsede em todas elas para atender os produtores; então Buriti, São Sebastião e Esperantina contam com um presidente, os municípios maiores não vivenciam esta situação.

Dessa luta por terra, por um sindicato mais livre e atuante, começa a abertura da consciência camponesa e começam a pensar na luta política. Os camponeses entendem que é o momento de aprofundar as discussões sobre o conhecimento e a estrutura do país, fazem uma análise da conjuntura e procuram se articular sobre a Reforma Agrária e posteriormente surgem as primeiras comissões provisórias, seguidas do Partido dos Trabalhadores (PT); o pior é que esta era uma área marcada pelo voto de cabresto, e nesse momento eles estavam agindo por uma nova política.

Conforme citamos no capítulo anterior o ponto mais alto da participação sindical foi o manifesto em favor da Reforma Agrária que correu em Augustinópolis e que contou com a presença de 6.000 pessoas (seis mil pessoas) em junho de 1984. Tal manifestação contou com a presença da CUT⁶³, dos STRs,⁶⁴ e alguns políticos do PT⁶⁵; como já mencionarmos, tal evento culminou em tragédia, na morte de “Nenezão.” Tudo ocorreu por causa de provocação do pistoleiro mesmo. Tal situação piorou muito, pois eles (os pistoleiros) falavam que muito sangue ainda seria derramado.

Assim, vimos o quanto foi importante o envolvimento de Padre Josimo para aqueles municípios, mesmo sendo pequenos; mas, talvez pela força de vontade, lutaram para ter os sindicatos fortes e atuantes, o que foi e ainda é importante para aqueles que ali ainda vivem. O

⁶³ Central Única dos Trabalhadores.

⁶⁴ Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

⁶⁵ Partidos dos Trabalhadores.

trabalho de Padre Josimo teve uma relevância muito grande não só a nível local, mas a nível federal, pois aos poucos foi reunindo pessoas aqui, ali, visitando as comunidades, conversando, mostrando os caminhos para despertar o interesse pela política, para formar associações, falava da necessidade das mulheres se organizarem, porque naquele período os homens não davam oportunidade a elas dentro dos sindicatos e aos poucos elas se organizaram e fundaram associações, como a Associação das Mulheres do Bico do Papagaio (**ASMUBIP**), que tinha como presidente dona Raimunda Quebradeira de Coco conhecida nacional e internacionalmente com sede em São Miguel do Tocantins, e a Associação das Mulheres de Buriti (**AMB**) com sede em Buriti, que ainda hoje existe. De acordo com relato da entrevistada (R.N. 58 anos, entrevistada em 16/04/2012),

[...] Ele (Josimo) falava de nós se organizar que uma pessoa só não consegue nada, mas organizada em sindicatos, associações, [...] ele usava a bíblia porque lá tem tudo, tinha muita coisa, fazia reunião em círculos, conversava, era um homem simples, andava com o povo, não tinha indiferença com ninguém, era popular, era discriminado por ser negro, falava de Deus e sobre o direito do povo, falava sobre a escravidão [...].

Verifica-se que apesar de muito sofrimento vivido pelo povo do Bico do Papagaio, identificamos através do relato acima que o Padre realizou um trabalho forte na região e, segundo muitos que fizeram parte daquele processo, conseguiram se destacar e entrar na luta em favor dos fracos e oprimidos, ele plantou uma boa semente em solos férteis que até hoje brota frutos, e frutos bons. Na visão de Pereira (2008 p. 60-61),

[...]. A luta e o trabalho feito por Padre Josimo na região foram mencionados constantemente, e eu revivi de forma intensa alguns momentos de minha infância (afinal, eu também o havia conhecido). O Padre Josimo foi um mártir do movimento camponês que desempenhou um papel fundamental nas lutas sociais ocorridas na região.

Entre os anos de 1985 e 1986, as entidades que alcançaram maior prestígio na mediação dos movimentos camponeses na região foram a CPT e a CONTAG. Nesse período o governo resolveu formalizar com projetos de desapropriação as reivindicações que foram intermediadas por aquelas entidades. A Igreja e as estruturas sindicais atingiram, então, o auge do prestígio junto às instâncias oficiais; tal aproximação prejudicou muito a função mediadora, a crítica à estrutura do poder emperrou, e as orientações técnicas aos assentamentos foram sensivelmente comprometidas.

Um ponto que é importante ser apresentado é que, ainda em 1985, foram criados o Conselho Nacional de Seringueiros e o Movimento dos Sem Terra, que lideravam um novo Norte, e é naquele contexto que surgem os elementos dos primeiros de uma nova onda, o trabalhador rural, que se fracionou, obtendo várias subdivisões unificadas pela luta comum e o trabalhador rural passou a se distinguir em diversas espécies como ribeirinhos, seringueiros, barraqueiros, coloneiros etc. Esse fracionamento implicou nas mudanças de estratégia dos movimentos sociais.

4.4 A dimensão educativa popular da ação pastoral do Padre Josimo

Padre Josimo tinha uma equipe, algumas lideranças nas comunidades onde andava eram pessoas que gostavam de participar junto com ele dos estudos bíblicos e de compartilhar de seus ensinamentos, principalmente porque aquela região era de muito conflito, tudo era difícil, o povo humilde não podia contar com outras pessoas para realizar um trabalho como o que ele fazia.

Tinha também as freiras Nicole, Mada, Bia, e Lurdinha, esta última era ex-freira e juntas buscavam fazer um trabalho de catequese naquela região do Bico do Papagaio. Elas chegaram antes do Padre Josimo, no entanto também foram perseguidas porque compartilhavam dos mesmos ideais no sentido da prática religiosa. É evidente que tinham suas divergências, porém sabiam lidar com as diferenças, pois tinham maturidade pra lidar com o assunto. Conforme revela Silva (2011, p. 105),

O trabalho de Josimo diferenciou-se sensivelmente do trabalho de seus pares. Enquanto os agentes pastorais de Porto Nacional e Gurupi, onde a CPT era até mais atuante que na Diocese de Josimo, trabalhavam no sentido de garantir o direito de permanência na terra, para o que faziam um trabalho de formação política visando a preparação de lideranças que poderiam assumir a luta e, concomitante, prestavam assessoria jurídica, Josimo defendia a resistência passiva como forma de garantir a terra e a organização e prática político-partidária como forma de garantir o poder. Para ele não se tratava apenas de conquistar a terra, era preciso conquistar também o destino da terra.

Nesse sentido percebemos que o trabalho do Padre Josimo era feito para que o camponês pudesse se emancipar, tomasse conta do seu destino sem deixar ninguém atropelar os seus direitos. Ele mostrava aos poucos as formas de conquistar a sua cidadania, primeiro as organizações para conquista da terra, a permanência nela com todas as obrigações sociais e, sobretudo, a questão religiosa.

Conforme aponta Silva (2000, p. 96):

Como os Camponeses sujeitos das lutas também eram marcados pela religiosidade, respondiam a atitude daqueles que faziam o sinal da cruz, da mesma forma fazendo o sinal da cruz. Deixavam perceber que eles também se apropriavam do ritual religioso para se defender.

Essa situação ocorria porque algumas vezes os camponeses eram cercados pelos pistoleiros onde quer que estivessem: na missa, na roça, em casa eram pegos de surpresa, então pediam proteção ao Senhor através da reza porque tinham fé e acreditavam que ele os estava protegendo.

4.4.1 A voz dos sujeitos do Bico do Papagaio e suas ações

Nesta pesquisa tivemos a oportunidade de conhecer um pouco a realidade da luta dos camponeses pela terra na região do Bico do Papagaio no Estado do Tocantins, palco de muitas disputas e conflitos, onde Padre Josimo se destacou pela sua ação pastoral e teve sua morte proclamada pelo mesmo motivo. Realizamos esta pesquisa nos municípios de São Sebastião do Tocantins/TO, Buriti do Tocantins/TO e Augustinópolis/TO na qual entrevistamos 14 sujeitos, membros de associações, sindicatos, entidades religiosas e pessoas da comunidade, que falaram do lugar onde moram, do significado da terra para eles e da participação e união dos assentados.

Destacam ainda a melhoria de vida no campo como resultado do trabalho pastoral desenvolvido pelo Padre Josimo naquela região na década de 1980. Os entrevistados pontuaram que moram lá há muitos anos onde as coisas eram difíceis.

Começamos então o nosso trabalho e, a cada fala, a cada gesto, era perceptível o sofrimento evidenciado pelas tristes e dolorosas recordações. Por alguns momentos, a emoção aflorava em seus rostos (tristeza), parecia que tudo havia voltado no tempo, até mesmo eu me encantava e me emocionava também, mesmo sem ter estado com eles naquele momento difícil.

Quando perguntamos sobre as atividades desenvolvidas na comunidade em 1980 a entrevistada relatou que "trabalhavam na roça, plantando para o sustento..." (O.M.A.P. 56 anos entrevistada em 19/04/2012), que na época a maioria das pessoas vivia da agricultura, conforme relatam outros entrevistados.

Trabalhamos na organização da produção, coordenava um grupo de projetos, o projeto da macaúba, por ela não dar só óleo, produz também o sabão em pó, sabonete, pasta de lavar alumínio, descobrimos também que a massa serve para bolo e o carvão etc. (R.E. 44 anos, entrevistada em 17/04/2012).

[...] a atividade era só de trabalhar na roça e tinha sempre um sindicato a gente participava e se combinava mas a maioria das vezes eu só ia lá pro São Miguel lá pra onde D. Raimunda quebradeira de coco onde a gente passava quase uma semana. (F.G.S/2. 77 anos entrevistada em 18/04/2013).

Com esses relatos entendemos que alguns participavam das reuniões dos sindicatos no município de São Miguel do Tocantins, ficavam com Dona Raimunda Quebradeira de Coco, chegavam a ficar uma semana, lá tem a ASMUBIP, ficavam a semana toda, outras se dedicavam à produção da macaúba, sabão, sabonete etc., em síntese, era um povo ativo.

[...] aqui a gente trabalha na questão da saúde, da educação com todos, a questão da medicina alternativa, alimentação alternativa e a gente trabalha nesse rumo. (F.P.V. 63 anos entrevistada em 07/05/2013).

Eu sou da Associação ASMUBIP Associação das Mulheres do Bico do Papagaio, faço artesanato, objetos feitos de Babaçu, como chaveiros, cestas abajur e quem sustentava a comunidade eram os trabalhadores rurais. (R.N. 58 anos entrevistada em 16/04/2012).

É, naquela época a gente desenvolvia algumas coisas porque tinha a associação das mulheres ia pra Brasília né? Representar associação a marcha das Margaridas né? Isso tudo era sobre o trabalho das mulheres e, isso reuniu aí uma duas carradas de muié e pra fazer a mostrar o trabalho que a gente tava fazendo né? lá em Brasília pra gente divulgar cada vez mais o trabalho da associação das mulheres. (artesanato) (H.T. C. 72 anos entrevistada em 19/04/2012).

Através dos relatos acima percebemos que além de trabalhar na roça as mulheres também estavam envolvidas em outras atividades na associação, no sindicato coordenando projetos, bem como no trabalho pastoral junto com Padre Josimo, conforme depoimentos a seguir:

Primeiro pra nós era a luta pela terra depois da terrinha mesmo e a luta pra sobrevivência na terra né? Nós fomos discutir a agricultura né? Agricultura familiar a gente viu que hoje a agricultura ela não é mais desenvolvida. Então a principal luta do movimento sindical e nossa e minha aqui no Bico com todos os trabalhador ainda continua a luta pela terra que existe latifundiário nós tem uma ideia de acabar com o latifundiário no Bico do Papagaio nós vamos acabar e a outra principal é a sobrevivência na terra, aproveitar é querer as tecnologias, produzir em quantidade, de qualidade né de acordo com a nossa terra que a gente tem aproveitado a tecnologia que existe ne e a outra é a educação que a gente viu que esse país não dá pra tá aí na história do terceiro mundo né? (M.S.C.S. 63 anos entrevistada em 18/04/2012).

[...] nós lutamos pelos benefícios nós não executamos né? as políticas públicas que ela é executada pelo governo do município, só que aí a partir da hora que nós lutamos é que chega até o agricultor é um dos benefícios que é que chega até financiamento, negociação de dividas [...] (F.G. S/1. 49 anos entrevistada em 17/04/2013).

Os depoimentos acima evidenciam o quanto os trabalhadores estavam envolvidos no processo de organização de luta pela terra, pela melhoria de vida, que lutavam por políticas

públicas para o campo e almejavam acabar com o latifúndio, um sonho que a meu ver ainda não foi concretizado, poderia ser amenizado. Acredito que na conjuntura que vivemos acabar com o latifúndio é tarefa difícil, haja vista que no sistema vigente do país dificilmente irá acontecer, no entanto pensamos que o que poderia ser feito era dificultar a expansão dele.

O desejo do Padre Josimo era que os trabalhadores se organizassem. Ele tinha muita clareza que o povo organizado poderia resistir aos desmandos dos fazendeiros e enfrentar os conflitos, defendendo os seus direitos pela posse da terra.

Ele buscava orientar os mais humildes, os pequenos produtores, porque para os fazendeiros esses seriam mais fáceis de dominar, expulsar, eles o temiam e não tinham coragem de revidar uma ordem emitida por seus “patrões”. O Padre visitava cada povoado, na sua fé não media esforços, era assim seu trabalho de amar e orientar suas ovelhas. Os depoimentos a seguir nos mostram como era a prática dessa atividade:

Coordenador da pastoral da terra CPT, e com esse trabalho ele desenvolvia junto aos paroquianos buscar onde tivesse secas verdes onde tinha vida, para plantar sua roça e dela tirar o sustento da família ali formava os povoados e daí vinha as orientações para se organizarem em associações e sindicatos. Então com isso vem ele fazendo força então cria-se os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais na região, os primeiros núcleos, primeira fé né? e aí vem as comunidades de fé fortalecendo a partir da palavra de Deus, a partir da eucaristia e a partir dos movimentos sociais nesse tripé aqui Josimo começa a lutar neste grande conflito existente na década de 80. (J.R. P.G. 40 anos entrevistado em 24/04/2012).

[...] trabalhar com pequenos agricultores, ele, pela conversa que ele tinha com os agricultores parece que ele sabia de fato qual era a grande necessidade do povo por que vezes o povo tinha dificuldade de se expressar, então ele sempre procurou esse povo mais humilde local de difícil acesso sem estrada, mas ele ia lá, onde tivesse o povo ia lá fazer reunião com o pessoal, primeiro ele fazia sempre uma reflexão bíblica, sempre levava uma bíblia, sempre fazia uma leitura que embasasse um pouco porque daquela luta, luta dos trabalhadores em defesa da vida e, nunca pregou essa questão da violência, sempre foi uma pessoa pregou a paz.

(E.S. L. 40 anos entrevistado em 18/04/2012).

Era agente pastoral junto com a equipe na época a gente trabalhava é na organização dos trabalhadores rurais principalmente sindicato dos trabalhadores, associações aonde a gente tinha a preocupação de que a comunidade tivesse conhecimento dos direitos que tinha e principalmente naquela ocasião havia um conflito de terra muito forte aqui na região, era fazer com que os trabalhadores, é organizados defendesse seus direitos que principalmente eles eram ligados a posse da terra na busca do alimento e da sobrevivência (C.F. 50 anos entrevistado em 08/05/2012).

Ao ouvir esses depoimentos percebemos que uma das práticas mais específicas de Padre Josimo era o trabalho para formação dos sindicatos, de associação. O povo tinha que se

conscientizar, por isso que seu trabalho e da equipe era contínuo uma vez que não tinham conhecimento (instrução), tornando mais demorado esse processo de formação política.

As estradas rumo ao Bico do Papagaio eram de terra, de difícil acesso, não tinha transporte, nem energia, tudo lá no Bico do Papagaio era muito distante, não tinha assistência técnica, os fazendeiros viviam expulsando os camponeses e se apropriando de suas terras e, por falta de apoio e sem ter a quem recorrer, muitos trabalhadores eram obrigados a ir embora daquela região.

O Padre Josimo procurava ajudar os camponeses, orientando o caminho a seguir e indignado com a situação desses trabalhadores abraçou a causa deles de lutar pela terra para que futuramente eles pudessem se libertar da escravidão dos latifundiários. Para tanto sofreu pressões e ameaças sentindo dificuldade em reunir o povo para participar das reuniões, para lutar pelos seus direitos e um desses direitos era a terra.

“Enfrentava muita repressão por parte da polícia e dos fazendeiros, tinha dificuldade de plantar, começaram os conflitos”. (R.N. 58 anos entrevistada em 16/04/2012). Nesse sentido, e reforçando essa questão vejamos o que diz o depoimento a seguir:

[...] Ele encontrou o conflito por causa das expulsões dos posseiros por que suas roças eram queimadas, eles eram expulsos pelos jagunheiros enfim, ele toma as dores dessas pessoas então ele começa a profetizar seu eu como profeta, como pessoa da palavra não for a voz dos pequenos as pedras gritara, que é um lema a partir da bíblia da sagrada escritura. Eles não eram organizados e Josimo iniciou esse trabalho. (J. R. P. G. 40 anos entrevistado em 24/04/2012).

A fala acima ratifica a importância do trabalho realizado por Pe. Josimo na região e o respeito que o entrevistado demonstra à sua memória, pois uma das causas de sua luta foi dar apoio aos trabalhadores, ajudando-os a permanecer nas terras para assim terem a possibilidade de adquirir o direito de posse. E vendo os posseiros serem expulsos sem ter pra onde ir, ele toma as dores e diz seu eu como profeta, como pessoa da palavra de Deus: se não for a voz dos pequenos as pedras gritarão. Ele quis dizer com isso que se não ajudasse a organizar o povo quem o faria? Não poderia abandoná-los, e assim seguiu sua prática pastoral na região.

De acordo com os relatos abaixo a comunicação quase não existia, eles viviam praticamente isolados do mundo. Dessa forma relatam:

O abandono naquela época era a pior desgraça que existia, o isolamento, não havia telefones a energia era a motor, quer dizer havia um empecilho muito grande a vida era difícil [...] outros problemas o isolamento que existe entre

a assistência técnica e o acesso ao crédito. (C.F. 50 anos entrevistado em 08/05/2012).

A maior dificuldade que a gente tem é a estrada que não tem pra carregar nosso produto, é a gente fica trabalhando mais aí tem vez que a gente não consegue trazer o produto nem pra feira por que a estrada não presta no inverno não tem condições de entrar carro vim pra cá, e aí fica lá parado... Bom! a maior dificuldade que nós encontramos quando a gente descobriu que, falta de apoio, a gente não tinha o apoio é, assim tanto financeiro quanto das pessoas não acreditavam. (R.E. 44 anos, entrevistada em 17/04/2012).

Identificamos nessas falas que faltava apoio para o pequeno produtor em várias dimensões, no setor financeiro, eles não tinham financiamento, nas estradas de chão, nos transportes para trazer o produto até a cidade para comercializar, era muito difícil. Os produtores perdiam muito produto; principalmente na época do inverno as estradas de chão ficavam intrafegáveis, e quando o produto era perecível com a demora acabam no prejuízo. “Sim, tinha dificuldade porque os transportes eram difícil né, aí a gente ia pro Buriti, tinha vez que ia de moto, de bicicleta de qualquer jeito aí ficava no Buriti, aí a gente caminhava pro São Miguel.” (F.G. S/2, 77 anos entrevistada em 18/04/2013).

Ainda mostrando as dificuldades, o relato acima aponta os meios de transportes utilizados para se locomover de um município ao outro, era difícil e entre esses dois que foram mencionados a distância era de aproximadamente 100 km.

Antes foi muito difícil quem mais deu apoio para nós foi a igreja na pessoa do padre Josimo e ele ajudou muito assim que ele achava que nos tinha nos organizar em alguma coisa, então agente teve muita dificuldade inclusive a nossa sede ela não era essa, era uma sede ali a gente usava um salão da igreja depois a gente construiu uma sede pertinho da igreja... (F.P.V. 63 anos entrevistada em 07/05/2013).

Através desses relatos verificamos o quanto aquele povo era sofrido e carente, para não dizer explorado, só podia contar mesmo era com a ajuda das freiras que ali se encontravam pra fazer um trabalho de catequese e dos padres que ali passavam e nem todos, porque os padres mais conservadores eram mais ligados aos fazendeiros da região e, além da exploração e miséria, a situação de pobreza em que viviam em trabalhar para os fazendeiros, os que tinham a terra eram expulsos e tinha suas casas queimadas ficando sem ter onde morar.

Logo quando o Padre Josimo chegou a São Sebastião não foi bem visto pelos fiéis conforme afirmamos anteriormente, pois eles tinham medo porque o Padre defendia a questão da terra para os camponeses e, para eles isso era questão de conflito, conforme eles estavam acostumados a presenciar. Essa afirmação vem através da fala da entrevistada.

O foco do Padre Josimo era a Pastoral da terra, então a visão que o povo tinha era é que mexer com terra era briga, ia ter conflito era tiroteio, ia ter essas coisas, então, isso deixava que as pessoas ficassem amedrontadas até mesmo de ir a Igreja entendeu? (O.M.A.P. 56 anos entrevistada em 19/04/2012).

Analisando esse depoimento é fácil expressar que aquele povo vivia com medo, isso porque já tinham passado por situações de tiroteio devido a essas questões de terra; os conflitos não iniciaram a partir da chegada do Padre na região. O que ocorria é que ninguém tinha coragem de enfrentar a fúria dos fazendeiros e o Padre tinha, porque ele era consciente do seu papel junto à sociedade e tinha uma consciência política que o impedia de comungar com aqueles exploradores.

O Padre Josimo foi conquistando seus paroquianos aos poucos através de seu trabalho, de sua simplicidade, ouvindo as pessoas, tendo o respeito por eles, coisa que ninguém nunca teve, mostrava o caminho de conquistar seu pedaço de chão.

4.4.2 O caráter educativo da ação pastoral

Acreditamos que Padre Josimo quando fez sua opção pelos pobres estava certo de todos os obstáculos e indiferença que iria sofrer, tanto por parte dos latifundiários como por alguns colegas padres da linha mais conservadora; e nada disso foi empecilho para desenvolver sua prática educativa. Em relação a essa situação podemos ouvir relatos de algumas pessoas que conviveram e desenvolveram um trabalho junto com ele e que ainda permanecem na mesma região e nas mesmas comunidades, eles nos falam como era desenvolvida sua prática pastoral naquele período. Vejamos a fala de alguns sujeitos:

Utilizava a participação do povo para falar ele não era aquele de simplesmente discursar fazer discurso pro povo, mas simplesmente ele utilizava da metodologia que o povo viesse a contribuir de forma escrita as vezes, quem dava conta de escrever, escrevia, quem dava conta falar, falava, era forma de desenho era a forma que o povo tinha que participar que todos eles tinham que participar de uma forma ou de outra, principalmente falando, falar todo mundo sabia e, isso foi a meta que ele utilizou para que o povo participasse de todas as ações (E.S.L. 40 anos entrevistado em 18/04/2012). Era só palestra, e informações, era vivência, ele saía de comunidade em comunidade no carro da Paróquia, que era uma Toyota na época, visitava a comunidade, era na visita a conversa, era boca a boca mesmo [...] (O.M.A.P. 56 anos entrevistado em 19/05/2012).

Através desses relatos é importante destacar que o trabalho realizado pelo Padre Josimo apresentava experiências educativas que respondem aos interesses e necessidades da classe trabalhadora trazendo em seu âmago características da educação popular, de forma que percebemos claramente que se identifica com a metodologia que o educador Paulo Freire utilizava e defendia para as classes populares: a participação, o envolvimento e a liberdade. Ele era um mediador, cada pessoa se expressava do jeito que sabia como, por exemplo, em forma de desenho, através da escrita, da fala, da leitura, entre outros. O importante era que todos participassem.

As reuniões eram muito boas, as reuniões deles também, e quando tinha encontro fora da CPT ele é desse movimento falava pra gente e arrumava com o que a gente ir tinha as contribuições né? Se a gente a ASMUBIP não poderia mandar a gente contribuía cada qual com um pouquinho e a gente ia lá associação eu passava de dois a três dias na CPT na reunião participando (H.T.C. 72 anos entrevistada em 19/20/05/2012).

Observando o relato acima detectamos que apesar de todas as dificuldades enfrentadas na época as associações estavam sempre presentes em eventos fora da região, isto porque sentiam necessidade de participar, era necessário saber sobre as discussões a nível nacional. Para tanto o Padre Josimo reunia as associações existentes com intuito de discutir as possibilidades e viabilidade de sair uma representatividade daquela região. Nesse sentido o grupo se organizava e angariava recursos entre elas e conseguiam participar.

Trabalhava em núcleo, mas, pra gente se organizar, aqui na região do Bico, o próprio Padre Josimo criou uma coordenação sindical, que essa coordenação sindical, como a gente era uma liderança a gente precisava tá reunido pra debater o que a gente precisava fazer pra combater o latifúndio e se organizar em cada município (R.E. 44 anos, entrevistada em 17/04/2012).

Conforme os relatos acima, percebemos que por causa da distância entre as comunidades e povoados para realizar o trabalho o Padre orientou as lideranças dos próprios sindicatos e associações, onde já existia para se organizarem e se reunirem sozinhos sem a presença dele e fossem elencando os problemas e discutindo as necessidades. As reuniões deveriam ser constantes e com bons resultados para que o sindicato que já existia se tornasse forte para reivindicar os direitos dos trabalhadores rurais. Essa coordenação sindical foi significativa para a organização dos futuros sindicatos.

[...] ele visitava as comunidades e conversava com as pessoas e tinha sempre uma calma uma orientação, tanto na questão religiosa, e na questão

organizativa ele tinha uma visão de que a saída que existia em cada situação era encontrado pelos trabalhadores, ele apenas clareava e orientava na fé e na luta na organização para que os trabalhadores se conscientizassem que eles eram fortes unidos e, ele ao atingir esse entendimento, ele conseguiu sempre ter um efeito interessante e as pessoas é conseguiram mudar de vida. (C.F. 50 anos entrevistado em 08/04/2012).

O relato acima nos remete a pensar que as visitas às comunidades e as conversas com as pessoas era uma forma metodológica para com aqueles que não podiam se deslocar, mas precisavam ouvir; ele apenas clareava e orientava na fé, e dizia que se ficassem unidos ficariam fortes, e ficando forte atingiria o entendimento e conseguira mudar. Essa forma de conversar convencia.

Se analisarmos bem esta fala iremos perceber que a postura do Padre Josimo era de uma pessoa lúcida e consciente do trabalho que realizava, pois sabia que era relevante pra ele se os trabalhadores entendessem e se unissem para conseguir o que lhes era de direito, a terra. Ele mostrava sempre que a saída estava entre eles mesmos, os trabalhadores, mas além dessas questões de orientação junto aos trabalhadores, os fazendeiros temiam outra postura por parte do Padre, a política partidária.

Nesse sentido é importante ressaltar que as questões políticas partidárias eram fortes, alguns políticos tinham receio que o Padre pudesse enveredar nessa área por causa da sua atuação junto aos trabalhadores, e caso isso ocorresse a situação do Bico do Papagaio seria bem mais conflitiva do que já era. Um dos entrevistados fala: “Eu não tinha um bom relacionamento com o Padre” (J. O. 63 anos entrevistado em 26/04/2012).

Observando a fala do entrevistado acima percebemos que ele (entrevistado) não era uma pessoa de fácil relacionamento, até porque na época exercia um cargo político e os políticos não gostavam da prática do Padre Josimo. Acreditamos que se sentia ameaçado, uma vez que o discurso do Padre junto aos camponeses era convincente e contrariava os fazendeiros, pois eles também tinham fazendas e poderia ser desapropriadas, e jamais concebiam aceitar essa situação.

O Padre Josimo pregava a ideia de que os camponeses eram fortes se se organizassem em sindicatos e associações. Alguns deles no início tinham dificuldade desse entendimento sobre organização, porém ele ia clareando com paciência e orientando na fé mostrando que precisavam que se unir para lutar juntos.

É importante ressaltar que sempre se reuniam em locais diferentes, tendo em vista que os trabalhadores junto com o Padre eram perseguidos pelos jagunços, os quais queriam saber o teor das discussões das reuniões, para detectar se o Padre estava excitando os trabalhadores

a invadir as terras dos patrões. Às vezes as reuniões eram interrompidas por eles (jagunços), mas o trabalho de Padre Josimo era fundamentado na Bíblia, como se pode ver nos depoimentos dos entrevistados.

Não podia se reunir no meio da rua mais tinha que ser no fundo de um quintal, ele levava como principal objetivo a organização dos trabalhadores, e ele sempre falava isso, e fazia um pouco dinâmico nas colocações dele pra facilitar os entendimentos das pessoas e aí a gente fazia cânticos, cânticos muito pra abrir a memória das pessoas né? (F. G.S./1. 49 anos entrevistado 17/04/2012).

A sabedoria de Padre Josimo era inacreditável, pois sabia como eram perseguidos; por isso mesmo usa os cânticos como metodologia para desenvolver seu trabalho pastoral e alcançar seu objetivo facilitando assim o entendimento dos trabalhadores sem levantar suspeitas para os jagunços que algumas vezes ficavam observando, escondidos, quando não invadiam a reunião. Os cânticos eram bem selecionados já com intuito de reflexão para o que ele queria direcionar.

Tinha a bíblia, pronto é o diálogo da conversa, Tinha quadro né pra dizer o capítulo pra ter o capítulo tal, versículo tal pra ficar mais claro pra gente. dentro dessa história entrava as leis, as leis trabalhistas, lei, lei de tudo, lei do direito individual, direito da comunidade, direito da pessoa entrava tudo isso. Era a bíblia era só o evangelho, ele não usava outra coisa no mundo era só o evangelho nós discutíamos Lucas, nós discutíamos Moises. (M.S.C.S. 63 anos entrevistada em 18/04/2012)

Mediante o depoimento acima é importante salientar que a estratégia utilizada pelo Padre Josimo causou efeito positivo porque eles (fazendeiros) só entendiam as reuniões como reuniões políticos e de incitação à invasão de terras. Como o Padre sabia explorar bem o conteúdo da Bíblia, era seu instrumento principal, a sua metodologia eram as discussões, os debates que caminhavam para além do evangelho, discutiam as leis trabalhistas, os direitos, direito individual, direitos da comunidade, como se organizarem, entre outros, coisas que os fazendeiros não entendiam, ou não queriam entender.

[...] orientava seu povo dentro da bíblia por que às vezes a gente pensa assim, mas a bíblia ela não tem essas coisas. Ela não tem quando você não estuda ela, mais quando você estuda você vê que ela tem tudo que ele ensinava tudo tem dentro da bíblia, agora muitas vezes você não usa como uma arma sua e a arma que ele tinha era isso a de orientação. (F.P.V. 63 anos entrevistada em 07/05/2012).

Vimos como foi sábia esta fala no momento que diz que a gente não percebe o que tem na Bíblia, quando não estuda ela, realmente, muitos de nós não a conhecemos, principalmente porque pouco lemos, quando lemos. O Padre Josimo fazia estudo junto com eles, com a participação deles e fazia com muita propriedade. Nesse sentido ela percebe que todos os ensinamentos estão pautados dentro da Bíblia, essa era mais uma forma de ele desenvolver sua ação pastoral.

Conforme alguns desses relatos ele fazia visitas, conversava com as pessoas, fazia reuniões, palestras, reflexões bíblicas, seu trabalho era muito diversificado, ele buscava os mais humildes, aqueles desprovidos de afeto, de alimento, de conhecimento, ou seja, desprovidos de tudo. Padre Josimo chegava de mansinho com seu jeito meigo, com a sua fé ia mostrando que a situação poderia ser diferente se eles despertassem e procurassem ouvir e refletir o que ele pregava porque todos eram filhos de Deus e deveriam reivindicar seus direitos, então era aí que ele iniciava sua orientação. Ainda, em relação às práticas realizadas pelo Padre Josimo outros entrevistados reforçam a questão do seu trabalho com os menos favorecidos principalmente refletindo a partir de textos bíblicos.

[...] Então ele sempre procurou esse povo mais humilde local de difícil acesso sem estrada, mas ele ia lá, onde tivesse o povo ia lá fazer reunião com o pessoal, primeiro ele fazia sempre uma reflexão bíblica, sempre levava uma bíblia, sempre fazia uma leitura que embasasse um pouco porque daquela luta, luta dos trabalhadores em defesa da vida e, nunca pregou essa questão da violência, sempre foi uma pessoa que pregou a paz (E.S.L. 40 anos entrevistado em 18/04/2012).

Esse relato nos revela que o Padre era uma pessoa “tranquila” que nunca pregava a violência, só a paz, usava como metodologia a leitura da Bíblia, tinha uma base teórica para fundamentar o porquê da luta; por isso ele visitava todos os lugares na região para que as pessoas fossem esclarecidas e não se deixassem enganar pelos fazendeiros que eram exploradores. Quanto mais pessoas esclarecidas, mais era difícil de manipular.

[...] ele pregava o sermão dele aí ele contava tudo, ele explicava tudo no sermão através da bíblia ele procurava explicar toda a política que existia, sobre o direito que a gente tem, ele ensinava era a gente a viver melhor porque era coisa da bíblia que ele ensinava né, porque hoje em dia dentro da bíblia é uma política né? (F.G. S/2. 77 anos entrevistada 19/04/2012). Ele falava de nós se organizar, que uma pessoa só não consegue nada, mas organizada em sindicato, associação (tinha muita força) e usava a bíblia porque lá tem tudo, fazia reunião em círculo, conversava, era um homem simples, andava com o povo, não tinha indiferença com ninguém, era popular, mas era discriminado por ser preto (negro) falava de Deus e sobre o

direito do povo, falava sobre a escravidão e usava sempre a bíblia. (R. N. 58 anos, entrevistada (em 16/04/2012).

Após ver esses relatos que tratam da prática pastoral do Padre Josimo podemos verificar que 50% dos entrevistados apontaram que sua prática pastoral era através da Bíblia, relato que demonstra que o Padre usava um instrumento muito poderoso que era o *Livro Sagrado* e quem desenvolve um trabalho utilizando a Bíblia Sagrada para orientar os trabalhadores rurais pensamos que é um equívoco ser considerado um “subversivo [...] terrorista e ameaça matá-lo” (ALDIGHERI, 1993, p. 118). Ele é uma pessoa de Deus.

Outro ponto que nos chama atenção é que a maioria desses sujeitos que conviveram com o Padre são pessoas maduras que conheceram e vivenciaram essa prática. Os sujeitos mais jovens dessa entrevista foram apenas três, dois com 40 anos e um com 44 anos; os demais estavam acima de 49 anos e o mais velho se encontra com 77 anos, fator que reforça o tempo que vivenciaram sua prática e a maturidade com a qual se portaram no momento da entrevista.

Na entrevista realizada com o líder religioso da Igreja Católica, o mesmo fez menção à metodologia teológica da CEFs que segundo ele corresponde à participação das comunidades cristãs para falar da forma como o Padre Josimo realizava seus trabalhos junto às comunidades. Além disso, ele falou como eram organizadas as reuniões sob a liderança do Padre Josimo e discorreu ainda sobre os instrumentos utilizados nesses encontros como, por exemplo: slides, cartazes, bem como a utilização da Bíblia, reforçando as falas anteriormente citadas das outras pessoas entrevistadas sobre a prática pastoral.

Esse depoimento é importante no sentido de mostrar que o trabalho de Padre Josimo era tão intenso e significativo, dada a participação do povo nas celebrações, que era chamado, segundo esse entrevistado, de *evangelho partilhado*. Seus ensinamentos eram educativos, ou seja, as reuniões por ele coordenadas mais pareciam uma sala de aula. Ele desenvolvia sua prática a partir de palavras geradoras cuja sua inspiração era no educador Paulo Freire. Isto reforça a atuação de Padre Josimo junto aquele povo que foi importante no sentido de que mesmo após sua morte não silenciou o clamor daquele povo que não perdeu as esperanças de continuar a luta por dias melhores; ao contrário disto, fortaleceu mais a luta, ainda que lentamente. Sobre esta questão nos aprofundaremos mais adiante.

A metodologia da teologia chamada das “CEFs” o que é a metodologia da cefs ou a metodologia chamada da participação das comunidades cristãs primeiras como é? Lá nos apóstolos, você vai descobrir mais ou menos lendo lá, você vai descobrir como era as primeiras comunidades se formavam a

partir de Paulo, a partir dos apóstolos como eram que elas funcionavam. Eram pessoas pequenas, porção de pessoas que iam a igreja tinham a bíblia cada um deles, tinha os analfabetos, os analfabetos iam visualizando naquela época usava slides, né? Que slide ele dava tchã, tchã, então ele utilizava pela CPT, e por causa naquela época tinha uma instituição alemã chamada Adveniat, que também ajudava a catequese então se fazia um determinado projeto então vinha um determinado recurso e buscava nos centros maiores como São Paulo e Rio de Janeiro alguns equipamentos que era utilizado por meio de bateria geralmente o padre tem um carro era Toyota bandeirante então ligava a bateria e tinha aquele slide passando que hoje nós chamamos fotografia. E outra forma era os cartazes [...] A celebração do Josimo era chamada evangelho partilhado, cada um que estava na assembleia na missa que fazia parte era convidado a ver ou a refletir um versículo ou uma frase do evangelho que tinha sido proclamado naquela missa ou naquela celebração da palavra. Então quem tinha um pouquinho mais professores da época, né? Que tinha 4ª série que hoje é o 3º ano ou o 5º ano de hoje, eram feitos pequenos papeis ou cartolinas e colocado, e ali eram feito as palavras chave e feito como era a organização da sociedade, como é a organização da família, o pai, a mãe, o filho e o quê que tem a relação com os outros, então essa é a forma metodológica do Padre Josimo que poderíamos ter, também viveu a questão do Paulo Freire ele usava elementos da terra, elementos cotidiano (J.R.P.G. 40 anos entrevistado em 24/04/2012).

Vejamos o quanto essa fala é importante, aqui o entrevistado coloca várias formas, e alguns instrumentos para Padre Josimo realizar sua prática pastoral como, por exemplo, a Bíblia, slides, participação na missa, quando chamava para refletir o versículo e por fim as palavras geradoras, assim com a metodologia de Paulo Freire ele queria se fazer entender, ou seja, as formas de trabalho atendiam todas as idades, bem como os níveis de formação, mesmo aqueles que não tinham nenhuma formação entendiam. Assim como falamos anteriormente, entendemos ter sua prática traços fortes que estão presentes na prática da educação popular.

Padre Josimo era um filósofo, um educador nato, autodidata. Ele utilizava os elementos da Igreja, como o terço, a bíblia e imagens de santos, e trabalhava com outros religiosos e a comunidade. Naquela época ele sonhava com o que hoje nós chamamos Escola Família Agrícola (EFA). Segundo a entrevistada (M.S.C.S. 63 anos entrevistada em 18/04/2012), “foi construída em Esperantina Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio, lá tem tudo e não está funcionando porque a burocracia pra funcionar é muito grande e não adianta funcionar clandestina”. Esta situação é reflexo de questões políticas na região.

Conforme Le Breton (2000, p. 111),

Ao abraçar a causa dos trabalhadores rurais, ele se tornou um símbolo de resistência e um foco de esperança. Quando as pessoas eram expulsas e espancadas, tinham suas casas queimadas e suas roupas roubadas. O que

Padre Josimo fazia? Ele os encorajava a voltar para terra, a resistir a todo preço e não se desesperar. Era um espírito livre, uma torre forte, mas para os fazendeiros era insuportável.

Era essa situação que os fazendeiros não suportavam, pois acreditavam que por causa das orientações do Padre o povo resistia e voltava para as terras. De modo especial a prática pastoral do Padre Josimo de acordo com os relatos foi uma prática invejável, comprometida com os camponeses, ele lutou contra todas as cercas, sua prática foi bonita, era dedicado aos humildes, honesto e tudo que fazia era embasado na fé cristã, no amor e na esperança de um dia ver o seu povo livre da escravidão dos poderosos. Por causa dessa dedicação aos pobres e por lutar em favor dos trabalhadores contra a exploração dos fazendeiros é que chegou a ser assassinado.

Observe o que diz a entrevistada:

Foi o trabalho que ele fazia com as pessoas, orientava através da bíblia, por que nela tem tudo, todos os direitos ele mostrava e assim acontecia, e isso incomodava, quando tem alguém que atrapalhava, que incomodava, eles estavam vendo que as coisas iam dar certo, daí eles (os fazendeiros) procuravam saber quem era o líder, daí procurava tirar do caminho (matar) para acabar com o movimento, mas nós não paramos com a luta, ele também foi discriminado e chamado de terrorista. (R.N. 58 anos entrevistada em 16/04/2012).

Observando a fala acima percebemos que o trabalho do Padre era importante para os trabalhadores e de certa forma garantia e confiança na luta contra os grileiros, pois a presença dele os incomodava. Então, como diz o entrevistado (E.S.L. 40 anos entrevistado em 18/04/2012) quando ele foi assassinado: “o povo se sentiu meio órfão”, e questionavam: “já somos poucos, se mataram um dos melhores, é como se matassem a mil. Nunca vamos achar outro Josimo. Quando o mataram, assassinaram as esperanças de milhares” (LE BRETON, 2000, p. 175). Mas os ensinamentos ficaram para que pusessem em prática, até porque teria a memória viva dentro de cada um deles, essa era a forma mais sábia que poderia ter tomado: seguir em frente. Sem dúvida nenhuma foi um processo demorado para que se acostumassem sem a liderança principal; contudo, os trabalhadores aprenderam a caminhar sozinhos, isso era o desejo do Padre. Foi muito sofrida a perda dele, a região do Bico do Papagaio perdeu muito.

4.4.3 Avanços e desafios da ação pastoral

Padre Josimo foi uma pessoa que com seu jeito simples e humilde soube viver intensamente o seu tempo, participou da história, rompeu com os preconceitos e superou os limites do papel que a sociedade tentava lhe impor. Sem dúvida ajudou os trabalhadores rurais a se organizarem, a lutar pelos seus direitos, pelo direito à terra, mas não viveu para vivenciar algumas conquistas. Os entrevistados a esse respeito apontam:

Sem dúvida a posse da terra, nós naquela ocasião a gente lutava incansavelmente para que o povo tivesse o seus direitos que era ter pra produzir, viver e morar. Eu digo que foi conquistada a liberdade acredito que essa é a palavra mais importante que aconteceu com a família se permitiu que o povo pudesse viver nessa região a partir da organização dos trabalhadores advinda depois das primeiras organizações começadas pelo padre Nicole Arpone e foi o primeiro articulador da região e continuada pelo padre Josimo que foi dos consolidadores da reforma agrária na região. Na questão organizativa ele tinha uma visão de que a saída que existia em cada situação era encontrado pelos trabalhadores, ele apenas clareava e orientava na fé e na luta, na organização para que os trabalhadores se conscientizassem que eles eram fortes unidos e, ele ao atingir esse entendimento, ele conseguiu sempre ter um efeito interessante e as pessoas é conseguiram mudar de vida na luta com a participação nas orientações do padre Josimo. Trabalhar firmemente na organização dos trabalhadores, na busca dos seus direitos, primeiro na posse da terra, mais ele deixava bem claro que a luta pelo direito ela não se limitava a posse que tinha a questão que ainda hoje está sendo é trabalhada que é a questão do acesso ao crédito, na questão do acesso aos assentamentos, na habitação, na saúde, na educação que naquela época ele já tinha essa visão que a necessidade de organização. O trabalho que ele fez. E até mudou no nível da igreja. A igreja hoje os padres são diferente, eles são padre que já ... (silêncio), não são todos, a gente não vai dizer que é todos, mas muitos são padre que entende o que é luta social que é muito importante essa luta social... (C.F. 50 anos entrevistado em 08/05/2012).

Esse relato nos apresenta vários pontos que são considerados importantes avanços e também desafios da ação pastoral do Padre Josimo na região. O primeiro avanço que ele revela foi a posse da terra e depois veio a conquista da liberdade que permitiu que o povo vivesse e pudesse se organizar na região. Ele tinha uma visão de que a saída que existia em cada situação era encontrada pelos trabalhadores. Nessa ótica, percebemos que estava colocando os trabalhadores como protagonistas da própria luta. É como se diz: eu oriento, esclareço e você se conscientiza e vai em busca do seu objetivo de forma organizada. Outro aspecto interessante nesta fala é quando ele revela que as pessoas conseguiram mudar de vida através da luta, tendo participação nas orientações do Padre Josimo. Outro fator importante

que é colocado é que o trabalho dele causou até mudança da Igreja, os padres começaram a mudar, só que essa mudança ocorre paulatinamente.

Outra questão que o Padre deixava muito claro é que a luta pelo direito ela não se limitava à posse, tinha a questão que ainda hoje está sendo trabalhada, que é a questão do acesso ao crédito; na questão do acesso aos assentamentos, na habitação, na saúde, na educação, naquela época ele já tinha essa visão. Essa última questão eu coloco como um desafio porque ainda se luta para conseguir esses direitos.

Ele gostava muito que fosse resgatada as culturas que a gente tinha que tava em extinção ele gostava muito que fosse resgatada isso aí e eu acho que deve ser assim mesmo porque a vida das pessoas não parou... hoje no Bico não é só uma luta de uma organização só, é a luta de todas as organizações, sindicatos, associações é toda ela tá lutando por seus direitos. (F.P.V. 63 anos entrevistada em 07/05/2013).

Ele levava como principal objetivo a organização dos trabalhadores, e ele sempre falava isso, e que faziam um pouco dinâmico nas colocações dele pra facilitar os entendimentos das pessoas e aí a gente fazia cânticos, cânticos muito pra abrir a memória das pessoas né? Como é que ele tava falando aqui é uma pessoa excelente. (F.G.S/1. 49 anos entrevistada em 17/04/2013).

Criação de várias associações tem umas que é depois de 80 aí vem vindo criando em 86 por aí assim, após a morte dele, a morte dele é considerada um mártir na Igreja católica ele considerado um mártir que deu a vida pelo povo. (O.M.A.P. 56 anos entrevistada em 19/04/2012).

Observamos que a maioria dos entrevistados aponta que o trabalho de Padre Josimo contribuiu significativamente na formação política e religiosa dos camponeses, e conseguiu despertar o espírito de luta e de organização, através da participação. Esse não foi um trabalho fácil, mas ele deixou essa marca naquele povo sofrido do Bico do Papagaio. Conseguiu fortalecer os sindicatos que andavam meio capengas, sem motivação, como também ajudou a fundar outros, e após a sua morte o povo despertou para a necessidade de caminhar sozinho e formar outros sindicatos. Conforme Grzybowski (1987, p. 21),

o sindicato é um apoio útil e fundamental, sobretudo para promover ações junto aos tribunais, mas não a base inicial na luta [...]. Nesse sentido observamos, portanto, que em todos os municípios visitados tem sindicatos e vale ressaltar com um número significativo de associados. Esses foram ganhos que ficaram para os trabalhadores não desanimar e continuar lutando.

A visão que circulava indiscutivelmente entre os fazendeiros era que com a morte de Padre Josimo iria acabar o movimento, o que não aconteceu, a semente já tinha sido semeada e a partir daí os frutos iam brotando aos poucos, como a fala desse entrevistado:

Com a morte de Josimo em 86 ao invés de enfraquecer os movimentos sociais ao contrário porque sua morte tomou uma repercussão nacional e internacional, então o Brasil foi internacionalmente forçado a dar uma resposta social para esse delito. [...] Após a morte de Josimo veio o que nós hoje chamávamos ocupações passou a ter a legitimidade, Sarney criou o centro integrado por pressão internacional. Conquista do Padre Josimo então as pessoas passam a ter terra, passaram a produzir e a ter escola no formato que é hoje. (J.R.P.G. 40 anos entrevistado em 24/04/2012).

Esse depoimento é lucido no sentido de mostrar que a luta do Padre Josimo não foi em vão, a morte dele repercutiu nacional e internacionalmente “obrigando”, de certa forma, o governo, na época José Sarney, a tomar decisões a favor do povo. Reforçando a fala acima Aldighieri (1993, p. 131) diz:

O presidente Sarney envia a área o diretor geral da polícia Federal, Romeu Tuma, um oficial do conselho de Segurança Nacional de informações. A opinião pública pressiona o governo. Mesmo continuando o Ministro Paulo Brossard a afirmar que o crime e o inquérito são da alçada dos Estados, nesta terra de ninguém que é o Bico o governo Federal não pode ficar ausente. Quase por uma questão de honra, ele deve uma resposta a opinião pública, à Igreja, à imprensa internacional, ao Parlamento Europeu, para não perder a imagem e as verbas, sobretudo para não perder o Projeto Carajás.⁶⁶

A partir das lutas desencadeadas através do trabalho pastoral do Padre Josimo e da repercussão de sua morte o governo se sentiu “pressionado” pelos órgãos internacionais que enviavam verbas a tomar uma decisão em favor dos camponeses daquela região. Hoje encontramos um cenário diferente “há uma negociação, hoje, tem muito assentamento” (J.O. 63 anos entrevistado em 26/04/2012). A fala desse depoente reforça as mudanças ocorridas no Bico do Papagaio. A morte do Padre foi um fator “determinante” para que houvesse desapropriações de terra, além de fomentar a criação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)⁶⁷. Esse PNRA foi mais uma conquista do povo, mesmo que tenha tido suas falhas já era um começo. É consciente esse depoimento quando revela:

A gente também guarda nossos princípios, né? Da luta e da organização do trabalhador, aprendeu a dizer, a falar as coisas na cara do camarada, ter consciência do que tá falando também que não dá pra ficar falando qualquer coisa. Pra ele melhorar de vida ele tem que produzir e comercializar, o sindicato não pode comercializar pra ninguém então o que nós discutimos então vamos criar uma cooperativa aí trabalhemos na criação dessa

⁶⁶ Os deputados do Parlamento Europeu, Mr. Willy Kuijpers e Mr. Anthony Simpson, apresentaram ao mesmo Parlamento, a 20 de maio de 1986, uma moção exigindo a revisão das ajudas do Mercado Comum Europeu ao projeto Carajás, pela atitude de genocídio contra os camponeses e os índios na região [...].

⁶⁷ Beneficiava posseiros, assalariados rurais e minifundiários e tinha o objetivo de dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a Reforma Agrária no período do mandato de Sarney.

cooperativa, hoje a cooperativa tá criada, né? Documentada então tem seus diretores (M.S.C.S. 63 anos entrevistada em 18/04/2012).

A maioria dos entrevistados percebeu a grandeza da atuação do Padre naquele contexto; fala que houve melhorias para os trabalhadores rurais na região. Quando essa entrevistada coloca que aprenderam a falar, a não ficar calado, aprenderam que deve dizer o que sente e o que pensa seja qual for o pensamento, está mostrando que os ensinamentos foram positivos e assimilados. Reforçou também a importância da produção e da comercialização dos produtos. Em reunião decidiram criar uma cooperativa para fazer o trabalho, uma vez que esse serviço o sindicato não poderia fazer. A cooperativa sim, segundo ela está registrada, ou seja, toda legalizada, esse foi mais um ensinamento do Padre Josimo.

A depoente abaixo não visualizou a importância de suas ações em um contexto mais amplo, talvez tenha acompanhado apenas a nível local (município), não enxergando a dimensão da repercussão desencadeada a partir da ação pastoral do mesmo. Por isso apontou que não houve grandes melhorias na vida daquele povo, como podemos verificar em seu depoimento. “Acho que a melhoria foi pouca, mas o trabalho dele era esse, chamar os trabalhadores pra ir lá em Brasília pra conquistar a terra, pra falar com o governador, pra conquistar a terra pra poder ser dividida desse jeito”. (H.T.C. 72 anos entrevistada em 19/04/2012).

Os ensinamentos do Padre Josimo levariam o homem do campo a uma atuação ou uma consciência política que ameaçava a ordem vigente e os poderes estabelecidos pela sociedade. A partir daí observe a fala desse entrevistado: “fez o povo se organizar mais” (R.E. 44 anos, entrevistada em 17/04/2012), bem como despertar interesses por cargos políticos conforme afirmação abaixo. veja

O povo também começou a despertar também pela política também pela questão política, o povo percebeu que também precisava participar da política, precisava tomar assumir cargos importantes na política, aí logo começou surgir candidatos a vereadores, candidato a prefeitos nessa região toda. (E.S.L. 40 anos entrevistado em 18/04/2012).

A fala dessa entrevistada vem apenas reforçar qual era o objetivo do Padre Josimo, que o povo aprendesse a se organizar.

4.5 Aspectos metodológicos da ação pastoral: em busca de uma educação popular

Os resultados colhidos através desta pesquisa nos permitiram perceber que Padre Josimo e os demais membros da Igreja juntamente com CPT se preocupavam com a situação de conflito na região de uma maneira bastante intensa. Sua ação pastoral o fazia solicitar ajuda aos bispos, às autoridades, por meio de cartas e ofícios que denunciavam a situação de opressão vivida pelos pobres. Por outro lado, os bispos solicitavam também providências por parte das autoridades, que não davam resposta ao clamor dos mesmos⁶⁸.

Conforme trecho da Carta de D. Aluisio Hilário de Pinho ao tenente-coronel Lourival do N. Azevedo. Aldighieri (1993, p. 161) relata a fala:

[...] Sou Bispo desta Diocese de Tocantinópolis, há poucos meses estou à frente da Diocese, já andei por todas as paróquias, municípios, e a maioria dos povoados. Frequentes continuam sendo as minhas viagens, voltando principalmente aos lugares onde a situação do povo exige mais a minha presença. Como Bispo e pastor desta porção do rebanho de Deus que me foi confiada, tenho ouvido constantemente os clamores do povo sofrido e espoliado do mínimo necessário a uma existência digna e humana, sim, muita gente espoliada de suas terras, através de acordos forçados de indenização ridícula - que seria vergonha e pareceria mentira se as fosse mencionar, com exploração criminoso da ignorância dos pobres e humildes lavradores e, pior ainda, com uso de intimidações. De minha parte, tenho procurado, entretanto, até agora, tomar atitudes de conciliação. [...]. O que me faz, porém, hoje dirigir-me a V. Senhoria é o dever de não silenciar-me ante uma cena por demais chocante, que feriu meu coração de pastor e evidenciou para mim uma situação que exige a intervenção de uma autoridade competente no assunto. Neste último domingo de agosto, 19, estando em visita à paróquia de São Sebastião do Tocantins, foi solicitado o meu comparecimento até o local denominado de Grotão do Socó, próximo ao povoado de Buriti, pertencente ao dito município. Com muita dificuldade, percorrendo a pé alguns quilômetros, cheguei ao referido local, dentro da propriedade do fazendeiro Belizário Rodrigues da Cunha, deparando-me com um quadro estarrecedor: mais de 15 famílias de posseiros com 2, 4, 8 a 13 anos de posse – expulsos por ação de jagunços (pistoleiros) da maneira mais cruel possível, incendiando suas casas, roças e cereais colhidos, (incluindo um paiol de 100 sacos de arroz), recebendo ainda os posseiros ameaças para não voltar mais a pisar aquele chão. Isso acontecera uns cinco dias antes – vi as cinzas bem frescas. Não houve nenhuma ação judicial. Espanta-me, sobretudo “a maneira como” se resolve uma questão de direito sobre o solo, à revelia dos direitos adquiridos no seu uso benefício. De outro lado senti profundamente pela constatação lamentável da total insegurança de uma população inteiramente desprovida da justiça. [...]. Ao prestar a V. Senhoria tal esclarecimento, a intenção é dar a minha colaboração para que o Coronel fique ciente da realidade e tome as devidas providências, no cumprimento da justiça. O que vier a ser feito em prol da justiça no caso que

⁶⁸ Em anexo apresento documentos registrados em cartórios de denúncias que evidenciam esses relatos, bem como a carta que o Bispo de Tocantinópolis escreve à autoridade, o tenente-coronel, na íntegra.

acima expus, considerá-lo-ei feito a mim próprio [...]. (Escrito em 02.09.1982).

Esta é mais uma das denúncias que foram feitas pela autoridade religiosa da região, o Bispo apresentando sua indignação pelos fatos ocorridos e fazendo um apelo à autoridade maior da justiça para que possa tomar uma atitude justa em relação aos últimos acontecimentos no Bico do Papagaio. De acordo com a carta enviada já teria feito tudo que era de seu alcance. Percebemos, porém, que o bispo sentia-se inquieto pela situação que ora verificava e que não tinha como resolver aquele problema de extrema urgência com tantas famílias que não tinham pra onde ir, nem onde morar.

É necessário apontar que o Padre Josimo não foi pioneiro nesse tipo de trabalho naquela região, ele não foi o primeiro na escolha em desenvolver um trabalho em defesa dos camponeses, ele abraçou a causa e deu continuidade com muito afinco. O que nos chama atenção é que sua escolha tem bases fundamentais na concepção educativa de Paulo Freire, quando inicia seu trabalho de formação através de formar uma base, que é a sustentação de qualquer trabalho, pois a base implica em raiz, e a raiz é fonte de resistência a qualquer vendaval que possa surgir, bem como, sua tática era formar a base política da classe no sentido de preparar para luta de classe e, ainda estimular a participação político-partidária. Freire (1997, p. 77-78) apresenta:

Toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que aprendendo, ensina, daí seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos, envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função do seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideias. Daí a sua poeticidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não ser neutra.

Sem dúvida nenhuma, ele foi um pedagogo de prática pastoral, ele queria que o camponês fosse muito além de conquistar a terra, para ele conquistar a terra era importante, era o marco inicial, contudo a formação também objetivava a aquisição do poder político por parte dos camponeses.

Um dos itens mais importante da CPT que era considerado fundamental era o trabalho, a luta pela Reforma Agrária, a luta contra a opressão, pela defesa dos camponeses, um apoio incondicional aos trabalhadores para ficar e permanecer na terra, bem como ter seus direitos reconhecidos, incentivar a fundação e inserção nos sindicatos dos trabalhadores rurais, a luta política, e a luz do evangelho sustentando o pacto de libertação. Esta era a marca e o trabalho de Josimo Moraes, no qual aprofunda seu compromisso com os camponeses, que é a parte

mais sofrida da sua paróquia, do seu povo. Ele tem um diário, onde registra todos os acontecimentos e até mesmo seus escritos poéticos, e esta é uma das inúmeras poesias encontrada no seu diário conforme apresenta Aldighieri (1993, p. 70).

Te agradeço, ó Deus meu pai, meu libertador
 Te peço luz e discernimento, para entender
 Os sofrimentos de hoje.
 Não sei por que tanta luta por terra
 Os ricos querem tudo.
 Os pobres ficam sem nada⁶⁹
 Só tu e nós, Deus,

Mas no seu íntimo Padre Josimo sabe muito bem o “porquê”, e busca fazer um aprofundamento estudando cada vez mais e entendendo que “virtude está, portanto, nesta linha de construção crescente da nossa história”. Tal estudo exige antes de tudo uma reflexão sobre a realidade. Esta realidade pode se dar num nível de conhecimento científico, de consciência, como também especialmente em nível da experiência vital⁷⁰. É o amadurecimento dessa experiência que o faz um homem adulto e um padre dedicado no seu trabalho pastoral.

Dessa forma seguiu seu trabalho investindo na formação do seu povo, nas suas caminhadas pelos povoados, do seu jeito, só contava com a força da palavra, fazia com que descobrissem a forte presença da palavra de Deus. E despertou o entendimento nos camponeses para saber que também são filhos de Deus, que mereciam respeito, que tinham direito à vida, ao trabalho e, acima de tudo, à cidadania. Padre Josimo criou uma coordenação sindical regional para fortalecer as direções sindicais com mais responsabilidade e mais representatividade.

A forma dinâmica de trabalhar despertou no povo o espírito democrático, eles se reuniam para discutir os problemas da comunidade em vários locais, às vezes na casa paroquial, nos quintais, isso ocorria por causa das perseguições, já era muito visado, sempre mudava de lugar, por causa dos pistoleiros. Mesmo assim através do seu trabalho e das irmãs, e outros agentes da pastoral da terra, nasceram vários diretórios do Partido dos Trabalhados (PT), fato este importantíssimo naquela ocasião, pois o ambiente no qual ele se encontrava era de muito conflito, muita perseguição, no qual a política estava ligada diretamente aos donos do poder, é nesta efervescência que Padre Josimo realizava reuniões conforme depoimento do entrevistado (E.S.L. 40 anos entrevistado em 18/04/2012).

⁶⁹ Arquivo da CPT Sítio Novo.

⁷⁰ Trabalhos escolares Arquivo de Tocantinópolis.

[...] Ele orientava o povo a se organizar e outra questão que naquela época e hoje, o povo também começou a despertar pela política também pela questão política, o povo percebeu que também precisava participar da política, precisava tomar assumir cargos importantes na política, aí logo começou surgir candidatos a vereadores, candidato a prefeitos nessa região toda, daí os latifundiários dessa região os grandes, a elite local percebeu que o Padre era uma ameaça séria, não só pela questão social, mas também pela questão política, e dizia: esse Padre tem sair dessa região de um jeito ou de outro [...]

É a partir dessa ótica que os fazendeiros querendo tirar o Padre Josimo de circulação o ameaçam de morte mais uma vez, mas ele não se deixou levar pelas contínuas ameaças, e mesmo assim não parou com seu trabalho que era mais importante naquele momento, conforme afirmação do mesmo entrevistado.

[...] Ele era uma pessoa assim eu acredito que muito abençoado por Deus, ele tinha uma sabedoria imensa para trabalhar com pequenos agricultores [...], ele sabia de fato qual era a grande necessidade do povo porque as vezes o povo tinha dificuldade de se expressar, então ele sempre procurou esse povo mais humilde, local de difícil acesso sem estrada, mas ele ia lá, onde tivesse o povo ia lá fazer reunião com o pessoal, primeiro ele fazia sempre uma reflexão bíblica, sempre levava uma bíblia, sempre fazia uma leitura. [...] a metodologia que utilizava era sempre utilizar a participação do povo, do povo falar, ele não era aquele de simplesmente de discursar fazer discurso pro povo, mas simplesmente ele utilizava da metodologia que o povo viesse a contribuir de forma escrita as vezes, quem dava conta de escrever, escrevia, quem dava conta falar, falava, era forma de desenho era a forma que o povo tinha que participar que todos eles tinham que participar de uma forma ou de outra, principalmente falando, falar todo mundo sabia, e isso foi a meta que ele utilizou para que o povo participasse de todas as ações, um povo sofrido mas que tava ali e sabia o que queria garantir o seus sustento com um pedaço de chão [...].

Com a fúria dos latifundiários as ameaças continuaram, foi então que o Padre foi convidado pelo Bispo para se afastar um pouco da região por algum tempo, para deixar baixar mais a poeira, mas Josimo disse que não poderia deixar seu povo parar com a luta, e disse uma frase que marcou a sua história: *“Morro por uma causa justa”*, e continuou o seu trabalho. O cerco estava se fechando a cada dia.

A sede da CPT era em Imperatriz então ele dirigia um carro Toyota que fazia um longo percurso de estrada de chão de São Sebastião até Imperatriz. No dia 15 de abril de 1986 viajava de Augustinópolis para Axixá, seu carro foi ultrapassado e Geraldo Rodrigues da Costa, contratado por Osvaldo Teodoro da Silva, conhecido por “Neném” disparou 5 tiros só que pegou na porta da Toyota⁷¹. Daí ele fez a queixa na delegacia de Axixá, o delegado

⁷¹ Ver foto abaixo.

afirma que não tinha como perseguir os pistoleiros. Dessa forma esse atentado foi a concretização das inúmeras ameaças de morte que o Padre vinha sofrendo, essas vinham de diversas formas, como diz o ditado “no boca a boca”, através de revistas, reuniões e até mesmo de discursos públicos, a verdade é que todos sabiam que mais cedo ou mais tarde isso iria acontecer se ele permanecesse ali.

Figura 8 - O Padre mostra as balas do primeiro atentado que atingiu a Toyota em 05.04.1986



Fonte: Arquivo da Paróquia de São Sebastião do Tocantins

Apesar de todo o acontecimento e mesmo entendendo a mensagem dos pistoleiros o Padre denunciou aos jornais, ao Conselho dos Bispos, ao INCRA e ao Ministério da Justiça, explicou sobre constantes ameaças e sobre pressões da UDR, e apontou o nome de João Japonês o qual teria motivos pessoais para querer eliminá-lo. Mesmo assim continuou sua missão cristã de criar um mundo fraterno e justo a partir dos empobrecidos e oprimidos.

O Bispo de Tocantinópolis Dom Aluísio Hilário de Pinho solicitou proteção para o Padre até ao presidente José Sarney, sem que fosse tomada nenhuma atitude.

No Bico do Papagaio os conflitos continuavam. Parte da Igreja não concordava com o trabalho do Padre e a postura dos agentes pastorais vinculados à CPT, instigavam a divisão dentro da Igreja de Tocantinópolis levando a posições contrárias os que conviviam com as ideias religiosas que pareciam iguais, como as irmãs Nicole, Beatriz, Madalena e Lourdes, esta última se desligou da congregação, porém continuava agente da pastoral. Aldighieri (1993, p. 98) aponta:

A radicalização de uma parte significativa da Igreja, sobretudo da Igreja Católica, vem de sua escolha em servir. Para servir é preciso converter o homem, a pessoa humana na sua realidade histórica, é preciso tomar partido. Essa é a escolha de humanização e de libertação e os agentes da CPT a se dedicar sempre mais aos camponeses, antes de tudo não por uma identificação com a ideologia marxista nem por um abandono das teses evangélicas, mas por uma visão do homem real e por assumir, assim, sua causa.

Aldighieri (1993, p.98). aponta que “[...] O corte da Igreja em Tocantinópolis dava-se mais, encoberto pelas palavras ideológicas de comunistas e anticomunistas, entre os fautores da ordem constituída, corrigida na sua desumanidade [...]”. Isso não quer dizer que Josimo, como outros agentes da pastoral, não foram marcados pela procura de um pensamento novo de uma síntese de valores que percorria a intelectualidade católica e os intelectuais de esquerda latino-americanos, relendo as teses marxistas e aplicando-as à realidade da América do Sul. Nesse processo de aproveitamento de elementos da ideologia marxista, dos valores da tradição cristã, a Bíblia tem grande parte, por isso que Josimo se diz apaixonado por ela. Conforme nos mostra Aldighieri (1993, p. 98), duas leituras bíblicas marcam a divisão entre os agentes, Josimo e os companheiros da CPT adotam a leitura histórica e popular, ligada, sobretudo, no Brasil, pelo crítico Carlos Mesters⁷², os outros a leitura espiritualista e fundamentalista do texto. As poesias de Josimo são ricas destes temas bíblicos, sobretudo do tema messiânico. (ALDIGHERI, 1993, p. 99), como a que é transcrita abaixo:

A fé dos pequeninos,
Como orvalho fecundo da madrugada
Renova a seiva viva do amanhecer,
aproximando da Revolução da Igualdade e da Partilha.
[...] A esperança dos pequeninos e infelizes,
silenciosa pelas grandes águas das

⁷² É o representante mais significativo de uma corrente de leitura bíblica no Brasil, autor de vários títulos como: *Por trás das Palavras*. Um dos fundadores do Centro Ecumênicos de Estudos Bíblicos (CEBI), desenvolve a tese da leitura do texto da Bíblia, situando-o no contexto social do período em que foi escrito, para depois aplicar os valores do mesmo ao momento histórico vivido pelo povo de hoje.

Perseguições,
e amordaçada nos porões das Torturas
e da morte,
avança nas velas abertas do Teu Povo,
para reconstruir o Teu Serviço,
Ó Deus dos abatidos⁷³.

Esta poesia e outras que contém o seu diário nos mostram como a fé era forte, e estava diretamente ligada à realidade de luta daquele povo ajudando-o a ter esperança e determinação para continuar lutando por seus direitos.

⁷³ TAVARES, Josimo Morais. **Salmo ao Deus dos Fracos e Abatidos**, 1984 *apud* ALDIGHERI, 1993, p. 79.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões que ora realizamos apontam que os debates em relação às questões agrárias e os movimentos sociais no Brasil sempre apresentaram um cenário preocupante. Para tanto buscamos fazer uma retrospectiva histórica para poder entender como se deu tal processo, como era a real situação do país no período em estudo. Fizemos uma rápida discussão sobre a luta dos camponeses pela terra, bem como, uma análise sobre as questões agrárias e os conflitos sociais no campo. Realizamos o estudo a partir do ano de 1960, que nos possibilita a compreensão do processo histórico acerca da luta pela terra no Brasil.

É válido ressaltar que ao fazer uma análise do desenvolvimento da agricultura brasileira, percebemos que não é fácil separar a questão agrícola da questão agrária, pois ambas estão muito relacionadas e interdependentes, elas se complementam.

Verificamos que nesse período o clima político foi favorável para a mobilização rural, e propício para o nascimento de várias outras organizações agrárias, como, por exemplo, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Verificamos também como se deu a participação da Igreja nas lutas em favor dos camponeses.

Apontamos também que uma das maiores frentes de luta pela constituição de uma sociedade democrática no Brasil esteve presente no campo brasileiro. Isto porque, neste espaço, encontramos as lutas de várias categorias como: pequenos produtores, povos indígenas, trabalhadores assalariados, entre outros. Assim, acompanhamos as discussões sobre a luta dos camponeses pela terra, principalmente no Estado do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, região na qual o Padre Josimo, principal protagonista desta história, em seu trabalho pastoral deu a sua vida em prol dos camponeses, se engajando na luta pela conquista da terra.

Esta discussão permitiu perceber que a luta do Padre Josimo não foi em vão, foi um processo muito forte de contradições, de divisão de opiniões, de divisão política da sociedade e, sobretudo, a falta de compreensão de sua prática pastoral, porque seus ideais estavam pautados na Teologia da Libertação, o que não permitiu a compreensão por parte dos latifundiários daquela região.

A morte do Padre Josimo Moraes Tavares, em 10 de maio de 1986, na sede da CPT em Imperatriz no Maranhão causou grande repercussão internacional, fazendo com que o Governo brasileiro tomasse providência a respeito da questão da terra, ou seja, da Reforma Agrária. Foi a partir deste acontecimento na região que o governo começou a fazer algumas

desapropriações, pressionado por organismos internacionais com o intuito de assentar as famílias que estavam em conflitos e desabrigadas. Isto não quer dizer que houve Reforma Agrária, que dizer que para silenciar a situação no Bico do Papagaio foram feitas desapropriações pontuais. Como o país estava em um período de redemocratização, essa situação poderia ficar mais complicada.

Tal providência ocorreu porque os assassinatos no campo estavam ficando fora de controle e ocorrendo com muita frequência, ao ponto de ter uma “guerra”, uma vez que os movimentos dos trabalhadores rurais ressurgiram, ganharam força e estavam dispostos a lutar pela terra para todos. Nesse sentido, vimos que a década de 1980 foi de muita luta e muito sofrimento, porém de muitas conquistas, por parte da Igreja, por parte dos movimentos sociais, dos sindicatos e associações que vieram a se fortalecer e continuar a luta até os dias de hoje.

A história oficial, ou seja, os livros, documentos e outros registros, como jornais apresentam a figura do homem Josimo Moraes Tavares como terrorista, subversivo por este defender os ideais da classe trabalhadora na região do Bico do Papagaio. Na visão dos latifundiários quem era contrário aos seus interesses era considerado um agitador. Ele desafiou os latifundiários ao se posicionar a favor dos trabalhadores rurais, e com essa postura levou os fazendeiros ao desespero, induzindo-os a planejar sua morte, porque diziam que ele incitava os trabalhadores a tomar terras. Ainda hoje os fazendeiros que estão vivos continuam com o mesmo sentimento em relação ao Padre quando dizem que era negro, comunista e terrorista.

Como pároco e agente da pastoral, escolheu trabalhar a serviço da classe pobre, dos trabalhadores rurais. Lutou contra todas as cercas, foi um intelectual formado com os ideais da Teologia da Libertação formador de consciência, de opiniões e articulador de organizações. Não usava armas, nunca convidou a matar, a se defender sim, defender a vida, a terra para que pudesse continuar a viver e trabalhar nela. Padre Josimo agiu sozinho ao colocar a causa acima da vida e do serviço. “Acreditou que a vida e o serviço aos trabalhadores eram mais importantes que a morte. Podemos chamá-lo de mártir, e por martírio entendemos não o desprezo à vida e o desejo da morte, mas o testemunho pelos irmãos até considerar a própria vida algo a ser oferecido” (ALDIGHERI, 1993).

Esta pesquisa deixa claro que a prática educativa de Padre Josimo era baseada em características através de uma metodologia que se aproximava muito da metodologia de Paulo Freire, pois seus ensinamentos estavam atrelados à participação, o envolvimento e a liberdade nos quais os trabalhadores tinham liberdade para expressar seus pensamentos. Mesmo quando

estes não sabiam ler (decodificar códigos linguísticos), eles se utilizavam de outros instrumentos como a fala, o desenho para comunicar suas ideias. Para o Padre Josimo, o mais importante era que todos participassem.

Ele orientava as lideranças das comunidades a se organizarem, e se reunirem para discutir os problemas vivenciados no dia a dia, mesmo quando ele não pudesse estar presente nos encontros dada a distância entre as comunidades e povoados. Pensamos que essa sublime atitude do Padre contribuiu de forma significativa para que mesmo após a sua morte os trabalhadores não se curvassem diante das injustiças sofridas e continuassem a lutar por dias melhores no espaço vivido e reivindicar os direitos dos trabalhadores rurais.

A morte do Padre Josimo ecoou nos quatro cantos do país, assim como também fora dele, esses “ecos” foram fatores que contribuíram para que o Brasil se posicionasse em relação à Reforma Agrária, mesmo sabendo que não iria acontecer como deveria. Ao contrário do que pensavam os fazendeiros, a morte do Padre veio fortalecer ainda mais os trabalhadores rurais a se envolverem na luta, pois tinham assimilado seus ensinamentos através de suas ações pedagógicas e políticas que foram dinâmicas e transparentes e que, da forma como foram trabalhadas, os camponeses jamais iriam esquecer.

A partir daí passaram a lutar para conquistar a terra e permanecer nela com dignidade. Como resultados da ação pastoral novos sindicatos foram criados, associações diversas, entidades sociais para fortalecer outros movimentos de luta, até hoje a região do Bico do Papagaio tem sindicatos de trabalhadores rurais com um número significativo de agricultores associados, tudo isso é fruto do trabalho de Padre Josimo, que não viveu para acompanhar o avanço do seu povo e as mudanças ocorridas na região, mas plantou a semente para que tudo isso acontecesse.

Padre Josimo já tinha sido convencido a se ausentar da região para aprofundar seus estudos na França. Contudo, quando resolveu fazer isso, ou melhor, no dia da viagem foi morto cruelmente, nas escadarias da sede da CPT em Imperatriz. No entanto, como a história do homem que assume a sua humanidade e vive para a classe oprimida, sofrida contra a alienação da pessoa humana, ele continua vivo na memória dos camponeses após a morte muitas vezes mais forte do que antes.

E como silenciamento apresentamos a negligência por parte das autoridades sobre a morte do Padre Josimo. A justiça foi morosa, mesmo a Igreja “pressionando” para intensificar as buscas, as investigações para prender os culpados, nada adiantou. Fato este que se confirma até hoje, pois a impunidade em relação aos culpados nunca foi resolvida, não houve empenho, nem interesse por parte do poder público. Aqueles que estão vivos estão soltos e, de acordo

com a legislação brasileira, após 20 anos o crime prescreve, assim este ano fará 27 anos da morte de Josimo Moraes Tavares, e o crime prescreveu.

A realidade nos faz testemunhar mudanças, “a vida e morte de Padre Josimo fica como ponto de referência para formação e o crescimento da classe”.

No entanto, entendemos que este trabalho constitui-se como elemento inicial para discussões propostas, uma vez que permeia outras discussões requerendo a meu ver uma continuidade, tendo em vista a relevância que este trabalho tem para a região, para o Estado e para o país.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Yanna Barbosa. **Lurdinha**: Pelos caminhos do Bico do Papagaio. Palmas-TO: Usina de Letras, 2010.

A IGREJA CATÓLICA no Brasil. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, Duetto Editorial, n. 2, 98 p., abr. 2006.

ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALDIGHIERE, Mário. **Josimo: a terra, a vida**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **Josimo um amor pastoral para os camponeses**. Goiânia: [s.n.], 1998.

ALENTEJANO, Paulo. Modernização da Agricultura. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel Político no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 18 (52), 2004.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e educação do campo: promovendo territorialidades da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: JEZINE, Edineide; BATISTA, Maria do Socorro Xavier; PEREIRA, Orlandil de Lima (Org.). **Educação Popular e Movimentos Sociais**: dimensões educativas na sociedade globalizada. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 19-50.

_____. O campo como território de conflitos, de lutas sociais, movimentos populares. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide (Org.). **Educação Popular e Movimentos Sociais**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2006.

BONETI, Lindomar Wessler. Educação e Movimentos Sociais Hoje. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; JEZINE, Edineide (Org.) **Educação e Movimentos Sociais**: novos olhares. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

CABRAL, A. **Teologia da Libertação**. Disponível em:
<http://www.achegas.net/numero/doi/a_cabral.html>. Acesso em: 24 set. 2012.

CASTRO, Marcos de. **64**: Conflito Igreja X Estado. Petrópolis: Vozes, 1984.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Padre Josimo: A velha violência da nova República**. Goiânia: CPT, 1986.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Sousa Minayo (organizadora). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FERRAZ, Siney. **O Movimento Camponês no Bico do Papagaio: sete barracas em busca de um elo**. Imperatriz: Editora Ética, 1998.

FERREIRA, Patrícia Pires; BARROS, Priscila. **Análise de Conteúdo: a proposta de Laurence Bardin**. Jan. 2003. Disponível em: <<http://www.caleidoscopio.psc.br/ideias/bardin.html>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2010.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos movimentos sociais no Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice; Revista Editora dos Tribunais, 1990.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**, elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados de Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LE BRETON, Binka. **Todos Sabiam**. A morte anunciada do Padre Josimo. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

LIBANIO, J. B.; MURAD, Afonso. **Introdução à Teologia: Perfil, Enfoques, Tarefas**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

MARTINS, Joel. **Metodologia da pesquisa educacional**. 2. ed. aum. São Paulo: Cortez, 1991. (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola; v. 11).

MARTINS, José de Souza. **A chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A Reforma Agrária e os Limites da democracia na nova República**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Expropriação & violência: a questão política no campo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

_____. **Os camponeses e a Política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Ed. Hucitec, 1983.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENDOÇA, Sonia Regina; STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão Agrária no Brasil. A classe dominante agrária: natureza e comportamento 1964-1990**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. v. 5.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação e Descoberta. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 61-66.

MOREIRA, Orlandil de Lima. Ong's Movimentos Sociais e Educação Popular: uma reflexão sobre a experiência do SEDUP. In: JEZINE, Edineide; BATISTA, Maria do Socorro Xavier; PEREIRA, Orlandil de Lima (Org.). **Educação Popular e Movimentos Sociais: dimensões educativas na sociedade globalizada**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p.135-146.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Assassinatos no Campo**. Crime e impunidade 1964-1986. Relatório dos Trabalhadores Rurais sem Terra. 2. ed. São Paulo: Editora Global, 1987.

NETO, Francisco Graziano. **Questão Agrária e Ecologia**. Crítica da moderna agricultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. **Pequenos Agricultores e Reforma Agrária no Brasil: perspectivas e dilemas numa quadra de mudanças**. Brasília: Toncel, 1997.

OLIVEIRA, Paulo de Sales. Caminhos da Construção da Pesquisa em Ciências Humanas. In: _____. **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998. p. 17-26.

PAIVA, Vanilda. A Igreja Moderna no Brasil. In: PAIVA, Vanilda (Org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo. Editora Loyola, 1985. p. 52-66.

PANINI, Carmela. **Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei**: 500 anos de história inacabada. São Paulo: Paulinas, 1990.

PEREIRA, Fabíola Andrade. **A Educação de Pessoas Jovens e Adultas e a Cidadania no Campo**: um olhar sobre o Pronera no norte do Tocantins. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 2008.

PEREIRA, Liliana Patrícia Lemus Sepúlveda. **Os conflitos pela Terra na Região do Bico do Papagaio (Tocantins) na década de 1980**. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia-Goiás, 1990.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, Trabalho e Educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RICCI, Rudá. **Religião, Fé e Política**. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/058/58ricci.htm>. Acesso em: 24 set. 2012.

ROSSI, Waldemar. **A Teologia da Libertação e as Transformações do Mundo**. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/017/17cwrossi.htm>. Acesso em: 24 abr. 2012.

SAUER, Sergio. **Terra e Modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Moisés Pereira. **Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da comissão pastoral da terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970-1986)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFG, Goiânia-GO, 2011.

SILVA, Severino Bezerra. **Assentamentos rurais**: Territórios, Conflitos e Sociabilidade Camponesa. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, PUC, São Paulo, 2003.

SOARES, Zaré Augusto Brum. **Agricultura Familiar, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Rural na Região do Bico do Papagaio - Tocantins**: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFG, Goiânia-GO, 2009.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SOUZA, Marcelo de Barros; WESTHELLE, Vitor; POLETTTO, Ivo. **Luta Pela Fé**: caminho de fé. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

STEDILE, João Pedro. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

SZYMANSKI, Heloisa; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PRADINI, Regina Célia Almeida Rego (Org.). **A Entrevista na Educação**: a prática educativa. São Paulo: Liber Livro Editora, 2004. 3. ed. 2010.

TAVARES, José Vicente dos Santos. **Conflitos Agrários e Violência no Brasil**: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia, agosto 2000. Disponível em: <<http://www.clacso.org.ar/bibliotecavirtual>>. Acesso em: 15 out. 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado**: história oral. 2. ed. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WIKIPÉDIA, Enciclopédia Virtual. **Luta de Classes**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Luta_de_Classes>. Acesso em: 15 out. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista com Liderança Sindical

I- Identificação

1. Nome: _____ Idade: _____
2. Sexo: _____ Estado Civil: _____
3. Nível de escolaridade: _____
4. Endereço: _____ Bairro _____
Telefone: _____ CEP: _____
5. Município: _____ Estado: _____
6. E-mail: _____

II. Atividades exercidas na comunidade e/ou município

I. Qual atividade ou função você exerce no sindicato?

II. Quais são as atividades desenvolvidas pelo sindicato no município e/ou comunidade?

III. Quais benefícios tais atividades trouxeram para o município ou para comunidade?

IV. Quais as dificuldades enfrentadas na realização dessas atividades na década de 1980 e como foram solucionados?

V. E hoje, após 25 anos da morte do Padre, quais as dificuldades enfrentadas por você enquanto presidente do sindicato dos trabalhadores rurais mediante um novo contexto?

VI. Que tipo de relação você tinha com o Padre Josimo, enquanto liderança sindical?

VII. Em sua opinião o que você considera ponto chave para a morte do padre Josimo?

VIII. Como era realizado o trabalho pastoral nas comunidades?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com Liderança da Comunidade

I- Identificação

1. Nome: _____ Idade: _____
2. Sexo: _____ Estado Civil: _____
3. Nível de escolaridade: _____
4. Endereço: _____ Bairro _____
Telefone: _____ CEP: _____
5. Município: _____ Estado: _____
6. E-mail: _____

II. Atividades Exercidas na comunidade e/ou município

I. Qual atividade ou função você exerce na associação da comunidade?

II. Quais são as atividades desenvolvidas pela associação no município e/ou comunidade?

III. Quais benefícios tais atividades trouxeram para o município ou para a comunidade?

IV. Quais as dificuldades enfrentadas na realização dessas atividades na década de 1980 e como foram solucionadas?

V. E hoje, após 25 anos da morte do Padre, quais as dificuldades enfrentadas na região por você enquanto membro da associação mediante um novo contexto?

VI. Que tipo de relação você tinha com o Padre Josimo, enquanto líder comunitário?

VII. Em sua opinião o que você considera ponto chave para a morte do padre Josimo?

VIII. Como era realizado o trabalho pastoral nas comunidades?

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista com Representante da Igreja Católica

I- Identificação

1. Nome: _____ Idade: _____
2. Sexo: _____ Estado Civil: _____
3. Nível de escolaridade: _____
4. Endereço: _____ Bairro _____
Telefone: _____ CEP: _____
5. Município: _____ Estado: _____
E-mail: _____

II. Atividades Exercidas na comunidade e/ou município

I. . Qual atividade ou função você exerce na Igreja?

II. Quais foram as atividades desenvolvidas por Padre Josimo no município e/ou comunidade na década de 1980?

III. Quais benefícios tais atividades trouxeram para o município ou para a comunidade?

IV. A comunidade enfrentou alguma dificuldade na realização das atividades propostas pela Igreja após a morte de Padre Josimo? Se sim, como foram solucionadas?

V. E hoje, após 25 anos da morte do Padre, quais as dificuldades enfrentadas pela Igreja mediante um novo contexto?

VI. Que tipo de relação você tinha com o Padre Josimo?

VII. Em sua opinião o que você considera ponto chave para a morte do padre Josimo?

VIII. Como era realizado o trabalho pastoral nas comunidades?

APÊNDICE D - Termo de consentimento livre e esclarecido**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Presado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa tratará da participação do Padre Josimo junto aos Movimentos Sociais na Região do Bico do Papagaio na década de 1980. Esta pesquisa está sendo desenvolvida por Maria do Socorro Soares Bezerra, mestrande do Curso de Pós-Graduação em Educação na linha de Educação Popular da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Professor Doutor Orlandil de Lima Moreira.

O objetivo principal do estudo é analisar a dimensão educativa da prática pastoral do Padre Josimo e sua contribuição para o processo educativo de organização sociopolítica dos movimentos sociais rurais na região do Bico do Papagaio no Tocantins.

Este trabalho tem como finalidade contribuir para que haja uma reflexão sobre a importância do papel do Padre Josimo junto aos Movimentos Sociais no Brasil e, sobretudo, no Tocantins, especificamente na Região do Bico do Papagaio, onde ele era um líder religioso e uma pessoa que lutava em favor dos explorados e menos favorecidos em relação aos direitos à terra naquela região.

Sendo assim, solicitamos a sua colaboração para execução desse estudo, no sentido de fornecer as informações que lhe forem solicitadas, por meio de entrevistas, questionários, documentos, bem como utilização de um instrumento de aprendizagem digital, dentre outros que se fizerem necessários no decorrer para melhor qualidade dos resultados futuros, sem prejuízos para o informante. Solicitamos ainda a autorização para apresentar e publicar os resultados desse estudo em eventos e periódicos na área da educação, tecnologias, entre outros que forem compatíveis, ressaltando que seu nome será mantido em sigilo.

É importante esclarecer que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor (a) não tem obrigação de fornecer as informações e/ou colaborações com as atividades

de tietagem solicitadas. É importante destacar que caso desista de participar da pesquisa, ou desistir da mesma por algum motivo, não sofrerá nenhum dano.

Informamos que todos os procedimentos metodológicos selecionados para realização da pesquisa não oferecem riscos previsíveis a saúde. O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que se considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

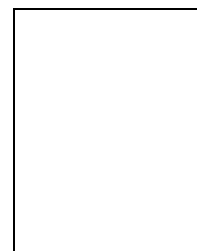
Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura da testemunha

Atenciosamente,



Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato com a pesquisadora responsável:

Maria do Socorro Soares Bezerra

Rua Walfredo Mello N° 05

Bairro: Castelo Branco III

CEP: 58.050.650

Fone: (83) 9640 3280

OBS: É importante o quadro de impressões digitais uma vez que vão ser entrevistados membros de associações e que desconhecemos ainda sem grau de escolaridade

ANEXOS

ANEXO A - Recortes de jornais e fotos

ANEXO AA - Comissão denuncia juiz à Corregedoria

foi subornado

Diário da Manhã - Goiânia
02.10.80

O deputado Alzir Gomes, do PDS, respondeu ontem as acusações que lhe foram feitas, através da imprensa, de que o juiz de Araguaína, João Batista de Castro Neto. O deputado também reafirmou suas denúncias anteriores contra o magistrado, em que o acusava como envolvido em grilagem de terras no Norte de Goiás e responsável pela repressão policial contra centenas de lavradores pobres do Bico do Papagaio. Alzir Gomes fez ainda novas denúncias contra João Batista, apresentando, inclusive, documento que comprovava, segundo ele, ter sido o juiz subornado por uma empresa estrangeira, em troca de sentença favorável em um processo que tramitava em sua comarca.

Estado de São Paulo
05.10.80

Comissão denuncia juiz à Corregedoria

A Comissão Pastoral da Terra, através do bispo dom Celso Pereira de Almeida, coordenador da Regional Tocantins - Araguaína, formalizou junto à Corregedoria Geral de Justiça uma representação contra o juiz de direito de Araguaína, João Batista de Castro Neto. Reafirmando as denúncias já divulgadas e apresentando provas, dom Celso requer que os fatos sejam apurados e os responsáveis chamados a responder por eles diante da lei e da Justiça. A representação foi solicitada à CPT pelo próprio corregedor-geral de Justiça, desembargador Clênio de Barros Loyola, através de um ofício expedido em agosto deste ano. Solicitou o corregedor, tendo em vista a nota distribuída à imprensa na qual o juiz é acusado de ser "um dos maiores e perigosos grileiros".

O Popular - Goiânia
05.10.80

Juiz de Direito é acusado

De correspondente em
GOIÂNIA

O advogado Geraldo de Almeida Rocha e o padre Henrique dos Reis, de Araguaína, no Norte de Goiás, protestam contra o juiz de direito de Araguaína, João Batista de Castro Neto, que, segundo eles, expediu diversos mandados de despejo de posseiros em favor de grileiros, "sendo sempre violados e com a única finalidade de sublevar a população contra os pobres de terra". Os dois acusam o juiz de "ser um dos maiores e perigosos grileiros". A denúncia do advogado e do padre fortalece idéias escuetas, feitas nos últimos dias, em Goiânia, pelo deputado estadual do PDS Alzir Gomes, que qualificou o juiz de Araguaína de "primeiro famoso".

Posseiros denunciam grilagem do juiz

Diário da Manhã - Goiânia
19.09.80

João Batista de Castro Neto, juiz de Araguaína responsável pelo despejo violento de centenas de famílias de posseiros no Bico do Papagaio, norte de Goiás, deverá prestar declarações ao Tribunal de Justiça, dentro de 10 dias sobre os incidentes naquela área. A decisão é do desembargador Messias Souza Costa, que concedeu liminar favorável a Antonio Carlos Soubreiro e outros 26 posseiros, num mandado de segurança movido pelos lavradores contra o juiz João Ba

ANEXO AB - Possesiros em Pânico. Na justiça a CPT prova violência
contra posseiro no Norte goiano

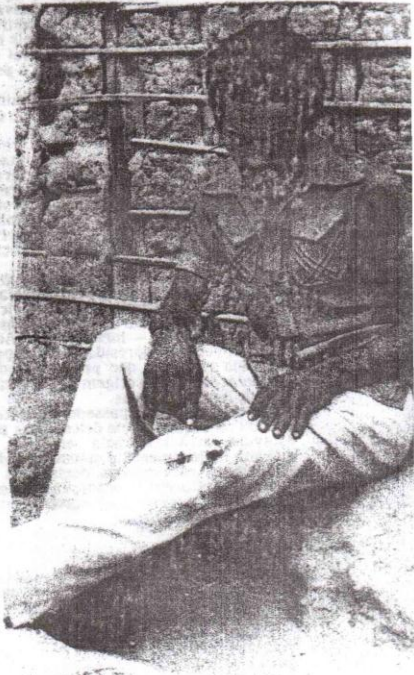
SÃO FELIX

Posseiros em pânico

A primeira denúncia de violências policiais nos despejos de lavradores no Bico do Papagaio, norte de Goiás, aconteceu dia 10, quando cerca de 20 posseiros e 2 sacerdotes do município de Axixá foram presos e levados para a casa do fazendeiro Crispim Batista de Moraes. Ali os trabalhadores foram obrigados a assinar documentos que desconheciam e os religiosos Henrique Des Roziers e Janusz Orlowski, juntamente com o lavrador Antonio Vitorio Fonseca, espancados pelos soldados Olis Costa e pelo sargento Araujo, comandante do destacamento policial de Axixá.

São aproximadamente 60 famílias que estão sendo despejadas da fazenda Santa Isabel, de propriedade de Geraldo Rosa e próxima ao povoado de São Felix. Os posseiros dizem lavrar aquelas terras há 10, 20, 30 anos em plena tranquilidade até a chegada do fazendeiro.

Diário da Manhã - Goiânia
18.09.80



O posseiro Raimundo de Souza mostra as marcas deixadas em suas roupas pelos coturnos dos policiais que o espancaram.

Na Justiça, CPT prova violência contra posseiros no Norte goiano

O bispo de Porto Nacional, dom Celso Pereira, foi quem apresentou, através do advogado Osvaldo Alencar, os fatos e as provas. Diz ele que o Juiz de Direito da Comarca de Araguaina e Itaguaitins no extremo Norte goiano, e por inúmeras cidades menores que são termos das citadas comarcas, vem agindo com total parcialidade nos conflitos gerados pela posse da terra entre fazendeiros e lavradores em toda a região. O comportamento público do referido Juiz tem provocado a inquietação e o pânico entre os humildes posseiros do Norte do Estado que cada vez acreditam menos na Justiça, acostumados que estão, em ver injustiças.

Jornal Opção - Goiânia
05.10.80

ANEXO AC - Autoridades denunciam violência

POSSEROS/AXIXÁ

Autoridades denunciam violências

Alarmados com a crescente violência dos despojos de lavradores, pela polícia, em seu município, o prefeito de Axixá, Vitalino Brandão Araújo, o vice-prefeito Francisco Alves Filho e a Câmara Municipal enviaram, dia 14, uma carta ao ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, solicitando imediatas providências para pôr fim às arbitrariedades policiais naquela região. Vitalino Brandão declarou, no DIÁRIO DA MANHÃ, que deu prazo até sábado para que as autoridades federais se manifestem sobre o assunto. "Caso o problema não seja solucionado, tomarei minhas próprias providências, pois, como responsável que sou pelo bem-estar da comunidade, não posso permitir que a polícia, a serviço de grileiros inescrupulosos, continue a massacrar meu povo, queimando suas casas, espancando-os, tomando suas roças e reduzindo-os à mais extrema miséria".

Segue, na íntegra, a carta enviada ao ministro da Justiça:

"Como é de vosso conhecimento, a região do Araguaia-Tocantins vem sendo palco de frequentes conflitos entre fazendeiros recém-chegados e os posseiros que ocupam a terra há muitos anos: aqueles, munidos de documentos na maioria das vezes fraudulentos; estes, lutando para preservar os direitos sobre as benfeitorias implantadas através de consecutivas jornadas de trabalho ao longo dos anos.

O prefeito, o vice-prefeito e toda a Câmara Municipal de Vereadores de Axixá de Goiás, consternados com os últimos distúrbios ocorridos, culminando com a expulsão, à força, de milhares de famílias pobres que ficaram despojados até mesmo de suas moradias, estamos nos dirigindo a V. Excia. para protestar contra os abusos das autoridades exercidos sobre esses indefesos, além da ação coercitiva e espancamentos executados por policiais em nosso município. Queremos também solicitar-vos urgentes providências para que sejam corrigidos e evitados esses desajustes sociais e que seja enviada uma comissão para verificar in loco os danos causados a essas famílias, bem como a flagrante omissão dos representantes do Gelat, sediados em Araguaína-GO.

Certos do vosso empenho na defesa dos direitos humanos, bem como do vosso empenho para que a Justiça seja feita em sua plenitude, subscrevemo-nos enviando-lhes os nossos protestos de admiração e respeito". (Seguem-se assinaturas)

Entre as vítimas da repressão estão o próprio vice-prefeito de Axixá, Francisco Alves Filho, e o presidente da Câmara Municipal, que foram presos e conduzidos para a casa do fazendeiro Cyrlapina Batista de Moraes, onde, além de passar todo o dia sem comer e sem beber, o vice-prefeito foi obrigado, entre chibatadas dos fazendeiros e policiais, a lavar os pratos utilizados no almoço de seus carcereiros. Francisco Alves Filho, que também é posseiro, teve sua casa queimada dia 14.

Diário da Manhã - Goiânia
17.09.80



Em carros dos próprios fazendeiros, e sempre acompanhada por eles, a polícia queima casas e espanca posseiros



ANEXO AD - Procuradoria apura denúncia da CPT

Procuradoria apura denúncia da CPT

**Foi determinada abertura de inquérito para
investigar a prisão de cinco lavradores**

O procurador Geral da República, Aristides Junqueira Alvaranga, determinou, na última semana, a abertura de inquérito para apurar a prisão de cinco membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Federação da Agricultura do Estado do Tocantins (Fetaet) durante uma visita do governador Siqueira Campos ao município de Sítio Novo, na região do Bico do Papagaio, no último dia seis de julho. Os detidos realizavam uma pequena manifestação de protesto contra a morte do lavrador Eudi Pereira da Silva, assassinado em Itaguatins, no dia três.

Segundo, o chefe da Assessoria de Imprensa da Procuradoria, Menélia Moreira, o Governador e os responsáveis por sua segurança durante a visita a Sítio Novo serão ouvidos e interrogados no decorrer das investigações. Isto deverá acontecer assim que Siqueira Campos marcar local, dia e hora de disponibilidade para receber um dos procuradores ligados ao caso. A responsabilidade de recolher o depoimento do Governador deverá recair sobre Eugênio Aragão ou Aurélio Rios.

A Procuradoria exigiu exame de corpo delito de Adalto Valentino da Silva, secretário da Fetaet, que teria sido alvo de es-

pancamentos durante o período em que permaneceu detido em Sítio Novo. De acordo com Moreira, o laudo do Instituto Médico Legal está sendo aguardado para qualquer momento. As outras pessoas presas no dia seis foram ouvidas por Junqueira Alvaranga nos dias 10 e 11 de julho. As informações da Assessoria de Imprensa dão conta de que o caso poderá ser concluído em meados de agosto.

O JORNAL DO TOCANTINS entrou em contato com uma série de autoridades do Governo do Estado para repercutir a instauração do inquérito pela Procuradoria Geral da República, mas nenhuma delas se dispôs a comentar o assunto. O chefe da Casa Civil, Clarismar Fernandes, explicou que essa questão não era de sua competência e quem teria informações a respeito seria o Secretário de Segurança Pública, Coronel Geraldo Antônio de Freitas que não foi encontrado. Outro que disse não ter atribuições sobre o assunto, foi o procurador Geral do Estado, Valdemar Moraes, que por sua vez, indicou a Procuradora Geral de Justiça, Marilena Mendes, como pessoa credenciada a falar, mas esta afirmou que não tinha informação acerca do assunto.

*Jornal do Tocantins, 24 a 30/07/90,
pág. 07*

ANEXO AE - CPT: Juiz é um dos maiores grileiros no Norte do Estado

Jornal Opção - Goiânia
26.07.80

ARAGUAÍNA

CPT: juiz é um dos maiores grileiros do Norte do Estado

"O juiz de Direito de Araguaína, João Batista de Castro Neto é conhecido como um dos maiores e mais perigosos grileiros, amigo e defensor de grandes grileiros da região, como os senhores Belizário Rodrigues Cunha, Denerval Rodrigues da Cunha, Boni, José Ferreira, Antônio Costa Filho e outros". A afirmativa é da Comissão Pastoral da Terra que distribuiu nota à imprensa ontem questionando a ação judicial pedida pelo juiz.

A CPT condena a ação judicial do despejo de posseiros no município de Araguaína e o pedido de força policial para concretizar tal ato. "Primeiramente é importante lembrar que já faz quatro semanas que a Polícia Militar, inclusive com soldados de Araguaína, está atuando em toda a região do Bico do Papagaio para expulsar posseiros", lembra o órgão religioso.

GRANDE GRILEIRO

"A ação da polícia tem sido feita de forma arbitrária, totalmente ilegal, sem ordem judicial, praticando todo tipo de pressões, e violências contra os pequenos lavradores". a ação, neste caso, tem tido o auxílio de jagunços e grileiros armados e até mesmo com a cumplicidade do Inca e do IBDF, continua a CPT em suas denúncias.

Os exemplos são muitos. A CPT cita apenas alguns: no dia 17 de Junho a polícia cometeu violências no lugarejo de Sumaúma, município de Sítio Novo. No dia 18, nas redondezas do povoado de São Miguel, município de Itaguatins. No dia 2 de Julho, no povoado de Água Amarela, e no dia 3 de Julho, nas redondezas de Buriti, estes dois últimos no município de São Sebastião do Tocantins.

"Estes precedentes deixam sérias dúvidas sobre a legalidade e justiça das operações judiciais emitidas pelo juiz de Araguaína", continua. E acusa o magistrado de ser conhecido como um dos maiores grileiros da região, como Belizário Rodrigues da Cunha, Denerval Rodrigues da Cunha, Boni, José Ferreira, Antônio Costa Filho,

des da Fazenda Jussara, no município de Itaguatins, cujo pretensão proprietária é o referido juiz. Segundo outras fontes, o mesmo juiz está requerendo quatro áreas nesta região que está em processo discriminatório há 20 anos".

"Com todos esses fatos a mostrar como funciona a justiça nas mãos de quem deveria ser o primeiro a zelar pelo seu bom cumprimento, é difícil aceitarmos como legítima, e mesmo legal, a ação judicial agora emitida por este referido juiz".

"Por fim achamos estranho que o juiz de Araguaína venha a emitir mandato judicial numa área que é de competência do juiz de Tocantinópolis".

"Na área de Araguaína residem posseiros antigos, ali estabelecidos há mais de 20, 30 e até 40 anos. São esses posseiros que hoje estão sofrendo perseguições de todo tipo para deixarem a terra a estes grandes grileiros (Belizário, Denerval, Vanderlei, Boni e outros) os quais são possuidores de milhares de alqueires não cultivados".

A CPT volta a insistir que não é possível aceitar, a pretexto de evitar um clima de guerra na região que venham os órgãos de segurança justificar uma violenta repressão nesta área. Tirando do povo suas ferramentas de trabalho, como foices, espingardas etc...

"Ao mesmo tempo, jagunços e pistoleiros como armas sofisticadíssimas acompanharam policiais para despejar humildes lavradores".

Resta uma pergunta e esta é feita pela CPT: "E está a atuação do GETAT na região? como se explicam as expulsões de famílias que há tantos anos trabalham no seu pedaço de chão, quando este órgão prometera regularizar com rapidez os títulos definitivos a estas famílias?"

O velho e batido argumento de que agentes de Pastoral e padres é que estão levando posseiros e famílias a que não

ANEXO AF - Moura acusa ação contra lavradores

Moura acusa ação contra lavradores

O líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa, Antônio Carlos Moura ocupou a tribuna, na sessão de ontem, para denunciar que 15 policiais de Araguatins, no Bico do Papagaio, "sem ordem judicial, acompanhados do filho do fazendeiro Jair Rocha e de pistoleiros, invadiram as casas de posseiros da Fazenda Mutirão, tomaram ferramentas e espingardas de caça dos lavradores, espancaram vários deles, ameaçaram de morte e humilharam as famílias". O petista disse também que houve invasão em residências de religiosos em São Sebastião do Tocantins.

Aparecido de Paula, deputado do PMDB, contestou o petista enfatizando que "o fazendeiro Jair Rocha é uma pessoa de bem e que não praticaria esse tipo de ação contra os posseiros". Ele negou que membros da Polícia Militar tenham praticado violências em Araguatins e São Sebastião do Tocantins.

O deputado Sílvio Paschoal, do PFL, fez apelo, ao Governo do Estado e ao presidente da Assembleia Legislativa, para que incluam prefeito e deputado na comissão que discute os critérios para os índices de ICM aos municípios para 89. Participam da comissão os prefeitos de Catalão, Niquelândia e Trindade e também os deputados Frederico Jayme, Carlos Rosemberg e Divino Vargas. Rosemberg informou que, para 90, serão incluídos representantes da oposição.

Popular - Pág. 3
18 8 / 19 88

GOIÁS Posseiros despejados

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) — Regional Centro-Oeste — denunciou ontem que 10 famílias de posseiros, da fazenda Mutirão, no município de Araguatins, Bico do Papagaio, foram despejadas de seus ranchos que ocupavam há mais de 5 anos, por 16 soldados da PM, funcionários do IBDF e pelo filho do fazendeiro Jair Rocha, proprietário da área. Os ranchos foram parcialmente derrubados; armas de fogo, principalmente espingardas de caça, foram tomadas, segundo a CPT. Os posseiros estão acampados às margens da rodovia que demanda à fazenda. No dia seguinte, os mesmos soldados e funcionários do IBDF ocuparam os povoados de Centro dos Mulatos e Esperantino, no município de São Sebastião do Tocantins, e vasculharam até a pequena capela das localidades à procura de armamentos.

Correio Brasileiro - Brasília
Fonte: _____ Cidade: _____
Pág. 17 - 18 / 8 / 19 88

ANEXO AG - Empresa insiste em grilagem, denuncia a CPT

Empresa insiste em grilagem, denuncia CPT

A empresa Agropecuária Gurupi S/A — Agropig —, envolvida em processo de grilagem de terras no município de Peixe, no norte de Goiás, não desistiu da sua tentativa de desalojar cerca de 100 famílias de posseiros de um antigo quilombo, numa área de mais de 70 mil hectares, apesar da decisão judicial que lhes concedeu, liminarmente, o direito à posse destas terras.

A denúncia foi feita ontem em documento da Comissão Pastoral da Terra, segundo o qual "a Agropig, através de um estranho Registro Torrens procedido no cartório de Peixe, conseguiu títulos de validade duvidosa, mas que lhe dão o domínio de uma vasta área de terras, toda ocupada por posseiros com posses hereditárias, com até mais de um século". O processo de Registro Torrens — que dá posse definitiva e inquestionável à terra — "desapareceu misteriosamente do cartório de Peixe", acrescenta o documento.

"O atual presidente da empresa Agropig é o sr. Edson Pontes, residente em Goiânia, e entre seus associados estariam pessoas ricas e influentes no governo do Estado de Goiás — prossegue o documento — inclusive o sr. Adail Santana, primeiro vice-presidente da empresa, ex-deputado estadual, que preparou toda a documentação que deu origem a este escandaloso grilo de terras em Goiás."

Em outubro do ano passado, os posseiros entraram na Justiça e sete deles, cujas posses já estavam invadidas pela empresa, conseguiram, liminarmente, a manutenção de posse. Os demais, pela mesma decisão do juiz da comarca de Gurupi, tiveram suas posses garantidas contra a ameaça da Agropig, através de interdito proibitório.

"Não obstante a decisão da Justiça — denuncia o documento da CPT — tendo sido a ré prontamente notificada, esta vem, de forma sistemática, desacatando a ordem judicial, tendo invadido novamente a terra dos lavradores em dezembro passado, obrigando ao juiz a notificá-la pela segunda vez."

O documento da CPT conclui: "Queremos deixar clara a nossa denúncia desta situação injusta e o comportamento da empresa invasora, que se beneficia de incentivos fiscais e, ao mesmo tempo, desacata a decisão da Justiça."

Pastoral confirma ameaça a posseiros

A Comissão Pastoral da Terra de Goiás reafirmou, em nota divulgada ontem, a denúncia de que os fazendeiros Derneval Rodrigues da Cunha e Oliveira e Belisário Rodrigues da Cunha são, na verdade, grileiros "que continuam até hoje as ameaças, pressões e violências contra os posseiros que moram na área (de que se dizem donos), com a cumplicidade do juiz de Direito de Araguaína, João Batista de Castro Neto".

Observando que "diante das denúncias dos lavradores e da CPT, de algumas autoridades Estaduais e Municipais, o dr. João Batista foi afastado, em outubro de 1980, das Comarcas de Araguaína, Tocantópolis e Itaguatins", a CPT afirmou que "todos os títulos de terra do município de Araguaína estão em processo de anulação no Supremo Tribunal Federal".

Em relação a notícias divulgadas pela imprensa de que Derneval e Belisário estariam movendo queixa-crime por injúria, calúnia e difamação contra o presidente da CPT Regional Tocantins-Araguaína, bispo dom Celso Pereira de Almeida, e contra o bispo de Tocantópolis, dom Cornélio Chizzini, a CPT esclareceu que, até a presente data, nenhum dos referidos bispos foi intimado pela Justiça ou pela polícia.

"A CPT tem denunciado e continuará denunciando as ameaças, pressões e violências contra os posseiros, além de continuar os trabalhos de identificação, levantamento de dados e documentação dos posseiros da região de Peixe, no norte de Goiás."

O ESTADO DE S. PAULO — 11/21/81

Pastoral dá apoio a bispos

De correspondente

O Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra divulgou ontem, em Goiânia, nota de solidariedade aos bispos de Celso Pereira, de Porto Nacional, e d. Cornélio Chizzini, de Tocantópolis, ameaçados de processo por dois fazendeiros do município de Araguaína, no Norte do Estado — Derneval Rodrigues da Cunha e Oliveira e Belisário Rodrigues da Cunha Filho. A CPT esclarece que, apesar de os fazendeiros terem divulgado pelos jornais que entrariam com uma queixa-crime por injúria, calúnia e difamação, ainda em novembro de 1980, até agora nenhum dos bispos foi intimado pela Justiça ou pela polícia.

Em agosto de 1980, os dois bispos assinaram uma carta pastoral denunciando violências contra os posseiros, praticadas por Derneval e Belisário, que eram chamados de grileiros. A nota de ontem da CPT confirma as acusações, dizendo que, em 1975 e 1976, "os gerentes e jagunços de Belisário despejaram da área, da qual se diz dono, em Araguaína, mais de 400 famílias de posseiros, muitas delas morando ali há mais de 10 anos". Segundo a CPT, durante esses despejos, os jagunços queimaram, em julho de 1976, as 70 casas do povoado de Campestre, no município de Araguaína, inclusive a capela e o grupo escolar.

"Os senhores Belisário e Derneval continuam até hoje as ameaças, pressões e violências — diz a CPT — com a cumplicidade do juiz de Direito de Araguaína, João Batista de Castro Neto. Esse juiz, diante do volume de denúncias contra ele, foi afastado, em outubro do ano passado, das comarcas de Araguaína, Tocantópolis e Itaguatins, pelas quais era também responsável. Em sua nota, a CPT lembra ainda que "todos os títulos de terra do município de Araguaína estão em processo de anulação no Supremo Tribunal Federal".

JORNAL DO BRASIL □ quarta-feira, 21/1/81

Pastoral defende posseiros

São Paulo — A Comissão Pastoral da Terra denunciou ontem que a empresa agropecuária Gurupi S.A. — Agropig, com sede no Município de Gurupi, no Norte do Estado de Goiás, "vem sistematicamente desrespeitando o direito dos posseiros de suas terras, garantido anteriormente por liminar do juiz de Direito da comarca". A nota da CPT diz que se "trata de uma violação da Agropig contra lavradores e posseiros das Comarcas de Araguaína e Itaguatins, e pede a anulação de 'títulos de terra' emitidos pelo cartório de Araguaína, em Goiás, e a anulação dos títulos de terra emitidos pelo cartório de Itaguatins, em Goiás."

ANEXO AH - Foto na celebração de Fé e da vida,
Padre Josimo ao lado do Bispo e Padre Ricardo



Na celebração da fé e da vida, o padre Josimo, ao lado de seu Bispo, d. Aloísio Hilário de Pinho e o padre Ricardo Resende, da CPT/Araguaia-Tocantins.

ANEXO AI - Foto do Padre Josimo reunido com uma pequena comunidade



Josimo reunido com uma pequena comunidade.

ANEXO AJ - Fotos da entrada de Buriti e da igreja onde se encontram
os restos mortais de Padre Josimo



Fachada da entrada de Buriti



Foto de Padre Josimo



Foto da igreja em Buriti onde Padre Josimo realizava as celebrações



Foto da fachada da igreja atual

ANEXO B – Ofícios, cartas, documentos

ANEXO BA – Ofício do Corregedor Geral da Justiça

ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Ofício nº 117/80 Goiânia, 05 de agosto de 1980

Senhor Bispo:

Tendo em vista a nota distribuída à imprensa, a que se refere "Top News", edição de 27/7 a 03/8 do corrente ano, na qual o Juiz João Batista de Castro Neto, de Araguaína, é acusado como "um dos maiores e perigosos grileiros", esta Corregedoria vem solicitar a essa Comissão que seja formalizada uma representação neste Órgão, com informação dos fatos e, se possível, das provas.

Certo de que V.Revd^{ma} não negará sua colaboração para apuração da verdade, apresento a V.Ex^a os protestos de elevado apreço.

Desembargador Clenon de Barros Loyola
Desembargador Clenon de Barros Loyola,
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Exn^o Revdm^o Dom Celso Pereira de Almeida, responsável pela Comissão Pastoral de Terras
Dom Celso Pereira de Almeida

ANEXO BB – Ofício do Governador ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNADORIA

Of. n. 011/89

Miracema do Tocantins, 20 de março de 1989.

Senhor Presidente:

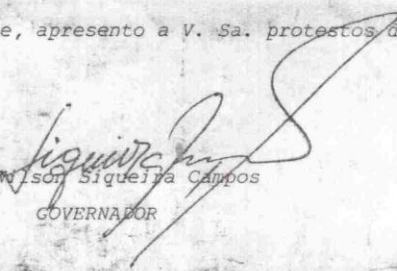
Acolhendo a representação feita por essa entidade sindical de grau superior, em conjunto com o Sindicato filiado de São Sebastião do Tocantins, devo informar-lhe as providências já adotadas no sentido de solucionar os dois problemas abordados.

Quanto ao primeiro assunto, determinei a imediata abertura de sindicância para averiguar o procedimento do policial envolvido e as denúncias de torturas. O Governo está adstrito aos ditames da Lei e enquanto não forem apuradas as responsabilidades não poderá decidir pela punição, sob pena de estar desrespeitando os direitos dos cidadãos. Estou determinando à Secretaria de Justiça e Segurança Pública que acelere a tramitação da sindicância.

Sobre o segundo ponto, os estudos feitos concluíram que os 60 alqueires eram insuficientes para as 11 famílias. Então, determinei que se adquirisse do proprietário uma área de 98 alqueires para distribuição, conforme prometido aos posseiros, com base em critérios técnicos fixados pelo Governo.

Tão logo legalmente possível, as famílias dos posseiros serão assentadas e isso não ocorre com a rapidez esperada. V.Sa. deve dirigir-se ao Dr. Pedro Leite, Diretor do Departamento de Terras, a quem determinei dar solução ao problema.

A oportunidade, apresento a V. Sa. protestos de alta consideração.



José Wilson Siqueira Campos
GOVERNADOR

Ilmo. Sr.

ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS

ANEXO BC – Ofício dos representantes da Câmara municipal de Axixá/TO
ao Ministro da Justiça



ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ DE GOIÁS

Axixá de Goiás, 14 de setembro de 1960.

Exmo. Sr.

IBRAHIM ABI-ACHEL

DD. Ministro da Justiça

BRASÍLIA - DF.

Como é do vosso conhecimento a região do Araguaia Tocantins, vem sendo palco de frequentes conflitos entre fazendeiros recém chegados e os posseiros que ocupam a terra há muitos anos: aqueles, munidos de documentos na maioria das vezes fraudulentos; estes, lutando para preservar os direitos sobre as benfeitorias implantadas através de consecutivas jornadas de trabalho ao longo dos anos.

O prefeito, o vice-prefeito e toda a Câmara Municipal de Vereadores de Axixá de Goiás, sensibilizados com os últimos distúrbios ocorridos, culminando com a expulsão, à força, de numerosas famílias pobres que ficaram despojados até mesmo de suas moradias, estamos nos dirigindo a V. Excia., para protestar contra os abusos de autoridade exercidos sobre estes indefesos, além da ação coercitiva e espancamentos executados por policiais em nosso Município. Queremos também solicitar-vos urgentes providências para que sejam corrigidos e evitados estes desajustes sociais e que seja enviada uma comissão para verificar "in loco" os danos causados a estas famílias, bem como, a flagrante omissão dos representantes do GETAT, sediados em Araguaína - GO.

Certos do Vosso empenho na defesa dos direitos humanos bem como, do vosso empenho para que a Justiça seja feita em sua plenitude, subscrevemo-nos enviando-lhe os nossos protestos de admiração e respeito.

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ DE GOIÁS

Vitaliano Brandão Araújo
VITALIANO BRANDÃO ARAÚJO
- Prefeito Municipal -

Francisco Alves Filho
FRANCISCO ALVES FILHO
- Vice-prefeito -

REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL

Osmar Silveira Santos

OSMAR SILVEIRA SANTOS - Presidente

Jose Mesquita de Negreiros
JOSE MESQUITA DE NEGREIROS

Raimundo Rodrigues de Souza
RAIMUNDO RODRIGUES DE SOUZA

Marcel Andrade da Silva
MARCEL ANDRADE DA SILVA

Sebastião Gomes da Rocha
SEBASTIÃO GOMES DA ROCHA

Rosendo Alves Cadeira
ROSENDO ALVES CADEIRA

ANEXO BD – Processo nº 024/97 – Interdito Proibitório requerente
Jair Ferreira e sua mulher requerido João Nena e outros, 1988

Assistência Judiciária

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Federal da 5ª. Vara
ção Judiciária do Estado de Goiás - Araguaína-GO.

Autos de INTERDITO PROIBITÓRIO (Proc. nº 024/87-V)
Reqtes.: Jair Ferreira da Rocha e sua mulher
Reqdos.: João Nena e outros

*Registre-se e autue-se
por dependência, à
conclusão. Araguaína, 08
de novembro de 1988*

Waldir de Sousa Braga
Juiz Federal da 5ª. Vara
Araguaína - GO

NATALINO RODRIGUES PEREIRA, MANOEL RAMOS, LEONDINO
ANDRADE COSTA, JOSÉ BEZERRA DA COSTA, RAIMUNDO NONATO DA
CRUZ, JOÃO BORGES DOS SANTOS, EDIVALDO OLIVEIRA LOPES, FRAN-
CISCO BEZERRA DE FREITAS, LUIZ SOBRAL DE SOUZA, MARTINHO AL-
VES DOS SANTOS, ANTONIO FRANCISCO DE ASSIS, MARIA FRANCISCA'
DA SILVA, ANTONIA BORGES DOS SANTOS, brasileiros, solteiros,
lavradores, residentes e domiciliados no povoado de Terra
Prometida, município de Araguatins, Goiás;

JOÃO ARISTIDES DE SOUZA e sua mulher LÍDIA BORGES
DE SOUSA, PEDRO VIEIRA LOPES e sua mulher AGENI TEODORO VIEI-
RA LOPES, MIGUEL MENDES MACEDO e sua mulher RAIMUNDA VIEIRA
DE MACEDO, brasileiros, casados, lavradores, residentes e do-
miciliados no povoado de Terra Prometida, município de Ara-
guatins, Goiás,

VEM perante Vossa Excelência, com o acatamento de-
vido, por seu advogado, procurações em anexo (docs. 01/16),
profissional inscrito junto à OAB-GO. sob o nº 7019-B. com



JAIR FERREIRA DA ROCHA e SUA MULHER, brasileiros, casados, fazendeiros, residentes e domiciliados em Rubiata - ba, Estado de Goiás, já qualificados nos autos da ação possessória em epígrafe, a presente ação de

EMBARGOS DE TERCEIRO, conforme lhes facultam os arts. 1.046 e seguintes do Código de Processo Civil, pelas razões de fato e de direito deduzidas a seguir:

dos fatos

01. Os embargantes são possuidores de uma área de imóvel rural, situada no município de Araguatins, próximo ao local de suas moradas, cuja área, eles a ocupam pelo regime de COMPOSSE, direta, ininterrupta, por mais de 05 (cinco) anos, com ânimos de domínio e sem os vícios da clandestinidade ou da precariedade, logo de boa fé, onde cultivando a terra em lavouras de subsistência, ou na atividade extrativa do babaçu, a fazem socialmente válida nos termos da Constituição e do Estatuto da Terra.

02. Até bem pouco, os embargantes residiam dentro da área onde ainda mantém suas lavouras e suas atividades extrativas, o faziam com morada permanente, sem prova de domínio alheio, pois não sendo proprietários de terras rurais ou urbanas, cuidavam que as autoridades fundiárias do País viriam demarcar a terra para eles, seus legítimos ocupantes, contudo, e para a perplexidade de todos, foram despejados por ordem escrita do Senhor Juiz de Direito.

03. Ocorre que os embargados, Jair Ferreira da Rocha e sua mulher, ingressaram na Justiça com uma ação de Interdito Proibitório, ação principal, em 07.06.85, contra as seguintes pessoas: JOÃO NENA, RAIMUNDO CABELUDO, DOMINGOS PRETO, CHAPÉU DE COURO e PANTICO, conforme cópia da petição inicial que anexam à presente, (docs. 017/020).

até a decisão final, designando o ilustre Dr. Juiz de Direito da Comarca de Araguatins, em caráter provisório, para decidir as medidas consideradas urgentes.

No dia 16.08.85, o juiz designado, concedeu aos autores a manutenção liminar na posse do imóvel, cuja gleba foi pelos autores nominada de "FAZENDA MUTIRÃO", e está totalmente ocupada pelos embargantes, que, não sendo parte no processo principal, sofreram o ato da apreensão judicial; a decisão liminar, tomada pelo juiz do feito, em duas laudas datilografadas, xerocópia em anexo, (docs. 21/22), diz textualmente que, "dada a patente temeridade de se proceder a à citação pessoal dos réus, ainda porque sem endereço certo, terem os mesmos sido citados por edital", embora não tenham comparecido ao feito, contra eles foi deferida a liminar.

Assim sendo, expediu-se igualmente o Mandado Liminar de Manutenção de Posse, (doc. 23); em cumprimento da decisão judicial, o Sr. Oficial de Justiça, operou a manutenção dos autores na posse, conforme sua Certidão, cópia em anexo, (doc. 24-Verso), e ainda verso do doc. 23.

04. Consumado o esbulho para alguns dos embargantes, assim como a turbação para outros, por ato de apreensão judicial, pois tomada por ato de constrição do julgador, desencadeou todo um processo contra os ocupantes da área, agora embargantes, processo este, extremamente violento e que não faltou os costumeiros agentes de segurança (PISTOLEIROS) comandados pelos prepostos dos autores, além de elementos da Polícia Militar do Estado de Goiás, e até do IBGE, transvestidos em jagunços a serviço do dito proprietário do imóvel, conforme comprovam os documentos que estão anexando em fotocópias, (docs. 25/30).

do direito

05. Quem, não sendo parte no processo, sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão




A doutrina especializada, assim como a jurisprudência dominante, vêm entendendo que a citação legal é apenas exemplificativa, sendo a imissão na posse, ainda que provisória, equiparada à penhora, ao depósito etc., para caracterizar a apreensão do bem.

06. No presente caso, estão evidenciados os requisitos da lei: os embargantes não figuram como parte no processo principal; são possuidores da área, cuja posse, é objeto do litígio; juntam documentos suficientes para provar sua ocupação (posse) na área, além de protestarem pelo direito de provar tudo quanto alegam pelos meios em direito admitidos, especialmente testemunhal, cujo rol segue abaixo, e que serão levadas a depor independentemente de intimação, conforme faculta a lei.

do pedido

07. ANTE O EXPOSTO, requerem a V. Exa., dentro das prerrogativas da legislação citada, e ainda pelos dispositivo da lei civil pertinente:

- a) que V. Exa. se digne conceder-lhe, liminarmente, a reintegração e a manutenção na posse, sem ouvir a parte contrária, dado a urgência do pedido, pois precisam plantar, e o período exige que o preparo da terra seja imediatamente iniciado;
- b) caso V. Exa. entenda necessário, proceda-se audiência de justificação, preliminarmente designada, na forma do art. 1.050, 1º parágrafo;
- c) que os presentes sejam distribuídos por dependência nos autos da ação principal, citando-se os embargados para contestá-los no prazo de 10 dias, caso queira, sob pena de confesso e revelia, e para todos os termos do processo, até a sentença final;
- d) que sejam suspenso o processo principal, pois os

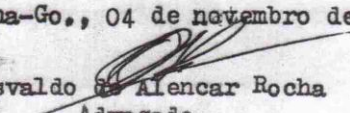


e) que V. Exa. se digne a conceder aos embargantes os favores da Assistência Judiciária nos termos da Lei nº 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, pois são pobres nos termos da lei, conforme declaram nesta oportunidade e provarão pelos meios que V. Exa. entenda necessários. (doc 31)

FINALMENTE, sejam os presentes julgados procedentes, e que após as cautelas legais, sejam os bens entregues definitivamente aos embargantes e os embargados, Jair Ferreira da Rocha e sua mulher, condenados ainda nas custas processuais e honorários advocatícios.

Dando aos presentes, para efeito meramente fiscal, o valor de Cz\$ 100.000,00 (cem mil cruzados), D. e A. pedem e esperam deferimento.

Araguaína-Go., 04 de novembro de 1988


Osvaldo de Alencar Rocha
Advogado

TESTEMUNHAS:

Luiz Francisco Farias Moura, casado, lavrador, residente em Buriti do Norte, GO.

Geraldo Barbosa Gonçalves, solteiro, lavrador, residente em Buriti do Norte, GO.

Espedito Gomes Vieira, casado, lavrador, residente em Buriti do Norte, GO.

Miguel Elosua Rojo, sacerdote, residente em São Sebastião do Tocantins, GO.

ANEXO BE - Carta aberta às comunidades

CARTA ABERTA ÀS COMUNIDADES

Prezados amigos, irmãs e irmãos das Comunidades

A TODOS VOCES DESEJAMOS MUITA FIRMEZA E PERSEVERANÇA
NO SEGUIMENTO DE JESUS CRISTO!

Certamente já é do conhecimento de todos vocês, o acontecido nesta última semana, em vários povoados do Município de S. Sebastião do Tocantins - GO e arredores, em algumas das comunidades que formam a nossa Paróquia de São Sebastião.

Na última 4a e 5a feiras, dias 10 e 11 de Agosto, Agentes do IBDF, acompanhados de soldados da PM, sob o comando do Capitão Menezes, apareceram nos povoados da Vila União, do Centro dos Mulatos, Esperantina, na área de posse chamada "TERRA PROMETIDA", onde moram posseiros das fazendas MUTIRÃO e OURO VERDE, e na cidade de São Sebastião do Tocantins, e foram entrando nas casas, SEM ORDEM JUDICIAL, e tomando espingardas, até facas de ~~mesa~~ cozinha, carne de caça, espíndel, alegando estarem numa missão do IBDF.

O pior foi que criaram um verdadeiro clima de terror no meio da população: em algumas casas entraram até pelos fundos, invadiram quartos, reviraram colchões, malas e caixas, humilhando homens e mulheres (duas delas de resguardo), ameaçando, empurrando e batendo em várias pessoas, negando de se identificar quando lhes foi pedido; aterrorizaram até crianças, forçando-as a dizer onde estava a espingarda do pai.

EM PRIMEIRO LUGAR, diante destes acontecimentos, temos a dizer que tal ação policial foi ilegal e contra a Constituição que diz que a casa do cidadão é INVOLÁVEL, podendo entrar nela somente com ORDEM DO JUIZ, ou, sem essa ordem, SOMENTE em casos de calamidade como incêndio, enchentes, etc., ou em perseguição a algum criminoso pego em flagrante delito. Portanto: EM CASO DE REPETIÇÃO DE TAIS FATOS, SAIBAM TODOS QUE NENHUM POLICIAL PODE ENTRAR EM SUAS CASAS, SEM APRESENTAR ORDEM DO JUIZ. A MENOS NOS CASOS ACIMA LEMBRADOS.

EM SEGUNDO LUGAR, estranhamos muito que os policiais tenham tomado espingardas de pobres lavradores ou pescadores, que usam suas armas de caça para se defender de algum bicho na mata, ou para trazer uma carne para sustento da família, e, NO ENTANTO, NÃO TENHAM IDO ATRÁS de 4 pistoleiros fortemente armados, que entraram na Fazenda Mutirão no mesmo dia, poucos minutos depois dos mesmos policiais, ~~aterrorizando~~ aterrorizando os mesmos posseiros já desarmados, dando tiros, batendo, ameaçando e derrubando paredes de várias casas. Como entender que esta entrada de pistoleiros tenha acontecido no mesmo dia, quase nas mesmas horas, na mesma fazenda MUTIRÃO (Mun. de Araguatins) para atacar os mesmos posseiros já desarmados pelos policiais?

EM TERCEIRO LUGAR PERGUNTAMOS: o que tem feito o IBDF, por exemplo, para controlar a derrubada de coqueiros, por parte de fazendeiros, em uma região como a nossa, onde o COQUEIRO (que é nativo) é tido como a "MÃE DOS POBRES"?

Por fidelidade ao Evangelho de Jesus Cristo, denunciemos e repudiemos estes fatos, esperando que as autoridades competentes tomem as devidas providências.

Aos amigos e irmãos das Comunidades, e ao povo de nossos povoados e cidade, terminamos dirigindo uma palavra de ESPERANÇA, lembrando que o nosso Deus que se fez Homem, recebeu um nome: "EMANUEL", que quer dizer "DEUS COM NÓS" = Deus próximo de nós. Chegará o momento de a JUSTIÇA DE DEUS se manifestar do lado dos oprimidos e então, "VIRÁ O DIA EM QUE TODOS, AO LEVANTAR A VISTA, VEREMOS NESTA TERRA REINAR A LIBERDADE".

Um abraço fraterno e comprometido a todos.

P. MIGUEL FLORES. P. JOSÉ PEDRO LISBOA. TR. JOSÉ GARRO

ANEXO BF – O Bico do Papagaio - Carta dos Trabalhadores Rurais aos Bispos e Deputados:

Queremos justiça para termos mais vida.

SITUAÇÃO NO BICO DO PAPAGAIO

Muita gente nos pergunta sobre a situação no Bico do Papagaio. Pensando que a explicação mais detalhada de um caso pode ajudar à compreensão de uma situação mais global, vou me deter na situação da Fazenda Mutirão.

Em 1984 um grupo de lavradores entrou nessas terras, que ainda não estavam ocupadas nem tituladas. Em '85 o grileiro, Sr. Jair Rocha, do sul de Goiás, conseguiu um título provisório e despejou os posseiros. Em '86 voltaram a entrar e fazer roças. Construíram suas casas nos limites da fazenda Ouro Verde que também estava ocupada por posseiros. Para um despejo a lei exige que as pessoas sejam citadas por seus nomes próprios e não por apelidos, bem como a citação nominal de todos os ocupantes. O juiz, entretanto, havia concedido o despejo contra "Zé Cabeludo", "João do Barro" etc. E bom notar que enquanto os juizes concedem o pedido de reintegração de posse nessas condições aos fazendeiros e os despacham num mês ou dois de prazo, as mesmas ações impetradas pelos posseiros em 1982, com o mesmo caráter de urgência e com o nome e sobrenome dos ocupantes, até hoje não foram julgadas.

No dia 10 de agosto passado, um tal capitão Menezes arrebanhou soldados pelas diferentes guarnições do Bico e irrompeu nas casas da Faz. Mutirão e Ouro Verde, que o povo chama de Terra Prometida. A maior parte dos homens fugiu ao escutar o ronco dos motores. Chegando a polícia militar, foi expulsando as 11 famílias da Mutirão e as 28 da Terra Prometida, invadindo e revirando suas casas e colocando todo o mundo numa clareira, ao sol e com as mãos na cabeça, davam gritos, ameaçavam, tiravam as espingardas que encontravam e diziam estar com os agentes do IBDF, que realmente os acompanhavam. Dois soldados entraram no galpão que faz de escola e capela, jogaram as imagens onde estava a foto também de Josimo. Obrigaram a uma menina a ir com eles procurar o pai que estava na roça. Lá chegando gritaram para ele se entregar, mas o posseiro com medo fugiu e deram dois tiros na direção dele. Tomaram a espingarda que ele tinha encostado numa árvore.

Duas horas ficou todo o mundo ao sol, inclusive as 94 crianças e as mulheres, gestantes ou não. Finalmente a polícia se retirou com as armas apreendidas e imediatamente apareceram cinco pistoleiros armados com as mesmas armas da polícia. Voltaram a entrar nas casas tomando as mulheres e crianças como reféns, enquanto outros iam destruindo as casas de palha do povoado Mutirão.

Estava começando a anoitecer quando se retiraram para a sede da fazenda. No caminho encontraram um posseiro que vinha da roça sem saber nada do acontecido. Chamaram de longe. Ele ficou desconfiado e parou, sem se aproximar. Dispararam contra ele, que caiu ao chão. Pensaram que o tinham acertado e foram embora.

No mesmo dia a polícia militar foi ao povoado dos Mulatos, arrebatou as portas, invadiu casas, revirou camas e colchões até com mulheres de resguardo deitadas, sempre se dizendo fiscais do IBDF. Levaram até armas registradas legalmente. Entraram também na casa das Irmãs. Ir. Bia tinha tirado algumas fotografias deles e então se apossaram com violência do filme.

Logo que soubemos dos fatos nos mobilizamos enviando queixas, reclamações, ao governador, Secretário de Segurança, etc.

O povo da Mutirão e da Terra Prometida teve que abandonar o povoado e se refugiar na mata. De noite tinham que ir até suas próprias casas para "roubar" mantimentos deles próprios. Houve um choque com pistoleiros, um deles foi morto e outro saiu ferido.

O promotor, em Araguatins, tinha pedido a prisão preventiva de 11 posseiros. Frei Henry des Rozieres OP, advogado, foi lá. Falou com o Promotor e com o Juiz. Teve acesso ao processo e tirou xerox de tudo. Nos autos estava o relatório de "nosso amigo" o Del. Regional de Araguaína. Tinha virado a verdade às avessas. Falava dos posseiros como um bando de homens pardo, assassinos, desordeiros contumazes que viviam perambulando pelas propriedades e gerando confusões, que nunca pretenderam se estabelecer e trabalhar, mas unicamente queriam receber uma indenização. Não dizia uma palavra das 94 crianças nem das roças plantadas. Continuava dizendo que as queixas das irmãs eram infundadas, que a operação da Polícia Militar era de rotina, que o bando de posseiros tinha feito uma trincheira para tocaiar os trabalhadores da fazenda e que eles mesmos, insuflados pelos padres tinham derrubado as próprias casas para acusar o fazendeiro e que mesmo sendo católico, apostólico e romano, devia dizer que "era voz corrente na região que os padres forneciam armas e munições aos posseiros". O relatório do delegado era dirigido ao Superintendente da polícia de Goiás, Sr. Hitler Mussolini de tal.

Lido o relatório, fiz um propósito: Nunca mais vou acreditar em polícia.

O promotor de Araguatins não mostrou o mesmo interesse em pedir a prisão preventiva do matador do Sr. Manoel e esposa. Eles tinham sido atraídos a Araguatins com a promessa de fazer um acordo com o dono de uma fazenda. Logo depois que desceram do ônibus foi o casal assassinado no meio da rua. Todo o mundo conhece o pistoleiro que é de Buriti, o motorista que o trouxe, o mandante. Essa é a justiça.

O Sr. Jair Rocha, pretendo dono da Mutirão concluiu a cerca em outubro. Numa noite de novembro, antes das eleições, houve uma grande "tempestade" que arreventou os fios de arame e acabou com as estacas de 1.500 m de cerca levantada.

Pouco antes do Natal o pessoal da Mutirão já estava passando fome e decidiu entrar de novo na fazenda para apanhar a mandioca e fazer farinha. Os pistoleiros estavam guardando. No dia 26 de dezembro mataram um pistoleiro. Começaram trabalhar. No dia 20 de janeiro Luiz Sobral, delegado sindical, ia trabalhar à roça quando levou um tiro na nuca. Não morreu. A bala ficou incrustada no maxilar. Veio carregado na rede por 3 léguas e depois um estudante jesuíta o levou a Imperatriz no Toyota, por 100 Km de buracos.

Dia 22 de janeiro, o capitão da PM de Augustinópolis decide baixar uma ordem prendendo posseiros indiscriminadamente. O Pres. do Sindicato e um delegado sindical vão ao telefone para avisar à CPT. Lá mesmo são presos e levados a Araguatins, ninho da UDR. Todo o mundo entra na Delegacia para conhecer os dois. Quando chega Carlinhos da CPT e quer falar com eles, é proibido. A CPT procura um juiz. Não existe mais juiz no Estado do Tocantins, o Estado do PDC, da UDR. Todos os juizes decidiram optar por ficar em Goiás ...

E lá nave va ...

SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS TO
janeiro de 1989

ANEXO BG – A carta – Declaração de um posseiro (manuscrita)

DECLARAÇÃO.

NA FAZENDA "BELA VISTA" SITUADA NAS
GLEBAS, "42," "55," "37," "43" ESTÁ ACONTECENDO OS
SEGUINTE CASOS: O DR. JURANDI DONO DA
DITA FAZENDA FOI EM CONSPIÇÃO DO ARA-
GUÁJA NA GETAT AFIRMANDO QUE TINHA
12 MIL GADOS, PENSANDO ASSIM QUE GA-
NHARIA A TERRA E COM ISSO OS POSSEIROS
PUDESSEM SE RETIRAR. AI OS POSSEIROS
SOBERAM E SE REUNIRAM E FISCALIZA-
RAM PARA NÃO ENTRAR GADO DE FORA,
POIS O FAZENDEIRO NÃO TINHA A QUAN-
TIDADE MENCIONADA POR ELE MESMO.

ENTÃO O GERENTE DA FAZENDA CHAMOU
UM PISTOLEIRO DE SÃO PAULO O QUAL NÃO
SE IDENTIFICOU. O MESMO AO CHEGAR
COMENTOU COM UM VAQUEIRO, QUE IRIA
"JANTAR" OS POSSEIROS. OS POSSEIROS
SABENDO DISSO FIZERAM UMA TRINCHEIRA
NO COLCHETE DO RETIRO. AO PASSAR O
PISTOLEIRO ARMADO DE UM "38" E UMA
CAIXA DE BALA COM MAIS UM COMPANHEIRO
OS POSSEIROS ATIRARAM NELE, ELE FICOU
AINDA ALGUNS MINUTOS VIVOS E CONFES-
SOU TODA A VERDADE: "QUE O FAZENDEIRO

TINHA 22 PISTOLEIROS AJUSTADOS PARA MATAR OS POSSEIROS, MAS AINDA NÃO TINHAM ENTRADO NA FAZENDA, ELE ERA CUNHADO DO GERENTE E TINHA VINDO DE S. PAULO."

AO MORRER O PISTOLEIRO OS POSSEIROS IMPEDIRAM DE TIRAREM O CORPO A NÃO SER O GERENTE E POR ISSO LEVARAM A POLÍCIA QUE RETIROU O CORPO E SEPULTARAM NO PAU D'ARCO. A POLÍCIA AO CHEGAR LÁ PERBARAM 3 POSSEIROS, BATERAM, ALGEMARAM E O GERENTE DEU EM UM, UMA PANCADA COM O CABO DO REVOLVER QUE LHE CORTOU A CABEÇA, OS OUTROS POSSEIROS CORRERAM DEIXANDO TUDO, ESTÃO TODOS ESCONDIDOS E ATÉ O EXATO MOMENTO NÃO FOI TOMADA NENHUMA PROVIDENCIA.

AS FAMÍLIAS ESTÃO SEPARADAS, AS MULHERES PERDIDAS NA MATA, PASSANDO FOME.

A FAZENDA CONTA COM UMA ÁREA DE MAIS OU MENOS 2.500 ALQUEIRES E O DR. JURANDI DIZ QUE TEM O TÍTULO DE 600 ALQUEIRES E OS POSSEIROS MORAM LÁ HÁ SEIS ANOS E TEM BASTANTES BENFEITORIAS "E ELE QUER SE

APOSSAR DE TODA A ÁREA DEIXANDO OS POSSEIROS SEM NADA.

O POVO LAMENTA SUA SITUAÇÃO E DIZ QUE QUEREM VOLTAR PRA SUAS CASAS.

CONTA UMA SENHORA QUE IA BUSCAR SUA MÃE DO MEIO DA APLICAÇÃO QUE AO ENTRAR NO COMEÇO DA FAZENDA VÁRIOS POLICIAIS CORRERAM ATRAS DELA E SEU PAI PENSANDO SER POSSEIROS QUE ESTAVAM INVADINDO; ELA CORREU E AINDA ELES DERAM UM TIPO DE FUZIL, MRS, GRAÇAS A DEUS NÃO ATINGIU NINGUÉM.

O GERENTE DA FAZENDA FOI ENBO-
RA COM A FAMÍLIA E O FAZENDEIRO
DE VEZ EM QUANDO FAZ UMA VISITINHA
NO SEU AVIÃO ENQUANTO OS POLICIAIS
GUARDAM A FAZENDA PARA OS POSSEIROS
NÃO VOLTAREM PARA SUAS CASAS.

OS POSSEIROS PEDEM JUSTIÇA MRS
ATÉ AGORA NÃO ENCONTRARAM, TODOS
ESTÃO PEDINDO SOCORRO, ESTÃO PASSANDO
FORE.

NA FAZENDA HABITAVA 300 OU MAIS
FAMÍLIAS. E TODAS ESTÃO DISPERCADAS.

A GETAT PROMETEU QUE DIA 06 DE

MAIO FARIA UMA VISTORIA NA FAZEN-
DA PRA VER SE REALMENTE O FAZEN-
DEIRO TINHA RAZÃO.

SÓ QUE NÃO ESPERARAM ISSO ACON-
TECER E ACONTECEU O INESPERADO. A
POLICIA CONTINUA AMEACANDO OS POSSEI-
ROS. E SÃO MUITOS POLICIAIS TRAZIDOS
DE BELEM OU DE ARAQUAIA, NÃO
SABEMOS DE ONDE.

PAU D'ARCO, 03/05/87

Cicero da Silva Pereira, um POSSEIRO
QUE TAMBEM DORMIU NO MATO, RESI-
DENTE NO LOTE "42"

ANEXO BH – Ofício endereçada ao Governador do Estado José Wilson Siqueira Campos

Exmo. Sr. Governador do Estado do Tocantins
Dr. José Wilson Siqueira Campos

O Bispo de Tocantinópolis, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins, a Comissão de Justiça e Paz de Brasília, e a Comissão Pastoral da Terra Araguaia Tocantins, representados pelos signatários do presente documento, vêm a presença de V. Exa., para mais uma vez, denunciar às autoridades, agora diretamente ao Governador do Estado, os graves problemas de violação dos DIREITOS HUMANOS, em decorrência dos problemas fundiários existentes na região.

As mortes, as torturas, as prisões ilegais, constituem fatos que ocorrem constantemente, compondo um ambiente de absoluta insegurança, neste Estado, para centenas de pessoas, trabalhadores da terra.

Infelizmente esses fatos continuam ocorrendo atualmente apesar de V. Exa. haver declarado não permitir o uso da violência em qualquer hipótese ou questão, principalmente para solucionar conflitos.

Em 19/01/89, Luiz Sobral, delegado sindical da região de Ouro Verde e Mutirão, com outros companheiros foram tocados, tendo sido atingido por tiros, quando colhiam mandioca das suas roças. Foi imediatamente levado para Imperatriz onde foi operado, posteriormente para Brasília, face à gravidade do ferimento, onde foi submetido a outra cirurgia.

O conflito em torno das terras da Fazenda Mutirão onde se deu o fato acima referido, data de 1982 e até o presente momento não se obteve solução apesar de várias ações tramitando na Justiça.

Em 19/01/89, João de Deus Soares da Silva, possei

Em 21/01/89, Antonio Pereira dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins e Simão Martins do Val, delegado sindical de Esperantina, foram presos às cinco horas da manhã, em Buriti, e levados para São Sebastião, Vila União e finalmente para a cadeia de Araguatins. Foram vítimas de torturas psicológicas, "ameaças" para confessarem crimes que não cometeram e acusarem padres, freiras e agentes pastorais (Lourdes Goy e Carlinho Furlan) de comprarem armas para os posseiros.

Estas prisões absolutamente ilegais perduraram durante quatro dias, quando os presos foram liberados pelo delegado de polícia.

Pela Ordem de Operação nº 001/89, emanada do comando da PM de Araguatins, assinada pelo Capitão Antonio de Jesus A. Tavares, com a finalidade de apurar crimes cometidos na região e conter invasões, foi determinada a prisão de lavradores, entre outros, de João Nena, João Borges, Raimundo Cabeludo, Luiz Sobral e Chicão. A operação seria efetivada com os Destacamentos de São Sebastião do Tocantins, Buriti do Norte, Esperantina e Vila União.

Este documento viola frontalmente a Constituição Federal, e pela amplitude e o número de efetivos policiais transformou a região em praça de guerra dando causa aos atos arbitrários e violentos aqui denunciados.

Este fato é muito preocupante tendo em vista situações passadas, quando em setembro de 1988, até forças do Exército ocuparam vários povoados na região do Centro dos Mulatos e Esperantina disparando centenas de tiros com fuzis de guerra, inquietando e apavorando as populações, onde cidadãos foram vítimas de abuso de autoridades que lhes restringiam o direito de ir e vir.

Na esperança de que V. Exa. no uso de suas atribuições legais de fazer cumprir a Constituição Federal, assegurando a todos a garantia de seus direitos, conforme foram suas

Em 21/01/89, Antonio Pereira dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins e Simão Martins do Val, delegado sindical de Esperantina, foram presos às cinco horas da manhã, em Buriti, e levados para São Sebastião, Vila União e finalmente para a cadeia de Araguatins. Foram vítimas de torturas psicológicas, ameaças para confessarem crimes que não cometeram e acusarem padres, freiras e agentes pastorais (Lourdes Goy e Carlinho Furlan) de comprarem armas para os posseiros.

Estas prisões absolutamente ilegais perduraram durante quatro dias, quando os presos foram liberados pelo delegado de polícia.

Pela Ordem de Operação nº 001/89, emanada do comando da PM de Araguatins, assinada pelo Capitão Antonio de Jesus A. Tavares, com a finalidade de apurar crimes cometidos na região e conter invasões, foi determinada a prisão de lavradores, entre outros, de João Nena, João Borges, Raimundo Cabeludo, Luiz Sobral e Chicão. A operação seria efetivada com os Destacamentos de São Sebastião do Tocantins, Buriti do Norte, Esperantina e Vila União.

Este documento viola frontalmente a Constituição Federal, e pela amplitude e o número de efetivos policiais transformou a região em praça de guerra dando causa aos atos arbitrários e violentos aqui denunciados.

Este fato é muito preocupante tendo em vista situações passadas, quando em setembro de 1988, até forças do Exército ocuparam vários povoados na região do Centro dos Mulatos e Esperantina disparando centenas de tiros com fuzis de guerra, inquietando e apavorando as populações, onde cidadãos foram vítimas de abuso de autoridades que lhes restringiam o direito de ir e vir.

Na esperança de que V. Exa. no uso de suas atribuições legais de fazer cumprir a Constituição Federal, assegurando a todos a garantia de seus direitos, conforme foram suas

via policial, mas tratados conforme a lei que trata da matéria, a liberdade sindical, de organização do povo, são direitos assegurados constitucionalmente bem como a repulsa às prisões ilegais e a tortura.

O clima de ameaças, a perpetração de atentados contra a vida dos posseiros são fatos que requerem a pronta atuação do Estado no sentido de garantir-lhes a segurança pessoal, através dos meios institucionais, dando-lhes garantia de vida.

Miracema do Tocantins, 21 de fevereiro de 1989

Dom Aloisio Hilário de Pinho
Dom Aloisio Hilário de Pinho

bispo de Tocantinópolis

Policácio Bispo Ferreira
Policácio Bispo Ferreira

Pres. da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins

Merilda Balduino de Souza
Merilda Balduino de Souza

Advogada da Comissão Justiça e Paz de Brasília

Adilar Daltoé
Adilar Daltoé

Coordenador da Comissão Pastoral da Terra, Araguaia Tocantins

ANEXO BI – Denúncia da CPT - ação de Juiz favorece a Grilagem no Norte Goiano

QUEREMOS JUSTIÇA PARA TEMOS MAIS VIDA!

Senhores Deputados,
Senhores Bispos!

1. No dia 23 de junho passado, NÓS, TRABALHADORES RURAIS DO BICO DO PAPAGAIO-GO, fizemos uma importante "Manifestação pela Reforma Agrária", em Augustinópolis. Foi com uma amostra bem preparada das lutas e esforços de organização que estamos desenvolvendo há mais de seis anos. Incentivou e esclareceu mais a todos nós sobre a importância da luta pela terra, pela Reforma Agrária, deu força para a gente se organizar no Sindicato, na Comunidade e na Política. Quase seis mil pessoas estavam participando. Fizemos o compromisso de lutar pelos seguintes direitos: direito à terra, a quebrar Coco Babaçu onde tiver; a ter estradas e escolas construídas, a ser atendidos bem no FUNRURAL, a ter segurança e sossego. Tudo isto está no "Manifesto" e no documento sobre o "Babaçu", em anexo.
2. A resposta a estas necessidades e esperanças de nossa classe foi a extrema violência: 115 casas queimadas, 18 companheiros espancados ou torturados, 13 seqüestrados, 02 presos, aproximadamente 140 famílias despejadas injustamente, 67 famílias expulsas das terras pela Polícia Militar e Pistoleiros, o número de famílias e pessoas ameaçadas de morte e de outras violências nem dá para a gente contar. Responsáveis por tudo isto são os fazendeiros-grileiros, a GETAT, a Polícia Militar, o Juiz de Direito, a Polícia Federal e vários políticos. Nossas famílias vivem cada dia sobressaltadas, sem saberem se vai ser hoje ou amanhã o próximo desrespeito, a próxima queima de casa, despejos, torturas, seqüestro, xingatórios, espancamentos, expulsão da terra, revista de armas, interrogatórios, processo na Justiça, intimações da Polícia, etc. A insegurança e o pavor começam a tomar conta de todos nós, especialmente das mulheres e crianças. Como suportar tudo isto? Devemos responder com violência igual? Só com Deus e as Comunidades organizadas podemos nos defender. Esta defesa já está começada entre nós... Estamos vencendo o Grande Sofrimento!
3. Senhores Deputados, senhores Bispos!
Nós somos companheiros de luta. A Manifestação de hoje é a continuação da Manifestação de 23 de junho. Por isso, estamos contentes e cheios de esperança. A presença dos senhores aqui vem confirmar e apoiar o nosso esforço de construir Justiça para termos mais vida. Isso nos dá coragem e força. Então, renovamos o nosso compromisso de continuar lutando pela terra, pelo Sindicato, pelas Comunidades e Partidos Políticos. Queremos contar com os senhores para alcançarmos os seguintes objetivos:
 - * demissão imediata do Sr. Secretário de Segurança Pública de Goiás, porque apóia esta violência no campo;
 - * reconhecimento judicial e político das terras ocupadas e demarcadas por nós mesmos, como um passo importante na realização

= 02 =

- * criação de um Grupo de Parlamentares que possa acompanhar diariamente os problemas de terra em todo o Brasil;
- * abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para descobrir e apurar as violências no campo em nossa região;
- * criação de alguma organização entre os Bispos que atuam na área conhecida como Região do MATAT-Carajás, a fim de nós, lavradores, termos mais apoio e presença dos representantes da Igreja;
- * incentivar a criação e organização das pequenas comunidades de Igreja, especialmente, em nossa Diocese, por todos os povoados e cidades.

Mico do Papagaio, 29 de novembro de 1984

ANEXO BJ - Carta de uma catequista ao Bispo de Tocantinópolis
denunciando descasos do Padre de Augustinópolis

Vinte mil 05 de Junho de 1983
 Senhor Bispo Dom Aloisio
 Somos a equipe de animadores
 desta comunidade da Vinte Mil.
 nós estamos começando a
 organizar uma comunidade levando
 um trabalho com grandes
 lutas - dirigimos os encontros
 com curso de batismo e
 celebração todas as semanas.
 Estamos procurando entender
 melhor a Palavra de Deus e unir
 a comunidade. Estamos encontrando
 encontrando uma grande dificuldade, enquanto procuramos
 unir, outros companheiros que teriam a mesma finalidade,
 procuram derrubar. Enquanto damos curso de batismo e
 exigimos a participação nos cultos, está tendo outra.
 comunidade vizinha que batiza pessoas daqui sem
 exigência nenhuma. ~~então~~ Entendemos que o batismo é
 um compromisso com Deus e a comunidade. Como é que
 o Pe. Stanislaw batiza qualquer um em Augustinópolis só
 dando o nome e mais nada? Nem procura se é da comunidade
 que religião segue, se é casado? Nós procuramos unir
 o povo, mas deste jeito está desanimando o povo
 da comunidade. Quando eles chegam de lá dizem que não
 vão mais participar destas besteiras, e saem enfraquecendo
 as outras. Como o senhor é o nosso pastor e nós fuçamos
~~também~~ levar a sério o trabalho de Deus,
 pedimos uma solução. Se o senhor achar que correto
 está em Augustinópolis é de acerto, o senhor nos avise
 também, porque se não for assim nós também não vamos ficar

Equipe de animadores:

João Santana.
Mário Cícero da Silva

Raimundo Alves da Silva

Renato da Luz da Reg.

Vitorino de Oliveira Soares

ANEXO BK – CPT denuncia invasão

CPT - ARAGUAIA TO - DENUNCIA

No dia 10 de agosto 16 soldados da FM sob o comando do Capitão Menezes de Araguaína, acompanhados do filho do fazendeiro Jair Rocha, e de 2 funcionários do IBDF, José Nunes de Souza e Raimundo Nonato Silva, sem ordem judicial, invadiram as casas dos posseiros da Fazenda Mutirão no município de Araguaia GO. Tomaram ferramentas e espingardas de caça dos lavradores, espancaram vários deles, deram tiros. Logo depois que saíram os soldados, entraram vários pistoleiros na área criando um clima de terror. O processo fundiário da Fazenda Mutirão está em tramite na Justiça.

No dia 11 de agosto os mesmos policiais acompanhados do Capitão Menezes e dos dois funcionários do IBDF invadiram a casa das Irmãs Madalena Hausser e Beatriz Kruch, no Centro dos Mulatos, município de São Sebastião do Tocantins, apesar dos protestos da Irmã Beatriz presente, vasculharam o quarto das Irmãs, pegaram o filme da máquina, invadiram várias casas de lavradores no Centro dos Mulatos e em Esperantina, pegaram as espingardas deles, humilharam várias mulheres, algumas grávidas.

Alguns dias antes o Capitão Menezes foi visto discutindo na sede da UDR em Araguaia. O Capitão Menezes é o mesmo que humilhou o Pe. Josino e a agente de pastoral Lourdes Goy quando estavam presos em 84.

Gurupi, 15 de agosto de 1988

José Nunes de Souza
CPT - Araguaia Tocantins